

**RESOLUÇÕES  
DA DÉCIMA  
CONFERÊNCIA  
NACIONAL DA  
ARTICULAÇÃO  
DE ESQUERDA**





---

# **RESOLUÇÕES**

---

## **X CONFERÊNCIA NACIONAL DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA**

**ESPÍRITO SANTO – MAIO DE 2008**

Copyright da organização @ Valter Pomar, 2008-06-15

Preparação do texto

**Lício Lobo**

Revisão

**Valter Pomar**

Capa e diagramação

**Cláudio Gonzalez**

Fotolitos

XXXXXXXXXXXXXX

Impressão e acabamento

XXXXXXXXXXXXXX

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida  
sem a expressa autorização da editora

1ª edição: julho de 2008

Todos os direitos desta edição reservados à:

**Editora Página 13**

Rua tal do tal, número tal

XXXXX-XXX- São Paulo – SP

Telefone XXXX-XXXX e XXXX-XXXX

---

## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO .....	X
INTRODUÇÃO .....	X
CONFERÊNCIAS E DIREÇÕES .....	X
CAPÍTULO 1	
<b>Socialismo</b> .....	X
CAPÍTULO 2	
<b>Estratégia</b> .....	X
CAPÍTULO 3	
<b>Governo</b> .....	X
CAPÍTULO 4	
<b>Programa</b> .....	X
CAPÍTULO 5	
<b>Bloco histórico</b> .....	X
CAPÍTULO 6	
<b>Conjuntura</b> .....	X
CAPÍTULO 7	
<b>Partido</b> .....	X
CAPÍTULO 8	
<b>Esquerda</b> .....	X
<b>ANEXOS</b>	
Carta dos ex-membros do Secretariado da AE-SC à DNAE .....	X
Moção de apoio à greve dos trabalhadores da educação de Sergipe .....	X



## APRESENTAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980. Ao longo dos últimos 28 anos, transformou-se no principal partido da esquerda brasileira e acumulou expressiva força institucional, chegando a eleger por duas vezes o presidente da República.

Apenas como imagem, é como se o PT reunisse hoje a força combinada que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB) alcançaram, no final dos anos 1950.

O crescimento do PT não o transformou, contudo, em força dirigente ou dominante na sociedade brasileira.

Mesmo considerado do ponto de vista estritamente eleitoral, a condição do PT fica evidente, por exemplo, quando se verifica que a maioria dos vereadores e prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores e senadores foram eleitos por outros partidos. A alta burocracia estatal, em especial das Forças Armadas e do “poder judiciário”, é integrada por pessoas vinculadas a outros projetos político-partidários. As empresas de comunicação de massa mantêm uma relação tensa com o PT, na maioria dos casos de aberta antipatia e oposição. O que reflete a real opinião dos proprietários das grandes empresas capitalistas acerca do PT, mesmo por parte daqueles que cobrem de elogios a política econômica do governo Lula.

Aliás, a chegada de Lula à presidência e seu governo foram acompanhadas de um recrudescimento da disputa entre o PT e os principais partidos da burguesia: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL).

Este conflito é apenas um indicador, entre vários disponíveis, de que o Partido dos Trabalhadores segue mantendo, 28 anos depois de fundado, contradições profundas com os grupos dominantes na sociedade brasileira.

Num aparente paradoxo, essas contradições adquiriram especial agudeza no mesmo momento em que vários setores da esquerda (inclusive setores originalmente petistas, especialmente na intelectualidade) acusam o PT de ter “capitulado” aos interesses dos grupos dominantes na sociedade brasileira. Acusações respaldadas em críticas igualmente agudas, feitas contra as ações do governo Lula, a começar por sua política econômica.

Qualquer que seja a avaliação que façamos das opções feitas pelo governo Lula, elas foram acompanhadas da desorganização do campo de forças políticas e sociais que denominamos de democrático e popular. Este campo, desde 1989 até 2002, teve o PT e Lula como protagonistas.

Desde 2003, o protagonismo do PT começou a ser contestado e, principalmente a partir da crise de 2005, abriu-se um período de intenso conflito no interior da classe trabalhadora, da esquerda brasileira e do próprio Partido dos Trabalhadores. Este conflito se dá nos marcos de uma disputa mais ampla, travada contra a burguesia, seus partidos de direito e de fato (a grande mídia). E no contexto de uma situação internacional extremamente conflituosa.

Não se trata de uma situação fácil de analisar. Entre outros motivos, porque o epicentro da polêmica se dá em torno do governo Lula, seu balanço e a sucessão de 2010. Ocorre que parte da burguesia está no governo, parte do governo apóia a burguesia, parte do PT critica a política do governo, parte do governo ataca o PT. As cartas estão sobre a mesa, mas estão todas embaralhadas.

Ademais, o fato de um expressivo número de militantes e intelectuais ter decretado a “morte” do PT, enquanto expressão dos trabalhadores, não quer dizer que o PT não siga sendo, para um grande número de trabalhadores, o seu Partido. Ou seja: que merecerá o seu voto e o seu apoio, agora e adiante. E vice-versa: o fato de um expressivo número de militantes e intelectuais continuar depositando suas energias na construção do PT, não significa que este Partido tenha necessariamente futuro enquanto representante dos interesses estratégicos das classes trabalhadoras.

Nos anos 1980, o PT alcançou a hegemonia no interior da classe trabalhadora e da esquerda brasileira. Pode mantê-la ou não, ao longo das primei-



ras décadas do terceiro milênio. E pode fazê-lo enquanto partido eleitoral tradicional ou enquanto partido socialista.

Não se deve confundir uma e outra coisa. A classe trabalhadora não é naturalmente, nem espontaneamente socialista. Ela é potencialmente socialista, ela é historicamente a base social do socialismo. Portanto, sua organização em partido político de massas, não obrigatoriamente resulta num partido socialista. E muito menos num partido revolucionário.

No atual momento, mesmo quando vota na esquerda, a classe trabalhadora brasileira encontra-se sob forte influência ideológica da burguesia e num momento de “defensiva estratégica”. Isto deve ser levado em consideração, quando se discute as transformações ocorridas no PT, bem como a “subordinação em última instância” do governo Lula ao capital financeiro.

Mas esta situação é passageira, como foram passageiras outras condições defensivas na história do Brasil e do mundo. Quando a situação mudar, quando houver um novo ascenso de lutas, qual PT existirá? E que política adotará? Mais que isso: as políticas implementadas pelo PT hoje, estão à serviço de que estratégia, de que perspectiva histórica?

As escolhas estratégicas feitas pelo petismo desde 1995 foram reações à força da burguesia brasileira, à características estruturais de nossa sociedade, à precariedade do debate teórico dentro do Partido e à forte influência do desenvolvimentismo sobre o conjunto do Partido dos Trabalhadores.

Tanto no petismo, quanto no comunismo, o “elo fraco” através do qual penetrou a influência teórica da hegemonia burguesa é a análise da estrutura de classes existente na sociedade brasileira. Mais exatamente, a crença na possibilidade de algum tipo de aliança estratégica entre os trabalhadores e a burguesia, em torno do objetivo comum do crescimento.

É neste sentido que, na melhor das hipóteses, são incompletas as teses segundo as quais a integração do Partido à ordem constitui subproduto natural de seu crescimento eleitoral; do peso das máquinas sindicais; do envelhecimento da militância; da existência no interior da classe trabalhadora brasileira, de setores inclinados a submeter-se à influência da burguesia; ou de qualquer fenômeno semelhante.

Estes fenômenos todos são reais, mas só resultaram na vitória de posições moderadas porque encontraram uma porta aberta. E esta porta foi aberta a partir de dentro.

O Brasil dos anos 1990 constituiu um momento que conjugou diversos fatores negativos: o início do ciclo neoliberal, a crise do socialismo, o fortalecimento da hegemonia burguesa sobre amplos setores da classe trabalhadora e, paradoxalmente, a ampliação da força eleitoral-institucional (nos marcos da hegemonia burguesa) dos partidos e organizações da classe trabalhadora.

Neste contexto histórico, prevaleceu na esquerda brasileira a lei do mínimo esforço teórico. Foi isso que reduziu a esquerda socialista a um papel muito mais secundário na luta política, do que teria caso tivesse oposto uma resistência intelectual mais ampla e consistente.

A questão é: estes fatores negativos são historicamente construídos; portanto, também podem ser historicamente desconstruídos. A construção de janelas históricas é obra de velhas toupeiras, como diria Marx. Mas a construção das condições subjetivas é obra de grilos falantes.

O que nos cabe é lutar pela retomada do socialismo como projeto histórico do PT, tanto no terreno da agitação, quanto no terreno da crítica política e teórica.

Neste sentido, é um equívoco depositar as esperanças da regeneração do PT (ou de alguma esquerda, fora do PT) simplesmente ou principalmente na retomada dos movimentos sociais.

O PT é produto, exatamente, da enorme onda de lutas sociais ocorrida no final dos anos 1970 e parte dos anos 1980. Enquanto a onda durou, o Partido avançou nas suas formulações programáticas e estratégicas. Mas quando aquela onda retrocedeu, as formulações do Partido também retrocederam.

Uma nova onda de lutas sociais, produto ou não de um intenso trabalho de base e de formação política desenvolvido pela militância de esquerda, não resolverá por si os problemas teóricos que o PT mal começara a resolver nos anos 1980.

Já se disse que sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Mas a teoria revolucionária, principalmente no início deste século, não está à venda nos supermercados. Não brotará da leitura ou da releitura dos clássicos da revolução brasileira, até porque estes clássicos não conseguiram elaborar uma teoria da revolução brasileira à sua época e, por óbvio, não o farão agora.

Assim, cabe perguntar: o PT conseguirá achar, no seu interior, as energias necessárias para enfrentar problemas teóricos de enorme envergadura, tais como a análise do capitalismo contemporâneo, o balanço das tentativas de construção do socialismo, a elaboração de uma estratégia socialista para as condições do Brasil?

O trabalho intelectual em prol do socialismo é feito geralmente contra a corrente, num duplo sentido: contra as idéias hegemônicas na sociedade e na esquerda.

Nos anos 1980, a divisão da burguesia, num contexto de crise global, permitiu a emergência de uma esquerda socialista de massas e estrategicamente independente. Nos anos 1990, a unidade burguesa conteve e domesticou o crescimento desta esquerda, mas não logrou impedir a vitória eleitoral de 2002.

Esta vitória gerou um processo de dispersão da esquerda socialista. Esta dispersão pode seguir seu curso, desembocando numa derrota generalizada, que só será revertida quando a dinâmica global do capitalismo e da luta anti-capitalista, combinada à dinâmica local da luta de classes, criem as condições para a reconstrução de uma força política e social anti-capitalista de massas.

Mas também pode ocorrer da dispersão ser revertida, da esquerda socialista ser reagrupada. A predominância de um ou de outro cenário dependerá da luta política, no sentido mais amplo desta palavra. Mas no terreno das idéias, dependerá da esquerda socialista formular uma crítica à trajetória do Partido dos Trabalhadores, em particular às formulações estratégicas etapistas herdadas do movimento comunista brasileiro. Uma crítica que proponha, ao mesmo tempo, uma alternativa programática e estratégica.

Este têm sido os objetivos principais da Articulação de Esquerda, desde 1993 até hoje, como se poderá confirmar na leitura deste livro, que contém a resolução aprovada pela Décima Conferência nacional da AE, realizada em maio de 2008, em Nova Almeida, município de Serra (ES)

Nesta luta que travamos, nós da AE e outros setores do PT, não há como ter certeza de vitória. Há sinais negativos em abundância. Mas também há muitos sinais contraditórios e outros positivos, que fornecem uma “esperança vermelha” para os que querem evitar a metamorfose do PT, que provocaria a dispersão de três décadas de energia social acumulada.

O PT ainda possui, no seu interior, as energias necessárias para enfrentar as suas múltiplas tarefas de curto prazo e, ao mesmo tempo, dar conta desses desafios teóricos? A resposta a esta questão é ao mesmo tempo teórica e prática. No fundo, trata-se de saber se ainda há tempo para inventar, no centro da própria engrenagem, a contra-mola que resiste.

É a isso que nos dedicamos.

***Valter Pomar***

Secretário de relações internacionais do PT e membro da direção nacional da Articulação de Esquerda

## CONFERÊNCIAS E DIREÇÕES

**A**o longo de seus 15 anos de vida, a Articulação de Esquerda produziu diversos documentos e resoluções, por ocasião dos encontros e congressos partidários, das eleições diretas das direções partidárias, dos congressos da União Nacional dos Estudantes, da Central dos Movimentos Populares e da Central Única dos Trabalhadores, além de artigos publicados no jornal Página 13 e resoluções aprovadas pelas plenárias e reuniões da direção nacional da AE.

As principais resoluções da Articulação de Esquerda, de sua fundação em 1993 até a Segunda Conferência Nacional em 1999, foram reunidos na coletânea Socialismo ou Barbárie (Editora Viramundo, 2000).

As resoluções da Terceira até a Sexta conferência foram publicadas no livro “Novos Rumos para o governo Lula” (Editora Página 13, 2004). As resoluções da Sétima até a Nona conferência da AE foram publicados em livretos.

Este livro contém a resolução aprovada pela Décima Conferência nacional da Articulação de Esquerda, realizada em maio de 2008, na cidade de Vitória (Espírito Santo).

\*

Em 4 de fevereiro de 1993, começou a circular o manifesto *A hora da verdade*, texto que foi a base da formação da Articulação de Esquerda.

Nos dias 18 e 19 de setembro de 1993, um seminário nacional realizado no Instituto Cajamar cria formalmente a Articulação de Esquerda.

Sendo a principal força da esquerda petista, acumulando a presidência do Diretório Nacional e de outros importantes diretórios regionais, mesmo assim, a Articulação de Esquerda não consegue imprimir à campanha presidencial de 1994 as diretrizes contidas n'A Hora da Verdade. Após a derrota nas eleições presidenciais, importantes dirigentes da tendência defendem a reaproximação com o campo moderado. Esta posição não é aceita pela maioria da tendência, o que faz com que muitos dirigentes a abandonem.

Na Páscoa de 1996, reúne-se, em Vitória, o 5º seminário nacional da Articulação de Esquerda. No 5º seminário foram eleitos para dirigir a tendência: Jorge Branco (RS), Luci Choinack (SC), David Capistrano (SP), Sonia Hypolito (SP), Arlindo Chinaglia (SP), Iriny Lopes (ES), Érika Rocha (DF), Walmir Santos(BA), Gabriel dos Santos Rocha (MG), Hamilton Pereira(GO), José Claudenor (SC), Múcio Magalhães (PE), Julian Vicente Rodrigues (Juventude), Odilon Lima (ES), Valter Pomar (executiva), Vilson Augusto (executiva), Júlio Quadros (executiva), José Evaldo Gonçalves, Athos Pereira, João Pedro Stédile. Foram eleitos, também, os seguintes suplentes da secretaria executiva: José Evaldo Gonçalves (SC), Geraldo Garcia (MS), Athos Pereira (GO) e Ivo Bucarevsky (RJ).

No dias 21, 22 e 23 de março de 1997, reúne-se em Belo Horizonte o 6º seminário nacional da Articulação de Esquerda. No 6º seminário foram eleitos: Clóvis Ramos (RS), Geraldo Garcia (MS), Iriny Lopes (ES), Jorge Branco (RS), Julian Rodrigues (MG), Lígia Mendonça (PR), Luciano Zica (SP), Matilde Lima, Paulo Coutinho (ES), Sonia Hypolito (SP), Valter Pomar (SP). Como convidados permanentes, indicou-se os companheiros que participavam das direções nacionais da CUT, UNE, MST e bancada federal.

Em março de 1998, desta vez em Florianópolis, reúne-se a Primeira Conferência Nacional da Articulação de Esquerda. Na Primeira Conferência foram eleitos: Daniel Rodrigues (PE), Iriny Lopes (ES), Jones Carvalho (BA), Jorge Branco (RS), Julian Rodrigues(SP), Júlio Quadros (RS),Valteci Castro Jr.- Mineiro (MS), Paulo Coutinho (ES), Romeu Daros (SC), Sonia Hypólito (SP) e Valter Pomar (SP). Como convidados permanentes: Arlete Sampaio, Magno Pires, Walmir Assunção, Clóvis Ramos, Luciano Zica, Miltom Mendes, Adão Preto, João Coser, Dorcelina Folador, Antonio Marangon; membros da direção do MST, Ubes, Pastoral da Juventude; mais um representante de cada estado onde a AE esteja organizada.

Em abril de 1999 reúne-se, em Brasília, a Segunda Conferência Nacional da Articulação de Esquerda. A Segunda Conferência elegeu uma executiva composta por Romeu Daros, Sonia Hypolito, Valter Pomar, Marcel Frisson e Iriny Lopes, sendo convidados permanentes um companheiro do MS e Paulo Coutinho. A II Conferência elegeu também uma direção nacional composta por Múcio Magalhães (PE/nordeste), Armenes Júnior (PR), Gilson Souza (MG), Iti (RS), Luciano Zica (SP), Laédio (SC) e Marília (DF). São convidados permanentes: Soter (Abraço), Paulo Facioni (MPA), Luci Choinack, João Coser, Adão Preto (deputados federais), representantes dos estados do AM, MS e RJ, Adriano Oliveira (UNE), Walmir Assunção (MST), Eloísa Gabriel (CMP), Jorge Branco, Magno Pires (membros do DN), Júlio Quadros e Miltom Mendes (presidentes DR's).

A Terceira Conferência Nacional da Articulação de Esquerda realizou-se no Instituto Cajamar, no estado de São Paulo, nos dias 22 e 23 de maio de 2000. A direção nacional eleita naquela ocasião era composta por Eloísa Gabriel (SP), Horst Doering (SC), Iriny Lopes (ES), Jorge Branco (RS), Marcel Frison (RS), Múcio Magalhães (PE), Romeu Daros (SC), Sonia Hypolito (DF) e Valter Pomar (SP).

A Quarta Conferência Nacional da Articulação de Esquerda realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de abril de 2001. A direção nacional eleita naquela ocasião foi composta por Bernadete Konzen (RS), Clemlilton Queiroz (PI), Eloisa Gabriel (SP), Horst Doering (SC), Iriny Lopes (SC), Ivan Alex (BA), Jorge Branco (RS), Júlio Quadros (RS), Marcel Frison (RS), Marlene da Rocha (SC), Laédio Silva (SC), Múcio Magalhães (PE), Sonia Hypolito (DF), Valteci de Castro (MS) e Valter Pomar (SP).

A Quinta Conferência realiza-se na cidade de Campinas, estado de São Paulo, nos dias 29-30 de novembro e 1 de dezembro de 2002. A direção eleita foi integrada por Ademário Costa (BA), Armenes Júnior (PR), Bernadete Konzen (RS), Décio Favareto (RS), Eloisa Gabriel (SP), Fátima Dutra (RJ), Giucélia Figueiredo (PB), Iriny Lopes (ES), Ivan Alex (BA), Júlio Quadros (RS), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marlene da Rocha (SC), Múcio Magalhães (PE), Sonia Hypolito (DF), Valteci de Castro (MS), Valter Pomar (SP).

A Sexta Conferência Nacional foi realizada em duas etapas. A primeira etapa ocorreu em Campinas, de 18 a 21 de setembro de 2003; e a segunda

etapa em Belo Horizonte, de 5 a 7 de novembro de 2003. Ocorre uma alteração na estrutura da tendência. São eleitos uma comissão política (com 5 integrantes), um secretariado (também com 5 integrantes) e uma direção nacional (com 17 integrantes, incluindo os membros do secretariado e da comissão política). Esta direção nacional é integrada por Clayton Avelar, Clemilton Queirós, Fátima Dutra, Francisvaldo Mendes, Iriny Lopes, Julian Rodrigues, Júlio Quadros, Lúcia Camine, Lício Lobo, Marlene Rocha, Múcio Magalhães, José Roberto Paludo, Rafael Pops, Socorro Silva, Sonia Hypólito, Valteci de Castro (Mineiro) e Valter Pomar.

A Sétima VII Conferência da AE é realizada de 10 a 12 de dezembro de 2004, em São Bernardo do Campo (SP). A direção eleita é composta por Socorro Silva (AP), Marcos Antonio Alves (AL), José Roberto Afonso (AP), Ademário Costa (BA), Walmir Assunção (BA), José Soter (DF), Clayton Avelar (DF), Sonia Hypolito (DF), Dep. Iriny Lopes (ES), João Coser (ES), Sandro Tonon (ES), Terezinha Fernandes (MA), Nice Rejane (MA), Stael Braga (MG), Valteci de Castro Mineiro (MS), Rubens Alves da Silva (MS), Jurandir de Lara (MT), Múcio Magalhães (PE), Carlos Padilha (PE), Clemilton Queirós (PI), Fátima Dutra (RJ), Décio Favaretto (RS), David Stival (RS), Adão Preto (RS), Lúcia Camini (RS), Júlio Quadros (RS), Ary Vanazzi (RS), Marlene da Rocha (SC), Milton Mendes (SC), Odair Andreani (SC), José Paludo (SC), Dep. Luci Choinacki (SC), Dep. Cláudio Vignatti (SC), Hildebrando Maia (SE), Valter Pomar (SP), Lício Lobo (SP), Dep. Luciano Zica (SP), Eloisa Gabriel (SP) e Hilton Faria (TO), Rafael Pops (SP).

A Oitava Direção nacional da AE foi realizada de 24 a 26 de março de 2006, em Cajamar (SP). A direção eleita era composta por: Adriano Oliveira (RS), Angélica Fernandes (SP), César Medeiros (MG), Flávio Loureiro (RJ), Iole Ilíada (SP) Iriny Lopes (ES), Ivan Alex (BA), Jairo Rocha (MT), Jonas Valente (DF), José Paludo (SC), Julian Rodrigues (SP), Lício Lobo (SP), Marcel Frison (RS), Marlene da Rocha (SC), Mauricio Piccin (Vice-presidente da UNE), Rubens Alves (MS), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Rafael Pops (secretário nacional de Juventude do PT), Rosana Ramos (SP), Socorro Silva (AP) e Valter Pomar (SP). A Oitava Conferência decidiu, também, que faria parte da direção nacional o companheiro ou companheira que viesse a ser indicado pela AE para compor a executiva nacional da CUT. Este companheiro foi Expedito Solaney (PE). Dentre os 23 integrantes da direção nacional, a Oitava Confe-



rência indica os seguintes membros responsáveis por tarefas específicas, que comporão o Secretariado: Angélica Fernandes – tesouraria, Iole Iliada – coordenação da frente de massas, Marlene da Rocha – coordenação da frente institucional, Rosana Ramos – secretaria de comunicação, Valter Pomar – secretaria de formação política.

A Nona Conferência nacional da AE ocorreu nos dias 1 e 2 de dezembro de 2006, na cidade de Salvador/BA. A direção eleita então foi composta por: Adriano Oliveira (RS), Angélica Fernandes (SP), César Medeiros (MG), Expedito Solaney (PE), Flávio Loureiro (RJ), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Ivan Alex (BA), Jairo Rocha (MT), Jonas Valente (DF), Lício Lobo (SP), Marcel Frison (RS), Maurício Piccin (RS), Rubens Alves (MS), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Rafael Pops (GO), Rosana Ramos (SP), Socorro Silva (AP), Valter Pomar (AP).

A Décima Conferência Nacional da AE ocorreu de 2 a 4 de maio de 2008, em Nova Almeida, município de Serra (ES). A direção eleita foi composta por: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), José Correia Neto (SE), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE), Geraldo Cândido (RJ), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias-Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Janete da Costa Godinho (SC), Jonas Valente (DF), Larissa Sousa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo (SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Pere Petit (PA), Rafael Pops (GO), Rafael Pinto (SP), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Saulo Campos (MG), Talita Cardoso (PA) e Valter Pomar (SP).



## INTRODUÇÃO

**A**s direções partidárias eleitas em 2007 têm, entre suas tarefas: a) reaproximar o PT e os movimentos sociais; b) reaproximar o PT e os partidos democrático-populares; c) ampliar a influência da esquerda e colaborar para o êxito do governo Lula, bem como de nossos governos estaduais e municipais; d) dirigir politicamente nossas bancadas parlamentares; e) vencer as eleições municipais de 2008; f) constituir a escola nacional de formação; g) viabilizar o jornal do Partido; h) realizar o 1º congresso da juventude petista; i) eliminar a dependência que o PT tem de contribuições empresariais; j) organizar o PED (processo de eleição das direções) e o Encontro Nacional, marcados para 2009; k) construir uma candidatura petista capaz de disputar e vencer a próxima eleição presidencial; l) organizar a participação do Partido nas eleições quase gerais de 2010; m) preparar o terreno para uma nova etapa na vida partidária, de 2011 em diante.

O sucesso em cada uma destas tarefas influirá positivamente na transição política, organizativa e geracional que o PT vive desde a crise de 2005. O que está em questão, nesta transição, é nossa capacidade de:

- a) recompor o campo democrático-popular, que desde o início de 2003 vem experimentando divergências internas cada vez mais graves, causadas em última análise pelas diferentes posições que cada organização adota frente ao governo Lula;
- b) formular e implementar uma estratégia que mantenha o Partido dos Trabalhadores como principal expressão político-partidária dos que lutam pelo socialismo no Brasil.

Vistos à luz destas duas questões estratégicas, o 3º Congresso do PT e o PED 2007 não construíram soluções: o debate político foi inferior ao realizado em 2005, não se produziu solução para a equação lulismo/petismo, a correlação de forças interna ao Partido pendeu em direção ao “centro”, as formulações partidárias continuam aquém do necessário.

O resultado do PED 2007 agradou aos que encaram o PT como expressão do “passado da esquerda”. Satisfez, também, aos que consideram o PT como uma “legenda eleitoral de futuro”, bem como aos que acham que os interesses de médio e longo prazo do Partido serão garantidos pelos atuais índices de aprovação de Lula nas pesquisas de opinião.

Mas, por outro lado, o resultado do PED 2007 tornou mais complexa e difícil a situação de quem, como nós, defende um Partido capaz de aproveitar as enormes oportunidades existentes hoje, no Brasil e na América Latina, para a luta pelo socialismo.

As dificuldades enfrentadas hoje pelo PT, no trato das questões táticas e organizativas, resultam em parte de não termos conseguido produzir uma orientação global para o Partido, em substituição à “estratégia de centro-esquerda”.

Em função da ausência de um norte estratégico alternativo, avolumam-se problemas que podem nos levar a colher um mal resultado nas eleições de 2008 e a sofrer uma grande derrota nas eleições de 2010.

Para evitar estes riscos, para construir uma vitória em 2008, 2010 e depois, é necessário construir uma mudança imediata na política e no funcionamento do Partido e, a partir daí, incidir na luta política geral que se trava na sociedade brasileira, em particular no governo federal e nos movimentos sociais.

O PT precisa sair da defensiva, recolocar em pauta a luta por reformas estruturais, polarizar a disputa com o PSDB, reconstruir o campo democrático-popular. Agindo assim, reduzirá o espaço do conservadorismo e do fisiologismo presentes na sociedade e também no governo federal.

O PT precisa travar a disputa na sociedade e pressionar o governo federal, para conseguir a defesa da tributação das grandes fortunas e a ampliação dos investimentos sociais; a mudança no tratamento dado aos grandes meios de comunicação, a ampliação da TV pública e o apoio à imprensa democrática; a redução dos juros e do superávit primário, o controle da entrada e saída de capitais, o fim das vantagens concedidas ao capital financeiro, o controle sobre as empresas estratégicas (públicas ou não).

Os petistas precisam, também, colaborar para a superação da crise vivida pelos movimentos sociais, crise que tem relação direta com os problemas vividos pelo Partido e com as limitações do governo Lula.

Agindo desta forma, ajudaremos no desencadear de ampla e politizada mobilização social, que vincule as demandas particulares de cada movimento com a luta mais geral, por reformas de base.

É preciso ter claro, entretanto, que a ausência de mobilizações e a chamada crise dos movimentos sociais têm causas objetivas e subjetivas muito profundas.

Do ponto de vista subjetivo, parcela da esquerda brasileira, inclusive do petismo se desligou de suas bases sociais, se demonstrando incapaz

de diagnosticar corretamente as causas objetivas (gerais e locais) da desmobilização e da crise; não mostrando disposição de conviver com as incertezas e limitações das lutas concretas (e, no mais das vezes, atrasadas) de suas bases sociais. Desse modo, estes setores da esquerda e do petismo são incapazes de acompanhar e de prever as mudanças que deverão ocorrer nas condições objetivas e, também, na consciência social. Por isso, são também incapazes de estar em condições de participar como dirigentes no processo de retomada das mobilizações. Nesse sentido, é decisivo retomar a convivência com a realidade concreta da classe trabalhadora, no chão de fábrica, nas favelas, nas comunidades, nos sindicatos etc. Ou seja, fazer aquilo que os velhos comunistas chamavam de “ligar-se às massas”, embora nem sempre o fizessem.

A reorientação na atuação do Partido, do governo e dos movimentos é uma necessidade urgente, como fica claro quando observamos a evolução da conjuntura internacional e nacional, marcada por fenômenos intensos e contraditórios, tais como:

- a) o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. A crise econômica que eclodiu recentemente contribui para o declínio dos EUA, assim como este declínio também contribuiu para o desencadeamento da crise;
- b) a cada vez mais forte competição, inclusive militar, entre países e blocos de países;
- c) o crescente papel que os “países emergentes”, ou em desenvolvimento, jogam nessa competição. A chamada globalização redesenhou o papel dos países capitalistas centrais e de alguns “países emergentes”.

A crise atual é decorrência das medidas adotadas, desde os anos 1980, para a reestruturação do capitalismo dos países desenvolvidos, evidente no forte declínio de sua taxa média de lucro (margem de rentabilidade).

A reestruturação, conduzida por forças políticas e sociais que tinham como ideologia e política o neoliberalismo, gerou a ilusão de que se poderia resolver o declínio das taxas médias de lucro através da financeirização e da segmentação de suas cadeias produtivas, espalhadas por diversos países mais atrasados do ponto de vista capitalista, com mão de obra mais barata, matérias primas na porta das fábricas etc.

Foram transferidos elos inteiros das cadeias produtivas, na suposição de que isso subordinaria toda a economia dos países periféricos s seus interesses. Embora tenha conseguido isso, durante algum tempo, em alguns países e regiões, o mesmo não aconteceu em todo o mundo.

Inúmeros países aproveitaram a transferência daqueles elos produtivos para completar as cadeias de produção e industrializar-se mais rapidamente, criando uma situação inesperada para a maioria dos ideólogos do capitalismo central e de seus países originários. Estes haviam esquecido a lição do Japão moderno e dos Tigres Asiáticos, criados por motivos políticos, para deter a “expansão comunista”, e que se tornaram fortes concorrentes econômicos e comerciais de seus criadores. A globalização neoliberal está fazendo o mesmo, numa extensão muito mais vasta.

Nesse sentido, uma novidade da atual crise é que ela não está abalando alguns países periféricos da mesma forma que abalou em crises anteriores (anos 1970 e 1980, por exemplo).

De qualquer modo, a crise deve criar movimentos defensivos, mais protecionismo e conflitos militares, e deve levar países como o Brasil a fortalecer seu aparato estatal, depender menos das exportações, controlar o câmbio, baixar os juros, investir na ampliação do mercado interno e na integração regional.

Depender menos das exportações não deve ser a mesma coisa que reduzir as exportações, como querem alguns setores que defendem a autarquia, já que isso pode significar a perda de mercados justamente para os países centrais em crise.

Nesse contexto de declínio da hegemonia estado-unidense e de aprofundamento dos conflitos, a integração latino-americana é uma necessidade duplamente urgente.

Os que mais resistem a esta integração são as classes sociais, partidos e governos que possuem vínculos estruturais com os interesses dos EUA. Os que mais investem na integração são as camadas populares, os movimentos sociais, partidos progressistas e de esquerda, que desde 1998 vem ampliando a sua presença nos governos latino-americanos. Setores das “burguesias nativas” também apóiam a integração.

O crescimento da presença institucional da esquerda tem ampliado a disputa sobre os destinos estratégicos da região: por um lado, as classes dominantes de cada país, associadas ao imperialismo, operam para conter e/ou reverter o “giro à esquerda”; por outro lado, entre os partidos e movimentos envolvidos neste “giro à esquerda”, crescem os conflitos de estratégia, táticos e programáticos.

A disputa sobre os rumos do governo Lula, tanto do ponto de vista das esquerdas político-sociais, quanto do ponto de vista dos grandes capitalistas e seus partidos, ganha mais importância quando vista neste contexto internacional e latino-americano.

Neste momento de mudanças estratégicas no contexto internacional, todas as forças políticas e sociais querem manter, ampliar a presença ou recuperar o controle dos aparatos estatais, a começar do governo federal. Por isto mesmo, os partidos brasileiros movimentam-se, desde já, tendo em vista as eleições presidenciais de 2010.

O resultado de 2010 está em aberto. Incidirão nele, entre outras variáveis: a ação do governo Lula; a disputa municipal de 2008; o comportamento das oposições, dos movimentos sociais, do PT e dos demais partidos da chamada “coalizão de governo”. E, principalmente, o estado de ânimo das camadas populares.

O segundo mandato de Lula exhibe avanços, mas também fortes elementos de continuidade com aspectos negativos do primeiro mandato. Ao PT cabe prosseguir a disputa de rumos do governo.

Do ponto de vista eleitoral, nada garante que a popularidade do presidente da República será transferida automaticamente para uma candidatura petista. Nem há garantias de vitória para uma candidatura governista, seja ou não do PT.

Para que o PT tenha chances de vencer em 2010, será preciso uma mudança significativa na política e no método de atuação do Partido. Sem esta mudança no Partido, crescerá a influência do setor conservador do governo, bem como o espaço para uma aproximação entre setores do governo e setores do PSDB.

Ganha destaque, neste sentido, a formulação do programa de governo que o PT apresentará ao país nas eleições de 2010, seja como base para o diálogo programático com partidos, movimentos sociais e intelectualidade progressista; seja como base para a definição da candidatura presidencial do próprio PT.

A mudança na política e no método de atuação é condição para a reconstrução da capacidade dirigente do PT e para a reconstituição do campo democrático-popular. Amplos setores do Partido concordam com estes objetivos e necessidades. Mas há divergências sobre como fazer isto, divergências programáticas, estratégicas, táticas e de concepção partidária. O documento a seguir apresenta as posições da Articulação de Esquerda sobre estas questões.

## CAPÍTULO 1

### Socialismo

O PT dos anos 1980 afirmava o caráter plenamente capitalista da sociedade brasileira; o caráter dependente, monopolista e antidemocrático deste capitalismo; o alto nível de integração entre o latifúndio, o imperialismo e o desenvolvimento capitalista nacional; o caráter central das contradições entre o Capital e o Trabalho; e a atualidade do socialismo.

Ao longo dos anos 1990, muitos petistas mudaram de opinião acerca do socialismo, distanciando-se do “socialismo democrático” e aproximando-se da “social-democracia”.

Para os *petistas social-democratas*, o “socialismo” deixava de ser uma organização social distinta do capitalismo e passava a ser um conjunto de “valores” que supostamente iluminariam a ação da esquerda, a quem caberia disciplinar o capitalismo, onde uma “economia de mercado” conviveria com um “Estado democrático”, a quem caberia garantir o bem-estar da maioria da população. Parte importante destes petistas, principalmente com o advento do primeiro mandato de Lula, flertariam abertamente com teses liberais, defendendo as “virtudes” de uma linha de continuidade com aspectos essenciais da política econômica do tucanato. Podemos dizer que se constituiu, inclusive, uma corrente social-liberal, que disputa com os social-democratas e com os socialistas.

Para os *petistas socialistas*, o socialismo continua a ser uma forma distinta de organizar a produção, a distribuição, a circulação das riquezas e as relações de poder na sociedade. Para os petistas socialistas, o mundo e o Brasil precisam de um forte movimento socialista, assumidamente anticapitalista, que defenda a propriedade pública dos grandes meios de produção, o planejamento democrático e ambientalmente orientado, a mais profunda democratização política e a cooperação internacional para enfrentar os grandes problemas mundiais, a começar pela desigualdade.

As diferenças entre *petistas socialistas* e *petistas social-democratas* repousam, em parte, nas diferentes análises que cada setor faz das tradições da esquerda mundial e brasileira, especialmente das experiências social-democratas e das tentativas de construir o socialismo ao longo do século XX; e das diferentes visões sobre o que se passou no mundo, e no Brasil, a partir dos anos 1990.



### *Um panorama histórico*

Depois que Ronald Reagan assumiu a presidência dos EUA e Margaret Thatcher virou primeira-ministra da Inglaterra, seus governos encabeçaram a operação econômica, política e militar que conduziu à imposição de uma hegemonia “neoliberal” que dura até hoje, construída sobre os escombros da social-democracia européia, do comunismo soviético, dos movimentos de independência nacional e dos experimentos desenvolvimentistas latino-americanos.

Olhando retrospectivamente, podemos dizer que a vitória do Vietnã foi o ápice do processo revolucionário do século 20. A partir daí, ainda temos algumas guerras de guerrilhas e algumas revoluções, mas no contexto de um descenso global.

Não era esta, contudo, a opinião dominante entre as forças de esquerda, no início dos anos 1980. Para parte das forças de esquerda, a ofensiva vitoriosa do neoliberalismo estava longe de ser previsível ou inevitável.

Cabe lembrar que em 1974-1975, a social-democracia controlava os governos da Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia. Em meados dos anos 1970, teve curso a libertação das colônias portuguesas na África e a Revolução dos Cravos na metrópole. Em 1975 era concluída a guerra do Vietnã, com a derrota do imperialismo americano. Em 1979, triunfavam as revoluções no Irã e na Nicarágua.

Ao mesmo tempo, crescia a oposição e a mobilização de massa contra as ditaduras militares que continuavam controlando a maior parte da América Latina e seguiam as guerrilhas em El Salvador, Guatemala e Colômbia, num contraponto, ao menos no imaginário de setores da esquerda, às derrotas da maior parte das guerrilhas latino-americanas e ao golpe contra o governo de Salvador Allende.

No início dos anos 1980, a social-democracia assumiu o controle dos governos da França, Itália, Grécia, Espanha e Portugal.

Enquanto isso, nos países do chamado campo socialista havia enormes contradições: a guerra no Afeganistão, os conflitos de fronteira entre Vietnã e Camboja, o enfrentamento entre a China e a União Soviética, bem como as reformas “de mercado” impulsionadas por Deng Xiao Ping. Havia também o Solidariedade polonês. E, em meados dos anos oitenta, Mikhail Gorbachev chega à secretaria-geral do Partido Comunista da União Soviética, desencadeando a glasnost e a Perestroika.

Como se pode ver, a ofensiva encabeçada por Reagan e Thatcher constituía, na época, apenas uma das tendências da conjuntura internacional. Social-democratas, comunistas, nacionalistas de esquerda e nacional-desenvolvimentistas possuíam (ou pareciam possuir), então, força suficiente para impor outro caminho para o mundo, que não o neoliberalismo. Hoje, entretanto, sabemos que aquelas correntes políticas fracassaram no enfrentamento da “grande crise” iniciada, nos anos 70 do século passado, nos países capitalistas centrais.

Na Europa do sul, os governos social-democratas mudaram seus compromissos no curso dos próprios mandatos. Felipe Gonzalez e François Mitterrand são os exemplos mais conhecidos dessa mutação. A tentativa de reforma política e econômica patrocinada por Gorbachev deu lugar, em poucos anos, ao colapso generalizado do chamado “campo soviético”. O Solidariedade foi convertido em plataforma para iniciativas liberais. A maioria das correntes nacionalistas de esquerda e nacional-desenvolvimentistas capitulou frente ao capital financeiro internacional, na chamada crise da dívida.

No final dos 1980, caiu o Muro de Berlim e agitações políticas varreram todos os países do chamado campo socialista. Mesmo assim, não foram poucos os que viram nestes fatos sinais de renovação do socialismo ou até mesmo o início da “revolução política” contra os “estados operários burocraticamente degenerados”.

Enquanto isso, na América Latina, o “peronista” Menem tornou-se presidente da Argentina, Pinochet perdeu o plebiscito no Chile, Cárdenas e Lula quase foram eleitos respectivamente presidentes do México e do Brasil.

Aparentemente, a correlação de forças na América Latina apontava para a possibilidade de resistências à onda neoliberal que se impunha a partir dos Estados Unidos e da Europa. Em poucos meses, porém, a fumaça se dissipou e ficou claro quem vencera. A década de 1990 começaria, também na América Latina, sob o signo do “fim da história”: colapso do socialismo e hegemonia das idéias neoliberais, vitória do capitalismo e da “democracia” liberal.

Retrospectivamente é possível perceber que, na América Latina, a vitória de Menem e as derrotas de Lula e Cárdenas teriam um significado estratégico mais profundo, abrindo terreno para a aplicação aberta do programa neoliberal a partir do poder de Estado em países-chave da região.

Na Europa, quando os social democratas conseguiram voltar aos governos da Inglaterra, Alemanha e França, na chamada “onda rosa” dos anos 1990, não demonstraram mais compromisso global nem mesmo com as teses do “estado de bem estar social”.

As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação do capitalismo. A social-democracia surgiu no último quartel do século XIX, como corrente socialista & revolucionária. Na Primeira Guerra Mundial, a social-democracia deixou de ser revolucionária. Após a Segunda Guerra Mundial, deixou de ser anticapitalista. E, no final do século XX, amplos setores da social-democracia abandonaram até mesmo o propósito de reformar o capitalismo.

A social-democracia já acreditou, equivocadamente, que a eleição de governos e maiorias parlamentares era o caminho para o socialismo. Hoje, a social-democracia defende a “economia de mercado”, advogando (como muitos liberal-democratas) que os capitalistas paguem impostos, com os quais se possam financiar políticas sociais.

O grande problema, mesmo para esta variante *light* da social-democracia, é que ela depende, em última análise, do “bom funcionamento” do sistema capitalista. Ocorre que o capitalismo não suporta uma ampliação permanente, ininterrupta, da qualidade de vida e da democracia. A reação do capitalismo, frente à ampliação do bem-estar social e da democratização, é a redução do investimento e a financeirização da economia. O que gera desemprego numa ponta e crise fiscal na outra, criando um ambiente político favorável para que a direita chegue ao governo e desmonte o “Estado de bem-estar social”.

A estratégia social-democrata não consegue dar conta desta situação, principalmente porque é incapaz de dar um passo adiante, em direção ao socialismo, pois trata como “cláusula pétrea” a propriedade privada capitalista dos grandes meios de produção. Mostra-se incapaz, portanto, de manter a própria reforma social, pois o capitalismo não tem disposição de financiá-la. Assim, amplos setores da social-democracia optam por abandonar as idéias reformistas, deixando de ser de esquerda e transformando-se em centro-esquerda.

Esse foi, em linhas muito esquemáticas, o roteiro da crise da social-democracia europeia, nos anos 1970 e 1980. Quando, nos anos 1990, conseguiu voltar ao governo de vários países europeus, a social-democracia já se metamorfoseara em “centro-esquerda”, aderindo majoritariamente às teses neoliberais.

## *O balanço dos acontecimentos*

Em meados dos anos 1990, quando o ciclo neoliberal já dava sinais de esgotamento, estava em curso o balanço dos acontecimentos das décadas de 1970 e 1980. Havia duas questões de fundo presentes neste balanço. Por um lado, entender a crise do chamado campo socialista. Por outro lado, entender por qual motivo as forças de esquerda não tiveram êxito frente às possibilidades abertas pela “crise” capitalista, no início dos anos 1970.

No caso da América Latina, o balanço foi muito focado na derrota das tentativas guerrilheiras, bem como do governo Allende, derrotas geralmente associadas à suposta ou real predominância, na esquerda, de posições e de atitudes “vanguardistas”, “voluntaristas” e “esquerdistas”.

Evidentemente, trata-se de um balanço ainda em curso. Mas, ao longo dos anos 1990, firmou-se uma interpretação hegemônica. Esta interpretação hegemônica identificava no pecado original da “revolução” a causa última do desmanche dos países socialistas; já a social-democracia, teria fracassado por haver depositado excessivas esperanças e tarefas no Estado, não na sociedade; quanto à esquerda latino-americana, teria sido derrotada porque prevaleceu nela a estratégia de “assalto ao poder”.

Nos três casos, a conclusão conduzia ao seguinte axioma: a esquerda teria sido excessivamente “estatista”. É óbvio que os setores que admitiram esta tese foram facilmente capturados pelo ideário neoliberal, caindo sob a influência ideológica da “estratégia democratizante” com que a burguesia enfrentou as posições socialistas, nos anos 1980; e aderindo à defesa da “democracia (confundida em geral com a institucionalidade burguesa) como método e/ou como valor universal”.

Para além de outros equívocos, esta interpretação da derrota dissimulava um fato fundamental: as batalhas que selaram o destino da primeira onda de revoluções socialistas foram travadas (e perdidas, às vezes por w.o.) nos grandes países capitalistas (como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França); e não nos países da periferia capitalista (como Rússia, China e Cuba).

O caso da Revolução Russa de 1917 é clássico. Os bolcheviques tinham duas alternativas: tomar o poder ou serem esmagados pela contra-revolução. E tinham consciência que uma transformação socialista dependeria da vitória da revolução em países mais avançados, a começar pela Alemanha. A derrota da revolução noutros países, a guerra civil e o isolamento internacional deixaram duas alternativas: ou conduzir um processo de longo prazo ou tentar um salto de curto prazo.

Estas duas alternativas foram objeto de debate teórico e luta política aguda no interior do Partido Comunista e do Estado Soviético durante as décadas de 1920 e 1930 do século passado. A alternativa de longo prazo, simbolizada pela NEP (Nova Política Econômica), foi, pelas vicissitudes da luta de classes mundial e da conjuntura interna, rapidamente substituída pela tentativa do “salto de curto prazo” dos Planos Quinquenais e da coletivização forçada no campo.

Nunca saberemos o que teria acontecido se as posições favoráveis ao “longo prazo” tivessem sido vitoriosas (os paralelos com a China atual nos levam a concluir que as contradições seriam igualmente imensas). De toda forma é possível assinalar que sem o rápido crescimento industrial e da sua infra-estrutura teria sido impensável a resistência e posterior contra-ofensiva que a União Soviética foi capaz de opor à agressão nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Mas, em todo caso, nos termos em que o problema estava colocado em seu tempo, podemos dizer que as duas posições (longo ou curto prazo) buscavam enfrentar um mesmo problema (o atraso na capacidade produtiva), lançando mão de duas variantes distintas de solução, mas para atingir o mesmo objetivo: construir as condições materiais consideradas indispensáveis para o “socialismo” (ou, se quisermos ser precisos conceitualmente, para o comunismo).

O socialismo é justamente o processo de construção das condições materiais, construção que sob o capitalismo sempre será incompleta. Onde o capitalismo preparou previamente grande parte das condições materiais para a passagem ao comunismo, a transição socialista pode ser, pelo menos teoricamente, mais rápida. Onde o capitalismo não preparou ou preparou de forma extremamente parcial tais condições, a transição socialista será mais longa e terá que conviver mais amplamente com medidas de natureza capitalista. Foi com esse problema que a Revolução Russa e todas as que vieram depois enfrentaram.

O século XX assistiu a muitas outras revoluções, dirigidas por socialistas e que chegaram à vitória. Mas todas elas ocorreram em países que podemos, ainda que de maneira imprecisa, denominar de “periferia”.

Em vários momentos (Alemanha e outros países, em 1918-1919; Itália e França, em 1945-1946; e França e outros países, por volta de 1968), a revolução socialista roçou as nações capitalistas centrais. Mas as possibilidades abertas, nesses e noutros episódios, não tiveram seqüência. E nos Estados Unidos, centro do capitalismo mundial, a doutrinação ideológica, a corrupção material e a repressão policial mantiveram sob controle a

esquerda revolucionária, mesmo nos conturbados anos 1960.

Na ausência de revolução vitoriosa nos países centrais, tratava-se de uma questão de tempo: mais cedo ou mais tarde, as tentativas de construção do socialismo na periferia encontrariam seus limites econômicos, sociais e políticos.

A derrota sofrida pelas esquerdas, visível para todos entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, foi acompanhada, e também teve como decorrência, uma transformação dos programas e das estratégias dos principais partidos da esquerda mundial.

Nos anos 1990, grande parte dos partidos social-democratas e dos partidos comunistas incorporou aspectos da agenda neoliberal. O populismo e o trabalhismo de esquerda, as guerrilhas latino-americanas, os movimentos desenvolvimentistas e de libertação nacional seguiram, em geral, o mesmo caminho. Na maioria das vezes, perderam força política e vigor programático. Quando conseguiram se manter à frente de governos nacionais, adotaram geralmente políticas de submissão às metrópoles capitalistas e às elites econômicas locais. Mesmo setores radicais da esquerda, filosoficamente próximos do “comunismo anarquista”, foram afetados pelo derrotismo, dando origem a teses como “mudar o mundo, sem tomar o poder”.

### *Hegemonia capitalista sem paralelo*

O final do século XX assistiu a inauguração de uma hegemonia capitalista sem paralelo na história. Antes de 1917, o capitalismo competia com outras formas de organização social. A partir de 1917, o capitalismo passou a enfrentar a concorrência de algumas tentativas de construir uma sociedade pós-capitalista. A partir dos anos 1990 até hoje, as diferentes formas de resistência à hegemonia capitalista estão no seu nível mais baixo, historicamente falando.

As expressões mais relevantes de resistência política, social e ideológica, têm como “programa máximo” o combate contra o imperialismo norte-americano, a hegemonia do capital financeiro e a ideologia neoliberal. São minoritárias aquelas que buscam vincular esta resistência com o socialismo. Em linhas gerais, o socialismo está numa fase de defensiva estratégica.

Compreender que vivemos numa fase de defensiva estratégica é fundamental, inclusive para avaliar melhor as políticas da China, Vietnã, Coreia do Norte, Cuba, e dos governos de esquerda e progressistas na América Latina.

É verdade que, na América Latina, onde os neoliberais conseguiram controlar quase todos os governos da região, sucessivas crises econômicas, sociais e políticas levaram à derrota vários governos comprometidos com o neoliberalismo. Mas isto não significa que o socialismo já retomou sua fase de ofensiva estratégica. Nisto reside uma diferença fundamental entre nossa concepção e as visões esquerdistas.

Forças de esquerda e centro-esquerda, críticas do neoliberalismo, vencem as eleições e assumem governos na América Latina. Mas a esquerda que retorna ao governo, ao longo dos anos 1990, sofreu profundas mudanças e atua num cenário muito mais difícil.

Na Europa, como já dissemos, grande parte da “esquerda” se transformou em agente direto da implementação de políticas neoliberais, como aconteceu com o trabalhismo de Tony Blair, na Inglaterra, convertido em defensor da “terceira via”.

Na China, o Partido Comunista segue à frente de uma potência global, de pujante desenvolvimento. Mas isto tem sido obtido com mercado, propriedade privada e integração com o capitalismo mundial. O Vietnã está percorrendo o caminho chinês; a Coreia do Norte também busca enveredar pelo caminho das “reformas”.

Vale registrar que, da mesma forma como a existência da União Soviética e do “campo socialista” foi essencial para entender os “anos de ouro do capitalismo” pós-Segunda Guerra; hoje, a existência da China pós-reformas econômicas é fundamental para compreender o atual funcionamento da economia dos EUA e da economia internacional.

Mesmo aqueles que travam uma disputa aberta com o imperialismo norte-americano, não constituem nem de longe um contraponto global ao capitalismo. Cuba, diante do desmanche da URSS, foi obrigada a adotar um conjunto de medidas que introduziram, na Ilha, fortes contradições econômicas e sociais. Governos como os da Venezuela, Bolívia e Equador são antiimperialistas de fato, mas seu anticapitalismo encontra-se ainda, no fundamental, no campo da retórica.

Visto por quem mantém compromissos com o socialismo, o “breve século XX” (1917-1989) recorda Sísifo, condenado a empurrar uma pedra morro acima, para vê-la desabar mais adiante e ter que recomeçar novamente, eternamente.

Esta imagem talvez não perturbe os que acreditam que o socialismo deve ser um agente civilizatório do capitalismo. Afinal, para quem pensa assim, satisfaz saber que a história dos últimos 150 anos confirmou, em última análise, que tudo aquilo que a sociedade capitalista moderna pos-

sui de “civilizada”, o possui graças ao esforço e ao sacrifício do movimento socialista e da esquerda de maneira geral.

Deste ângulo, em que o socialismo é encarado apenas como uma etapa superior do movimento democrático, liberal e progressista iniciado pela burguesia contra a sociedade feudal, episódios mais “desagradáveis” da história do movimento socialista podem ser apresentados exatamente como “desvios” resultantes exatamente da vã tentativa de superar o capitalismo.

Já para quem defende o socialismo como ideologia, movimento social e movimento político anticapitalista radical, ou seja, que visa superar o modo de produção capitalista, a história do século XX deixa muitas interrogações, que lançam suas sombras sobre o socialismo futuro.

É verdade que o capitalismo se confirmou como profundamente contraditório, sofrendo crises cíclicas e cada vez mais devastadoras. Ocorre que só muito raramente tais crises desdobraram-se em processos revolucionários.

Desde as referências de Marx ao espectro do comunismo (1847-1848), até as notícias da “ofensiva final” da esquerda salvadorenha (1988-1989), a história da esquerda tem sido marcada por muitas “revoluções que faltaram ao encontro”.

Além disso, apenas uma parte dos processos revolucionários resultou na vitória de forças ligadas ao movimento socialista e na constituição de governos estáveis pós-revolucionários. Ademais, não houve revolução socialista triunfante em nenhum dos países capitalistas centrais.

Durante grande parte do século XX, estes problemas foram fartamente compensados, no imaginário do movimento socialista revolucionário, pelo impacto mundial de revoluções vitoriosas (com destaque para Rússia, China, Cuba e Vietnã), pela importância geopolítica dos países cujos governos surgiram dessas revoluções, bem como pelos efeitos diretos e indiretos que a existência de um “campo socialista” produziu nas condições de luta e vida dos trabalhadores dos países capitalistas “avançados”.

Enquanto o socialismo reformista se alimentava dos progressos “civilizatórios” que a esquerda obtivera sob o capitalismo, o socialismo revolucionário se alimentava das mudanças realizadas nas regiões onde (se acha que) a revolução teria deixado definitivamente para trás o capitalismo.

Estas mudanças e progressos, combinadas com os avanços dos movimentos de libertação nacional e do nacional-desenvolvimentismo nos países da periferia capitalista, geraram durante a segunda metade do século XX, a certeza de que, apesar de tudo, o socialismo avançava.



Ocorre que, no último quartel do século XX, todos estes “progressos” foram detidos, tendo início um movimento de regressão.

Os países libertos da opressão colonial vêm sendo novamente subordinados a interesses metropolitanos, de uma maneira tal que lembra a colonização. Os países que se “desenvolveram” após a Segunda Guerra Mundial passaram a experimentar regressão na sua capacidade industrial. As conquistas obtidas pela classe trabalhadora nos países capitalistas centrais, materializadas no chamado Estado de bem-estar social, foram atacadas. E, durante os anos 1990, o desmanche do chamado campo socialista abriu uma nova fronteira de expansão para o capitalismo.

As mudanças ocorridas no Leste Europeu, Rússia e China incorporaram, ao mercado de trabalho mundial, uma enorme massa de trabalhadores, o que impactou fortemente, geralmente para pior, as condições gerais de emprego e salário no resto do mundo.

É importante, entretanto, não confundir as mudanças no Leste Europeu e na Rússia, com as mudanças na China. Por outro lado, ao incorporar ao mercado uma enorme massa de trabalhadores, aquelas mudanças também recriaram a classe operária numa extensão considerável e superior a todos os processos anteriores de crescimento dessa classe social, principalmente se considerarmos também a entrada da Índia e outros países asiáticos no processo de industrialização. Além disso, tais mudanças, principalmente aquelas puxadas pela China, causaram um forte impacto na inflação, no rebaixamento dos custos dos produtos e numa série de outros aspectos da economia e da política globais, que tiveram impacto positivo sobre as condições econômicas de algumas regiões do mundo.

As transformações no funcionamento do capitalismo, bem como as transformações nas classes trabalhadoras (tais como a redução do campesinato, a ampliação da proletarianização vis a vis a perda de peso relativo do operariado industrial), foram acompanhadas por um retrocesso generalizado das posições conquistadas pela esquerda, ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, tiveram o efeito positivo de aumentar o peso relativo do operariado industrial na China, Índia, Rússia e inúmeros outros países asiáticos.

Todos estes fenômenos constituíram o pano de fundo das mudanças ocorridas nos partidos de esquerda, tanto nos países capitalistas centrais quanto em vários países da periferia. No ângulo programático, muitos partidos comunistas derivaram para formulações de tipo social-democrata (ou seja, centradas na idéia de realizar reformas que melhorem as condições de vida para as maiorias sociais, sem tocar nos fundamentos do capitalismo, como a propriedade privada dos grandes meios de produção).

Muitos partidos social-democratas (e também comunistas) derivaram, por sua vez, para formulações de tipo neoliberal (ou seja, centradas na idéia de que o bom funcionamento da sociedade e, inclusive, a possibilidade de melhoria nas condições de vida das maiorias sociais, depende do livre-funcionamento do capitalismo, que deve ser liberto inclusive das regulamentações típicas do Welfare State).

### *Uma nova mudança de época?*

A vitória obtida pelo capitalismo, no último quartel do século XX, foi muito profunda, principalmente porque as primeiras tentativas de construção do socialismo parecem ter desabado devido ao peso de suas próprias contradições.

A derrota política e militar foi acompanhada por uma derrota social, ideológica e teórica de enormes proporções. Mas a comemoração dos vitoriosos foi relativamente curta; e os derrotados não tiveram muito tempo para pensar em suas feridas.

Neste início do século XXI, a ordem capitalista vitoriosa experimenta grandes contradições e enfrenta crescente contestação de intelectuais, movimentos sociais, partidos políticos e governos em várias regiões do mundo, mas principalmente na América Latina, onde vivemos numa conjuntura histórica nova, marcada pela eleição e coincidência no governo, desde 1998, de vários presidentes oriundos da esquerda.

Mas, embora a crise seja profunda, o capitalismo já demonstrou ter um fôlego surpreendente, equivalente a sua capacidade de destruir a natureza e a humanidade. Percebe-se este fôlego na América Latina, onde apesar da resistência e das vitórias parciais obtidas pela esquerda, as forças conservadoras, neoliberais e capitalistas mantêm sua hegemonia no terreno econômico-social, o controle das instituições internacionais e do poderio militar, além de conservar o controle completo do governo nacional em importantes países da região. Ou seja, e infelizmente: não há nenhum motivo que nos leve a crer que não possa haver mais capitalismo depois do neoliberalismo.

É nesse contexto histórico e geográfico que ganha peso o debate sobre o “socialismo do século XXI”. Embora recente, já há uma literatura abundante a respeito. A polarização política e a confusão ideológica estimulam o surgimento de opiniões *fast-food* e ecléticas, originada na maioria dos casos de quatro grandes fontes: a) a intelectualidade orgânica do Capital, especialmente a que está à frente de grandes meios de comunicação; b) uma

grande variedade de pensadores que professam vínculos com o socialismo, mas estão sob enorme influência do pensamento capitalista; c) um bom número de pensadores que agem como se a teoria revolucionária do século XX fosse suficiente para enfrentar os desafios deste século; d) um grande número de candidatos a profeta, herdeiros do socialismo utópico.

Há semelhanças entre esta confusão ideológica e o que ocorreu na virada do século XIX para o século XX. Então, como agora, as limitações teóricas da esquerda socialista não impediram a ocorrência de grandes lutas sociais e de revoluções. Mas tais limitações reduziram o potencial da contribuição que a esquerda deu à luta pelo socialismo.

Para construir respostas adequadas aos problemas atuais, a esquerda socialista precisa enfrentar o déficit teórico e político originado da crise e do desmanche do ‘campo socialista’, das décadas de hegemonia neoliberal, bem como de burocratização e degeneração ideológica de grande parte das organizações de esquerda, em todo o mundo. Alguns temas merecem especial atenção.

O primeiro deles é a atualização da crítica marxista ao capitalismo. O capitalismo atual não é o analisado por Marx, nem o analisado por Kautsky, Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburgo e tantos outros. As variadas interpretações dos marxistas dos séculos XIX e XX seguem sendo fundamentais, mas há muito tempo não são mais suficientes, embora hoje também vivamos um período de crises, guerras, grandes conflitos sociais e, assim esperamos, revoluções.

É importante precisar que o capitalismo atual não é o modelo que Marx tomou como base de sua análise (o capitalismo inglês do século XIX). Porém, o que Marx fez não foi uma análise histórica do capitalismo inglês, mas uma análise das leis do funcionamento, evolução e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Fez isso, analisando, “em laboratório” (abstração), sua célula tronco (a mercadoria,) livre das interferências externas (históricas, nacionais etc) que causam distorções particulares em sua evolução e desenvolvimento particular, em diferentes continentes, nações, regiões e locais. Não é por acaso que o capitalismo atual é tão parecido com o capitalismo “ideal” exposto por Marx.

Isto não quer dizer que o capitalismo não tenha contradições e aspectos que Marx não tenha conseguido detectar, ou que não existissem em sua época. No entanto, as descobertas de Marx sobre as contradições do capitalismo são fundamentais para descobrir novas contradições que o capitalismo atual pode portar. Em outras palavras, precisamos estudar bem O Capital e as demais obras clássicas do marxismo.

O segundo tema que merece especial atenção é a análise crítica das primeiras tentativas, derrotadas, de construir uma sociedade socialista. Análise que deve considerar com destaque os diferentes níveis de integração entre o “campo socialista” e o mundo capitalista.

O terceiro tema é o debate histórico e teórico sobre as relações entre o desenvolvimento capitalista e a construção do socialismo. É fundamental desfazer a confusão que muitos estabelecem entre toda e qualquer luta anticapitalista, e a luta pelo socialismo.

O quarto tema é o debate sobre a estratégia, não apenas de tomada do poder, mas também num sentido mais amplo, referente à transição em direção a uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, sem classes sociais nem Estado.

Já se disse que a primeira grande revolução socialista vitoriosa, a Revolução Russa, foi uma revolução “contra O Capital”: ao tomar o poder num dos elos mais fracos do desenvolvimento capitalista, o proletariado russo teria desmentido também a tese segundo a qual a revolução triunfaria em primeiro lugar nos países mais avançados.

No interior da tradição marxista e entre os revolucionários russos havia um grande debate sobre a relação entre desenvolvimento capitalista e revolução socialista. Lênin, que tinha consciência do paradoxo, dizia algo como: “é mais fácil tomar o poder na Rússia que na Alemanha; é mais fácil construir o socialismo na Alemanha que na Rússia”. Por isso mesmo, os bolcheviques acreditavam e esperavam que a Revolução Russa servisse de estopim para a tomada do poder em países mais avançados, a começar pela Alemanha.

Empurrado para a periferia, o socialismo pagou caro pelo “assalto aos céus”. O desenvolvimento econômico, principalmente a industrialização, tornou-se a principal preocupação dos novos regimes. Arrancando de um ponto de partida muito atrasado, os socialistas russos foram levados a lançar mão de alguns expedientes típicos da revolução industrial: longas jornadas, trabalho infantil, remunerações baixas, controles intensos sobre a mão-de-obra, proletarização forçada de camponeses.

A propriedade pública, o planejamento centralizado, a inexistência do consumo de luxo por parte da burguesia, somados ao impulso igualitário da revolução, possibilitaram altas taxas de crescimento econômico e uma elevação da qualidade de vida da população dos países socialistas. Mas embora tenham se aproximado, ao final não lograram acompanhar nem superar a potência econômica dos países capitalistas centrais.

Não se trata apenas de um problema restrito ao âmbito “econômico”.

Em geral, o socialismo começou a ser construído em países nos quais a maior parte dos trabalhadores não havia conhecido a mal denominada “democracia burguesa”. O baixo nível cultural e político da maioria da população, as conseqüências decorrentes da guerra civil e/ou da agressão externa, as necessidades da reconstrução econômica, somados à desmobilização pós-revolucionária, ajudam a entender as vicissitudes da “ditadura do proletariado” no século XX: as concepções que pregavam uma “democracia socialista restrita” encontraram terreno fértil para prosperar.

Quando comparamos a expansão geográfica do socialismo, no final da Primeira e da Segunda Guerra mundiais, com a expansão ocorrida durante a crise dos anos 1970, percebe-se claramente uma desaceleração. Nesse último período, as revoluções são escassas e ainda mais periféricas: as colônias portuguesas na África, a tríade indochinesa (Laos, Camboja e Vietnã), a revolução nicaraguense.

Mesmo a façanha notável que foi a derrota norte-americana no Vietnã, obra principalmente dos revolucionários daquele país, deve ser vista em perspectiva histórica: os norte-americanos perderam a “batalha”, mas ganharam a “guerra”, uma vez que normalizaram a situação nos próprios Estados Unidos, impediram que a Indonésia caísse sob controle comunista, além de terem “neutralizado” por algum tempo – às custas de um milhão de mortos e da destruição da infra-estrutura econômica -- o futuro governo do Vietnã.

Como já dissemos, a guerra de guerrilhas e o movimento revolucionário, como um todo, entram em descenso com a vitória do Vietnã. Esta foi o ápice do processo revolucionário do século 20. A partir daí, ainda temos algumas guerras de guerrilhas e algumas revoluções vitoriosas, mas no contexto de um descenso global.

Novamente, a batalha mais importante do período foi travada em solo americano e europeu. Entre o final dos anos 1960 e boa parte dos 1970, a esquerda majoritária nestes países foi não apenas incapaz de ir além de uma perspectiva reformista, como foi incapaz de tornar tais posições reformistas hegemônicas em suas próprias sociedades, cedendo terreno para as forças conservadoras que hoje conhecemos como neoliberais.

Foi operando a partir dos países capitalistas centrais, contando com as debilidades e erros do movimento socialista, que a burguesia conseguiu impor uma derrota fenomenal, ao longo dos anos 1980, à esquerda, em todas as suas variantes.

O desmonte da URSS, em 1991, independentemente da avaliação que façamos do “modelo soviético”, acelerou o processo, já em curso, de retrocesso nas conquistas políticas, econômicas e sociais da classe trabalhadora em todo o mundo.

### *Desfechos da situação atual*

Ao contrário dos que previam uma “globalização benéfica”, estamos vivendo novamente num período de crises, guerras e grandes conflitos sociais. Olhando em perspectiva, há três desfechos possíveis no médio e longo prazos:

- a) a destruição das partes em luta, hipótese que o velho Marx, tão distante dos determinismos que lhe imputam, incluiu no Manifesto Comunista;
- b) a continuidade do capitalismo, com taxas maiores ou menores de exclusão e democracia. Como nos anos 1950, a combinação entre capitalismo e níveis razoáveis de democracia e bem-estar social dependerá da existência de um forte movimento anticapitalista. Caso este movimento seja fraco, a aparência do capitalismo se aproximará cada vez mais das terríveis distopias apresentadas por filmes como *Mad Max*, *Blade Runner* e *Matrix*;
- c) a substituição do capitalismo por outra forma de organização da sociedade. Como o capitalismo não é eterno, no longo prazo ele tende a destruir a sociedade ou a ser substituído por outra organização social. Em que prazo e por qual modelo de organização social, são questões que serão respondidas pela luta de classes.

Se o fim do capitalismo é inevitável, a existência do comunismo é “apenas” uma “possibilidade”. O que faz do comunismo uma possibilidade e também uma “necessidade” histórica e não uma receita utópica, é que o próprio capitalismo cria as forças sociais e as pré-condições materiais necessárias à solução das contradições existentes no capitalismo e necessárias à instauração de uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção.

Da mesma forma como a propriedade privada, o mercado, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo foram necessidades históricas, criadas pelas contradições do processo de evolução das sociedades humanas, o socialismo e o comunismo são necessidades históricas.

Todas essas necessidades históricas realizaram-se como possibilidades, em determinadas condições. Algumas sociedades humanas foram destru-

ídas antes que suas necessidades históricas fossem transformadas em possibilidade. Socialismo e comunismo também são necessidades históricas, porque o capitalismo cria as contradições de sua inevitável destruição, ao mesmo tempo em que cria as pré-condições materiais para sua transformação numa sociedade de tipo superior. Ou seja, é o capitalismo que carrega tanto o vírus da destruição, quanto o da criação. É na disputa entre ambos que vai ser decidido se a necessidade se transformará em possibilidade e realidade.

Embora tenha descoberto que o capitalismo tendia a ser global, e que sua transformação em socialismo e comunismo teria que ocorrer em escala internacional, Marx se enganou, do ponto de vista político e histórico, ao pensar que as revoluções se dariam primeiro nos países capitalistas avançados. Já Lênin elaborou a teoria do elo mais fraco, embora não tenha se dado conta, inicialmente, que nessas condições, todas as revoluções socialistas tenderiam a ter que completar as pré-condições materiais sobre as quais o socialismo e o comunismo poderiam ser construídos. E, queiramos ou não, quando falamos em “pré-condições materiais”, estamos falando do desenvolvimento capitalista, ainda que sob controle de um Estado hegemônico pelos trabalhadores.

A imensa capacidade produtiva (e destrutiva) criada pelo capitalismo e os problemas daí derivados não têm solução possível nos marcos da propriedade privada dos meios de produção, num mundo dividido em classes sociais e Estados-nações.

Por outro lado, o capitalismo gera esta imensa riqueza a partir da exploração de uma classe de trabalhadores assalariados, cuja emancipação coletiva criará as condições para uma gestão também coletiva das riquezas e de toda a vida social.

Noutras palavras, o capitalismo cria ao mesmo tempo o “problema” e a “solução”, que poderá surgir da instauração de uma sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção.

Foi a partir deste raciocínio que surgiu a idéia de que o socialismo chegaria primeiro, onde o capitalismo fosse mais avançado. Esta idéia, como sabemos, foi *parcialmente desmentida* durante o século XX.

O *desmentido* deve-se ao seguinte: partidos socialistas chegaram ao poder naqueles países em que isso foi politicamente possível, não onde era materialmente mais provável a construção de uma sociedade superior ao capitalismo.

O *parcial* deve-se ao seguinte: na ausência de condições materiais favoráveis, o “socialismo realmente existente” nestes países foi marcado por

imensas limitações. O que facilitou o processo de cerco e sufocamento posterior destas experiências, pelo capitalismo.

Em resumo: se a revolução russa de 1917 foi “contra O Capital”, sua derrota no início dos anos 1990 foi uma dupla vingança do Capital: uma vitória da burguesia contra os trabalhadores, mas também uma vitória das teses marxistas, que previam a construção do socialismo onde o capitalismo fosse mais avançado.

No início do século XXI, a questão se coloca novamente: a “cadeia imperialista” parece estar se quebrando em seus elos mais fracos. Portanto, corremos o risco de uma repetição de muitos dos dilemas econômicos e políticos vivenciados pelas tentativas de construção do socialismo no século XX.

Como os bolcheviques de 1917 e outros que vieram depois, os socialistas do século XXI podem ser empurrados a radicalizar o processo histórico, mesmo que as condições objetivas não sejam as mais favoráveis. Mas, diferente deles (e também graças a eles e a tantos outros que vieram depois), podemos ter consciência mais precisa dos limites deste processo. Ter consciência significa, entre outras coisas, não confundir as formas transitórias com aquilo que se pretende como objetivo final; nem achar que toda luta anticapitalista é socialista.

### *Características da transição*

A transição socialista tem um ponto de partida político (a conquista do poder pelo proletariado), um ponto de chegada político-social (a abolição das classes e do Estado) e um parâmetro (sem o qual não faz sentido falar em transição): a progressiva socialização da produção, da propriedade e do poder político.

A transição da sociedade capitalista para uma sociedade comunista é tarefa iniciada em escala nacional e realizada em escala internacional, ocupando um longo período histórico. Será, certamente, algo muito mais complexo do que foi a transição do feudalismo ao capitalismo, uma vez que agora se trata de construir uma sociedade sem exploração nem opressão.

Em certo sentido, podemos localizar elementos de transição no momento em que o capitalismo se firma como um novo modo de produção. Isto porque o desenvolvimento do capitalismo é uma contradição em processo: o crescimento da produtividade humana, condição necessária para a construção de uma sociedade igualitária, é a contra-face da



exploração que empurra os trabalhadores a lutar contra o capitalismo. O desenvolvimento capitalista gera as condições necessárias para a luta e para a futura edificação de outra sociedade, baseada na igualdade e na abundância.

A luta dos trabalhadores ensina o conjunto da classe, mas os níveis de consciência daí resultantes são variados. É uma ilusão supor que toda a classe de trabalhadores fará uma intervenção plenamente consciente na luta por outra sociedade. A maioria lutará, no fundamental, porque tomou consciência do fato de que não pode continuar vivendo como até então. Essa é uma consciência principalmente “negativa”, que sabe pouco ou quase nada sobre o que deve ser construído no lugar daquilo que precisa ser destruído. Apenas uma parte da classe terá uma consciência mais clara sobre a sociedade que deve ser construída e, mesmo assim, esta consciência não passará, no fundamental, de uma teoria a ser testada pela prática.

Em certo sentido, a transição para uma sociedade socialista está presente na luta cotidiana dos trabalhadores, por maiores salários, menores jornadas, melhores condições de vida, por democracia etc. O programa dessas lutas cotidianas é parte constituinte do programa maior, de luta do Trabalho contra o Capital. Ao mesmo tempo, estas lutas imediatas fazem parte do processo de acúmulo de forças, necessário para a construção de um movimento revolucionário.

Mas a luta cotidiana é travada contra certas manifestações concretas do capitalismo, não contra o capitalismo como um todo. A luta por menores jornadas e maiores salários, por exemplo, não é uma luta pela abolição do sistema de assalariamento, no qual algumas pessoas são proprietárias dos meios de produção, enquanto outras são obrigadas a vender a sua força de trabalho para poder sobreviver.

Num sentido mais preciso, o processo de transição para uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção tem início quando os trabalhadores realizam uma revolução política e social, tomam o poder de Estado num país ou grupo de países, colocam sob controle social parte dos meios de produção e iniciam as transformações políticas, econômicas e sociais coerentes (mesmo que no longo prazo) com a construção de uma sociedade sem classes e sem Estado.

Entre a revolução e aquele ponto em que não haja mais exploração nem opressão, perpassa um longo período histórico, a que já se deu diversos nomes: “transição socialista”, “fase inicial do comunismo”, “construção do socialismo” ou simplesmente “socialismo”.

Neste longo período histórico, convivem formas econômicas, políticas e mecanismos culturais contraditórios. Ainda não terão desaparecido os mecanismos da velha ordem capitalista, nem terão se consolidado os traços da sociedade e da economia sem classes. Será um período de tensões e conflitos sociais.

A luta por uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção é uma luta de classes, uma luta dos trabalhadores contra os capitalistas. Durante esta luta, indivíduos pertencentes originalmente a outras classes integram-se à luta dos trabalhadores. Ocorrem também alianças de classe, por exemplo, quando o campesinato ou setores médios urbanos aliam-se aos trabalhadores assalariados na luta contra os capitalistas.

Em todas as revoluções socialistas ocorridas no século XX, ocorreram alianças entre os trabalhadores assalariados e os trabalhadores pequenos-proprietários camponeses. Geralmente, foi o campesinato quem forneceu a maior parte das forças revolucionárias.

A aliança assalariados/camponeses (ou, de maneira geral, assalariados/pequenos proprietários) possui contradições internas, ligadas aos diferentes interesses dessas classes sociais. A principal delas diz respeito ao caráter da propriedade: o campesinato tende sempre a defender a manutenção da propriedade privada; já os assalariados, embora possam individualmente desejar o mesmo, enquanto classe só podem ser proprietários coletivos. Essas contradições estão na base de muitos dos conflitos ocorridos nas diversas tentativas de construir o socialismo.

Outra contradição de classe muito comum ocorre entre os partidos e as classes revolucionárias. Uma vez no poder, os círculos dirigentes do Estado, do partido e das organizações sociais geralmente conquistam um acesso diferenciado ao poder e a riqueza. No socialismo do século XX, esta clivagem política e social – embora geralmente inferior às diferenças existentes, no capitalismo, entre um trabalhador e um burguês – ganhou uma dimensão tal que muitos analistas chegaram a falar do surgimento, nas sociedades socialistas, de uma classe (ou pelo menos de uma fração de classe) diferenciada.

Acabar com as classes sociais e com a luta de classes é um objetivo, mas este objetivo não é factível senão na fase final de “construção do socialismo”. Partindo do pressuposto de que se conquistou o poder num país em que o capitalismo ainda não criou todas as pré-condições para passar do socialismo ao comunismo, nossos principais objetivos serão:

- a) impedir que a vanguarda da revolução descole de sua base social e converta-se em um novo foco de exploração e opressão. Em outras

palavras, essa vanguarda deve ter uma visão clara dos objetivos estratégicos, um trabalho constante de reforço de seus valores ideológicos, um estilo de trabalho que tome as grandes massas trabalhadoras como centro de suas preocupações e métodos de trabalho científicos de investigação e análise da realidade;

b) não ter medo de combinar diferentes formas de propriedade, inclusive capitalistas, para desenvolver as forças produtivas materiais, isto é, construir as “pré-condições” para o comunismo, tendo as empresas sociais estatais como instrumentos orientadores, utilizando o mercado para o cálculo econômico, e transformando as ciências e as tecnologias em principais forças produtivas.

c) administrar as contradições entre as classes revolucionárias, para que elas não evoluam no sentido do rompimento da aliança. Em outras palavras, ter ação permanente para elevar o padrão de vida, a educação científica e a cultura das classes trabalhadoras e populares, estar atento às contradições que surgem no processo de construção socialista, principalmente tendo em conta a presença de forças produtivas capitalistas, reduzir constantemente as polarizações de renda, incentivar a organização sindical e popular, pressionar os capitalistas a atender às necessidades sociais etc.

d) derrotar as tentativas que os capitalistas farão para retornar ao poder político. Em outras palavras, a questão do poder político continua sendo a chave.

### ***A situação dos países centrais***

Nossa luta é internacional, em pelo menos quatro sentidos: quanto a sua meta, que é a construção de uma sociedade sem classes nem Estado, em escala internacional; quanto ao seu inimigo, que defende o capitalismo em escala internacional; quanto aos seus aliados, que são movimentos, partidos ou Estados que lutam pelo socialismo em outros países; quanto à conjuntura, já que crises internacionais aguçam as contradições internas a cada país.

Em escala mundial, a construção de uma sociedade sem classes será um processo desigual e combinado. Desigual, porque em alguns países os socialistas chegarão ao poder e começarão a tentar construir uma sociedade de outro tipo, ao mesmo tempo em que noutros países estaremos ainda submetidos ao capitalismo –sendo que cada país estará num estágio diferente de desenvolvimento econômico, político e social. E combinado, porque as vitórias (e as derrotas) do movimento, nos diferentes países, se influenciam.

A luta pelo socialismo envolveu até hoje enormes movimentos políticos, lutas econômicas e sociais de grande envergadura, grandes revoluções, em pelo menos quatro continentes, conflitos militares de baixa e alta intensidade, em todo o mundo.

A história desta luta pode ser dividida em cinco grandes períodos. No primeiro deles, os trabalhadores constituem a ala esquerda das revoluções burguesas. Este momento encerra-se com o levante operário de junho de 1848, quando a “liberdade, igualdade e fraternidade”, lemas da revolução burguesa, transformam-se em “cavalaria, infantaria, artilharia”.

Num segundo período, coincidente com a expansão capitalista ocorrida na segunda metade do século XIX, o movimento dos trabalhadores ganha caráter de massa. É a época de ouro da social-democracia, que derrota o anarquismo e o sindicalismo revolucionário e torna-se força hegemônica no movimento socialista.

Num terceiro período, o surgimento do imperialismo, a Primeira Guerra Mundial e as revoluções russa e alemã abrem uma nova etapa histórica, que foi acompanhada da divisão entre social-democratas e comunistas. No centro da discórdia, a disjuntiva reforma ou revolução. Com exceção da Revolução Russa, trata-se de uma época de derrotas para o movimento dos trabalhadores: derrota da revolução alemã e húngara, depressão econômica, ascensão do nazi-fascismo, esmagamento da revolução espanhola, Segunda Guerra Mundial.

A derrota do nazismo abriu um quarto período para o movimento socialista, marcado pelas vitórias simultâneas do comunismo e da social-democracia, que estabelecem - cada qual a sua maneira - um *modus vivendi* com o capitalismo, agora hegemônico pelos Estados Unidos. A luta revolucionária pelo socialismo desloca-se para a periferia do capitalismo: Vietnã, África, América Latina. Nos países capitalistas centrais, predomina o reformismo, numa versão rosa (social-democrata) ou vermelha (comunista).

O quinto período tem início com a crise dos anos 1970. Depois de duas décadas de expansão, o capitalismo vê as taxas de crescimento declinarem. A burguesia rompe com o *status quo*, iniciando uma prolongada ofensiva contra os trabalhadores, sob a bandeira do chamado neoliberalismo. Como sabemos, a ofensiva foi exitosa, vitimando o “Estado de bem-estar social”, o chamado campo socialista e as nações da periferia capitalista que --no período anterior-- haviam construído algum grau de soberania política e econômica.

Ao deslocar o bastão para o lado direito, a burguesia preparou o terreno para um novo e sexto período da luta pelo socialismo.

Como ocorreu no século XX, as primeiras vitórias parciais do século XXI estão se dando em países periféricos. Ademais, são vitórias extremamente parciais: o processo em curso na Venezuela e na Bolívia, por exemplo, não é uma revolução no sentido clássico da palavra (ou seja: não assistimos a destruição do aparelho de Estado e sua substituição por outro; nem tampouco à expropriação das antigas classes dominantes).

Noutras palavras: ao contrário do debate provocado pela revolução russa, a discussão sobre o “socialismo do século XXI” se dá em terreno ainda muito frágil. Até porque já sabemos que é muito mais difícil construir o socialismo, tendo como ponto de partida condições econômicas e sociais atrasadas.

No século XX, como já assinalamos, os socialistas não conseguiram tomar o poder em nenhum país capitalista central --no máximo, algumas coalizões de esquerda chegaram ao governo de países europeus. Ao mesmo tempo, o capitalismo manteve no fundamental intactas suas reservas estratégicas, de onde partiam os contra-ataques - agressões militares, sabotagem econômica, bloqueios, pressões políticas e diplomáticas, propaganda contra-revolucionária - que tanto dano causaram e causam ao socialismo.

Este prossegue sendo, neste início de século, um dos grandes desafios do movimento socialista: tomar o poder e iniciar a construção do socialismo nos países capitalistas centrais.

### ***Anti-capitalismo e socialismo***

É importante lembrar que nenhuma das “revoluções socialistas” realizadas ao longo do século XX iniciou tendo como objetivo acabar com o capitalismo.

Em alguns casos, o que provocou a emergência de uma revolução foi a luta contra relações pré-capitalistas (o feudalismo, por exemplo). Noutros, tratava-se de superar formas específicas assumidas pelo capitalismo (o colonialismo, por exemplo). Ou, mais simplesmente, derrotar uma ditadura ou acabar com uma guerra.

A maioria destas lutas e revoluções foi dirigida por organizações políticas que propunham acabar com o capitalismo. Parte delas recebeu apoio político e material da URSS ou de outros países socialistas. E, como regra geral, todas foram atacadas pelo imperialismo norte-americano e pela

burguesia, que viam estas lutas e revoluções como parte da “ofensiva do comunismo contra a democracia”. Estes ataques ajudaram a “empurrar” os processos revolucionários em direção ao socialismo, mesmo quando as condições materiais e subjetivas sugeriam mais cautela.

Por vários caminhos, portanto, os partidos no poder não apenas buscaram, mas também em certa medida foram forçados a tomar medidas que foram muito além dos objetivos iniciais da revolução.

Em todas as revoluções socialistas do século XX, o bloco revolucionário era conformado por diferentes frações dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores pequenos-proprietários.

Dito de outra maneira, as forças revolucionárias eram anticapitalistas em dois sentidos diferentes. Algumas, no sentido da luta do pequeno proprietário contra o grande capitalismo. Outras, no sentido socialista, que visa substituir a grande propriedade privada capitalista pela propriedade coletiva. Inclinar a balança em favor do socialismo implicava, portanto, em tensionar as relações no interior do próprio campo revolucionário.

Por isto, embora a radicalização na maioria das vezes ocorra apesar da nossa vontade, é preciso evitar confundir nossa vontade política (ou mesmo a vontade política momentânea de amplos setores de massa), com a existência das condições materiais, objetivas e subjetivas, para construir o socialismo.

Não se trata de um problema novo. Fórmulas clássicas (“transição”, “revolução permanente”, “etapismo”, “governo democrático-popular”) foram inventadas para dar conta destas e de outras contradições. Alguns perguntaram, inclusive, se seria correto chamar de socialismo a um processo no qual permanecem atuando formas capitalistas, mesmo democráticas.

Colocando o problema em termos mais gerais: é comum dizer que o século XX foi marcado pelo conflito entre capitalismo e socialismo. Mais exato seria dizer que foi marcado pelo conflito entre capitalismo e anticapitalismo, conflito que em algumas circunstâncias seguiu um rumo pró-socialista.

Foi e segue sendo difícil distinguir anticapitalismo e socialismo. Afinal, as lutas anticapitalistas estão geralmente sob direção de forças socialistas; e a luta socialista é, historicamente falando, a radicalização mais conseqüente da luta anticapitalista.

É importante lembrar, por fim, que temos uma geração inteira de militantes e filiados petistas que “desaprendeu” (ou que nunca aprendeu) o que é o socialismo e a estratégia. Ademais, há uma geração anterior que

em parte abandonou o socialismo. Ambas as coisas nos obrigam a enfatizar fortemente que *travamos a luta contra o neoliberalismo, a partir de uma estratégia socialista*.

A hegemonia neoliberal provocou um retrocesso generalizado (no terreno ideológico, das relações sociais etc.), nos obrigando a percorrer caminhos e enfrentar questões mais próximas do desenvolvimentismo capitalista do que da edificação socialista. Isso tem incidência nas tarefas práticas de um governo de esquerda (seja ele produto de um processo revolucionário ou de um processo eleitoral).

Mas se isto é verdade, também é verdade que *o neoliberalismo capitalismo é*. E, num certo sentido, é um capitalismo mais “puro”, mais “selvagem”, mais “limpo de mediações”. Nesse sentido, seria um erro enfatizarmos isoladamente o caráter “anti-neoliberal” de nosso projeto, como se pretendêssemos ou fôssemos obrigados a estabelecer uma “etapa” não-socialista entre a luta anti-neoliberal e a luta socialista.

A maneira correta de enfrentar esta questão envolve dois movimentos combinados. Por um lado, enfrentar os dilemas reais da sociedade, sempre a partir de uma perspectiva socialista (mesmo que, dada a correlação de forças, adotar uma perspectiva socialista não implique, em cada caso e momento concreto, soluções socialistas). Por outro lado, reforçar a propaganda da sociedade socialista que pretendemos construir, marcada pelos seguintes traços distintivos:

*O compromisso internacionalista*, que parte de uma dupla constatação: primeiro, de que somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que todos temos direito e de que todos devemos cuidar; segundo, que o capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor uma alternativa mundial de organização social. E, enquanto existirem os Estados nacionais, eles devem ter sua soberania respeitada, cooperando para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. A nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente. Trata-se, também, de substituir os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial por novas instituições, por outros organismos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz;

O *planejamento democrático e ambientalmente orientado*, que compreenda a economia como meio de atender as necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

A *propriedade pública dos grandes meios de produção*, uma vez que as riquezas da humanidade são criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. Não haverá democracia, enquanto algumas centenas de grandes empresas controlarem a riqueza e o poder político no mundo. O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social, que assuma as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista quanto o planejamento verticalista hegemônico em tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização do trabalho, capaz de superar sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

A *mais profunda democratização*, o que supõe democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; a igualdade de gênero, a igualdade racial e a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. Esses temas também são estruturantes em nosso projeto socialista. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos fundamentais na nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia



representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

Os petistas socialistas sabem que têm pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declaram-se, mais do que nunca, dispostos a realizá-lo. O Partido dos Trabalhadores deve ajudar a construir um movimento socialista, de caráter nacional e internacional. Para atingir este objetivo, será necessário dar conta de pelo menos duas grandes tarefas.

A primeira grande tarefa é de natureza teórica: estudar o capitalismo, precisar a natureza do período histórico que estamos atravessando, reinterpretar ou atualizar a leitura de categorias clássicas como o imperialismo e o capital financeiro, abordar questões surgidas do desenvolvimento mais recente.

Precisamos retomar o balanço das tentativas de construção do socialismo no século XX; o debate acerca das características futuras do socialismo, no mundo e no Brasil; e a estratégia de luta pelo socialismo, especialmente no contexto latino-americano, o que nos remete ao debate sobre o internacionalismo.

Devemos estimular o partido a conhecer melhor a situação internacional. A conjuntura na América Latina é muito diferente do que se passa nos Estados Unidos (onde a esquerda, desde há muitos anos, é uma forma marginal); na Europa (onde a direita tornou-se hegemônica); no Oriente Médio (onde a luta antiimperialista é forte, mas hegemônica por outra matriz político-ideológica); na África (onde está em curso uma onda de investimentos capitalistas, visando controlar as fontes de matérias primas); e na Ásia, onde é necessário estudar o que se passa na China e na Índia.

Outro tema sobre o qual se necessita retomar a elaboração é o da “teoria sobre a revolução brasileira”. Dentre as velhas e novas questões que devem integrar a necessária “nova síntese” sobre a formação social brasileira, destacamos a situação das grandes cidades brasileiras; a importância assumida por setores sociais como a juventude, o comportamento dos setores médios e da intelectualidade; a persistência das tradições, incluindo as mudanças e continuidades na instituição familiar, e a emergência de novas formas de sociabilidade comunitária; o lugar do Brasil na divisão

internacional do trabalho, a estrutura de classes no país e as tendências da evolução do capitalismo brasileiro. Neste terreno, os esforços de síntese que continuam servindo de referência para a esquerda têm entre 70 anos e 30 anos, como é o caso das obras de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Florestan Fernandes. Ganha especial destaque o tema das classes sociais, em particular o comportamento dos setores da classe trabalhadora que têm experimentado uma ascensão na capacidade de consumo durante o governo Lula.

Não precisamos ter uma posição única, nem devemos cair na ilusão de que seremos capazes de produzir uma visão definitiva a respeito de cada um destes assuntos. Mas precisamos retomar o debate acerca das tendências do desenvolvimento capitalista e sobre as características da formação social brasileira, resultando numa síntese que dê conta do programa que defina o Brasil que queremos; da estratégia para viabilizar aquele programa; da política de organização partidária compatível com nosso programa e estratégia.

A segunda grande tarefa é, exatamente, retomar a construção de uma estratégia de poder direcionada para a superação das relações capitalistas existentes em nosso país, tema abordado nos próximos capítulos.

## CAPÍTULO 2

### Estratégia

No sentido mais amplo da palavra, a estratégia socialista é o plano geral da “campanha” que travamos pela superação do capitalismo e pela implantação de uma sociedade sem classes e sem Estado, sem exploração nem opressão. Portanto, estamos falando de uma dupla transição:

- a) uma transição de modo de produção: do capitalismo para o comunismo;
- b) uma transição de era histórica: da era da sociedade humana dividida em classes, para uma era onde não haverá mais classes sociais.

Por óbvio, esta dupla “transição” ocupará um longuíssimo período histórico, cuja duração é impossível determinar de antemão. Também por isto, é necessário designar diferentemente o objetivo final (uma sociedade comunista) e o período de transição (o socialismo).

Se o socialismo é um período de transição, como já dissemos anteriormente, isto significa que ele tem um ponto de partida (o capitalismo) e um ponto de chegada (o comunismo). A transição consiste no processo de socialização da produção, da propriedade e do poder político.

Uma parte desta transição está em curso, já agora, no capitalismo: trata-se da ampliação da capacidade produtiva, condição material básica para a existência de uma sociedade sem classes. Esta ampliação da capacidade de produzir é o que denominamos desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja: produz-se cada vez mais, com cada vez menos tempo de trabalho.

A ampliação da produtividade do trabalho torna possível uma sociedade que não esteja baseada na exploração do trabalho; cria, ainda, a possibilidade de uma sociedade sem carências materiais.

A maneira como o capitalismo desenvolve as forças produtivas socializa o processo de produção. Como sabe qualquer trabalhador fabril, o processo produtivo é cada vez mais integrado, interdependente, coletivo e não precisa do capitalista para funcionar.

Mas os capitalistas existem, organizam o processo de produção e se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo trabalho. Mais que isso: o fato do processo de produção, no capitalismo, ter como objetivo não a satisfação das necessidades materiais da população, mas sim a reprodução ampliada do próprio Capital, faz com que o capitalismo e toda a sociedade sofram crises cíclicas.

Portanto, para tornar realidade as possibilidades (ou potencialidades) libertadoras da socialização da produção (socialização produzida pelo próprio capitalismo), é necessário socializar também a propriedade. Para uma produção coletiva, uma propriedade também coletiva; para uma produção que é social, uma propriedade também social. Mas para que a propriedade seja colocada sob controle social, é necessário alterar a correlação de forças política existente na sociedade.

Acontece que o processo de desenvolvimento capitalista não é homogêneo, não é uniforme. O grau de socialização da produção é desigual, de país para país, de ramo para ramo, de época para época.

Acontece, também, que não existe nenhuma relação direta, mecânica, entre estágio de desenvolvimento das forças produtivas, de um lado, e criação das condições necessárias à tomada do poder pelos trabalhadores.

No século XX, por exemplo, os trabalhadores tomaram o poder exatamente em países com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. O que os colocou diante da necessidade de utilizar o poder de Estado não apenas para “socializar a propriedade”, mas também para “socializar a produção”.

Para socializar a produção, os governos revolucionários foram obrigados a lançar mão de medidas que iam desde a democratização da propriedade privada (como a reforma agrária), até a adoção do capitalismo de Estado.

Voltando à questão inicial: no sentido mais amplo da palavra, estratégia socialista é o plano geral da “campanha” que travamos pela superação do capitalismo e pela implantação de uma sociedade sem classes e sem Estado, sem exploração nem opressão.

Esta campanha, entretanto, se divide em duas partes: a) a estratégia que visa conquistar o poder político; b) a estratégia que visa socializar o poder, a propriedade e a produção, após a conquista do poder.

A primeira parte pode ser concluída em âmbito nacional. A segunda parte só pode ser concluída num terreno mais amplo, de preferência mundial.

Em última análise, o que diferencia o socialismo marxista de outras correntes é perceber que a superação do capitalismo é um problema histórico-material.

Assim, tanto a estratégia de conquista do poder, quanto a estratégia de construção do socialismo, devem levar em conta duas questões cruciais: as formas de propriedade e as forças produtivas existentes em cada país capitalista dado.

Entretanto, estas questões têm um peso distinto em cada uma das estratégias citadas acima (a que visa conquistar o poder e a que visa edificar uma sociedade socialista).

Por exemplo: se o estágio de desenvolvimento econômico fosse a variável determinante na decisão estratégica sobre a conquista do poder político, os trabalhadores não deveriam ter tomado o poder em nenhum dos países onde ocorreram “revoluções socialistas” ao longo do século XX. Afinal, em todos estes países o estágio de desenvolvimento material, bem como das relações capitalistas, era extremamente baixo. Aliás e paradoxalmente, foi graças às revoluções que o desenvolvimento material, em geral, se acelerou.

Portanto, a política (correlação de forças, possibilidade de sucesso, oportunidade posta pelo momento, inevitabilidade da luta direta pelo poder, risco de ser massacrado pela contra-revolução) constitui a variável determinante na estratégia de conquista do poder. Mas não é, tomada isoladamente, a variável fundamental na estratégia de construção do socialismo.

É possível conquistar o poder num país economicamente atrasado. Mas não é possível socializar plenamente o poder e a propriedade, num país economicamente atrasado.

A socialização do poder e a socialização da propriedade precisam, pois, caminhar juntas com a socialização da produção: é necessário desenvolver as forças produtivas, o que exigirá manter, durante determinado tempo, relações capitalistas de produção (sempre é bom lembrar: a organização e os métodos de trabalho do capitalismo foram um fator fundamental na ampliação da capacidade produtiva da humanidade).

### ***Desenvolvimento e governos eleitos***

O raciocínio acima exposto, que vale para os processos revolucionários, pode ser aplicado para os governos de esquerda, governos eleitos, que não foram produto de um processo revolucionário?

Por um lado, é claro que o problema do desenvolvimento produtivo é fundamental para o sucesso dos governos de esquerda eleitos, como foram fundamentais para os governos revolucionários, em qualquer época.

Tanto num caso, quanto noutro, apenas a política (no sentido da vontade) não é suficiente. Assaltar os céus não enche barriga, nem firmeza ideológica sozinha é suficiente para garantir a defesa nacional.

Entretanto, é preciso deixar clara a diferença fundamental existente entre a situação vivida num processo revolucionário e a situação vivida em governos eleitos. Na primeira situação, o apelo a métodos capitalistas para desenvolver a capacidade produtiva é contrabalançado pela força política do Estado revolucionário. Na segunda situação, o desenvolvimento acelerado que todos queremos não tem, como contrapeso, um poder estatal pró-socialista.

Por isto, ao mesmo tempo em que os governos eleitorais de esquerda precisam impulsionar o desenvolvimento produtivo, é fundamental também disputar a natureza deste desenvolvimento e reforçar, de maneira “desproporcional”, o aspecto político.

Neste sentido, o dilema não está restrito a fazer alianças ou não com setores capitalistas. O dilema é mais amplo: como equacionar o necessário desenvolvimento da capacidade produtiva, com a estratégia política que visa, além de manter o governo, conquistar o poder.

Nesta questão, várias combinações são possíveis. É possível favorecer economicamente o setor capitalista e acumular politicamente forças para a classe trabalhadora. É possível desfavorecer economicamente o setor capitalista e desacumular politicamente para a classe trabalhadora. Mas também é possível favorecer economicamente o setor capitalista e desacumular politicamente ou desfavorecer economicamente o setor capitalista e acumular politicamente.

As condições para a conquista do poder e as condições para a construção do socialismo não se formam juntas. Portanto, esperar (como defendiam os adeptos do “etapismo”) que ambas coincidam pode significar abrir mão da tomada do poder.

Mas também devemos reconhecer que a conquista do poder, em condições extremamente atrasadas do ponto de vista econômico-material, gerou tentativas de construção do socialismo totalmente diferentes daquilo que o movimento socialista imaginava. Portanto, podemos e devemos recusar o “etapismo”, mas não podemos nem devemos recusar a problemática que aponta o caráter central do desenvolvimento das forças produtivas, numa estratégia socialista.

O momento em que vivemos exige, sem sombra de dúvida, um grande debate sobre a natureza do capitalismo e sobre a necessidade do socialismo. É preciso saber combinar adequadamente este debate com a ação prática de nossos governos, partidos e movimentos, levando em consideração que ainda estamos numa etapa de “defensiva estratégica”.

Nosso problema reside, portanto, no seguinte: como construir uma

estratégia socialista, nos marcos de uma situação política não revolucionária, em que uma esquerda majoritariamente reformista está dirigindo um pedaço do aparelho de Estado? E, nos marcos desta estratégia geral, qual política de desenvolvimento devemos defender?

Precisamos, por exemplo, investir na ampliação da infra-estrutura econômica, material. Nas condições atuais, não há como fazer isso, sem também recorrer ao setor privado (como agente, como sócio ou contratado pelo Estado). Mas para combinar corretamente as tarefas democráticas com as tarefas socialistas, precisamos equacionar o necessário desenvolvimento da capacidade produtiva (que é um problema tanto tático quanto estratégico), com a estratégia política de disputa e conquista do poder.

Isto significa adotar medidas que aumentem a fortaleza social e política das classes trabalhadoras; que ampliem o peso do capitalismo monopolista de Estado, frente ao capitalismo monopolista privado; que ampliem o peso da pequena e média propriedade capitalista, frente ao capital monopolista privado; que ampliem o setor público não-mercantil (políticas sociais), frente ao setor mercantil; que ampliem a forma produtiva do capital, frente à especulação financeira.

Aos socialistas interessa transformar a luta por soberania, por integração continental, por democracia e por melhores condições de vida para nossos povos, numa luta pelo socialismo. Não queremos nem podemos aceitar que nosso programa máximo seja a luta contra o neoliberalismo, contra o imperialismo e contra os latifúndios. Queremos transformar a luta anticapitalista em luta socialista. Vejamos como estas questões foram abordadas pelo PT, nos últimos vinte anos.

### *A estratégia proposta em 1987*

Um ponto alto da formulação estratégica do PT foi o 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, que afirmava o seguinte: “para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia”.

Apresentando a burguesia como inimiga principal, o 5º Encontro defendia a aliança dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores pequenos proprietários, na luta pelo socialismo.

Tendo em vista que não estavam “colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas trabalhadoras, nem a luta pela tomada do poder, nem

a luta direta pelo socialismo”, o 5º Encontro defendia a adoção de uma política de acúmulo de forças, combinando a construção do próprio PT, a construção do movimento social e a ocupação de espaços institucionais.

Mesmo não estando colocada na ordem do dia a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo, a resolução do 5º Encontro defendia que o PT se apresentasse para toda a sociedade como um partido socialista. E afirmava que “a alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa no País é democrática e popular e está articulada com a nossa luta pelo socialismo”.

A resolução do 5º Encontro dizia ainda que, “na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas. Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista”.

Levando em consideração o que afirmavam tanto o 5º Encontro quanto o 6º Encontro Nacional, do PT (este último realizado em 1989), podemos dizer que no final dos anos 1980 o PT enxergava assim o seu “caminho para o poder”:

- ⇒ O objetivo estratégico é o socialismo;
- ⇒ A luta pelo socialismo exige construir e conquistar o poder político;
- ⇒ Construir o poder exige acumular forças, através da construção do Partido, organização dos movimentos sociais, ocupação de espaços institucionais, realização de alianças e formação de uma cultura socialista de massas;
- ⇒ Existem alianças sociais e políticas, estratégicas e táticas, sendo que a aliança estratégica se realiza entre os trabalhadores assalariados e os trabalhadores pequeno proprietários;
- ⇒ As classes trabalhadoras possuem reivindicações e objetivos imediatos, táticos e estratégicos, que entram em choque fundamentalmente



com os interesses dos latifundiários, do grande capital monopolista e do imperialismo;

⇒ As reivindicações e objetivos das classes trabalhadoras são sistematizadas pelo programa democrático-popular;

⇒ O programa democrático-popular detalha os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional, articulando as tarefas antilatifundiárias, antimonopolistas e antiimperialistas com a luta pelo socialismo;

⇒ Nas condições do Brasil dos anos 1980, as disputas eleitorais e o exercício de governos constituem parte importante da política de acúmulo de forças, portanto integram o processo de construção do poder;

⇒ A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular;

A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder.

A estratégia proposta pelo PT nessa época permitia, além do resumo feito no item anterior, outras interpretações. Estas diferentes interpretações decorriam, em parte, das limitações e contradições internas das resoluções citadas. Decorriam, também, das dificuldades políticas e conceituais inerentes ao próprio conceito de transição socialista.

### ***Governo resultado da ruptura versus governo eleito***

No início do século XX, imaginava-se que a transição socialista teria início em países onde o capitalismo era mais avançado. Mas as revoluções e tentativas de construção do socialismo, ocorridas a partir de 1917, deram-se todas em países onde o capitalismo era pouco desenvolvido, conforme destacamos anteriormente.

Nesses países, se os trabalhadores assalariados quisessem ter o apoio da maioria da população, eles precisavam fazer uma aliança com o camponato (trabalhadores pequeno proprietários). Isso exigia deixar claro, para esses aliados, que o processo de socialização imposto à grande propriedade capitalista não afetaria, ou afetaria de maneira diferente, a pequena propriedade individual ou familiar.

Essa promessa foi feita, por exemplo, pelos bolcheviques russos, em 1917. Mas na prática, houve imensos conflitos com o campesinato e um brutal processo de coletivização forçada da pequena propriedade privada camponesa.

Em parte por conta deste problema gravíssimo, após a Segunda Guerra Mundial, quando partidos comunistas chegaram ao poder na China e em vários países da Europa Oriental, os novos governos foram denominados de “democrático-populares”.

O uso do termo “democrático-popular” visava deixar claro que, nesses países, se manteria o espaço da pequena propriedade privada, individual ou familiar. Noutras palavras, o uso do termo “democrático-popular” visava deixar claro que a existência de um governo socialista resultante do processo revolucionário (ou, em alguns casos, do fato do Exército Vermelho soviético ter assumido o controle de vários países, após a derrota das tropas nazistas) não implicava automaticamente na socialização do conjunto da propriedade e do processo de produção.

No caso daqueles países, onde o capitalismo era muito atrasado e que muitas vezes não haviam experimentado revoluções democrático-burguesas vitoriosas, o governo socialista teria que dar cabo de “tarefas inconclusas”, “não realizadas” ou “típicas de revoluções democrático-burguesas”, como a independência nacional, a reforma agrária e a democratização política.

Segundo esta tradição, falar de “governo democrático-popular” equivalia a falar de “fase anterior à revolução propriamente socialista”; ou, numa versão mais radical, equivalia a falar da “primeira fase da transição socialista”. Estas duas interpretações resultavam, como é óbvio, em conclusões políticas muito diferentes.

Guardadas as proporções, já na década de 1980 e posteriormente, foi muito comum, no Brasil, a confusão teórica entre o governo democrático-popular que daria término à Nova República versus o governo democrático e popular que daria início à transição socialista.

A distinção deveria ser muito clara: no primeiro caso, o governo democrático-popular seria produto de um processo eleitoral e daria curso a uma democratização política e econômica do capitalismo. No segundo caso, o governo democrático-popular seria produto de uma ruptura revolucionária e inauguraria a marcha para o socialismo.

Acontece que as resoluções do 5º e do 6º Encontros dão o mesmo nome para ambas as coisas, quando o mais adequado talvez tivesse sido dar nomes distintos, para governos cujo conteúdo e tarefas eram diferentes.

A resolução do 6º Encontro demonstra que havia consciência da diferença, pois afirma claramente que “embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais. Tudo isso criará as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas”.

Em seguida, a resolução do 6º Encontro afirma o seguinte: “um governo do PT e a Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no país, de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. A efetivação de medidas deste gênero, mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente (...) o PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil (...) o governo democrático e popular e o início da transição socialista são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática (...) A implementação na globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista”.

Ou seja: embora reconhecendo que se tratava de governos com conteúdos e tarefas distintas, a resolução do 6º Encontro (dando continuidade ao que era dito na resolução do 5º Encontro) trabalhava com a hipótese de que a passagem de um para outro se daria rapidamente. Ambos os governos seriam não apenas “elos de um mesmo processo”, mas também elos muito próximos no tempo.

### ***O surgimento da estratégia de centro-esquerda***

As mudanças na correlação de forças, ocorridas na década dos 1990, tanto em âmbito nacional quanto mundial, conduziram exatamente no sentido oposto. Ou seja: embora pudessem continuar fazendo parte do mesmo processo, era cada vez mais provável que houvesse uma grande distância entre os elos. O conteúdo e as tarefas de um governo democrático-popular eleito seriam cada vez mais distantes do conteúdo e das tarefas de um governo democrático-popular revolucionário.

Alguns setores da esquerda brasileira optaram por desconhecer as mudanças na correlação de forças e continuaram atuando como se estivéssemos ainda na conjuntura de 1989.

Outros se prostraram frente à piora nas condições objetivas e subjetivas e optaram por abandonar os propósitos revolucionários e socialistas. Ao invés de dar prosseguimento à elaboração estratégica construída nos anos 1980, adequando a estratégia do PT a um novo período histórico, marcado pela crise do socialismo e pela ofensiva neoliberal, estes setores (que se tornaram majoritários na direção nacional do PT durante os anos 1990) optaram por elaborar uma estratégia que reproduzia e piorava as formulações etapistas hegemônicas no comunismo brasileiro.

Sem hierarquizar importâncias, nem estabelecer uma relação de “causa e efeito”, podemos citar as seguintes alterações promovidas por estes setores na linha do Partido:

⇒ O acelerado abandono do conceito de “revolução” e de conquista do poder, substituindo-os por uma versão extremamente suavizada da disputa de hegemonia, onde ao PT caberia o papel de “partido de interlocução”, que disputa de espaços na institucionalidade;

⇒ O abandono do objetivo de conquistar o poder, colocando no seu lugar a construção de um “projeto” que contrapõe ao neoliberalismo os “valores do socialismo”;

⇒ O progressivo abandono do socialismo como objetivo estratégico, em favor da luta contra o neoliberalismo (não mais contra o capitalismo). O PT foi deixando de se apresentar publicamente como um partido socialista;

⇒ A vulgarização do uso do conceito “governo democrático-popular”, em detrimento do sentido estratégico com que o termo era utilizado nas resoluções do 5º Encontro. Prefeituras e governos estaduais passaram a receber esta denominação. “Governo democrático-popular” passou a ser visto, cada vez mais, como sinônimo de “governo Lula”.

Em 1989, praticamos reducionismo similar, mas com sentido inverso. Naquele momento, acreditávamos que um governo democrático-popular eleito se transformaria, mais ou menos rapidamente, devido à reação das classes dominantes, num governo de tipo revolucionário. Nunca saberemos se esta hipótese se materializaria ou não. Mas, olhando agora, podemos dizer que era grande a confusão entre tática e estratégia, desejo e realidade.

Nos anos 1990, o reducionismo continuou, mas com outro significado. Nas condições vigentes na década dos 1990, um governo democrático-popular eleito certamente atuaria em margens muito estreitas. Muito dificilmente se criariam as condições para uma mudança de patamar, a nosso favor, da luta de classes.

Em nome desta leitura realista da correlação de forças, vários setores do PT abandonaram completamente qualquer propósito rupturista. Alguns propuseram inclusive abandonar o conceito “democrático-popular”, em favor de dois termos que foram introduzidos quase simultaneamente no debate petista: o de “revolução democrática” e o de “governo de centro-esquerda”.

O que deveria ser um recuo tático transformou-se, assim, num recuo programático e de concepção estratégica. É importante dizer que este recuo estratégico e programático atingiu, de diferentes maneiras, outros setores da esquerda brasileira, que mesmo adotando um linguajar esquerdista e crítico ao pragmatismo majoritário no PT, também abandonaram ou relativizaram o objetivo do socialismo e defenderam estratégias que, ao fim e ao cabo, não acumulavam forças na luta pelo poder.

A opção feita pelo grupo majoritário no PT, a partir de 1995, foi substituir a estratégia democrático-popular original por uma estratégia de tipo eleitoral, baseada num arco de alianças de centro-esquerda, em torno de um programa antineoliberal, supostamente inspirado nos valores do socialismo. Esta nova estratégia visava vencer as eleições presidenciais, não para dar início a uma “transição democrática e popular rumo ao socialismo”, mas para realizar um governo antineoliberal.

Como já dissemos, a posição defendida pelo chamado “campo majoritário” recordava a estratégia “etapista”, defendida nos anos 1950 pelo Partido Comunista. No caso do “campo majoritário”, o etapismo se materializava: a) na defesa de uma aliança estratégica com um setor do capital, supostamente contra o neoliberalismo; b) na defesa implícita de sucessivos governos de centro-esquerda, tendo como perspectiva governos cada vez mais progressistas, até que supostamente teríamos um governo democrático e popular e uma correlação que tornaria possível recolocar o socialismo na agenda política do país.

Foi esta “política de centro-esquerda” que orientou a ação do PT, desde 1995 até a eleição de Lula, em 2002.

## CAPÍTULO 3

### Governo

A eleição de Lula, em 2002, gerou imensas expectativas na esquerda brasileira e mundial. Em parte, estas expectativas decorriam da novidade: pela primeira vez na história do Brasil, tínhamos um presidente originado dos setores populares e da esquerda. De outra parte, as expectativas decorriam da esperança de que o governo Lula pudesse superar a “herança maldita” do neoliberalismo, do desenvolvimentismo conservador e do capitalismo brasileiro.

Mais de cinco anos depois, por mais otimista que seja o balanço das realizações do governo Lula, por mais sucesso que ele tenha de agora até 2010, não há como dizer que tenhamos conseguido superar os **marcos estruturais** herdados, seja do neoliberalismo, seja do desenvolvimentismo conservador, seja do capitalismo brasileiro.

O mesmo pode ser dito dos demais governos de esquerda e progressistas eleitos, desde 1998, na América Latina. Em todos, está em curso uma dupla operação: por um lado, a tentativa de melhorar as condições de vida das camadas populares, nos marcos estruturais herdados; de outro lado, a tentativa de mudar estes marcos estruturais. Mas em nenhum dos países, nem mesmo na Bolívia ou na Venezuela, podemos dizer que tenha ocorrido uma mudança estrutural nos padrões de acumulação do Capital.

#### *Regressão, correlação, opções*

Por quais motivos o governo Lula não conseguiu superar a tríplice herança maldita?

Em primeiro lugar, devido à regressão econômico-social causada pelo neoliberalismo. As políticas neoliberais provocaram desindustrialização, aumento da dependência externa, fortalecimento do setor agro-exportador e enfraquecimento do Estado, o que por sua vez reanimou pautas e políticas de alianças típicas dos anos 1950.

O ressurgimento do “etapismo”, do “nacionalismo revolucionário” e do “populismo”, bem como certa revitalização da luta pela reforma agrária, não têm portanto nada de artificial ou surpreendente. Expressam, no terreno político-ideológico, fenômenos sociais profundos, que constituem efeitos colaterais do neoliberalismo.

Paradoxalmente, se consideramos o neoliberalismo como um rear-

ranjo inserido na etapa imperialista do capitalismo, portanto uma sua “etapa superior”, nele ressurgem várias alternativas e dilemas presentes em etapas anteriores.

Por exemplo: foi reforçada a crença, em setores da esquerda, na existência de um capitalismo “bom” (produtivo, democrático) em contraposição a um capitalismo “mal” (especulativo, excludente). Foi recolocado, em novo patamar, o debate sobre como combinar tarefas “democrático-burguesas” com a luta pelo socialismo.

O segundo motivo pelo qual o governo Lula não conseguiu superar a tríplice herança maldita é a correlação de forças.

Em 2002, elegemos o presidente, não tomamos o poder, nem mesmo controlamos efetivamente o governo. Os partidos de oposição mantiveram influência no governo federal, enorme peso nos demais níveis do poder executivo, controlando ainda grande parte do poder legislativo e do judiciário, enorme poder econômico, bem como o controle da maioria dos meios de comunicação de massa.

A vitória de 2002 ocorreu num ambiente geral de refluxo das lutas sociais. Deste então, não houve um salto de qualidade nos patamares de organização, mobilização e conscientização das classes trabalhadoras.

A candidatura Lula recebeu forte apoio, em 2002, tanto de setores médios quanto de importantes lideranças da burguesia. Alguns setores apoiaram e outros temeram menos a candidatura Lula, seja por sua adesão programática à defesa de um capitalismo popular (“mercado interno de massas”), no qual o setor financeiro teria sua participação controlada e reduzida; e/ou, ainda, por confiar nos compromissos assumidos por Lula e setores do PT com os chamados “mercados”; e/ou por acreditar que a social-democratização do PT chegara a um ponto irreversível; e/ou, também, por acreditar que um governo de esquerda poderia ter mais legitimidade para conter as reivindicações das camadas populares.

Mas os setores majoritários e fundamentais da burguesia apoiaram a candidatura Serra. E, ao longo do primeiro mandato, a oposição conseguiu hegemonizar parcelas importantes dos setores médios que, em 2002, apoiaram Lula.

Esta oposição política e social teve que escolher uma entre três alternativas fundamentais: influenciar a política do governo Lula, às vezes tornando-se parte de sua base social de apoio; realizar uma oposição firme, na perspectiva de derrotar o governo nas eleições de 2006; ou estimular a desestabilização da nova administração, visando seu afastamento a qualquer tempo e hora em que isto se tornar possível.

De maneira esquemática, podemos dizer que o grande Capital optou principalmente pela primeira alternativa; os partidos políticos burgueses optaram principalmente pela segunda alternativa; e os grandes meios de comunicação, optaram principalmente pela terceira alternativa.

A eleição municipal de 2004 foi o “terceiro turno” das eleições presidenciais. A derrota parcial do PT naquela eleição permitiu à oposição burguesa recuperar a iniciativa política, desencadeando uma ofensiva que quase nos custou a continuidade do governo Lula e, também, a sobrevivência do próprio PT.

Sobrevivemos àquela ofensiva e vencemos o segundo turno presidencial de 2006 por diversos motivos: a memória negativa deixada pelos governos neoliberais; os erros políticos cometidos por nossos adversários; as realizações do primeiro mandato de Lula; a força da militância petista e dos setores populares; a linha de campanha adotada no segundo turno, de confronto entre projetos políticos.

Lula foi reeleito, mas os governos estaduais mais importantes seguem controlados pela oposição, em particular nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

É preciso lembrar, ainda, que o governo Lula é de coalizão social e política. Há 11 partidos representados, incluindo fortes aliados de direita e de centro.

As alianças que fizemos, tanto no primeiro quanto no segundo turno de 2006, contribuíram para a nossa vitória, embora a dinâmica das alianças tenha sido desigual nas diversas regiões do país. Destaca-se o fato de que importantes seções estaduais de “partidos aliados” não apoiaram Lula nem no primeiro, nem no segundo turno. Em vários locais estes partidos tinham e seguem tendo o PT como adversário ou inimigo.

Os aliados de centro-direita, especialmente o PMDB, jogaram um papel importante na eleição de um petista para presidente da Câmara dos Deputados. A disputa entre um petista e um comunista, ao mesmo tempo em que aprofundou a divisão das esquerdas, transformou os aliados de centro-direita em fiéis da balança, realçando os aspectos negativos da governabilidade guiada pela dinâmica meramente institucional.

Ao compor o ministério do segundo mandato, o presidente Lula optou por ampliar o espaço dos aliados de centro-direita, não apostando na construção de uma “governabilidade de novo tipo”, menos dependente da dinâmica puramente parlamentar, mais embasada em interlocução social, comunicação ativa, ação de governo, retaguarda internacional, respaldo popular e mecanismos de democracia direta.



As pesquisas de opinião indicam um forte apoio ao governo Lula, mas estas mesmas pesquisas revelam uma forte influência do ideário conservador. Comparando dados colhidos entre 1989 e 2007, verifica-se uma lamentável continuidade: as idéias de esquerda continuam contando com o apoio de apenas 1/3 da população.

Corremos o risco de ver a oposição voltar ao governo, em 2010, fazendo da nossa passagem pelo governo federal apenas um breve intervalo, depois do qual o país retornaria à “normalidade” conservadora. Ou, ainda, que as forças governistas vençam as eleições, mas com o PT não mais ocupando a presidência da República.

A regressão neoliberal e a correlação de forças podem explicar e justificar uma certa moderação na estratégia do Partido, bem como podem explicar e justificar que, ao fim do segundo mandato, sigam presentes determinações estruturais herdadas do neoliberalismo, do desenvolvimentismo conservador e do capitalismo.

Mas a correlação de forças e a regressão neoliberal não explicam, nem justificam, toda e qualquer opção feita pelo Partido e pelo governo. Frente à mesma realidade objetiva, era possível adotar diferentes políticas. A taxa de juros poderia ter sido menor, a política de comunicação poderia ter sido outra, a relação com o Congresso poderia ter sido outra.

Isto nos remete ao terceiro motivo pelo qual o governo Lula não conseguiu superar a tríplice herança maldita: a estratégia de centro-esquerda.

A posição hegemônica no governo Lula é defensora de um processo de transição, sem rupturas nem saltos, da hegemonia neoliberal em direção a uma hegemonia de tipo “desenvolvimentista” tradicional, sem articulação sólida com um programa que viesse a caracterizar um “desenvolvimentismo de novo tipo” de corte democrático e popular. O socialismo, por definição, não está no horizonte estratégico dos que defendem esta posição.

Já a posição hegemônica no PT defende que, dada à correlação de forças e dada a regressão econômico-social causada pelo neoliberalismo, a opção desenvolvimentista tradicional, hegemônica no governo, seria não apenas uma etapa necessária e inescapável, como também um progresso imenso, que criaria as condições para recolocar a luta pelo socialismo.

Estas duas posições, distintas entre si, mas compartilhando pressupostos, embora aparentemente realistas, são na prática extremamente conformistas. Numa versão popular: melhor um mau acordo do que uma boa briga. Ou ainda: não conseguimos, não porque tenhamos sido derrotados, mas por que não tentamos.

Como resultado da hegemonia destas duas posições, temos experimentado uma “desacumulação de forças”, fenômeno visível para quem se disponha a ler algo mais do que as pesquisas de apoio a Lula. Este processo, se não for revertido, levará à nossa derrota (total ou parcial) nas eleições de 2010.

### *Acumulação e desacumulação*

Durante a maior parte da história do Brasil, os setores populares não conseguiram reunir força suficiente para tornar-se alternativa independente de poder, nem tampouco de governo. Esta característica começou a mudar nos anos 1980, quando foi se conformando um movimento democrático, popular e socialista de massas, com grande força social, política e eleitoral.

Foi graças à constituição deste bloco histórico (o “campo democrático-popular”) que, no final dos anos 1980, quase elegemos um presidente socialista. É a desconstituição deste bloco histórico que coloca em risco a nossa estratégia, inclusive a nossa continuidade no governo.

Vencer a eleição de 1989 nos levaria a exercer o governo federal, sem ter o poder. Teríamos a presidência da República, mas não teríamos domínio do Estado, hegemonia ideológica sobre a sociedade, nem controle dos meios de produção. Mesmo assim, pretendíamos implementar reformas estruturais, respaldados principalmente na mobilização social. Supúnhamos que a burguesia tentaria cooptar, sabotar e finalmente derrubar o nosso governo. Os setores populares defenderiam o governo e haveria uma radicalização no processo de transformação, em direção ao socialismo.

Este desenho estratégico, que seria uma espécie de “caminho chileno com final feliz”, utilizando nossa presença no governo como parte do caminho para o poder, combinando luta por reformas com a perspectiva revolucionária, não chegou a ser testado, uma vez que não vencemos. Mas a campanha de 1989, mesmo derrotada, consolidou o PT como principal expressão partidária e Lula como principal liderança individual do campo democrático-popular.

Vencemos a eleição presidencial treze anos depois. Neste momento, entretanto, a crise do socialismo, combinada com a ofensiva neoliberal, havia alterado para pior a correlação de forças mundial, reduzido a capacidade de implementar reformas estruturais (mesmo capitalistas) a partir do governo federal e, ademais, enfraquecera a esquerda ideológica, social e partidariamente.

Semelhante ao que prevíamos em 1989, os partidos de oposição seguiram hegemônicos nos governos estaduais e prefeituras, nos legislativos e no judiciário, além de manterem intacto seu poder econômico e o controle dos grandes meios de comunicação. Os setores sociais representados por estes partidos permaneceram hegemônicos também no plano político-ideológico, enquanto a esquerda permanece na defensiva neste terreno. Ademais, chegamos à presidência apoiados numa coligação ampla, incluindo setores da burguesia, partidos de centro-esquerda e partidos de direita.

Foi nesse ambiente que prevaleceu a avaliação de que não havia condições políticas para a implementação imediata de nosso programa de governo, introduzindo a idéia de uma “transição” prévia à adoção de um programa que já havia sido bastante desidratado. Perdemos, com isto, a “inércia positiva” de toda vitória eleitoral, inclusive o entusiasmo em torno das possíveis mudanças.

Paradoxalmente, a moderação hegemônica tanto no governo quanto no partido acabou colocando em xeque alguns dos pressupostos da própria “estratégia de centro-esquerda”.

A “coexistência pacífica” na transição do governo FHC para o governo Lula abriu caminho para o lento e gradual esgarçamento das relações do governo petista com setores de sua base social tradicional, com os segmentos mais politizados das camadas médias e com parte da intelectualidade progressista. Ademais, tal postura chegou a fazer parecer artificial, exagerada e eleitoreira a denúncia posterior da “herança maldita”, feita na crise de 2005 e no curso da disputa eleitoral de 2006.

Por outro lado, não se consumou nenhuma aliança estável com setores da burguesia que, em tese, “aceitariam” o governo Lula e poderiam agrupar-se em torno de suas políticas, como supostamente almejaria a “estratégia de centro-esquerda”. Mesmo os setores que aplaudem o conservadorismo da política monetária, no máximo toleram nossa presença no governo e seguem dando apoio à oposição.

Apesar disso, setores do governo e do Partido insistiram em buscar uma aliança estratégica, tanto com setores do grande capital financeiro, quanto com o PSDB (vide as movimentações antigas de Palocci e Luís Gushiken, até as movimentações recentes do prefeito de Belo Horizonte).

A busca de alianças com os inimigos, os enfrentamentos com setores de nossa base social e a natural decepção de quem tinha expectativas demasiadamente altas, criaram um ambiente favorável para a ofensiva da direita contra nós. Situação que só foi parcialmente superada no final de 2005 e principalmente durante o segundo turno de 2006.

Destaca-se, entre os erros cometidos, a adoção de uma política de governabilidade de tipo parlamentarista. Nosso Partido e o governo agiram muitas vezes como se o parlamentarismo tivesse sido vitorioso em 1993, como se o “gabinete ministerial” e o programa de governo tivessem que corresponder à maioria congressual.

Ao longo do primeiro mandato, esta concepção parlamentarista de governabilidade demonstrou todos os seus limites. Tornou o governo crescentemente dependente da maioria de direita e crescentemente refém do fisiologismo predominante nos partidos conservadores. Fez o PT e o conjunto do governo pagarem por atitudes e práticas dos partidos conservadores a nós aliados. E fez o PT adotar uma postura leniente frente a inadiável luta por uma reforma política (sem falar que algumas lideranças do campo moderado do PT, de diferentes tendências, fazem oposição aberta ao voto em lista e ao pleno financiamento público de campanha).

O recurso aos métodos de financiamento do PSDB, embora tenha sido o pretexto utilizado pela mídia para os ataques contra nosso Partido, foi consequência e não causa dos problemas estratégicos.

Depois da crise de 2005, a maioria do PT começou a perceber a necessidade de superar a equivocada “concepção parlamentarista de governabilidade”. Apesar disto, até hoje não construímos uma governabilidade baseada na combinação entre atuação parlamentar, ação de governo, mobilização social e pressão da opinião pública, combinada com a luta por uma reforma política profunda.

Além disso, como pudemos constatar no ano de 2007, setores importantes do PT e do governo ainda insistem na política antiga, o que se traduziu –para citar apenas estes exemplos-- na falta de mobilização do governo em defesa da reforma política; bem como na falta de mobilização do Partido em defesa da CPMF.

### ***Partido de esquerda, governo de centro-esquerda***

Nada impedia, nem impede, o PT de participar de um governo de centro-esquerda, disputando os rumos deste governo a partir de uma política de esquerda. Mas a opção feita entre 2003 e 2005 foi outra: organizar e dirigir um governo de centro-esquerda, assumindo um discurso e uma política de centro-esquerda.

Ao fazer esta opção, o PT não estabeleceu a diferença entre governo e partido. Acabou perdendo força e abrindo espaço para que outros seto-

res, com mais legitimidade para assumir um discurso de centro-esquerda, passassem a hegemonizar a condução do governo Lula.

Em parte por isto, os sucessos do governo Lula não se convertem facilmente em acúmulo para o PT; enquanto seus problemas e erros são rapidamente debitados na conta do Partido.

Claro que este processo não ocorreu a frio: o Partido não estava andando sozinho e de repente tropeçou em suas próprias pernas. Fomos atropelados no curso da ofensiva desencadeada pela oposição, ofensiva apresentada pela grande imprensa como “a crise do mensalão” e facilitada pelas opções políticas da esquerda, em particular dos petistas, com destaque para aqueles que comandaram tanto o governo quanto o Partido entre 2003 e 2005, a começar por Lula.

Entre estas opções, citamos as seguintes:

⇒ O rebaixamento ideológico e programático, que incluiu abandonar a perspectiva revolucionária e o socialismo com objetivo estratégico do Partido, reduzindo ao ponto do desaparecimento os vínculos entre nossa ação de governo e a luta contra o capitalismo;

⇒ Uma estratégia geral de conciliação de classe e coexistência pacífica com a hegemonia neoliberal, baseada numa postura cuja tradução popular é: “melhor um mau acordo do que uma boa briga”;

⇒ Uma política de “governabilidade institucional”, baseada principalmente na construção de maiorias congressuais, subestimando o caráter estratégico da “governabilidade social”;

⇒ Uma política econômica que não tocou na hegemonia do capital financeiro, mantendo altas taxas de juros e enorme superávit primário, priorizando o serviço das dívidas públicas e contingenciando pesadamente o orçamento da União;

⇒ A incorporação de premissas do pensamento neoliberal em importantes setores do governo, o que por sua vez está na base de erros como o da reforma da previdência, que dividiu nossa base social, pondo a perder o momento em que poderíamos unificar esta base na execução de reformas populares;

⇒ Um forte viés compensatório nas políticas sociais e a não realização de reformas estruturais que apontassem na linha da universalização de direitos;

- ⇒ Uma política de comunicação tradicional, que não trabalhou para democratizar profundamente a comunicação social;
- ⇒ A transformação do Partido em correia de transmissão do governo;
- ⇒ A adoção de uma política de financiamento similar a vigente nos partidos tradicionais;

Estas opções resultaram, direta ou indiretamente, da chamada “estratégia de centro-esquerda”, que veio se consolidando no Partido desde 1995.

Esta política subordinava nossos objetivos estratégicos aos táticos (ou seja, em nome de ganhar o governo abria mão de aspectos fundamentais de nossa política). Um exemplo disso é o compromisso com o capital financeiro, contraditório até mesmo com o discurso antineoliberal e com as alianças promovidas com a burguesia dita “produtiva”.

Na “Carta aos Brasileiros”, o PT foi convocado a defender uma política de juros altos, superávit primário e prioridade para o pagamento das dívidas financeiras. Política que obviamente impossibilitava o governo de fazer mudanças profundas, previstas tanto no programa do Partido quanto no programa da coligação de governo, inclusive o crescimento acelerado da economia. Ou seja: não apenas o governo era impossibilitado de fazer, mas também o Partido era impossibilitado de cobrar, o que levou a perda progressiva de protagonismo.

Como resultado disto, mas também de outras variáveis, o governo perdeu pouco a pouco a iniciativa política, até o momento em que as forças da direita passaram à ofensiva geral contra nós.

A única maneira de preservar o governo foi, como vimos no segundo turno das eleições de 2006, uma política de contraponto de classes e de programas. Política de contraponto que, no limite, é contraditória com a “estratégia de centro-esquerda”.

Mas o Partido não conseguiu, no PED 2005, no 3º Congresso e no PED 2007, constituir uma nova direção, baseada numa nova estratégia. Num certo sentido, a reeleição de Lula em 2006 fez parecer, para muitos setores, que os problemas estariam superados.

### ***Mandato novo, problemas velhos***

Conquistamos nas eleições de 2006, uma vitória eleitoral, uma vitória sobre a mídia, uma vitória partidária e uma vitória político-ideológica. Vitórias que não anistiam nossos erros, não garantem vitórias futuras, nem eliminam as imensas dificuldades e riscos que seguem existindo.

Passada a eleição de 2006 e até agora, o governo Lula segue bem na opinião pública, em grande medida em decorrência de alterações na postura do Ministério da Fazenda. Mas, do ponto de vista das reformas estruturais e do acúmulo político-organizativo das esquerdas, persistem e se aprofundam os problemas já apontados.

É preciso reconhecer, com todas as letras, que em 2007, não avançamos no sentido de reformas mais profundas, nem mesmo conseguimos modificar completamente o curso do governo.

Embora os “desenvolvimentistas” tenham ampliado seu espaço no governo, os “neoliberais” seguem controlando o Banco Central, de onde favorecem o grande capital financeiro, além de influenciarem outras áreas do governo.

Do ponto de vista político, os problemas são tão ou mais graves: derrota da reforma política e da CPMF, fortalecimento dos setores de centro-direita no governo, divisão entre os partidos de esquerda, dificuldades nos movimentos sociais, divisão na CUT, riscos de dispersão ampliada da esquerda em 2008 e 2010.

Isto não quer dizer que o segundo mandato esteja sendo ou vá terminar igual ao primeiro. Mas quer dizer que, do ponto de vista da estratégia do PT, o segundo mandato não está sendo superior ao primeiro. E, se não houver uma alteração de curso muito urgente e muito significativa, podemos sofrer uma derrota eleitoral e política em 2010.

A alteração de curso necessária, em verdade, consiste em fazer implementar a política do segundo turno de 2006. Um exemplo recente da contradição entre o governo e aquela política, são as recentes declarações do ministro Miguel Jorge, em favor da privatização de bancos públicos.

A oposição partidária, a grande burguesia e os meios de comunicação trabalham abertamente para que o governo Lula não aplique, no segundo mandato, a política vitoriosa no segundo turno.

Este é o motivo pelo qual se faz de tudo para colocar cunhas que separem e distanciem as forças vitoriosas em 2006: o governo, o PT, os demais partidos de esquerda e os movimentos sociais. Este é o motivo, também, pelo qual a direita lutou tanto para derrotar o governo na votação da CPMF, parte da campanha pela redução nos “gastos” públicos.

Este é o motivo, ainda, pelo qual combatem todas as iniciativas que tenham conteúdo explicitamente popular (as convenções da OIT, o Territórios da Cidadania), ao mesmo tempo em que tentam neutralizar ideológica e politicamente as iniciativas cujo sucesso administrativo também interessa à burguesia (como o PAC).

### *Reverter a reversão*

A “estratégia de centro-esquerda” não impediu (e pode inclusive ter facilitado) a conquista do governo federal em 2002. Mas não construiu um caminho de superação da hegemonia do capital financeiro, contribuiu para nossa derrota nas eleições de 2004, quase nos fez perder o governo em 2005, poderia ter produzido nossa derrota nas eleições de 2006 e ainda pode nos levar a perder a presidência em 2010.

Ao fazermos o balanço estratégico sobre nossa atuação no governo, é importante afirmar que nosso governo é superior aos que o antecederam. Entretanto, apesar de podermos comemorar alguns índices econômicos e sociais, não devemos nos iludir: caso os partidos de oposição voltem ao governo, será relativamente fácil reverter o que foi feito até agora. Ademais, insistimos que é preciso analisar de maneira crítica nossos sucessos: até agora, não modificamos os padrões de acumulação existentes na sociedade brasileira.

A rigor, não houve nenhuma tentativa de disputar o poder real, que continua nas mãos dos grandes capitalistas (banqueiros, industriais, comerciantes, latifundiários). Disputar o poder neste terreno exigiria introduzir reformas que alterassem a estrutura de propriedade, por exemplo, da propriedade da terra urbana e rural, recolocar sob controle estatal empresas que foram privatizadas, adotar medidas antimonopolistas etc.

Como nada disto foi feito, é totalmente ridículo o discurso segundo o qual o governo Lula estaria “construindo o socialismo” ou que seria um “governo revolucionário”, idéias que aparecem em alguns textos da tendência “Construindo um novo Brasil”.

Pode-se argumentar que as alterações estruturais demoram a mostrar seus efeitos, o que é verdade. Mas também é verdade que todas as experiências reformistas exitosas incluíram medidas de impacto, cujos desdobramentos, estes sim, apareceram no médio prazo.

Mesmo que aceitássemos a justificativa da lentidão das mudanças estruturais, há uma pré-condição fundamental que precisa ser satisfeita: a permanência e continuidade das mudanças depende de uma crescente acumulação de forças políticas, por parte das classes trabalhadoras, dos seus partidos e movimentos.

Mas até agora nossa experiência de governo não tem sido acompanhada de um acúmulo político e organizativo crescente por parte da esquerda brasileira. Em vários setores, aliás, vem ocorrendo um desacúmulo, como atestam as divisões no campo democrático-popular.



Temos perdido apoios na intelectualidade democrática, crescem as divisões nos movimentos sociais (especialmente sindical), os partidos de esquerda estão se distanciando. Mesmo do ponto de vista eleitoral, fica cada vez mais claro que nos marcos da atual legislação, atingimos nosso teto de desempenho, ao mesmo em tempo que cresce nossa contaminação pelos hábitos da política burguesa.

Para evitar o desacúmulo de forças, é preciso modificar com urgência a postura do Partido e, a partir dele, incidir na disputa geral da sociedade, do governo e na ação dos movimentos sociais.

Uma alteração de curso pode vir como reação a uma radicalização da oposição (como ocorreu em 2005); por uma mudança no quadro econômico internacional e nacional que torne inevitável uma alteração de curso; pela mobilização das classes trabalhadoras, deslocando para a esquerda a correlação de forças; por iniciativa do próprio governo e do presidente da República; por pressão do PT e dos partidos de esquerda; ou ainda por uma combinação destas diferentes causas.

Trabalhamos por uma alteração de curso e por isso apoiaremos todas as iniciativas que visam:

- ⇒ Ampliar a organização e mobilização social;
- ⇒ Criar os meios para combater a hegemonia da direita no campo da cultura e da comunicação de massa;
- ⇒ Reorganizar o PT e articular as forças políticas e sociais à esquerda, buscando uma relação diferenciada tanto com os movimentos sociais, quanto com o PCdoB e PSB no interior da coalizão de governo;
- ⇒ Esclarecer o programa e a estratégia da esquerda.

O PT e os demais partidos e movimentos sociais de esquerda devem disputar abertamente os rumos do governo. Até porque a burguesia e a direita disputam cotidianamente o governo, através dos meios de comunicação, através de governos estrangeiros, através de seus representantes no Congresso Nacional e de governadores de estado, através de setores da alta burocracia estatal, através do judiciário e através, inclusive, de aliados que possuem no interior do governo.

Nessa disputa, seguiremos defendendo que a linha do segundo turno prevaleça no segundo mandato, através das seguintes orientações:

- ⇒ Soberania externa com ênfase na integração continental;
- ⇒ Democratização com ênfase na reforma política e na comunicação

social. A área de comunicação do governo, inclusive o Ministério da Comunicação, deve estar totalmente comprometida com a democratização da comunicação social no Brasil;

⇒ Construir o Ministério da Defesa, tanto do ponto de vista institucional-administrativo e normativo-legal, quanto do ponto de vista conceitual. O governo precisa colaborar na constituição de uma política de defesa nacional, baseada em critérios de soberania, democracia, respeito aos interesses do povo e articulada com a política de integração continental. O servidor militar deve ser integrado ao processo de desenvolvimento socioeconômico do país;

⇒ Realizar a transição da política compensatória para as políticas sociais permanentes e destas para as grandes reformas estruturais, com destaque para as reformas agrária e urbana. É fundamental que o PT e os partidos de esquerda tenham forte incidência nos chamados ministérios sociais;

⇒ Reforçar as políticas de governo que promovem a igualdade racial, de gênero e a livre orientação sexual. Avançar na agenda legislativa que contempla as demandas do movimento negro, feminista e GLBT. O governo deve trabalhar para aprovar no Congresso Nacional a criminalização da homofobia, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização do aborto;

⇒ Uma política econômica que combine crescimento com forte distribuição de renda, o que exige enfrentar especialmente o grande capital financeiro privado. A área econômica no sentido amplo (Banco Central, Ministério da Fazenda, Planejamento, bancos públicos, ministérios vinculados à produção e infra-estrutura, ciência e tecnologia, fundos de pensão) precisa estar totalmente afinada com a política de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, inclusive as indicações do governo nos fundos de pensão e no Banco Central;

Dentro desta perspectiva, defendemos que o governo adote as seguintes medidas:

⇒ Redução substancial nas metas de superávit primário. A velocidade e a modalidade da redução é uma decisão que caberá ao governo, mas a meta deve ser clara: liberar o conjunto dos recursos hoje destinados ao pagamento da dívida pública para os investimentos em infra-estrutura e sociais;

⇒ Redução acelerada nas taxas de juros. O país não pode seguir convivendo com a mais alta taxa de juros do mundo. A velocidade da redução, bem como o índice, é uma decisão que caberá ao governo, mas a meta deve ser clara: atingir um patamar de juros compatível com um crescimento, por vários anos, a taxas de 10% aa;

⇒ Alteração nas instituições de política econômica, democratizando a composição do Conselho Monetário Nacional, do Conselho de Política Monetária e do Banco Central, que devem conquistar autonomia frente aos interesses do grande capital financeiro privado;

⇒ Controle de capitais. A oscilação no câmbio, o impacto da instabilidade econômica internacional e o risco tanto de fuga quanto de invasão de capitais especulativos, precisam ser evitadas ou moderadas por meio da instituição de mecanismos de controle da entrada e saída de capitais. As medidas facilitadoras adotadas no primeiro mandato devem ser totalmente revistas;

⇒ Ampliação dos investimentos públicos na infra-estrutura. Os investimentos liberados pela redução do superávit primário e da taxa de juros precisam ser direcionados para investimentos produtivos de larga escala, para garantir um crescimento sustentado, sem a ameaça de um choque inflacionário;

⇒ Plano emergencial de obras públicas nas grandes cidades. As metrópoles brasileiras concentram pobreza, problemas urbanos, carência de transportes coletivos, déficit habitacional, imensos problemas ambientais e de saneamento. A ampliação dos investimentos em infra-estrutura deve contemplar também este setor;

⇒ Ampliação nos investimentos públicos nas áreas sociais. A oferta de mais serviços e bens públicos, além de elevar a qualidade de vida de dezenas de milhões de trabalhadores, cria empregos e resulta também numa ampliação não-inflacionária da renda dos trabalhadores;

⇒ Extinção da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), tornando possível a ampliação dos investimentos nas áreas sociais. Note-se que a mesma direita que derrubou a CPMF, votou a favor da manutenção da DRU;

⇒ Garantia dos percentuais de aplicação de recursos orçamentários previstos na Constituição Federal para saúde e educação, e elevação do financiamento desta dos atuais 4% para 7% do PIB, retirando o veto

de FHC a esta meta, conforme determinado no Programa de Governo do companheiro Lula;

⇒ Ampliação do valor real do salário mínimo e das aposentadorias, medidas de comprovado impacto social, capazes de criar um efeito virtuoso sobre a produção e o consumo internos;

⇒ Transformação da dívida pública dos Estados e municípios em investimentos sociais do governo federal. A maior parte das grandes cidades, e diversos Estados, poderão assim realizar maiores investimentos sociais.

⇒ Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a defesa, pelo PT, da instituição de uma Lei de Responsabilidade Social;

⇒ Defesa da poupança popular, preservando os rendimentos dos pequenos investidores em cadernetas de poupança e a rentabilidade do FGTS, ameaçados pelas recentes mudanças introduzidas no cálculo da TR pelo BC, medida que implica remuneração inferior à inflação para estas aplicações, em benefício de outras que seguem a lógica do sistema financeiro.

⇒ Reforma tributária, com implantação do imposto sobre grandes fortunas.

⇒ Fortalecer a comunicação pública, dotando a Empresa Brasil de Comunicação de mecanismos de participação na gestão e programação e de um modelo de financiamento estável, e democratizar a comunicação privada, incentivando a entrada de novos agentes e proibindo efetivamente a concentração de propriedade no setor audiovisual.

### ***Elementos estratégicos***

Como já foi dito antes, nosso problema reside em construir uma estratégia socialista, nos marcos de uma situação política não revolucionária, em que uma esquerda majoritariamente reformista está dirigindo parte do aparelho de Estado.

Embora isto possa mudar, hoje vivemos uma situação política não-revolucionária, tanto no Brasil quanto na América Latina. A existência de conflitos agudos, inclusive militares, combinada com a existência de vários governos progressistas e de esquerda, não indica que esteja em curso um processo de revolução político-social. Não se deve descartar, inclusive, que haja retrocessos nos próximos anos, a depender do curso dos acontecimentos em Cuba, Brasil e Venezuela.

Nestes marcos, a maior parte da esquerda latino-americana tem concentrado suas energias nas disputas eleitorais e no processo de reconstrução dos espaços econômicos estatais e nacionais. Noutras palavras: na reconstituição das economias capitalistas locais, através de políticas estatais combinadas, em maior ou menor grau, com políticas sociais destinadas às camadas populares.

É nestes marcos que precisamos elaborar e implementar uma estratégia socialista. Já nos referimos, antes, a algumas preliminares teóricas indispensáveis à elaboração de uma estratégia acertada. A elas devemos acrescentar o estudo das experiências de governos reformistas, nacionalistas, populistas e socialistas, na América Latina e no mundo.

Devemos estudar o caso dos governos social-democratas e trabalhistas, logo após a Primeira Guerra Mundial, em alguns países da Europa. É o caso dos governos populares nos anos 30, na Espanha e na França. É o caso dos governos social-democratas e trabalhistas, após a Segunda Guerra Mundial. É o caso dos governos socialistas, na Europa dos anos 1980 (Mitterrand, Felipe Gonzales, Papeandreau). É o caso dos governos de centro-esquerda, na Europa do final dos anos 1990. É o caso das experiências populistas e nacionalistas na América Latina, desde Perón até a safra recente. É o caso, certamente, do governo da Unidade Popular no Chile de 1970 a 1973. É o caso, ainda, das experiências vividas na África do Sul e na Palestina, pelo Congresso Nacional Africano e pela OLP.

Devemos, também, estudar os dois períodos da história brasileira que guardam alguma similitude com o que estamos vivendo: o segundo governo Vargas e o governo Jango, época em que o Brasil experimentou algumas reformas nacionais, democráticas e populares.

Para dirigir um governo que é de centro-esquerda, o PT precisa de uma estratégia de esquerda. Esta necessidade é acentuada pelas mudanças na correlação de forças, ocorridas desde o início do terceiro milênio.

Já falamos que as mudanças na correlação de forças, ocorridas na década dos 1990, tanto em âmbito nacional quanto mundial, distanciaram os “elos do processo” (o governo democrático e popular e o início da transição socialista).

Pois bem: as mudanças ocorridas neste início de milênio podem estar aproximando novamente os elos do processo, ou seja, criando condições para que governos eleitos façam reformas estruturais, produzindo uma mudança no patamar da luta de classes.

Esta possibilidade é evidente em países como a Venezuela e a Bolívia,

embora fatos recentes nestes dois países sirvam de alerta para a necessidade de consolidar processos e fazer alianças, sob pena de experimentarmos retrocessos.

No caso do Brasil, podemos dizer que as realizações do governo Lula estão aquém do que é necessário. E estão aquém, também, da correlação de forças existente na base da sociedade, embora estejam conforme a correlação de forças existente no Congresso Nacional e na Justiça.

Até por isto, é evidente que não cabe retomar, sem mediações, a estratégia democrático-popular, tal como exposta no 5º e no 6º Encontros. Evidente, também, que ao reafirmarmos o PT como partido socialista e ao trabalharmos para reconstituir a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação, não estaremos criando automaticamente as condições políticas necessárias para implementar na sociedade brasileira um projeto socialista, nem mesmo medidas democrático-populares clássicas.

Esse equívoco esquerdista, que não distingue vontade política e correlação de forças, é muito freqüente nas críticas que o PSTU e o PSOL dirigem ao PT.

Mas tampouco se pode argumentar contra o projeto histórico socialista e contra a estratégia democrático-popular, utilizando como argumento as dificuldades conjunturais. Até porque, na conjuntura atual, há cada vez mais espaço para ações práticas que um partido e um governo federal como o nosso podem executar, ações que acumulam para nosso projeto democrático-popular e socialista.

Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Impõe-se maior explicitação de nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios que enfrentamos (como as reformas democrático-populares) só podem ser de fato equacionados e superados à luz de definições estratégicas socialistas.

Disputamos as eleições de 2006, com um duplo objetivo: derrotar a direita e criar as condições para realizar um segundo mandato superior ao primeiro. Para alguns setores do PT, isto significava um segundo mandato “desenvolvimentista”, pró-capital “produtivo” e não pró-capital financeiro. Para nós, um segundo mandato superior ao primeiro

significava lançar as bases de um ciclo longo de desenvolvimento democrático-popular para o Brasil, através de mudanças mais profundas na realidade brasileira. Tanto para nós, quanto para outros setores, um segundo mandato superior ao primeiro supunha que as classes trabalhadoras, seus partidos e movimentos, acumulassem mais força política.

Sem isso, corremos o risco de que nossa presença no governo federal não contribua para alterar, de maneira estrutural, a sociedade brasileira. Neste cenário, nossa presença no governo terá servido para nos tornar cúmplices e gestores de um tipo de sociedade que nos levou a construir o Partido dos Trabalhadores.

Corremos também o risco de que a direita volte ao governo, em 2010, fazendo da nossa passagem pelo governo federal apenas um breve intervalo, depois do qual o país retornaria à “normalidade” conservadora. Em muitos outros países onde a esquerda passou pelo governo e perdeu a eleição seguinte, o retorno da direita ao governo foi acompanhado de uma desorganização profunda na esquerda, incapaz de produzir uma estratégia que orientasse sua atuação, agora não mais à frente do governo federal.

Sempre é importante lembrar outro risco, que parece distante de nós, embora tenha afetado o governo de Salvador Allende e esteja sempre presente nos processos em curso na Venezuela e na Bolívia, entre outros: o de que nosso governo tente colaborar na construção de um novo ciclo histórico, mas sem reunir as condições políticas e ideológicas necessárias para enfrentar a previsível reação das classes dominantes.

Trata-se, portanto, de recuperar a elaboração estratégica construída nos anos 1980, adequando a estratégia do PT a um novo período histórico. Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas. Palavras do 6º Encontro Nacional do PT, que continuam atuais.

Nossa estratégia, para se tornar realidade, deve ser conscientemente abraçada por setores significativos da sociedade brasileira. Sempre é bom lembrar: a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra da própria classe trabalhadora. Neste sentido, nossa política deve possuir uma dimensão de explícita “pedagogia política”: trata-se de construir

um processo, que resulte na constituição de um bloco histórico, que reúna os setores majoritários na sociedade brasileira em torno dos mesmos objetivos estratégicos.

Um dos instrumentos para construir este bloco histórico é a divulgação massiva e a luta constante por um programa de reformas democrático-populares. É na luta por estas reformas estruturais que se poderá constituir um grande movimento político-cultural, democrático e socialista de massas, que inclusive aporte a contribuição brasileira à construção de uma identidade popular latino-americana.



## CAPÍTULO 4

### Programa

Construir um programa e uma estratégia socialista para o Brasil supõe enfrentar o debate sobre a natureza de classe do crescimento e do desenvolvimento.

A crise econômica nos países centrais do capitalismo reforça as possibilidades de que o Brasil vivencie um novo ciclo de desenvolvimento. Tanto no século XIX quanto no século XX, momentos de crise nas metrópoles levaram as classes dominantes brasileiras a alterar o padrão de acumulação vigente no país.

A natureza estratégica deste novo ciclo está em disputa. A depender da força, da capacidade política e da estratégia da esquerda, este novo ciclo poderá ser não apenas “nacional-desenvolvimentista”, mas um “desenvolvimentismo democrático-popular”, que articule nossa ação na sociedade capitalista em que vivemos, com a sociedade socialista que queremos construir.

Se o bloco de forças democrático-populares não conseguir hegemonizar o novo ciclo, a esquerda brasileira terá que conviver, por longo tempo, com uma situação histórica em que a classe trabalhadora não terá condições de lutar e conquistar o poder

Por isso não basta apoiar um “governo progressista”, capaz de recuperar a soberania nacional, ampliar a democracia e fortalecer o Estado. Não devemos ficar restritos a estes objetivos, até porque um governo deste tipo pode ser historicamente funcional a um novo ciclo de desenvolvimentismo capitalista conservador.

Por isto lutamos para converter o governo progressista que temos, num governo democrático-popular, capaz de combater a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais que combinem desenvolvimento econômico com transferência de riqueza, renda e poder para os trabalhadores e os setores médios.

Também por isto, defendemos que o objetivo de um governo dirigido pela esquerda não é “destravar o crescimento”, mas sim colaborar para a abertura de um novo ciclo histórico, que deixe para trás as décadas perdidas, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

Isto exigirá uma coalizão política e social distinta da que sustenta hoje o governo Lula. Exigirá, também, que o PT atue de outra maneira, articulando ação de governo, mobilização social, organização partidária e luta político-ideológica em favor de um programa de reformas estruturais.

Sem subestimar as dificuldades e problemas, pensamos existir, no Brasil e na América Latina, uma conjuntura que abre grandes perspectivas para a realização deste programa.

Por um lado, as forças neoliberais mantêm sua hegemonia no terreno econômico-social, no controle das instituições internacionais e do poderio militar, além de conservar o governo de vários países da região. Por outro lado, as forças progressistas, democrático-populares e socialistas conseguiram recuperar parte da capacidade organizativa e de mobilização que tinham nos anos 1980, além de ocupar posições importantes no governo de vários países da região, a partir dos quais vêm buscando reorganizar o tecido social e econômico, nacional e regional.

A coincidência de vários governos de esquerda e progressistas na América Latina constitui a grande novidade da situação atual nesta região do mundo. As esquerdas latino-americanas estão postas diante de dois grandes desafios: por um lado, a impossibilidade de construir saídas isoladas para seus problemas nacionais, a começar por aqueles problemas impostos pelos Estados Unidos; por outro lado, uma “herança maldita” vinda tanto do neoliberalismo, quanto dos padrões anteriores de desenvolvimento.

Há uma enorme diversidade na esquerda continental. Alguns governos, partidos e movimentos têm como objetivo a construção do socialismo. Outros trabalham pela constituição de sociedades com alta dose de bem-estar social, democracia política e soberania nacional, mesmo que nos marcos do capitalismo. Além desta diferença programática, há diferenças estratégicas, acerca das formas de luta, da participação em processos eleitorais, sobre o papel dos governos eleitos, sobre a relação com as classes dominantes de cada país, da Europa e dos Estados Unidos. Seja como for, vivemos um momento de transição, em que temas como o papel do Estado, a soberania nacional e o socialismo voltaram a fazer parte do debate político continental.

A reafirmação do socialismo como objetivo estratégico só ganha sentido prático se for plasmada numa estratégia de poder e num programa de reformas que aponte para a superação prática das relações capitalistas realmente existentes em nosso país.

Esta estratégia e esta plataforma programática objetivam, em última análise, fortalecer o poder das classes trabalhadoras e enfraquecer o poder da classe dominante; noutras palavras, implementar mudanças democrático-populares nas relações sociais e políticas existentes no Brasil.

Trata-se de alterar o padrão/modelo de desenvolvimento vigente há

décadas no país (orientado ao lucro, externamente dependente, pró-monopolista e latifundiário, politicamente antidemocrático), construindo no seu lugar um novo padrão de desenvolvimento, em que o crescimento econômico se articule com democracia e superação da dependência e da desigualdade.

Não se trata, portanto, de voltar ao desenvolvimentismo ou ao populismo dos anos 1950. É preciso recordar que o desenvolvimento capitalista em nosso continente, inclusive onde assumiu formas mais avançadas, sempre esteve acompanhado da ampliação da desigualdade, da dependência externa e da falta de democracia política.

Se nosso objetivo é superar o neoliberalismo, mas sem voltar aos limites do modelo de desenvolvimento anterior, teremos então que enfrentar vários desafios.

*O primeiro deles é lutar pela democratização profunda de nossas sociedades.* Isto significa muito mais do que eleições periódicas. O sistema político existente no Brasil, bem como na maioria dos países de nosso continente, segue produzindo enormes distorções, suscetível a todo tipo de manipulação por parte da burguesia e dos partidos conservadores. O controle social sobre a atividade política e estatal é extremamente reduzido. Para a maioria da população, sobra apenas eleger periodicamente seus “representantes”. Os meios de comunicação, que majoritariamente estão em mãos de monopólios privados, interferem de maneira descarada em favor dos interesses capitalistas.

*O segundo desafio é ampliar o alcance e a qualidade das políticas sociais públicas, inclusive criando novos direitos sociais.* Antes da onda neoliberal, no Brasil e na maior parte do continente, a cobertura do Estado em áreas como saúde e educação já era bastante reduzida. O neoliberalismo piorou ainda mais a situação, fazendo com que vários destes serviços fossem acessíveis apenas através do mercado. Agora estamos diante do desafio de garantir, além do direito pleno à saúde, educação e alimentação, outros direitos básicos, como o acesso à eletricidade, telecomunicações, saneamento básico, habitação, transporte público, cultura e lazer.

*Nosso terceiro desafio consiste na realização de reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossas sociedades.* A reforma agrária e a reforma urbana são objetivos essenciais. O latifúndio modernizou-se e segue funcional na lógica do capitalismo brasileiro, cada vez mais agressivo ao meio ambiente e às condições de vida dos trabalhadores rurais. Nas cidades, onde vivem 80% da população brasileira, a violência urbana explode, cresce o apartheid social e são negados os direitos básicos da

maioria. A combinação das reformas agrária e urbana deve dar conta de começar a enfrentar estes problemas.

*O quarto desafio é a criação de um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de emprego e renda, redistribuição de renda e riqueza.* Estes objetivos, no atual estágio da economia internacional e nos marcos da correlação de forças vigente, exige que se trabalhe em escala continental. O desenvolvimento da capacidade de produzir bens e serviços deve ter como objetivo central a satisfação das necessidades básicas de cada país, para elevar gradualmente seu nível de vida, e ao mesmo tempo apoiar a capacidade de exportação, gerando assim os recursos necessários para a complementação das necessidades nacionais. Devemos fortalecer nosso mercado interno, garantindo a existência de soberania alimentar, de uma política industrial, de uma rede de pequenas e médias empresas, de uma política de ciência e tecnologia, bem como de proteção à cultura, educação e comunicação nacionais.

Estes objetivos serão atingidos apenas com uma política econômica que rompa definitivamente com “dogmas” neoliberais que seguem influenciando o governo e atendem às pressões do grande capital.

Na medida em que cabe fortalecer uma rede de pequenas e médias empresas, devemos abordar com atenção a questão da chamada “economia solidária”. Sem ilusões de que, “em si” e desarticulados de uma política macro-econômica que enfrente o capital monopolista, este setor da economia possa vir a constituir-se em alternativa ao capitalismo “realmente existente”, é importante que os governos de esquerda apoiem efetivamente estes empreendimentos constituídos por cooperativas, associações e grupos de produção cujos meios de produção pertencem ao coletivo de trabalhadores associados.

*O movimento de economia solidária* se expressa, no Brasil, através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, criado em 2003 na sua III Plenária Nacional em Brasília. Articulado em instância nacional e em todos os estados da federação, ele congrega três setores:

a) setor dos Empreendimentos Econômicos Solidários: composto por cooperativas, associações, e grupos informais na área de produção, de comercialização, e de finanças solidárias. Segundo o Sistema de Informação da Economia Solidária - SIES, existem hoje no Brasil cerca de 20 mil empreendimentos solidários, cujas características principais são atividade econômica, cooperação, solidariedade e autogestão. São empreendimentos cuja propriedade, isto é, os meios de produção, pertencem ao coletivo das trabalhadoras e dos trabalhadores associados;

b) setor das entidades de fomento à economia solidária: são entidades de apoio e assessoria compostas de várias organizações sociais, universidades, entidades do movimento sindical;

c) setor estatal: foi implementado como política pública nacional a partir do primeiro mandato do “governo Lula”, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no interior do Ministério do Trabalho e Emprego. O setor está também representado pelas várias secretarias (ou órgãos similares) nos estados e municípios brasileiros. Além disso, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária, espaço de discussão e proposição de política pública.

O documento final da I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em 2006, “afirma a emergência de um novo ator social composto de trabalhadores associados e consumidores conscientes e solidários, portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo, caracterizando-se, portanto, como um processo revolucionário. À medida que se organiza e se integra, a Economia Solidária contribui para construir uma sociedade sem classes (...) Entende-se como uma sociedade sem classes a sociedade socialista. Para se chegar a esta sociedade é imprescindível: 1. superar a sociedade capitalista; 2. unir, na luta político econômica, aqueles que vivem do trabalho (proletários, desempregados, camponeses, cooperados, setores médios), aqueles que não são capitalistas; 3) a superação da antiga sociedade para a nova é essencialmente uma luta política, uma disputa de projetos antagônicos”.

*O quinto desafio é o de combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental. Desafio ainda maior se recordarmos que cada um dos países latino-americanos e caribenhos possui histórias particulares e correlações de força específicas, às quais correspondem estratégias e programas também diferenciados.*

A integração entre as economias latino-americanas exige, para além de projetos de infra-estrutura e compatibilização legislativa, a integração de políticas econômicas e de um sistema de financiamento e crédito alternativo ao que hoje é dominante.

*Um sexto desafio é enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação. É preciso trabalhar estrategicamente com a dimensão universal dos direitos humanos, com as políticas afirmativas e com a promoção de políticas públicas que afirmem valores democráticos, o respeito à diversidade e o com-*

bate contra as discriminações e exclusões, inclusive aquelas que afetam a pessoa com deficiência. Temos como objetivo acabar com as variadas formas de discriminação associadas ao capitalismo e ao neoliberalismo, como é o caso do preconceito étnico/racial, do sexismo e da heteronormatividade. O enfrentamento do machismo, do racismo e da homofobia fazem parte da construção de um novo modelo de desenvolvimento.

*Um sétimo desafio diz respeito à realidade da juventude.* A população jovem nunca foi tão grande na América Latina e no Brasil. Os anos neoliberais foram especialmente cruéis com os jovens, resultando no agravamento da dificuldade de acesso à educação, saúde, emprego, à cultura, ao lazer e ao esporte, entre outros. No Brasil, apenas 3 em cada 10 jovens têm acesso ao ensino médio. Este cenário agrava-se ainda mais com a ausência de perspectivas de trabalho, pois também os jovens são os mais atingidos pelo desemprego. A exclusão social associada à crescente e permanente difusão do individualismo, do consumismo, da futilidade e do autoritarismo, são combinações explosivas. Várias instituições têm divulgado pesquisas mostrando que as principais vítimas da violência no Brasil são crianças, adolescentes e jovens.

Apesar de tudo isto, a cada crime grave envolvendo adolescentes com repercussão na mídia e na sociedade, ressurgem a polêmica envolvendo o tema da redução da idade penal. O PT posiciona-se claramente contra a redução da maioridade penal. Hoje 70% da população carcerária brasileira é constituída por jovens entre 18 e 28 anos, demonstrando que as punições previstas aos adultos não inibem os jovens. A violência só diminuirá com um ataque profundo às suas causas, com a construção rápida e massiva de políticas que assegurem condições mínimas de vida para a juventude e, simultaneamente, proporcionem o acesso a uma formação integral. Sem isso, não se formará uma geração capaz de dar continuidade aos avanços sociais e econômicos que o país necessita.

*Um oitavo desafio é deter o processo de destruição do meio-ambiente, a começar pelos recursos não-renováveis.* Também por isto, a base produtiva de bens e serviços de cada um dos países, assim como as fontes fundamentais de energias e matérias-primas, devem estar sob controle direto ou indireto dos Estados e nações, e não a serviço das empresas multinacionais.

Todos estes desafios estão entrelaçados: não haverá democracia, sem desenvolvimento e soberania nacional; não haverá soberania, sem desenvolvimento e democracia; não haverá desenvolvimento, sem soberania e democracia. E, ao menos para forças como o PT, a luta por democracia, soberania e desenvolvimento combina-se com a luta pelo socialismo.

O programa de reformas democrático-populares cumpre o papel de sistematizar as principais reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais e dos setores médios que queremos consolidar como aliados, organizando-as com o sentido de alterar as estruturas da sociedade brasileira, num rumo anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista.

Este programa de reformas, embora não tenha como premissa a extinção das relações capitalistas de produção ou da propriedade privada dos grandes meios de produção, tem um sentido geral anticapitalista, pois sua implementação entra em choque com o capitalismo hegemônico no Brasil, num processo de “aproximações” ao objetivo final cujo ritmo será determinado pela dinâmica concreta da luta de classes e da correlação de forças no país, na América Latina e no mundo.

Os componentes fundamentais deste programa são: a reforma tributária, a reforma urbana, a reforma agrária, a reforma da educação, a democratização da comunicação social, a reforma política, a reforma do sistema financeiro e a reforma do Estado, todas vinculadas ao propósito de criar espaços públicos estratégicos não-mercantis.

### ***Reforma tributária***

Em 1995, o Partido dos Trabalhadores apresentou em Brasília a sua proposta de reforma tributária para o país. A proposta vinculava a reforma tributária a reforma do Estado, distribuição de renda, estabilização e modelo de desenvolvimento do país. Denunciava a concentração de renda e riqueza no Brasil e defendia a implantação de um sistema progressivo, “segundo o princípio da equidade vertical, isto é, a aplicação de alíquotas efetivas mais elevadas às pessoas de maior renda e riqueza”.

A proposta defendia como eixos centrais de uma verdadeira reforma tributária a “justiça social e o ataque frontal à miséria”; “o combate à evasão fiscal”; e propostas complementares envolvendo os impostos sobre consumo, transferências tributárias entre unidades da federação, simplificação tributária, isenções e incentivos fiscais no orçamento geral da União e contribuições sociais.

Em 2003, o governo Lula apresentou proposta de reforma tributária, sem que estes compromissos históricos tenham sido contemplados.

O governo, em troca da renovação da CPMF e da DRU, aceitou abrir mão do Imposto sobre Grandes Fortunas, do compromisso com a ampliação das classes de alíquotas do IRPF.

A PEC 233 enviada recentemente pelo Governo Lula ao Congresso Nacional, traz uma proposta de Reforma Tributária que significa mais uma tentativa de simplificação do sistema de arrecadação tributária do que, de fato, uma reforma estrutural do sistema fiscal brasileiro. A nossa luta deve ser pela implementação de uma Reforma Tributária que traga melhoria na distribuição de renda e um aperfeiçoamento na distribuição dos recursos do chamado pacto federativo.

A Reforma Tributária que pensamos deve, na atual conjuntura, garantir o incentivo produtivo e priorizar a capacidade de investimento do Estado nas áreas sociais e de infra-estrutura econômica.

Neste sentido, louvamos a iniciativa da bancada do PT na Câmara dos Deputados, de colocar em discussão a contribuição sobre grandes fortunas, através de um projeto de lei ordinária instituindo a contribuição social anual sobre grandes fortunas e uma emenda à PEC 233, da Reforma Tributária, instituindo nova forma de custeio da seguridade social.

Por outro lado, somos contrários à desconstitucionalização dos recursos direcionados à Educação, conforme consta na PEC 233, que indica a extinção do salário educação, medida regressiva no tocante ao financiamento da educação pública brasileira e não conforme à postura de um governo comprometido com a responsabilidade social.

Ao mesmo tempo em que devemos intervir na tramitação da PEC 233, é importante recolocar em debate o projeto original do PT, datado de 1995, em especial as seguintes medidas:

- a) Elevar a progressividade do Imposto de Renda da Pessoa Física (“deve-se começar com uma alíquota de 5% e elevá-la gradualmente, ampliando o leque de alíquotas, até atingir 50%”).
- b) Instituir Imposto de Renda negativo para os setores de baixa renda.
- c) Redução radical das deduções do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, com redução das alíquotas nominais.
- d) Regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas.
- e) Seletividade nos impostos indiretos.
- f) Efetiva separação entre o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social.
- g) Ampliação da progressividade como princípio constitucional.
- h) IPTU obrigatoriamente progressivo e instrumento de reforma urbana.
- i) ITR – Imposto Territorial Rural – incidindo pesadamente sobre as terras improdutivas, altamente progressivo e elemento estratégico para a efetivação da reforma agrária e de uma política fundiária.



Com relação ao combate à evasão fiscal, defendemos o aparelhamento tecnológico dos órgãos da administração tributária; com uma política de recursos humanos para os órgãos da administração tributária; com a execução do crédito tributário; com o combate à inadimplência fiscal; e com a flexibilização do sigilo bancário, dentre outras medidas.

Precisamos de uma reforma tributária que configure uma estrutura de tributos socialmente justa, na qual os ricos paguem mais impostos que os pobres. É inadmissível que, no Brasil, os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos paguem 48% de impostos enquanto aqueles que recebem acima de 30 salários mínimos, 26%.

### *A reforma urbana*

Caudatária das lutas do povo pobre contra a segregação e as péssimas condições de moradia nas grandes cidades brasileiras durante a primeira fase da industrialização do país, a bandeira da Reforma Urbana ganhou relevo no movimento pelas Reformas de Base durante o governo João Goulart, quando se acelerava o processo de urbanização do Brasil na esteira da intensa industrialização da década de 1950. O Brasil rural de 1950, em que 64% da população vivia no campo, rapidamente cedeu terreno ao Brasil urbano: em 1960, já 45% da população vivia nas cidades, número que chegará a 56% em 1970, em plena ditadura militar.

A pauta da Reforma Urbana de 1963 - construção massiva de moradias populares, controle do preço dos aluguéis, subsídios à população de baixa renda, agilização dos procedimentos de desapropriação por interesse social, controle da especulação imobiliária - foi sufocada pela ditadura militar. Mas a ditadura não conseguiu conter os processos sociais inerentes à rápida urbanização.

A jovem classe trabalhadora brasileira lentamente voltou a ocupar o cenário e ressurgiu com força no final da década de 1970, nas lutas diretas contra o patronato, mas também nos novos movimentos urbanos, pressionando o Estado em busca dos direitos básicos como acesso à moradia, saneamento básico, transporte público, saúde e educação.

Para a população, o acesso à moradia, transporte de qualidade, atendimento médico, saneamento básico, são valores de uso essenciais à vida. Mas na dinâmica da cidade capitalista, a inversão pública em melhoramentos urbanos visa atender aos interesses e necessidades do Capital.

Assim, os grandes loteadores, construtores, incorporadores imobiliários, empresas privadas concessionárias de serviços públicos, empresários

do setor de transportes urbanos tornaram-se agentes cada vez mais atuantes e orgânicos no processo de crescente espoliação urbana que dominará a cena brasileira nos últimos trinta anos.

O desenvolvimentismo conservador e, posteriormente, os anos neoliberais foram acompanhados da ampliação da pobreza urbana. Hoje, mais de 80% da população mora nas cidades. Cresce a segregação territorial, com a proliferação de condomínios fechados e a expulsão dos pobres das áreas centrais valorizadas. A mercantilização das cidades ganha terreno também na esfera cultural, como denota o lugar que os shopping centers ocupam no imaginário e na representação que a população faz dos lugares de encontro e lazer cotidiano.

Contraparte desta lógica de exclusão, cresce o número de favelas: estimativas fidedignas revelam que habitam assentamentos sub-normais 20% da população do Rio de Janeiro, 22% da população de São Paulo, 20% de Belo Horizonte, 13% de Goiânia, 30% de Salvador, 46% do Recife, 31% de Fortaleza, 30% de Belém. Grande parte destes assentamentos, a par da situação fundiária irregular, são implantados em encostas íngremes, áreas alagadiças e solos instáveis, em situações que expõem a população a riscos de tragédias urbanas que sistematicamente vêm se consumando ao longo dos anos por ocasião das chuvas.

Estimativas conservadoras do déficit habitacional do país montam a mais de 5.800.000 unidades. Ao mesmo tempo, 12,1 milhões de domicílios têm carência de ao menos um dos serviços básicos de infra-estrutura (iluminação pública, redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, coleta de lixo).

Os dados referentes ao saneamento básico são também eloqüentes: o índice médio nacional de atendimento urbano com coleta de esgotos é de apenas 48%. Em relação ao tratamento de esgotos, a situação é ainda mais preocupante: apenas 32% do volume total de esgotos gerados é tratado. A ausência de saneamento básico é responsável por grande parte dos problemas de saúde pública e uma agressão direta ao meio ambiente.

A carência crônica de transporte coletivo de qualidade, com a concentração do setor em mãos de monopólios privados altamente predatórios e lucrativos; a concentração das concessões de serviços públicos fundamentais como a energia elétrica e a telefonia em mãos de grandes grupos privados, que impõem altos custos tarifários e péssimos serviços; a escalada da violência urbana e a crise da segurança pública ajudam a compor o dramático quadro da vida nas cidades brasileiras neste início de século.

O enfrentamento deste conjunto de problemas exige uma compreensão global da dinâmica urbana e das forças sociais que atuam neste cenário. A Reforma Urbana ganha então sentido como plataforma de um amplo movimento que luta pelo “direito à cidade” como espaço de vivência comunitária e fruição dos bens materiais e culturais necessários à vida civilizada, incorporando a dimensão ecológica nesta perspectiva.

Habitação digna para todos supõe a preservação dos mananciais e dos manguezais, a não ocupação de encostas e solos instáveis. Transporte coletivo de qualidade, com a ampliação radical das linhas dos metrô e a criação de ciclovias, é parte fundamental na solução do problema da poluição do ar.

A luta pela Reforma Urbana apóia-se na trajetória do movimento popular – que tem no Fórum Nacional de Reforma Urbana um importante ponto de articulação e unificação de lutas –, na experiência de vários governos municipais e estaduais do PT e dos demais partidos de esquerda, bem como nas realizações parciais do primeiro mandato do presidente Lula. Por si só, a criação do Ministério das Cidades foi um passo adiante na consecução de ações articuladas para enfrentar os problemas colocados.

Passo importante que poderá, no entanto ser pulverizado e revelar-se contraproducente caso sua direção fique sob o comando de forças retrógradas e comprometidas com os interesses das grandes empreiteiras e especuladores imobiliários, como é notório no caso do PP, partido que atualmente comanda o Ministério.

Apesar dos avanços importantes e do esforço meritório da equipe que comandou o Ministério das Cidades nos primeiros anos do mandato anterior, suas ações se viram constringidas pelo conservadorismo da política econômica, seja pelos contingenciamentos orçamentários impostos pela política de altos superávits primários, seja pela timidez e inércia da máquina pública, principalmente a Caixa Econômica Federal, que como agente financeiro principal dos programas não ultrapassou a lógica meramente bancária imposta pela regulamentação do sistema financeiro.

No segundo mandato de Lula, a Reforma Urbana deve se constituir num ponto fundamental da plataforma de lutas dos movimentos populares, em combinação com a nossa ação de governo.

Esta plataforma se materializa na necessidade de investimentos estatais massivos em habitação popular e saneamento básico, grandes obras públicas de infra-estrutura de transporte coletivo e equipamentos sociais das periferias das grandes e médias cidades.

Para garantir o atendimento à população de baixa renda, será fundamental que se incorporem subsídios significativos aos financiamentos, que se rompa a inércia da burocracia dos bancos públicos e que o Conselho Monetário Nacional institua normas obrigando os bancos privados a criarem linhas de financiamento acessíveis a esta faixa de renda.

Da mesma forma, os programas de regularização fundiária precisam ser massificados, o que já é possível nos marcos do Estatuto das Cidades. Ademais, é importante o avanço na aplicação de mecanismos urbanísticos previstos nesta legislação, como a outorga onerosa do direito de construir, a edificação compulsória, o IPTU progressivo, o direito de preempção e a instituição de áreas de interesse social.

Ainda a este respeito, a Concessão de Uso Especial, prevista no texto original do Estatuto das Cidades e vetada por FHC, deve ser incorporada definitivamente ao texto legal, com a transformação da MP 2220/01 em lei.

Estes instrumentos são importantes no combate à especulação imobiliária e devem ser complementados com a criação de mecanismos mais ágeis e eficazes de desapropriação por interesse social, aplicáveis aos casos flagrantes de especulação e valorização dos latifúndios urbanos advinda do investimento público.

Especial relevo na atual conjuntura tem a questão dos serviços públicos que foram concedidos para a iniciativa privada. Não por acaso este tema polarizou a campanha presidencial no segundo turno de 2006. A população é diretamente atingida pelas altas tarifas de água, energia elétrica e telefonia, preços “administrados” que compõem a maior fatia da inflação aplicada à cesta de consumo das camadas populares.

É necessário recolocar no debate público a questão da reestatização destas empresas, pressionando desde já pelo estabelecimento de padrões mínimos de atendimento, tais como: tarifas sociais para a população de baixa renda, proibição de corte por inadimplência dentro de limites legais que garantam as necessidades básicas de sobrevivência das famílias, obrigatoriedade de aplicação de parte dos lucros em programas sociais.

Em vários casos, a luta contra estes monopólios tem também um conteúdo antiimperialista, haja vista que parte significativa destas empresas é constituída por subsidiárias de grandes multinacionais envolvidas em fraudes e escândalos em seus países de origem.

Igual destaque deve ter a luta contra os monopólios privados do transporte urbano. A transparência no controle das planilhas de custo do setor é uma necessidade para a qual o poder público e as organizações

da população devem focar seus esforços, assim como a extensão de programas de integração como o bilhete único e a progressiva cobertura do metrô nas grandes cidades.

Trata-se em suma de, em torno da bandeira da Reforma Urbana, condensar e popularizar a luta por um amplo conjunto de direitos que configurem uma vida digna nas cidades, e a partir daí impor derrotas objetivas aos mecanismos de mercantilização e reprodução do capital vigentes que têm no uso dos processos de urbanização a sua força motora.

Como parte integrante do programa democrático-popular, a Reforma Urbana articula-se com os demais componentes e as várias dimensões deste programa. Especialmente com a Reforma Agrária, pelo papel que esta pode cumprir no estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento das cidades médias e pequenas, abordando a questão da atividade agroindustrial numa perspectiva antagônica ao agronegócio predatório, re-equilibrando a rede urbana com maior oferta de empregos de qualidade nestas cidades e contendo o crescimento de exército industrial de reserva, que tem papel estrutural na lógica do capitalismo brasileiro.

### *A reforma agrária*

A X Conferência Nacional da Articulação de Esquerda ratifica a Resolução de Reforma Agrária aprovada pelo III Congresso Nacional. Elaborada com a participação efetiva dos militantes da AE, essa resolução expressa as preocupações dos movimentos sociais, entidades e militantes com o estágio atual da luta pela reforma agrária. O texto diz o seguinte:

“O PT reafirma a centralidade da reforma agrária no projeto de desenvolvimento do Brasil, como condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do território e para o uso sustentável dos recursos naturais.

O PT propõe a todas as forças democráticas e populares a construção de uma ampla transformação no mundo rural, como parte constitutiva de um novo modelo de desenvolvimento nacional com justiça social e soberania. Esse caminho passa pela democratização do acesso e da posse da terra, pela afirmação do princípio da função social da propriedade, o fortalecimento da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e das comunidades rurais tradicionais, a soberania territorial, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia.

O modelo agrário historicamente implantado no Brasil baseia-se na grande propriedade monocultora, que degrada os recursos naturais e submete à força de trabalho às condições desumanas, degradantes e ao trabalho escravo. Esta estrutura fundiária, marcadamente latifundiária, é geradora de relações sociais, econômicas e políticas injustas, desiguais e autoritárias. A modernização conservadora do campo promovida pelo regime militar, por meio de fartos subsídios públicos para estimular a mecanização e o uso de intensivo agroquímicos e outras tecnologias, gerou o aumento da concentração fundiária e da pobreza no campo e forçou o êxodo rural, que acabou por alimentar um processo de urbanização caótico. Na fase atual, em que o velho latifúndio se apresenta como “agronegócio”, o modelo agrícola é fortemente influenciado pelas grandes empresas transnacionais da agricultura, que controlam a cadeia produtiva, desde as sementes - muitas delas transgênicas - até a industrialização e a distribuição.

Esse quadro pode se agravar com a ampliação desregulada da produção de etanol. No padrão atual, essa produção é realizada em grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, sendo que a maior parte delas oferece condições de trabalho desumanas e degradantes e causam imenso prejuízo à biodiversidade. A expansão pode resultar no aumento da compra de indústrias e de terras por empresas estrangeiras (desnacionalizando ainda mais o país), aumentar a concentração fundiária, desestruturar regiões de concentração da agricultura familiar, impactar a produção de alimentos e pressionar a expansão da fronteira com graves conseqüências ambientais. Não podemos repetir erros do passado. A produção de etanol deve ser objeto de regulação pelo Estado, com a restrição de áreas de plantio, implementação de efetivo zoneamento climático-sócio-ambiental, exigência do cumprimento da função social da propriedade, estabelecimento de condicionantes para acessar financiamento público.

A concentração da propriedade da terra sustenta-se, também, nas situações de ilegalidade e instabilidade jurídica que permitiram que milhares de hectares de terras públicas e devolutas fossem griladas e banhadas com o sangue dos que ali habitavam. Estima-se que milhares de pessoas trabalham em regime de escravidão em nosso país, parte desses trabalhadores encontram-se em carvoarias ilegais localizadas na região amazônica. Outro dado alarmante da barbárie capitalista rural pode ser verificado no número de assassinatos, tentativas de assassinatos, feridos e prisões no campo.

A resistência camponesa, negra, indígena e popular tem marcado a história nacional. Os trabalhadores e trabalhadoras sempre lutaram para mudar a estrutura latifundiária. Eles reivindicam a democratização do acesso e da posse da terra e a extensão da cidadania a população do campo. Por essa razão, as organizações e movimentos sociais no campo foram e seguem sendo importantes agentes da construção da democracia brasileira. Suas lutas são legítimas e necessárias. As ocupações de terras improdutivas ou griladas representam o principal método de luta das organizações camponesas no Brasil e na América Latina. Essas ocupações tem seu fundamento no direito a vida, a alimentação, a moradia e, sobretudo, na função social da propriedade, nos termos previstos pela Constituição Federal. A maioria dos assentamentos rurais atualmente existentes foi conquistada por meio das lutas camponesas, em especial, por meio das ocupações.

O Poder Judiciário tem representado um importante obstáculo à reforma agrária. Setores predominantes desse Poder tratam com pesos diferentes as ações judiciais envolvendo a luta pela terra: impunidade frente à violência, agilidade para julgar ações penais contra as lideranças dos movimentos sociais e lentidão para apreciar as ações de desapropriação e de retomada de terras que estão nas mãos de grileiros.

O problema agrário brasileiro foi agravado durante a era FHC. O projeto neoliberal significou o sucateamento do INCRA, o desmonte do sistema nacional de assistência técnica e a criminalização dos movimentos sociais, cuja principal expressão foi a edição da “MP das Invasões”. O “Novo Mundo Rural” que o governo FHC projetava para o país estava na contramão das aspirações populares, ate porque mantinha inalterada a estrutura latifundiária.

A eleição de Lula representou uma inflexão no tratamento dado a questão agrária pelo governo brasileiro. O II Plano Nacional de Reforma Agrária buscou expressar uma abordagem contemporânea, em que mudança da estrutura fundiária com a conquista do direito a terra associa-se à segurança e soberania alimentar, à promoção da igualdade de gênero, a conservação da biodiversidade, como elementos constitutivos de um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, os recursos destinados à aquisição de terras foram ampliados significativamente, os valores direcionados ao financiamento da agricultura familiar saltaram de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, para R\$ 12 bilhões, em 2007, iniciou-se um processo de recuperação do INCRA, avançaram as ações de reforma agrária na Amazônia e os programas de educação do campo,

foram criadas políticas públicas voltadas ao aumento da qualidade dos assentamentos de reforma agrária, a promoção da igualdade de gênero e reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas. Além disso, o governo interditou o processo de criminalização provido por FHC e manteve um permanente e solidário diálogo com os movimentos sociais no campo, inclusive na elaboração e implementação das políticas públicas. Essas e outras ações tornam a reforma agrária do governo Lula muito superior a dos demais governos.

No entanto, esses avanços são insuficientes para alterar a estrutura fundiária concentradora e injusta e impulsionar um novo modelo de desenvolvimento rural. A reforma agrária ainda não foi reconhecida pelo governo como política pública central para o desenvolvimento do país e da democratização da sociedade. O modelo do agronegócio continua hegemônico, tendo sido beneficiado por crescentes volumes de crédito e seguidas renegociações de dívidas. Verifica-se ainda alguns retrocessos, como a liberação comercial dos transgênicos e o estímulo às transnacionais papeleiras, que espalham o “deserto verde”.

Para modificar a matriz econômica, social e política brasileira a reforma agrária precisa ser massiva e ampla e democratizar a estrutura fundiária em todas as regiões do país. Temos que superar a hegemonia do agronegócio e constituir um novo modelo de desenvolvimento, calcado na democratização da terra, na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura familiar.

Reforma agrária pressupõe desconcentrar a propriedade da terra, alterando a estrutura fundiária que atualmente mantém 46,8% da área registrada nas mãos de 1,6% dos proprietários e tornar produtivos os 133 milhões de hectares de terras improdutivoas. Pressupõe-se também garantir o cumprimento da função social da propriedade e limitar o tamanho máximo da propriedade, razão pela qual o PT apóia a campanha promovida pelo Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pela limitação do tamanho da propriedade. Pressupõe ainda retomar amplas parcelas do território que atualmente se encontram nas mãos de grileiros e destiná-las ao assentamento de trabalhadores sem-terras, bem como reconhecer e titular as terras de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os imóveis rurais que não cumprem a função social precisam ser destinados à reforma agrária. A função social somente é atendida quan-



do a terra produz, utiliza racionalmente os recursos naturais, respeita a legislação que regula as relações de trabalho e assegura o bem-estar daqueles que nela trabalham. A propriedade que atenda aos índices de produtividade, mas que não respeite o meio ambiente e a legislação trabalhista, também deve ser destinada à reforma agrária. Urge ainda atualizar os índices de produtividade, fixados com base em dados da década de 1970, para que se possa viabilizar o instrumento da desapropriação, priorizando, inclusive, as famílias acampadas. Os proprietários que praticam o trabalho escravo e degradante devem ser submetidos à legislação penal e impedidos de acessar recursos públicos, sendo que seus imóveis devem ser expropriados, sem indenização, e destinados aos assentamentos. Por esse motivo, o PT e o governo Lula devem trabalhar para que o Congresso Nacional aprove imediatamente a PEC que determine a expropriação da propriedade onde for constatado trabalho escravo.

O país precisa redefinir o marco legal da reforma agrária para que ela possa ter a dimensão e magnitude necessária: criar novas linhas de crédito especial para os beneficiários da reforma agrária, inclusive, as comunidades tradicionais; aprofundar o fortalecimento institucional do INCRA; promover a desburocratização do processo administrativa e judicial da desapropriação; aumentar os recursos orçamentários para a reforma agrária; e implementar uma política que universalize a educação no campo. Além disso, precisamos ampliar a capacidade do Estado de regulação do desenvolvimento rural, em especial, a regulação da ocupação do território, das atividades agropecuárias e agroindustriais e de gestão dos recursos naturais.

O PT deve lutar para que o Congresso Nacional deixe de ser instrumentalizado pelos ruralistas para travar a Reforma Agrária e criminalizar os movimentos sociais do campo, lutando para aprovar a PEC que expropria propriedade onde for constatado trabalho escravo, para aprovar os projetos que impedem a concessão desordenada de liminares em ações possessórias e as proposições que agilizam os processos administrativos e judiciais de obtenção de terras.

Os delegados e delegadas do III Congresso do PT reafirmam que a reforma agrária representa uma das mais importantes bandeiras políticas do PT. Por essa razão, a militância do PT presente nas lutas sociais e na institucionalidade deve atuar na mais variadas frentes para construir um vigoroso movimento capaz de implementar uma ampla e massiva reforma agrária.

## *A reforma da educação*

O acesso ao conhecimento e à formação intelectual é condição fundamental para o desenvolvimento social e a elevação do nível de consciência dos povos. A educação, assim, é um bem público, que não deve ser apropriado privadamente pelas classes dominantes e nem tampouco constituir-se em privilégio de uma minoria.

Consideramos que os sistemas de ensino, embora tenham sido em grande medida concebidos para reproduzir a ordem dominante, podem funcionar, dialeticamente, como uma ferramenta a serviço daqueles que trabalham pela construção de uma outra sociedade, livre de toda a opressão e exploração.

A escola, no entanto, só pode cumprir esse papel libertador se for capaz de atender às demandas e aos interesses da maioria da sociedade. Sem a manutenção desse caráter, o ensino converte-se em mero instrumento de reprodução das desigualdades sociais, da passividade política e da dominação econômica.

Defendemos, portanto, a educação como um direito universal, que deve ser garantido pelo Estado com recursos públicos, condição *sine qua non* para a manutenção de seu caráter laico, democrático e não discriminatório, bem como da liberdade e autonomia pedagógica e científica necessárias ao seu exercício.

No Brasil, historicamente, o investimento público em educação é baixo. De 1995 a 2005 os gastos com a educação significaram menos de 5% do PIB. Nos países onde houve reformas educacionais associadas a um novo modelo de desenvolvimento, os recursos investidos em educação variaram de 8 a 12% do PIB.

Enquanto nos países industrializados 85% dos jovens completam o ensino médio, na América Latina o índice é de apenas 35%. Na década de 1990, os primeiros investiram na educação, em média, 6% do PIB; enquanto na América Latina esse montante não ultrapassou 4,1%.

A Unesco recomenda um gasto mínimo de 10% do PIB em educação para os países em desenvolvimento. O Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso em 2001, fixou em 7% do PIB os gastos em ensino, este percentual vetado por FHC, não foi restabelecido no primeiro governo Lula.

É preciso registrar que, embora mantendo os mesmos patamares de gastos em educação da era FHC, os primeiros quatro anos do governo Lula foram capazes de implementar alguma expansão do ensino público,

com a abertura de novas universidades, extensões e colégios técnicos.

Mas é evidente a insuficiência e as limitações de uma política educacional restrita ao melhor gerenciamento dos mesmos recursos. Uma verdadeira reforma da educação pública brasileira exige, de saída, o crescimento gradativo dos investimentos em relação ao PIB, fixando em 7% o patamar mínimo inicial, conforme previa originalmente o Plano Nacional da Educação, além da permanência da vinculação constitucional de verbas para o setor.

### *O ensino básico*

Atualmente, os governos estaduais são responsáveis por 46% dos recursos investidos em educação (2,3% do PIB). Em seguida, vêm os municípios com 29,5% (1,4% do PIB) e, por último, a União, com 24,4% (1,2% do PIB).

O Fundeb vai transferir, neste ano, R\$ 2 bilhões de recursos federais para estados e municípios, mas deste montante R\$ 800 milhões já seriam repassados normalmente. Em termos de PIB, equivale a um acréscimo de apenas 0,1% em educação. Em 2010, quando o Fundeb estiver a pleno vapor, recebendo R\$ 5,1 bilhões, ainda assim a contribuição federal aumentaria em 0,3% do PIB atual.

A insuficiência de recursos previstos no Fundeb para atingir os objetivos a que se propõe é gritante. A focalização pretendida com a implantação do Fundeb a partir de 1998 alcançou a ampliação do atendimento no âmbito do ensino fundamental, deixando de fora as crianças em idade de educação infantil e os jovens do ensino médio, além de desconsiderar a demanda de quase 50 milhões de jovens e adultos que não têm o ensino fundamental completo. Na educação infantil apenas 18,5% da população de zero a seis anos são atendidas nas escolas públicas estaduais e municipais, no ensino fundamental 97% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas e no ensino médio cerca de 40% dos jovens de 15 a 17 anos são atendidos.

Se os patamares de investimentos do governo federal em educação não forem imediatamente revistos, as possibilidades de avanços significativos na educação brasileira nos próximos anos estarão definitivamente comprometidas.

Para consolidar-se como mecanismo que incentiva, democratiza e assegura o acesso à educação básica, o aporte de recursos e o papel da União no financiamento da educação básica precisa ser ampliado. Isto

exige “destravar” o principal inibidor ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, que é a persistência do ajuste fiscal e estrutural do estado brasileiro.

Outro grande desafio é aperfeiçoar e aprofundar os mecanismos de democratização da gestão pública, efetivando um verdadeiro controle da sociedade sobre a utilização dos recursos para a educação.

Os impactos do Fundeb devem ser alvo de permanente avaliação, com o objetivo de aprimorar os rumos da política da educação, apontar novas formas de financiamento, tratar da redefinição de prioridades e do planejamento estratégico, com vistas à garantia do direito de todos à educação de qualidade.

### *O ensino superior*

A bandeira da Reforma Universitária, empunhada historicamente pela esquerda e pelos setores progressistas de modo geral, está vinculada à necessidade de alterações profundas no modelo educacional implantado no Brasil, de modo a garantir a democratização e universalização do acesso ao ensino superior público, gratuito, laico e de qualidade, com a conversão das universidades em um instrumento de transformação social e de aumento do poder das classes populares.

No Brasil, desde a reforma tecnocrática realizada pela ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970, que procurou adequar o sistema de ensino superior ao projeto de modernização conservadora, atendendo assim a alguns setores do capital - que necessitavam de determinado tipo de mão-de-obra qualificada - e buscando responder ao desejo de ascensão social dos setores médios, o país não voltou a rediscutir em profundidade seu modelo de ensino superior.

Nos anos 1990, contudo, o advento do neoliberalismo atingiu em cheio as universidades, já afetadas profundamente pela crise dos anos 1980. Lembremos que a reestruturação produtiva do capital ensejada nesse momento visava superar a crise de acumulação que havia se iniciado na década de 1970. Um de seus pilares, pois, era a abertura de setores, historicamente de competência do Estado, à exploração direta do capital. Isso ocorreu com as telecomunicações, com a energia, com a previdência e a saúde. E ocorreu, também, com a educação.

Apoiando-se assim no discurso de que a crise do Estado nacional-desenvolvimentista era fundamentalmente uma crise fiscal e de gigantismo estatal, os governos neoliberais passaram a investir de modo pesado no

desmonte da estrutura educacional pública e na expansão do ensino privado. O governo Collor tentou iniciar e o governo FHC implementou, através das duas gestões de Paulo Renato à frente do MEC, uma série de transformações no ensino superior brasileiro. Todas elas guardaram um sentido comum: fortaleceram o ensino privado e enfraqueceram o ensino público.

A primeira eleição de Lula em 2002 representou, entre os setores sociais comprometidos com a luta pela universidade pública, um claro desejo por uma reversão nesse processo. O momento que se anunciava parecia propício para uma discussão de fôlego acerca dos rumos do ensino superior no país, que pudesse culminar com transformações profundas, no sentido do fortalecimento do caráter público da universidade brasileira, de sua democratização e da ampliação de sua capacidade de produzir conhecimento de forma autônoma.

As primeiras iniciativas tomadas pelo governo no âmbito da educação superior, contudo, não apontaram no mesmo sentido das bandeiras históricas do movimento. Embora a idéia de uma reforma universitária tenha pautado desde o início as ações do governo, as propostas então elaboradas foram contaminadas pela ortodoxia da política econômica adotada sobretudo nos primeiros anos daquele mandato, cuja busca quase obsessiva pela produção de crescentes superávits primários implicava um entrave para a expansão das universidades públicas e para um aumento do financiamento ao setor, em função dos poucos recursos destinados aos investimentos públicos.

Os trabalhadores e seus filhos e filhas devem ter acesso à educação de excelência, que só pode ser efetivamente oferecida pelas instituições que não estão submetidas à lógica do mercado. Assim, é necessário que o ProUni seja pensado como uma medida emergencial, de caráter transitório, que deve ser substituída paulatinamente por políticas de inclusão das camadas menos favorecidas da população nas universidades públicas. Não obstante a face progressista que o ProUni medida possui, ao possibilitar o acesso à Universidade de setores dela historicamente excluídos, é inegável que o programa representou um fortalecimento do ensino privado. Além disso, ao eleger os chamados “tubarões do ensino” como parceiros, o programa contribuiu para aumentar o poder relativo deste setor e tornar ainda mais difícil aprovar medidas efetivas de regulamentação e controle das instituições privadas de ensino superior.

Reafirmar o caráter público da universidade que queremos, portanto, é defender que a educação superior esteja voltada ao interesses gerais do

povo. Reafirmar a necessária gratuidade do ensino superior e o combate à mercantilização da educação é preciso, porque entendemos que a educação é um direito inalienável de todos e um dever do Estado, que deve ser garantido com financiamento estatal, condição fundamental para a manutenção de seu caráter público.

Uma ampla reforma da educação através de políticas estruturantes, necessariamente precisa ser orientado a partir dessa bandeira mais geral da educação pública. Mas isso só será possível se ultrapassarmos a política de conciliação com o capital privado, hegemônico hoje na educação.

Para tanto, consideramos fundamentais, além do aumento dos recursos destinados à educação vinculados ao PIB, conforme definia o Plano Nacional de Educação:

A expansão com qualidade da universidade pública, com a ampliação e democratização do acesso a suas vagas. Tendo em vista que a universalização desse acesso é um objetivo de longo prazo, devemos defender as políticas de ação afirmativa em benefício dos setores historicamente excluídos da Universidade, alterando assim sua composição social e fazendo da educação superior um instrumento de combate às desigualdades;

A democratização interna da gestão das universidades públicas e privadas, o que implica também maior liberdade e autonomia de organização de docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos. Essa democratização deve, entre outras coisas, possibilitar mudanças pedagógicas na universidade, fundamentais para um novo projeto de ensino superior sintonizado com as demandas das camadas populares;

O aumento do controle público sobre as instituições privadas de ensino superior, única forma de garantirmos a melhoria da qualidade de ensino nessas instituições, com a manutenção de um corpo docente qualificado, o compromisso com as atividades de pesquisa e extensão e a existência de instalações adequadas ao ensino superior, como bibliotecas, laboratórios etc.

São necessárias mudanças estruturais na universidade brasileira, para que ela ocupe um papel estratégico e indutor do desenvolvimento do país, contribuindo para a reafirmação da soberania nacional e para a criação de mecanismos de distribuição de renda e geração de empregos.

Trata-se agora de aprofundar a política de expansão do ensino público superior e enfrentar os interesses do capital privado na educação, buscando conferir efetivamente ao segundo mandato um forte acento democrático-popular. O que, no caso da educação em geral e das universidades em particular, significa um compromisso inegociável com o ensino público,

gratuito, laico e de qualidade, que possa funcionar como um instrumento a serviço do desenvolvimento nacional e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### *Defender e ampliar o SUS*

A saúde como direito social somente foi reconhecida no Brasil com a promulgação, em 5 de outubro de 1988, da Constituição Federal, na qual foram também inscritos os princípios essenciais do Sistema Único de Saúde (SUS). Tais princípios foram incorporados nas constituições dos estados e do Distrito Federal em 1989 e regulamentados, no plano federal, somente em 1990, com a edição das Leis Orgânicas da Saúde (Lei n.º 8.080, de 19/9/90 e Lei n.º 8.142, de 28/12/90). Ainda em 1990, os princípios do SUS foram incorporados às Leis Orgânicas de vários municípios brasileiros. Em síntese, está em vigência há pouco mais de 17 anos o arcabouço jurídico-normativo que propiciou o início da luta pela construção do SUS.

Na Constituição Federal de 1988 reconheceu-se que “saúde” é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme disposto no Art. 196. Reconheceu-se, ainda, a relevância pública das ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado, disposição do Art. 197.

Não deve causar espanto o fato do reconhecimento do direito à saúde no Brasil ter se dado, numa perspectiva histórica, tão recentemente. Afinal, esse é mais um componente dos traços característicos do desenvolvimento nacional conduzido pelas tradicionais - e conservadoras - elites econômicas e políticas do país: pífia distribuição de renda, profunda desigualdade social e arraigado autoritarismo na condução dos assuntos públicos.

A primeira década de existência do SUS foi de uma luta muito dura, porque sua construção deu-se na contramão da vontade política do poder executivo federal e, sobretudo, daqueles que ditavam as regras da política econômica do país. Melhor exemplo disso: relativa previsibilidade de fontes de recursos para a organização do Sistema Único de Saúde só veio a ocorrer em setembro de 2000, quando se aprovou a Emenda Constitu-

cional n.º 29/2000, que prevê a vinculação progressiva dos impostos dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União, com a finalidade de assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Destaque-se que se observou nos anos 1990 o redirecionamento do papel do Estado, influenciado pela política de ajuste neoliberal que tinha como pressuposto a Reforma do Estado, pois esse teria “se desviado” de suas funções básicas ao ampliar sua presença no setor produtivo. Dessa forma, o Estado deveria deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para tornar-se o promotor e regulador, transferindo para o setor privado as atividades que antes era de sua responsabilidade.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma política pública recente, justa e racional. Uma reforma social incompleta e com implantação heterogênea conforme a região do país, mas que, em poucos anos, construiu um sólido Sistema de Saúde que presta significativos serviços à população brasileira.

De acordo com dados disponíveis em 2006, o SUS tinha uma rede de mais de 60 mil unidades ambulatoriais e de cerca de seis mil unidades hospitalares, com quase 450 mil leitos. Sua produção anual era de 11,7 milhões de internações hospitalares; um bilhão de procedimentos de atenção primária à saúde; 153 milhões de consultas médicas; dois milhões de partos; 150 milhões de exames laboratoriais; 132 milhões de atendimentos de alta complexidade, e 12 mil transplantes de órgãos em 2005.

Agregue-se a isso, a execução de um conjunto de atividades e ações de vigilância epidemiológica (controle de doenças) e - frise-se - de vigilância sanitária, sendo que essas últimas destacam-se na Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080, de 19-9-90, Art. 6º, §1º) como constitutivas de um campo de atuação destinado a ser um instrumento em defesa da vida das pessoas, ou seja, capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: a) o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos da produção ao consumo; e b) o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Além disso, no curto período de construção do SUS, deu-se o impacto positivo nos indicadores de saúde, tais como: redução da mortalidade infantil, redução da mortalidade materna, redução de mortalidade pro-



porcional de doenças infecciosas e parasitárias e o aumento da esperança de vida ao nascer da nossa população.

O Sistema é avaliado positivamente pelos que o utilizam rotineiramente e tem capilaridade em todo o território nacional. Não obstante estes inegáveis avanços, o SUS enfrenta grandes desafios para a sua consolidação definitiva que precisam ser superados com desassombro e firmeza política e - centralmente - com a arrojada e criativa participação da sociedade brasileira.

O Partido dos Trabalhadores (PT), ao lado de outros partidos e movimentos democráticos e de esquerda, foi um dos principais protagonistas da criação do SUS e vem participando de todas as lutas sociais em sua defesa, vem apresentando propostas em todas as conferências de saúde realizadas desde os anos 1980, e também no âmbito dos Poderes Legislativos municipais, estaduais e federal, bem como vem desenvolvendo inúmeras experiências bem sucedidas de sua implementação em gestões municipais, estaduais e, desde 2003, no governo federal.

O Partido dos Trabalhadores (PT) defende o SUS como política pública universal, essencial para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a defesa da vida de todas as pessoas; para a distribuição de renda e, por fim, como parte integrante de uma rede de bem-estar e proteção social que devemos preservar como compromisso partidário.

A defesa do SUS é um dos elementos centrais estruturantes do nosso projeto de desenvolvimento para o Brasil que, no limite, busca a defesa da vida das pessoas.

Defendemos, entre outras medidas, o cumprimento dos termos da Emenda Constitucional n.º 29, que disciplinou o financiamento das ações e serviços públicos de saúde e a aprovação do Projeto de Lei Complementar que regulamenta o controle da alocação pelos estados (12%) e pelas municipalidades (15%) dos percentuais de recursos orçamentários obrigatórios, bem como o gradativo aumento do percentual alocado pela União, projeto esse que já foi aprovado no Senado Federal e encontra-se na Câmara dos Deputados para ser apreciado.

A aprovação do Projeto de Lei Complementar citado, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29/2000, é crucial para a manutenção, sem descontinuidade, da prestação de serviços, pelo SUS, à população brasileira, ou seja, o aporte de montante novo de recursos é vital para evitar a introdução de grave elemento de desestruturação no que, às duras penas, vimos construindo e estruturando desde 1991.

O PT deve continuar lutando para que se dê com celeridade a evolução

do SUS real para o SUS previsto na Constituição Federal, pois o Sistema Público de Saúde universal para todos os brasileiros, expresso na norma da saúde como direito de todos e dever do Estado. É a concretização do projeto social radicalmente democrático, baseado nos princípios da solidariedade social, que defendemos para o país, ao contrário de modelos que consagram a exclusão social e são calcados em valores individualistas e de mercado.

As justificativas para adoção de Sistemas de Saúde assentados em valores de mercado e individualistas, segundo os quais, ao instituírem-se sistemas privados para quem pode pagar por serviços de saúde sobriariam mais recursos públicos para dar melhor atenção aos menos favorecidos economicamente, não encontram respaldo na experiência internacional. Ao contrário, as evidências internacionais mostram que esse raciocínio é totalmente equivocado, pois, ao criar-se um subsistema público especial para as pessoas menos favorecidas economicamente, dada a pouca capacidade desses grupos de articular os seus interesses e de vocalizá-los politicamente, esse subsistema tende a ser sub-financiado e a ofertar serviços de menor qualidade.

Observa-se no Sistema Único de Saúde (SUS) tanto o crescimento quanto a existência de problemas - os quais derivam do fato do modelo de atenção brasileiro passar por um período de transição - que demandam urgentes correções, a saber:

a) A atenção primária - a porta de entrada do Sistema - vem crescendo, porém com velocidade e qualidade insuficientes, o que aponta a necessidade de acelerar o ritmo de seu crescimento, ao lado de rearranjo organizacional que venha a possibilitar o atendimento ágil de pessoas, de todos os grupos ou classes sociais, que procuram os serviços de saúde demandando cuidado e assistência para uma dor, um quadro de ansiedade, a febre do filho, casos dentre outros que poderíamos classificar como episódios de demanda espontânea. Além disso, é fundamental garantir o atendimento continuado aos grupos de maior risco. A consolidação e a qualificação da “porta de entrada” do sistema requerem que, em determinadas situações, as unidades ambulatoriais do SUS funcionem também nos finais de semana e feriados, bem como a ampliação da incorporação tecnológica e de sua capacidade resolutive. A Rede de Serviços de Saúde de atenção primária não deve ser organizada para cobrir somente as populações de baixa renda, ou seja, não deve constituir-se em expressão de políticas de focalização. Sua consolidação e qualificação exigem que a solicitação de exames de

apoio diagnóstico e terapêutico e a prescrição de medicamentos e insumos diversos deva se dar apenas para usuários de estabelecimentos de saúde do SUS. O acesso ao SUS é universal, mas pressupõe a entrada do paciente na sua rede de serviços de acordo com regramentos administrativos.

b) No que se refere à integralidade da assistência, esta deve se pautar por regulamentação técnica, protocolos de conduta, provisão de recursos financeiros, planejamento centrado na epidemiologia e sua materialização na elaboração de plano de saúde, o que necessariamente deve ser objeto de pacto entre as esferas de governo envolvidas e as instâncias de participação popular.

c) É imperioso um forte movimento no sentido de maior valorização da função clínica da atenção primária;

d) Os processos de regionalização e integração do SUS devem ser reorganizados e qualificados no que se refere à eficácia e eficiência de hospitais, Unidades de Urgência e Emergência (Pronto Socorros) e outros serviços de saúde. Para isso é fundamental que as Secretarias Estaduais de Saúde assumam seu papel de coordenação do processo de construção das Regiões de Saúde. Os Centros Ambulatoriais Especializados devem ser resolutivos, ou seja, devem contar com os recursos de diagnóstico e de terapia que possam funcionar em suas dependências, de modo a não submeter pessoas já vulnerabilizadas pela enfermidade aos transtornos de sucessivos deslocamentos entre um serviço de saúde e outro. O mau funcionamento das organizações públicas, ou de organizações privadas contratadas pelo Poder Público, comprometem a credibilidade do SUS;

e) O Ministério da Saúde, por intermédio da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), deve ampliar vigorosamente as atividades de ressarcimento ao SUS, previstas na legislação em vigor, mediante o cruzamento dos bancos de dados de usuários de operadoras de planos e seguros de saúde e dos bancos de dados de usuários atendidos nos estabelecimentos de saúde do SUS. Destaque-se que a ANS não vem cumprindo uma de suas atribuições precípua ao não realizar ainda as atividades de ressarcimento ao SUS decorrentes da assistência a usuários de operadoras de planos e seguros de saúde assistidos nos estabelecimentos do SUS que prestam serviços de saúde de alta complexidade (hemodiálise, oncologia, atenção ao paciente portador de HIV/AIDS, hemoterapia e outros) e de urgência e emergência.

Não cabe endossar a tese de que o SUS vive um dilema gerencial, o que seria uma simplificação da realidade bem mais complexa. Cabe aos dirigentes do SUS, nas esferas municipal, estadual e federal:

- a) discutir criativamente soluções para as dificuldades operacionais, inclusive questões gerenciais relativas aos estabelecimentos de saúde, públicos e privados, e órgãos que o compõem;
- b) discutir nova política de pessoal - com concurso público, salários dignos e carreiras - com a garantia de controle dos usuários sobre os serviços prestados pelos trabalhadores da saúde, além de políticas de recrutamento e de educação continuada estaduais e nacionais.

No que se refere ao trabalho em saúde é importante ainda destacar os seguintes pontos, a saber:

- a) houve importantes iniciativas no governo Lula para melhorar a política de saúde, como o investimento na política de formação dos profissionais de saúde (educação permanente), busca do resgate de ideais da reforma sanitária, a reafirmação da importância da participação da comunidade, reorganização do organograma do Ministério da Saúde, de forma a unificar políticas e dar mais dinamicidade ao SUS. Entretanto, a falta de embate em relação a elementos da atual política econômica dificultou o avanço e a busca de soluções para a questão da precarização do trabalho na saúde;
- b) um primeiro desafio é o de enxergar o trabalhador e a trabalhadora da saúde enquanto trabalhador e trabalhadora e não mais como um recurso humano. A partir desse novo conceito podemos encarar a tarefa de mudar os processos de trabalho na saúde, muitas vezes alienantes e ou desumanos. As mudanças do modelo de atenção dependem da adesão dos trabalhadores e trabalhadoras e isso só é possível com a valorização, desprecarização e educação permanente;
- c) com a ampliação da atenção primária se faz urgente a discussão da questão do vínculo empregatício de determinadas categorias de trabalhadores da saúde;

Devemos discutir a necessidade de manutenção e ampliação de uma importante esfera estatal de prestação de serviços no SUS, porém com mecanismos de gestão participativa e sem fenômenos similares à existência de “dupla porta”. Ao introduzir no interior do Sistema Público de Saúde a lógica de mercado, não universal, “a dupla porta” pode dar ensejo à ocorrência de desigualdade de acesso.

Impõe-se discutir as bases da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas conseqüências no caso específico do setor saúde.

É vital o intenso protagonismo do movimento sindical, de movimentos populares, de entidades de profissionais de saúde, de instituições de ensino e pesquisa do campo da saúde e de outros atores sociais para que o SUS seja, de fato, o sistema de saúde deste país.

### ***Democratizar a mídia***

A mídia global é hoje dominada por poucos conglomerados transnacionais, que controlam diversas plataformas (TV aberta, por cabo e satélite, rádio, imprensa, telecomunicações e Internet), avançando sobre os sistemas de mídia de todo o mundo.

Estes conglomerados combinam o poder oriundo do domínio do fluxo internacional de informação, com o lucrativo mercado da “indústria cultural”.

No caso do Brasil, o avanço destes grupos, representados pelas empresas de telecomunicações, convive com um sistema caracterizado pela concentração da propriedade em seis redes nacionais, que detêm 80% de todas as emissoras de rádio e TV do país, meios que atingem mais de 90% dos lares brasileiros.

Estes grandes grupos que comandam a produção de conteúdo fazem aliança com monopólios locais, que detêm a retransmissão desta programação, além de outros meios como rádios e jornais.

Este quadro é sustentado pela legislação do setor, datada de 1962, e pela Constituição Federal, que estabelece empecilhos à não renovação das concessões, perpetuando a propriedade de quem já tem.

Quando não responde aos interesses dos empresários de rádio e televisão, a legislação não é cumprida. Exemplo disso são os artigos da mesma Constituição que proíbem o monopólio no setor (artigo 220); estabelecem como finalidades para a produção de conteúdo a arte, a cultura, a produção regional e a educação; e estabelecem a divisão da área em três sistemas: o privado, o público e o estatal.

A regulamentação destes artigos é um ponto de partida fundamental para democratizar as comunicações no país, idéia que está baseada no direito da população ter meios e condições para se informar, se expressar e ser ouvida.

Para isso, uma tarefa fundamental é resolver a confusão entre os sistemas estatal e público, garantindo sua existência e fazendo cumprir seus

diferentes papéis. O primeiro deve servir como meio legítimo de difusão das informações de interesse dos três poderes que compõem o Estado, nos três níveis da Federação.

Já o sistema público deve produzir conteúdos de finalidade educativa, cultural e artística e dar voz às expressões diversas da sociedade organizada, com autonomia e gestão participativa.

O sistema privado, já consolidado na figura dos meios comerciais, deve ser alvo de efetivo controle contra o monopólio, a exemplo de outros países, e deve ser também alvo de políticas que introduzam reservas de programação independente e regionalizada.

A realização de todas estas tarefas deve observar o processo de convergência tecnológica e a necessidade de garantir o acesso da população aos meios de se informar e produzir, seja nas plataformas tradicionais (rádio, TV e imprensa) ou nas mais modernas (Internet).

Soma-se a isto a luta pela livre circulação da informação, expressa na disputa pelo uso de software livre contra o monopólio da Microsoft e pela luta contra as restrições no plano da propriedade intelectual.

Queremos estabelecer um novo modelo institucional para a área, voltado para garantir a pluralidade e diversidade de meios e conteúdos em um cenário de convergência, defendendo políticas para fortalecer os sistemas democráticos de mídia, sobretudo meios públicos e comunitários, visando fortalecer a parte não-comercial da cadeia produtiva audiovisual, sonora e imprensa brasileira.

Em termos mais concretos, isso significa aprovar uma Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica.

Esta lei deve cumprir a demanda histórica de regulamentar os capítulos da Constituição Federal, sobretudo nos dispositivos que proíbem o monopólio no setor, prevêem a complementaridade dos sistemas estatal, público e privado e estabelecem como finalidades do conteúdo transmitido a educação, a cultura e a divulgação das realidades regionais.

Este novo arcabouço legal deve garantir a diversificação de conteúdos e a entrada de novos atores na TV e no Rádio, subordinando, inclusive, o processo já em curso de digitalização da televisão e do rádio.

Em relação à comunicação pública, o governo federal deve iniciar a criação de um sistema comandado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) com gestão participativa assegurando incidência real da população organizada nas diretrizes da empresa, bem como na linha e na programação das emissoras mantidas por ela. Este sistema deve ter como coluna vertebral uma rede de emissoras estaduais encabeçada pela EBC cuja

gestão deve ser igualmente democrática e sob forte controle da sociedade. E deve ser composto por outras emissoras públicas (como os canais voltados à educação, cultura e cidadania previsto no Decreto 5820/06) e por veículos comunitários.

Trata-se, ainda, de cessar a repressão aos veículos comunitários, descriminalizando a prática deste tipo de comunicação. Mais do que deixá-los funcionando, o governo deve encarar seu papel de promotor da cultura e do debate público no âmbito local e deve garantir mecanismos de financiamento, bem como a ampliação do número de canais e da potência destas emissoras.

Para garantir o fortalecimento dos meios não-comerciais, faz-se necessário, como ação emergencial, a reordenação da distribuição das verbas publicitárias governamentais no sentido de reservar um percentual para estes veículos, a partir de critérios transparentes e democráticos.

Estas medidas devem ser combinadas com forte controle da mídia comercial. Ele passa pela mudança do sistema de concessões de rádio e TV, colocando os procedimentos de aprovação e renovação de outorgas sob avaliação prévia e permanente da atuação das emissoras pela população. Este tipo de fiscalização vai contribuir para equilibrar a correlação de forças no campo da comunicação de massas, diminuindo o poder absoluto dos grupos monopolistas do setor.

Em relação à inclusão digital, trabalhamos pelo acesso às tecnologias da informação e da comunicação (tanto a computadores e à internet, quanto aos meios dos grupos organizados produzirem seus próprios conteúdos).

Isso passa por uma política de acesso à internet a partir de um Plano Nacional de Banda Larga que construa uma infra-estrutura pública de telecomunicações, pela ampliação de pontos coletivos de acesso (como Tele-centros, Casas Brasil e Pontos de Cultura) e pela constituição destes espaços como Centrais Públicas de Comunicação, que alimentem a radiodifusão não comercial e viabilizem a produção local e regional.

Para isso, é fundamental garantir o desembolso dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST), mudando a legislação que o disciplina, para viabilizar uma gestão democrática do uso dos recursos.

Para viabilizar que esta agenda democrático-popular da comunicação comece a ser viabilizada, é imperativo que o governo federal convoque uma Conferência Nacional de Comunicação, um fórum democrático no qual a discussão sobre as políticas de comunicação possa ser feita de maneira ampla e envolvendo a população organizada.

## *A reforma política*

Para corrigir as distorções do sistema representativo e ampliar a participação política da população, é preciso ir além do que parece consensual no debate sobre a reforma política.

É preciso debater e buscar aprovar medidas sobre temas como a convocação, pelo presidente da República, de plebiscitos para decidir questões de grande alcance nacional. A simplificação das formalidades para proposição de iniciativas populares legislativas. O chamamento obrigatório de consultas, referendos e/ou plebiscitos em temas de impacto nacional. O Orçamento Participativo. A correção das distorções do pacto federativo na representação parlamentar. A extinção do anacrônico sistema bicameral ou, pelo menos, o fim da prerrogativa que o Senado possui hoje, de legislar originariamente, bem como de seu poder revisor em relação à Câmara dos Deputados. O fim da eleição conjunta dos suplentes e a redução do absurdo mandato de oito anos para os senadores. O fim da reeleição para todos os cargos majoritários a partir das próximas eleições.

Coerente com isto, o PT deve estabelecer internamente que nenhum filiado ao Partido possa exercer mais de dois mandatos consecutivos no mesmo nível, ou seja, não mais que duas vezes seguidas vereador, ou deputado estadual, federal, ou senador.

A reforma política não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional. Será necessária muita pressão e mobilização social, pois muito do que defendemos vai de encontro a interesses e prerrogativas já sedimentadas no parlamento brasileiro.

Para nós, a situação ideal é que o processo de elaboração de uma reforma política seja o resultado de um debate realizado num fórum exclusivo, uma Constituinte livre, soberana e democrática, que trate não só do referido tema, mas de tantos outros, como o da ordem econômica, para que sejam rediscutidas e revistas as reformas constitucionais efetivadas ao longo dos oito anos de hegemonia tucano-pefelista.

A correlação de forças aponta, no entanto, que tal discussão vá ser tratada no âmbito do Congresso que aí está, onde parcela expressiva tende a lutar pela manutenção de muitas das atuais prerrogativas.

É claro que, de imediato, trata-se de fazer aprovar no Congresso Nacional as questões aparentemente mais consensuais: a fidelidade partidária, o financiamento público, o voto em lista, o fim das coligações em eleições proporcionais. Ao mesmo tempo, devemos impedir a introdução de medidas como o voto distrital e o voto facultativo, de sentido claramente conservador.



Os avanços maiores ou menores que essa reforma política possa produzir dependerão da pressão popular. É fundamental, portanto, que a discussão sobre a reforma política assuma estatuto de movimento e luta social, e ganhe as ruas com um sentido de conquista e ampliação de direitos políticos e partidários.

### ***A reforma do sistema financeiro***

A hegemonia do capital financeiro, do agronegócio e do setor exportador sobre a economia nacional é uma herança recebida da era neoliberal, em particular do governo FHC.

A financeirização mundial da economia foi responsável ainda por um processo de distribuição regressiva de renda e de avanço da exclusão social. Esta situação alia a pobreza econômica à falta de acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, saneamento básico, moradia etc. Mais de um bilhão de pessoas vivem hoje com menos de um dólar por dia, abaixo portanto da linha de pobreza fixada pela ONU e em situação de completa exclusão social.

Nas últimas duas décadas, o capital financeiro registrou um crescimento descomunal, desencadeando um processo profundo de reestruturação produtiva, bem como de alteração dos padrões de participação do Estado na economia e de redução dos direitos trabalhistas e sociais, antes providos por políticas públicas e estatais. Promoveu, também, uma redução do protecionismo vigente em diversos países, redução esta a favor de grandes empresas e potências internacionais. Foi, além disso, a causa principal da crise financeira de muitos países e da instabilidade econômica mundial.

Reduzir o peso do capital financeiro na economia nacional, desvendar seus mecanismos, atualizar nossos conhecimentos sobre o funcionamento e o novo estágio do capitalismo, bem como a derrota completa desta hegemonia, são tarefas que exigirão um determinado tempo, mais do que uma gestão democrática e popular. Entretanto, nossa presença no governo federal só faz sentido se for para reduzir e derrotar esta hegemonia, e não para reforçá-la.

### ***A reforma do Estado***

O Estado é um instrumento fundamental do desenvolvimento. A nosso ver, a ele deve caber o controle dos recursos econômicos de al-

cance estratégico; o fomento da competitividade e da produtividade do país; a realização dos investimentos infra-estruturais e sociais necessários; o impulsionamento de programas de desenvolvimento científico e tecnológico; a melhoria da eficiência e a universalização do acesso dos serviços públicos, bem como a definição do marco legal que propicie inversões de capital do país e do exterior. Mediante a execução de políticas fiscais adequadas à necessidade de um modelo econômico alternativo que defendemos, o Estado deve principalmente promover a distribuição de rendimentos e buscar a equidade efetiva no desfrute dos benefícios do crescimento econômico.

É seu papel, ainda, fortalecer a capacidade financeira do país, com programas de justiça fiscal, através de uma reforma tributária que torne progressivo o pagamento de impostos sobre a renda, aliviando o ônus sobre os assalariados da base da pirâmide, assim como sobre as pequenas e médias empresas. A reforma tributária deve prever a taxaçaõ das grandes fortunas e grandes heranças, em limites e percentuais a serem debatidos.

É função do Estado cuidar do desenvolvimento quantitativo e qualitativo da educação, da cultura e da investigação científica e tecnológica. O acesso da população a uma educação moderna e de qualidade é condição indispensável do progresso econômico-social, do avanço da democracia, da melhoria da qualidade de vida e da harmonia com a natureza.

Nossos adversários, apologistas do chamado “Estado mínimo”, privatistas liberais no discurso, mas contumazes clientes de favores do erário público, apegam-se ao exemplo americano em defesa de suas teses. Mas também nos Estados Unidos há intervenção massiva do Estado na economia.

É importante desprivatizar o Estado, pois aí poderemos colocá-lo sob o controle da sociedade. É vital reconverter o Estado na esfera do público, assegurando a transparência de seus atos e o caráter democrático de seus procedimentos. Reforçar a descentralização político-administrativa e a desburocratização, a organização de conselhos populares e a implantação do orçamento participativo. Tudo isso contribui para facilitar a fiscalização e avaliação das políticas governamentais, além de fortalecer a participação política da população. Na medida de nossas possibilidades e sempre atentos à correlação de forças (que não é estática), devemos lutar para que a economia esteja cada vez mais sob controle da sociedade, em particular de seus setores majoritários.

Defendemos recolocar sob controle público setores que foram privatizados, entre eles a Petrobrás – cujo controle acionário está em mãos privadas –, as grandes empresas de mineração como a Vale do Rio Doce e as concessionárias de serviços públicos essenciais nas áreas de saneamento básico, eletricidade e telecomunicações. E atacar fortemente o capital financeiro, desprivatizando a gestão do Banco Central, impondo limites e controle ao sistema bancário privado e mudando profundamente o papel e o modo de gestão dos bancos públicos.

## CAPÍTULO 5

### Bloco histórico

Os capitalistas constituem a classe dominante brasileira. Trata-se de uma classe composta por diversas frações, entre as quais destaca-se o grande capital financeiro., principal interessada na manutenção de elevadas taxas de juros, de um imenso superávit primário e da prioridade ao pagamento da dívida pública. Os lucros extraordinários que os bancos têm auferido nos últimos anos falam por si.

Em segundo lugar, perfilam-se o grande capital monopolista industrial, o agronegócio, as grandes empresas dedicadas à exportação e os concessionários de serviços públicos. Em diferentes graus, estes setores têm interesse na manutenção de uma política que priorize a transferência de recursos públicos para o setor privado, que priorize o mercado externo, que priorize a capacidade de consumo de faixas mais restritas da população. Para estes setores, é fundamental manter o mais achatada possível a remuneração direta e indireta da classe trabalhadora brasileira.

Em terceiro lugar, temos as grandes empresas de comunicação, pela vinculação societária com outros setores do grande capital, por depender de empréstimos externos ou públicos, bem como por atuarem como porta-vozes dos interesses gerais da classe dominante.

O latifúndio tradicional, que já constituiu a base de uma classe específica até meados do século XX, hoje é principalmente uma reserva de valor para grandes empresas capitalistas que atuam noutros ramos, inclusive no agronegócio.

Os capitalistas são a vanguarda do atraso, os responsáveis pela brutal desigualdade social existente em nosso país, financiadoras dos partidos conservadores, dirigentes do campo de forças sociais que — há décadas — bloqueia as reformas democrático-populares.

Socialmente minoritários, o poder dos capitalistas deriva do seu controle sobre o Estado, os meios de comunicação e os grandes meios de produção, bem como dos apoios internacionais e das alianças que realizam com setores sociais intermediários, hegemonzados pela visão de mundo das elites.

A aliança entre setores médios e capitalistas é o “bloco histórico” que dirige, hoje, a sociedade brasileira.

O Partido dos Trabalhadores tem como objetivo estratégico construir outro “bloco histórico”, em torno de três grandes objetivos pro-

gramáticos: a realização das grandes reformas democrático-populares, a ampliação das liberdades democráticas e a soberania nacional.

Os trabalhadores do campo e da cidade são os grandes interessados nestas medidas. Mas para que o bloco de forças em torno do programa democrático-popular seja capaz de governar o país e também de conquistar o poder, os trabalhadores precisam realizar alianças com os chamados setores médios (empresários urbanos de pequeno porte, setores do empresariado urbano de médio porte, proprietários rurais de pequeno e médio porte, assalariados de alta renda).

Alguns setores do médio e até mesmo do grande empresariado, especialmente os vinculados à produção de bens de consumo de massa, podem ser neutralizados ou atraídos taticamente para uma política de combate ao capital financeiro, ainda que este processo traga embutidas profundas contradições, dadas as conexões existentes entre os vários setores do capital.

Este desenho estratégico ganha muito mais complexidade, quando é trazido para o terreno da tática, da ação de governo, das coligações eleitorais, dos acordos parlamentares. Há várias razões para esta complexidade, entre as quais o fato dos partidos políticos serem geralmente pluriclassistas e não expressarem, de forma explícita, os interesses das classes sociais. A rigor, a burguesia atua em variados partidos e a cada momento da luta de classes lança mão de um ou mais deles, para cumprir determinadas tarefas ou objetivos, inclusive para tentar neutralizar, cooptar ou reprimir os movimentos, organizações e instituições ligadas aos trabalhadores.

Ao longo da maior parte de sua história, o PT buscou estabelecer critérios bastante nítidos para sua política de alianças partidárias. Ao fazê-lo, ajudou a explicitar os interesses dos demais partidos, que também foram forçados a dar mais nitidez para seus programas e interesses. Esta permanece sendo a atitude mais adequada, tratando-se agora de adaptá-la à nova conjuntura aberta pelo exercício do governo federal.

Nossa estratégia, para se tornar realidade, deve ser conscientemente abraçada por setores significativos da sociedade brasileira. Sempre é bom lembrar: a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra da própria classe trabalhadora. Neste sentido, nossa política deve possuir uma dimensão de explícita “pedagogia política”: trata-se de construir um processo, que resulte na constituição de um bloco histórico, que reúna os setores majoritários na sociedade brasileira em torno dos mesmos objetivos estratégicos.

## *O papel da classe trabalhadora*

A classe trabalhadora joga papel fundamental na constituição de um novo bloco histórico. Por isto mesmo, é preciso considerar que os impactos econômicos, sociais, políticos e ideológicos do neoliberalismo e do desmanche do chamado campo socialista jogaram a classe trabalhadora num ciclo de fragmentação e enfraquecimento. Este enfraquecimento, por sua vez, facilitou a ocorrência, na intelectualidade e nas organizações partidárias e sociais que acompanham, participam e buscam dirigir a luta dos trabalhadores, das reações as mais variadas, como o niilismo, o esquerdismo e a adesão ao neoliberalismo.

Entre os fenômenos históricos ocorridos nas últimas décadas, destacamos:

as mudanças objetivas ocorridas no processo produtivo, tais como a ampliação do exército industrial de reserva, do desemprego estrutural e das formas precarizadas de contratação da força de trabalho. Estas mudanças objetivas foram acompanhadas de um rebaixamento na ação sindical, inclusive dos sindicatos cutistas;

as alterações ocorridas na distribuição da riqueza nacional, inclusive a retração das políticas sociais. O empobrecimento resultante impactou também o comportamento dos setores médios, fazendo crescer o conservadorismo ideológico e o preconceito contra as camadas mais pobres da população;

a crise do socialismo, que enfraqueceu política e ideologicamente as classes trabalhadoras, reforçando a hegemonia do pensamento conservador e favorecendo a disseminação, entre os trabalhadores, de uma cultura baseada na primazia do indivíduo sobre a coletividade, do privado sobre o público, da competição sobre a solidariedade.

o crescimento da influência político-ideológica, em setores da classe trabalhadora, não apenas dos meios de comunicação de massa e dos aparatos educacionais de Estado, mas também do crime organizado e das igrejas de inspiração norte-americana. Ao mesmo tempo, organizações tradicionais, como os sindicatos e os partidos, viram um decréscimo na sua militância voluntária.

Nos anos 1990, estes e outros fenômenos, associados ao padrão de acumulação capitalista conhecido como neoliberalismo, contribuíram para o processo de desorganização das forças da classe trabalhadora, não apenas no terreno da produção, mas também nos demais terrenos da vida social.

As alterações no programa e na estratégia do PT, ocorridas ao longo dos anos 1990, constituíram, ao menos em parte, tentativas de responder a estes fenômenos. Mas essas respostas, embora tenham ajudado na sobrevivência do PT, também provocaram um rebaixamento político e ideológico do Partido.

É o caso, por exemplo, das transformações organizativas, com as quais se tentou contornar, com mudanças no estatuto e no funcionamento partidário, o fenômeno da redução da militância voluntária. É o caso, igualmente, da valorização programática da chamada “utopia concreta”, em contraposição ao supostamente abstrato socialismo científico.

Uma observação atenta ao que se passava na periferia das grandes cidades bastaria para demonstrar que crescia o público freqüentador dos cultos evangélicos. Portanto, não necessariamente o problema estava nas fronteiras ou na disciplina supostamente rígidas do Partido, nem tampouco no grau de abstração do objetivo socialista.

O Movimento Sem Terra, nascido em meados dos anos 1980, cresceu muito exatamente nos anos 1990, em parte devido à sua composição social, mas em parte também porque investiu numa política de organização extremamente militante. Mas o caráter de classe deste movimento impedia a transposição de seus métodos para a organização dos assalariados urbanos.

Reconstituir a classe trabalhadora como sujeito histórico da luta pelo socialismo é um longo e difícil processo, que precisa envolver trabalho político-partidário, fortalecimento e reorientação dos sindicatos e demais organizações populares, bem como políticas de governo, tais como: políticas de geração de emprego, aumento real de salários, redução da jornada sem redução de salários, combate à precarização e ao trabalho escravo e degradante, imposição da legislação de proteção ao trabalho, luta contra o trabalho infantil, bem como contra todas as formas de preconceito e discriminação das relações de trabalho, adoção de fortes políticas públicas que melhorem as condições de vida dos trabalhadores, políticas educacionais, mudança na comunicação de massa, amplo acesso à fruição e à produção cultural. Este conjunto de medidas visa recompor os laços objetivos e subjetivos de classe, a noção de comunidade e cultura de classe, sem as quais uma ação socialista de massas é impossível.

Um aspecto fundamental desta reconstituição da classe trabalhadora, como sujeito da luta pelo socialismo, é a recomposição dos laços entre o PT e os movimentos sociais, bem como dos laços entre partidos/movimentos com o conjunto da classe trabalhadora.

Nosso Partido tem que reconhecer, com humildade, que nos últimos anos dedicou-se mais à luta eleitoral e à ação institucional (governos e parlamentos), do que à luta e organização direta das classes trabalhadoras. Corremos, pois, o risco de estatizar nossa ação, o que inviabilizaria as mudanças estruturais propostas pelo próprio PT, que só serão alcançadas se combinarmos ação institucional, luta social e construção partidária.

Hoje, preocupantemente, amplos setores das classes trabalhadoras não se identificam com as organizações que deveriam representá-los. Ao mesmo tempo, embora a maioria dos lutadores sociais ainda vote no PT, uma parte importante não se considera mais militante petista. São filiados, são eleitores, mas não se sentem mais construtores e definidores da linha do Partido, nem se identificam com as práticas de importantes figuras públicas do Partido. Isto não acontece por acaso. Além dos até certo ponto inevitáveis conflitos entre os movimentos sociais e os governos conquistados pelo Partido; além da inexistência, falta de funcionamento ou simplesmente a burocratização das instâncias partidárias, dos espaços onde os militantes dos movimentos sociais podem debater e decidir, enquanto petistas, os seus rumos e os rumos do Partido; além disto, há fenômenos de natureza sociológica, referentes à mudança na composição e nas condições de vida das classes trabalhadoras.

Para enfrentar esta situação, o Partido deve executar pelo menos cinco ações simultâneas:

- ⇒ Reafirmar teórica e praticamente o caráter estratégico da luta social, essencial para quem almeja uma transformação profunda no Brasil;
- ⇒ Adotar ou reforçar o papel dos mecanismos de participação popular nos governos que conquistamos e/ou de que participamos;
- ⇒ Criar ou fazer funcionar os canais e instâncias de diálogo e consulta entre partido, movimentos e governos;
- ⇒ Desencadear uma ampla campanha de construção partidária, envolvendo filiação, organização, comunicação e formação política, de forma a trazer para a vida petista a maioria dos lutadores do povo, dos militantes sociais, dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.
- ⇒ Estudar e compreender a estrutura de classes sociais existente no Brasil, hoje;

O PT não é, nem pretende ser, o único partido de esquerda, socialista e comprometido com os trabalhadores. Mas hoje somos o principal partido de esquerda e socialista do Brasil, no qual milita ou tem referência a maior parte dos lutadores sociais do país.



A existência de um Partido como o nosso, ao lado da existência de fortes movimentos e organizações sociais, é essencial para o sucesso da luta pelo socialismo. Motivo pelo qual, aliás, temos nos batido em defesa da CUT e da UNE, contra aqueles que pretendem dividir estas entidades. Motivo, também, pelo qual o PT apóia e estimula o funcionamento da Coordenação de Movimentos Sociais.

Mas, novamente, reconhecemos com humildade e autocrítica que nos últimos anos nosso Partido se concentrou na disputa eleitoral e na gestão de mandatos, abandonando outras dimensões da vida partidária, como a organização de base, a formação política, a comunicação e a ação política cotidiana.

Não se trata de abandonar ou secundarizar os processos institucionais. Afinal, no Brasil atual, a disputa de eleições e o exercício de mandatos legislativos e executivos integram nossa estratégia de poder. Mas quem chega ao governo não chega ao poder. E não é possível chegar ao poder sem militância social, partido organizado e preparo ideológico. Nem é possível reduzir o contato massivo do Partido com o povo apenas ao calendário eleitoral.

O PT tem muita experiência acumulada a esse respeito. Ao longo de nossa história, organizamos núcleos e setoriais partidários; aprendemos a implantar programas de formação política; temos entre nossos quadros profissionais de larga experiência em comunicação impressa, rádio e televisão; e durante muitos anos realizamos ou participamos de importantes campanhas de massa, como as Diretas, o Fora Collor e o Plebiscito da Dívida Externa.

Portanto, do que precisamos é dar prioridade para as ações de organização, formação política e comunicação, bem como voltar a realizar campanhas de massa, destinando para elas os recursos financeiros necessários.

O principal motivo de nossa vitória, nas eleições presidenciais de 2006, foi a consciência de classe demonstrada por amplas camadas do povo brasileiro, que perceberam o que estava em jogo nas eleições e não se deixaram confundir pela gritaria dos meios de comunicação e da oposição tucano-pefelista. Mas apenas pequena parcela das camadas populares que constituem o nosso eleitorado está organizada, seja em partidos ou em movimentos sociais.

Uma esquerda de massa não é apenas nem principalmente aquela que disputa eleição. Uma esquerda de massa é também (e principalmente) uma instituição nacional, uma força cultural, uma organização presente em todas as dimensões da vida em sociedade. Isto vale especialmente para

o PT, como principal partido da esquerda brasileira e componente fundamental da coligação “A força do povo”.

Temos que ser capazes de construir uma força política e cultural, enraizada organicamente (e não apenas eleitoralmente) no povo brasileiro, em especial nas classes trabalhadoras. Um dos instrumentos para isto é a existência de meios de educação, cultura e comunicação, pois a batalha de idéias constitui uma dimensão essencial da construção partidária.

Devemos apoiar de maneira efetiva a imprensa democrática (Carta Capital, Caros Amigos, Brasil de Fato, Correio da Cidadania, Carta Maior, entre outros). Ampliar e qualificar o trabalho de comunicação do Partido. Criar um jornal, semanal e nacional, voltado à nossa militância. E consolidar, em dezenas de milhões de brasileiros e de brasileiras, uma visão de mundo democrático-popular e socialista, articulada com um internacionalismo ativo no apoio às lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo, em especial da América Latina.

Um de nossos maiores desafios reside, exatamente, em ampliar (e qualificar) a influência dos sindicatos, das entidades estudantis, dos movimentos urbanos e de trabalhadores rurais, das organizações de mulheres e negros, bem como de todas as demais formas de organização popular. Pelo mesmo motivo, os partidos de esquerda têm que estar mais presentes na vida cotidiana do país.

### ***A relação do partido com os movimentos sociais***

A relação do Partido com as classes trabalhadoras não se resume à sua relação com os chamados movimentos sociais. Há que se considerar outros níveis de relação:

- a) entre governos dirigidos pelo Partido e as classes trabalhadoras;
- b) entre parlamentares do PT e suas bases eleitorais;
- c) entre o Partido como um todo e o eleitorado trabalhador, nas várias etapas das campanhas, inclusive no horário eleitoral gratuito;
- d) a relação resultante da ação das instâncias partidárias e, também, da ação individual dos militantes.

Entretanto, a relação do PT com os movimentos sociais é um tema central e permanente nas diretrizes programáticas, nas resoluções e no discurso partidário – até porque parte da militância que se organizou no Partido dos Trabalhadores surgiu para a vida política nas lutas sociais ocorridas entre o final dos anos 1970 e o final dos anos 1980.

Naquele período, as fronteiras entre os adeptos da Igreja popular, o movimento social e o Partido eram muito fluidas. Daí a idéia corrente de que “o PT nasceu dos movimentos sociais”.

Hoje, muitos setores consideram que teria havido um “afastamento” do Partido em relação aos movimentos sociais. Nesta tese, misturam-se e confundem-se pelo menos três fenômenos diferentes.

O primeiro é o papel que a luta social passou a ocupar (ou deixou de ocupar) na estratégia do PT. A esse respeito, nos anos 1990 ocorreu uma dupla mudança: de um lado, a rejeição (majoritária) a qualquer tipo de estratégia revolucionária de conquista do poder; por outro lado, nos marcos de uma estratégia não-revolucionária, a ênfase na disputa eleitoral, em detrimento da luta social.

A segunda questão diz respeito à alteração efetiva que essa mudança na estratégia petista produziu nas relações entre o Partido e os movimentos sociais.

Ao longo dos anos 1990, militantes petistas (de diferentes correntes, mas na maioria das vezes ligados à então corrente majoritária do Partido) mantiveram a hegemonia direta ou indireta sobre os principais movimentos sociais do país. Aliás, os militantes dos movimentos sociais, quando não as organizações populares oficialmente, apoiaram a candidatura Lula e, muitas vezes, também candidaturas do PT a governos e parlamentos, nas principais eleições ocorridas nos anos 1990.

A posse de Lula na Presidência da República abriu uma nova situação, onde a relação passou a envolver três “atores”: os movimentos, o Partido e o governo federal. Entre 2003 e 2005, nesses novos marcos, ocorreu um progressivo distanciamento e começaram a surgir sinais de ruptura por parte de alguns setores da classe trabalhadora, como por exemplo, parcelas do sindicalismo de funcionários públicos.

A terceira questão refere-se ao nível real de mobilização da base dos movimentos sociais, que não pode e não deve ser resumido ou confundido com a militância política que impulsiona as respectivas entidades.

A idéia de que existiria um “afastamento” entre o Partido e os movimentos traz consigo, muitas vezes, a ilusão de que a deflagração de um forte movimento social só não ocorre porque o PT não adota essa orientação, ou até mesmo, conscientemente, trabalha para desmobilizar os movimentos.

A verdade é que o descenso das lutas sociais possui causas históricas, objetivas, sendo preciso evitar uma leitura superestimada da capacidade de mobilização das bases sociais. Assim como é preciso não subestimar a

importância, nesse período de descenso, da “proteção institucional” que a existência do PT e sua força institucional garantiu aos movimentos sociais.

Essa subestimação e superestimação são muito comuns entre aquelas correntes da esquerda brasileira que exaltam o papel dos movimentos sociais, em contraposição aos partidos políticos.

Tal postura “movimentista” parte de uma crítica radical aos partidos realmente existentes, chegando às vezes a ponto de negar toda e qualquer forma de organização partidária, jogando fora com a água do banho as formulações acerca de questões centrais da política: a estratégia, a tática, o papel dos partidos na luta pelo poder, as questões relativas ao exercício do governo e as eleições.

Nos debates estratégicos sobre a relação do PT com os movimentos sociais, há duas concepções igualmente incorretas:

⇒ A que vê a disputa eleitoral e o exercício de mandatos (parlamentares e executivos) como o centro da estratégia partidária, tratando os movimentos sociais como “força auxiliar”;

⇒ A que considera que a luta social “autônoma” é o caminho da conquista do poder, tendo na luta eleitoral e no exercício dos mandatos um “ponto de apoio”;

O PT compreende que a luta social e a luta eleitoral-institucional constituem diferentes dimensões da luta econômica ou político-econômica dos trabalhadores contra os capitalistas, uma e outra podendo se transformar, sob determinadas condições, em pontos de apoio da luta pelo poder.

Nos últimos anos, parte da direção do PT deixou de dar importância para a organização e para a luta social de massas, fatores fundamentais quando surgiu o Partido, no início da década de 1980. O PT deve retomar, como uma de suas prioridades, a luta de massas, organizando a classe trabalhadora no Partido e nos movimentos sociais.

Defendemos que os petistas participem ativamente dos movimentos sociais, integrando suas organizações e engajando-se nas suas mobilizações e lutas. Em nossa concepção, esse enfrentamento cotidiano é fundamental para o processo de acúmulo de forças, seja no que se refere ao aumento imediato da força política e social dos trabalhadores, seja no que diz respeito à ampliação da consciência de classe e à conquista de posições na luta ideológica.

Obviamente, ao destacar a importância da luta de massas e dos movimentos sociais, não nos colocamos entre aqueles que se organizam em

torno das posições “movimentistas” acima referidas, negando a importância da luta institucional.

### ***Partido, governo e movimentos sociais***

Em 2002, logo após a primeira eleição de Lula ao governo federal, ficou claro que a relação entre o PT e os movimentos sociais iria enfrentar problemas adicionais, semelhantes aos que já havíamos vivenciado no caso de muitos governos municipais e estaduais petistas, o que poderia levar a uma perda de influência do Partido nos movimentos sociais.

Essa perda de influência possui relação com:

- ⇒ A ida de quadros dirigentes do movimento para a “máquina” do governo;
- ⇒ A falta de sensibilidade política de setores do governo na relação com seus aliados do movimento social;
- ⇒ O crescimento de lideranças oposicionistas – à esquerda e à direita – nos confrontos travados pelo movimento contra o governo;
- ⇒ A falta de compreensão, por parte de alguns dirigentes do movimento social, do significado estratégico de um governo comprometido com as lutas democráticas e populares.

Neste novo quadro, defendíamos que seria preciso reforçar a condução política, a formação ideológica e a organicidade dos movimentos sociais. Pois seríamos chamados, simultaneamente, a enfrentar os que – contrários ao atendimento das reivindicações populares – acusariam os movimentos sociais combativos de estarem contra o governo popular; bem como aqueles que endeusariam todo e qualquer movimento social, desconsiderando o novo quadro aberto no país.

Nesse sentido, defendíamos que os movimentos sociais assumissem uma posição autônoma com relação ao governo, para serem capazes tanto de apoiar e dar respaldo social às ações governamentais com caráter democrático-popular, quanto de continuar lutando por reivindicações que transcendem a capacidade de atendimento deste ou daquele governo.

De fato, considerávamos mesmo fundamental que os movimentos permanecessem reivindicando vivamente suas demandas, para fornecer o necessário contraponto ao grande Capital e seus diversos representantes, que certamente buscariam incidir de todas as formas nos rumos do governo.

Quando o governo Lula estava em vias de completar seu primeiro ano e começavam a se manifestar de forma mais aguda as contradições do primeiro mandato, sobretudo no que se refere à continuidade da política econômica e às conseqüências dessa opção para as áreas sociais, constatamos que a avaliação feita anteriormente, sobre as dificuldades que enfrentaríamos no que se refere aos movimentos sociais, estava correta.

Também verificamos que o incremento da mobilização social, naquele cenário, passava por conseguir galvanizar as esperanças depositadas em Lula, organizando os setores populares não contra o governo, mas a favor de seu programa. Em outras palavras: esse era o nosso governo, o governo que os movimentos elegeram; portanto, nada mais justo e natural que agora cobrássemos dele o atendimento de nossas reivindicações. Essa idéia encaixava-se no contexto da luta mais geral que travávamos, então, por mudanças nos rumos do governo Lula.

Correspondia, também, à idéia de que a construção de um poder político, social e ideológico independente do Estado exige um enorme investimento na constituição de uma cultura socialista de massas; a construção de fortes movimentos e lutas sociais; e o fortalecimento dos partidos de esquerda.

Se grande parte das entidades organizadas do movimento social já havia apoiado Lula desde o primeiro turno das eleições 2006, o segundo turno aglutinou os principais setores do movimento em torno desta candidatura. Afinal, não havia qualquer dúvida, para a maioria dos ativistas, acerca do que significaria um retorno ao poder do bloco PSDB-PFL. As questões sociais voltariam a ser tratadas a ferro e fogo, e o clima de diálogo e negociação instaurado no governo Lula seria substituído por uma política de criminalização de suas entidades, lideranças e militantes.

Passada a eleição de 2006, que representou sem dúvida uma vitória para os setores democrático-populares, é preciso agora avaliar que papel poderão e deverão jogar os movimentos sociais, para que o segundo mandato seja efetivamente superior ao primeiro.

### ***Os movimentos sociais no segundo mandato***

Não obstante os avanços em algumas áreas, não foram poucos os erros cometidos durante o primeiro mandato na relação do governo com os movimentos sociais. A hegemonia das posições “monetaristas” na condução da política econômica, sobretudo entre 2003 e 2005, resultou na frustração da expectativa de atendimento a diversas demandas sociais.

Por outro lado, parte das direções das entidades organizadas confundiu o apoio – legítimo e necessário – dado ao governo Lula, com uma renúncia à condição autônoma dos movimentos sociais. As posições críticas ao governo, quando não eram rechaçadas como sendo “munição ao inimigo”, eram formuladas de maneira muito tímida.

Já assinalamos o equívoco de tal posição. Primeiro, porque a autonomia das entidades dos movimentos sociais frente aos governos é condição vital para a manutenção de sua legitimidade junto à base que representa. Segundo, porque dado o caráter de coalizão que o governo assumiu, tratava-se justamente de disputar seus rumos, o que só poderia ser feito, do ponto de vista dos trabalhadores, a partir de sua organização coletiva e de sua mobilização social.

É claro que a autonomia dos movimentos sociais não deve ser confundida com uma independência total e irrestrita. Se queremos que os movimentos sociais sejam parte integrante da luta mais geral pela emancipação da classe trabalhadora, então eles precisam ser capazes de, a cada momento histórico, levar em conta não só as demandas imediatas, mas também os aspectos mais gerais da conjuntura e as conseqüências táticas e estratégicas de suas ações. Foi essa compreensão, aliás, que fez com que diversas entidades decidissem apoiar Lula na disputa presidencial.

Os equívocos cometidos pelo governo e por parte das direções dos movimentos sociais, somados ao tensionamento promovido pelas posições de ultra-esquerda que já conviviam conosco no interior de grande parte das entidades, resultaram em uma perda de influência do PT sobre parcelas do movimento social.

Alguns setores que militavam historicamente na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na União Nacional dos Estudantes (UNE) romperam com essas entidades, pretextando sua “capitulação” e a “traição” de seus dirigentes. Propuseram-se a construir novos aparatos, supostamente dirigidos pelos “verdadeiros representantes da classe trabalhadora”. Mais recentemente, o PCdoB também rompeu com a CUT.

### *As centrais sindicais*

A iminente legalização das centrais sindicais provocou o surgimento de novas entidades e uma reconfiguração dos arranjos existentes na “superestrutura sindical”. Ao que parece, o maior estímulo para isso reside na possibilidade de acesso a uma parte da receita da Contribuição Sindical (antigo Imposto Sindical), a que terão direito aquelas centrais que vierem

a ser reconhecidas como tal pelo governo, uma vez atendidos os requisitos de representatividade.

Por seu porte e pelas implicações políticas que acarretarão, duas das novas centrais chamam atenção. Uma, de viés conservador, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), unifica três pequenas centrais: Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), e subtrai da Força Sindical pelo menos um grande sindicato, o dos Comerciários de São Paulo. Outra, de esquerda, deverá denominar-se Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

A CTB apóia-se na estrutura da Corrente Sindical Classista (CSC), politicamente vinculada ao PCdoB, e com expressiva participação na CUT (16% dos delegados no Concut de 2006).

A CSC afirma ter saído da CUT em protesto contra o “hegemonismo” da Articulação Sindical, principal corrente petista na CUT, que estaria agindo de modo a “reprezar” a corrente comunista. Ou seja, a CSC queria crescer dentro da CUT e a ArtSind não permitia. Além disso, haveria outras causas para a decisão de deixar a CUT: “a crise do movimento sindical”, “a crise da direção sindical”, e a “mudança com o governo Lula”, entre outros motivos porque “o crescimento contido não resolve” o problema do desemprego: os comunistas defenderiam um “novo projeto de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho”.

Os problemas que a CSC aponta são reais, mas não convencem como argumentos que justifiquem a saída dessa corrente da CUT. Afinal de contas, o “hegemonismo” da ArtSind tem sido exercido em regime de condomínio com a CSC praticamente desde que esta força ingressou na Central, a tal ponto que poderíamos dizer que os comunistas reforçaram o hegemonismo da ArtSind.

Pelo mesmo motivo, o argumento de “crise de direção” não é convincente: afinal de contas a CSC foi importante parceira da ArtSind na direção da central na travessia dos dois mandatos de FHC, e foi nesse período que a CUT rebaixou acentuadamente o seu perfil programático.

É verdade que no governo Lula surgiram divergências entre as duas correntes. No Concut de 2003, por exemplo, a CSC estava disposta a apoiar uma resolução, proposta por correntes da esquerda, pedindo que fosse suspensa no Congresso Nacional a tramitação do projeto da Previdência (essa emenda, porém, foi abortada pelo sectarismo de alguns grupos de ultra-esquerda que defendiam formulação mais radical).

No Concut de 2006, a CSC resolveu radicalizar sua relação com a



ArtSind e, pela primeira vez em vários anos, encabeçou uma chapa para a direção, em aliança com três correntes da esquerda petista: AE, O Trabalho e Tendência Marxista.

Porém, se o problema é então “mudança do governo Lula”, entendida como a guinada conservadora do governo federal em matéria de direito do trabalho e (muitos) outros temas, não seria mais coerente romper com o governo do que sair da CUT?

Até porque hoje a ArtSind vive seu momento de maior enfrentamento com o governo Lula (ou com o neoliberalismo nele presente) desde que este teve início.

Há quem diga que a decisão da CSC está relacionada ao contencioso entre PCdoB e PT. Os comunistas querem afastar-se do PT desde que Aldo Rebelo foi derrotado por Arlindo Chinaglia na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados — e, “por tabela”, teriam também optado por retirar-se da CUT. Mas a decisão de criar uma nova central, ao invés de reforçar o projeto de “desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho”, fragmentará ainda mais a classe trabalhadora, com ganho para os setores neoliberais que atuam dentro e fora do governo.

O Brasil contar com as seguintes centrais: CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central Sindical (que estaria ligada a setores do PDT) e a CTB. Além de Conlutas e Intersindical, que podem manter-se como articulações informais de sindicatos ou solicitar seu reconhecimento como centrais.

Neste novo quadro, bastante complexo, a esquerda comparece dividida entre quatro organizações (CUT, CTB, Conlutas e Intersindical), ao passo que a direita “orgânica”, ainda que também dividida, está fortemente representada por duas delas (Força e UGT).

### ***Crítica ao movimentismo***

A divisão das organizações dos trabalhadores, além de não solucionar nenhum dos problemas postos hoje para a nossa luta – como o descenso das mobilizações, a hegemonia das idéias moderadas na base social dos movimentos e o “governismo” de certos setores dirigentes – criam alguns problemas adicionais, tais como o enfraquecimento do poder de enfrentamento dos movimentos sociais, o acirramento das disputas internas em prejuízo das lutas contra nossos verdadeiros inimigos de classe e o descrédito que é semeado entre os trabalhadores com relação a suas entidades representativas.

As dificuldades e erros cometidos no primeiro mandato também serviram para reforçar a posição daqueles que acreditam que todos os males advêm da disputa e da conquista do poder institucional, cultivando, em contrapartida, uma visão quase idílica dos movimentos sociais. Segundo esta visão, os governos e parlamentos seriam o reino do vício, em contraste com os movimentos, nos quais repousaria a virtude. O poder institucional seria corruptor; a luta dos movimentos sociais seria redentora. As decisões tomadas pelos integrantes do movimento social seriam, assim, intrinsecamente boas.

Já expressamos nossa discordância com relação a essa visão. Movimentos sociais, partidos e governos cometem erros e acertos. Podem fazer a luta avançar ou retroceder. Em todas essas formas de organização política, encontramos profundas contradições. E a luta da classe trabalhadora só pode obter sucesso se conseguir articular essas diversas dimensões.

Na prática, o “movimentismo” significa uma renúncia à possibilidade de assumir o poder político efetivo em uma sociedade. Significa, também, abrir mão de posicionar-se num dos momentos da luta de classes: as disputas eleitorais-institucionais.

Entretanto, apenas criticar tais posições não resolverá o problema. Os rumos do segundo mandato do governo Lula e a posição do PT nesse processo terão um peso fundamental na definição futura de nossa relação com os movimentos sociais. O segundo mandato precisa implementar o programa vitorioso no segundo turno de 2006. Se o fizer, estará correspondendo ao programa do PT e estará se capacitando para atender demandas dos movimentos sociais.

Passado o primeiro ano do segundo mandato de Lula, o quadro dos movimentos sociais no país é de intensificação da fragmentação já manifestada em parte do primeiro mandato. Este cenário é resultado de dificuldades enfrentadas em diversos movimentos e da incapacidade de retomada de uma ação articulada, a exemplo das eleições de 2006. Nesta conjuntura identificamos como espaço prioritário de intervenção a Coordenação dos Movimentos Sociais e como processo a ser acompanhado a Assembleia Popular.

Criada durante o primeiro mandato de Lula, a Coordenação dos Movimentos Sociais não conseguiu promover em 2007 iniciativas conjuntas com a força de outras ações verificadas em anos anteriores. Em 2008, a CMS tenta retomar suas atividades de maneira mais articulada e orgânica. Se por um lado estas iniciativas voltaram a colocar a rede na pauta dos movimentos, por outro ainda não conseguiu definir uma bandeira unificadora para o próximo período.

A pauta das reformas estruturais, já esboçada no conjunto de reivindicações denominado “Projeto Brasil”, divulgado durante as eleições de 2006, voltou a ser cogitada como a forma de unificar as demandas dos agentes envolvidos. Consideramos acertada a decisão de colocar as reformas como referência política para a CMS, no entanto esta perspectiva programática necessita se concretizar em bandeiras específicas e calendários de luta unificados.

A Articulação de Esquerda possui pouca incidência direta na CMS, mas de alguma maneira está presente neste espaço. Reconhecemos as limitações da Coordenação e sua constituição como espaço de encaminhamento de ações unificadas para além de atos esparsos de caráter nacional. Esta fragilidade se traduz em pouca reverberação das decisões nas representações estaduais, dificultando uma capilarização mínima das pautas.

No entanto, estas dificuldades não são vistas por nós como sinais de inviabilidade da CMS, mas como desafios a serem superados para constituir um espaço de confluência das lutas dos movimentos sociais brasileiros no próximo período. Neste sentido, a X Conferência Nacional da AE resolve que a corrente deve buscar uma maior atuação na CMS, tanto diretamente quanto na por meio da construção de uma linha do PT para este espaço. Esta atuação consiste na defesa do programa das reformas estruturais democrático-populares e na formulação das bandeiras que as concretizem em campanhas específicas e num calendário de lutas unificado.

A Assembléia Popular é uma articulação oriunda da fusão entre a Campanha Contra a ALCA – Jubileu Sul e a Semana Social, mobilização das forças progressistas da Igreja Católica. Ela é integrada principalmente pelas pastorais sociais, outras organizações da igreja e pelo movimento campestre, tendo incorporado em tempos recentes entidades ligadas ao PSOL e ao PSTU.

A presença de forças da igreja críticas ao governo Lula, aliadas à nova postura de afastamento da Via Campesina do PT e do governo e à entrada de entidades ligadas a partidos que fazem oposição pela esquerda ao governo Lula, faz da Assembléia Popular um campo fértil para a promoção de mobilizações com forte teor de ataques ao governo e às forças que o compõem.

O sectarismo e o esquerdismo resultantes prejudicam a mobilização popular. Um exemplo disto foi a disputa em torno da redação das perguntas do Plebiscito da Vale. A inclusão de diversas perguntas na cédula, inclusão que para alguns tinha o objetivo de constituir um “programa alternativo”, diluiu o foco do plebiscito. E a inclusão de uma pergunta com

ataque aberto ao governo Lula, só teve como resultado dificultar a adesão do Partido ao movimento. Apesar disso, o 3º Congresso do PT aprovou o apoio.

Mas nem por isso ela deve ser caracterizada, de conjunto, como rede de movimentos sociais de oposição ao governo, pois várias entidades se recusam este tipo de postura.

Em 2008, a pauta principal da Assembléia Popular será o ataque aos altos preços da energia elétrica, visando vincular esta discussão mais concreta ao debate sobre o modelo energético brasileiro. Esta iniciativa tem grande potencial de mobilização e deve ser acompanhada pela AE e pelo PT para uma avaliação posterior sobre possibilidades de pontos de diálogo.

A X Conferência Nacional da Articulação de Esquerda reafirma a importância de intervenção de sua militância, em particular os que militam na Frente de Massas, no sentido de reforçarem nos estados a construção da Coordenação dos Movimentos Sociais, esforçando-se para se fazerem presentes às Plenárias Nacionais da CMS.

Como ficou demonstrado durante o segundo turno, é com essa base de sustentação política que o governo poderá contar, seja para propor as mudanças de que o país precisa ou para enfrentar a sanha daqueles que, tendo perdido as eleições, continuarão buscando intervir nos rumos do governo Lula e derrotar o representante eleito pelos “de baixo”.

O que se abriu com a vitória de Lula, para os setores organizados da classe trabalhadora, foi sobretudo um novo período de lutas e possibilidades de conquistas sociais. Visto de outro ângulo, podemos dizer que uma das tarefas fundamentais do segundo mandato de Lula é a criação das condições macro-econômicas necessárias ao fortalecimento econômico, social, cultural e político das classes trabalhadoras.

### *A organização da juventude*

As classes trabalhadoras são compostas, majoritariamente, por jovens. O impacto do desemprego sobre a juventude é brutal. É evidente a urgência e a necessidade de mais e melhores políticas públicas para a juventude. Assim como é evidente a necessidade de enfrentar a influência cotidiana, especialmente sobre a juventude, dos meios de comunicação de massa, da indústria cultural, do individualismo, do consumismo e dos valores propagados pelo imperialismo, especialmente norte-americano.

A organização da juventude é uma tarefa de todos, não apenas da juventude. Exige capacitar a militância política e social jovem. Exige, parti-

cularmente, ampliar o debate teórico e o conhecimento empírico acerca das características e necessidades desta “categoria” sobre a qual existem tantas e tão diferentes interpretações.

A organização da juventude possui diferentes dimensões: a da concepção e implementação de políticas públicas, com destaque para emprego, educação, cultura e comunicação; o debate e a aprovação de legislação atinente à juventude; a organização e mobilização dos diferentes segmentos da juventude (estudantes universitários, estudantes secundaristas, movimentos juvenis populares e culturais, jovens trabalhadores etc.); a organização das juventudes partidárias.

Embora parte significativa da juventude tenha antipatia à política e aos partidos, entre os que têm simpatia partidária, o PT é o preferido pela maioria. Ao longo dos 28 anos de história do PT, esta simpatia vem declinando; tem mudado de perfil social, se tornando relativamente menor nos chamados “setores médios” e crescente nas camadas populares; e é cada vez mais difícil transformar a simpatia pelo PT, que não obstante é imensa, em militância organizada.

Esta dupla característica (de um lado simpatia, de outro “inorganicidade”) encontra suas razões na história da relação do PT com a juventude brasileira e com o setorial de juventude.

A referência que o PT vem construindo na juventude brasileira vem da identificação deste segmento com as propostas e com a atuação do partido, pela transformação da sociedade, pela construção do novo, pela não conformação com o mundo em que vivemos, por medidas estruturantes e não paliativas, enfim, pelo seu caráter favorável a mudar a realidade profundamente.

Muitos afirmam que a juventude não é intrinsecamente radical, de esquerda e transformadora: estão corretos. Mas 84% dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos acreditam serem capazes de mudar o mundo, muito ou pouco; 52% dos jovens nesta mesma faixa etária acreditam que o socialismo continua sendo uma alternativa para resolver os problemas sociais; 59% consideram a participação da população nas decisões importantes do governo a melhor forma de resolver os problemas do Brasil.

Se a juventude de hoje ainda se identifica com o PT, a que vivenciou a década de 1980, viu o PT nascer, crescer e se consolidar como uma alternativa real à ordem estabelecida encontrava ainda mais elementos para isso.

No entanto, nem no passado nem atualmente a organização da juventude foi uma prioridade para o PT, seja (1) por considerar que este setor era espontaneamente mobilizado pelo partido e pelos movimentos sociais

aliados, não necessitando de esforços organizativos adicionais; (2) por acreditar que o setor juvenil se resumia aos estudantes, que já se organizavam, não havendo, portanto, motivos para o partido atender a uma demanda aparentemente inexistente; ou (3) por incorporar uma concepção de que os jovens atuarão no partido apenas futuramente, quando se tornarem “adultos”, devendo se preparar para a chegada deste momento e, enquanto isto, atuar instrumentalmente como bons cabos eleitorais nas campanhas e como correias de transmissão do partido, não havendo oportunidades para participar das tomadas de decisão e do debate político.

O resultado é preocupante: apesar do PT ter um forte apelo na juventude durante as eleições, fazendo com que muitos se filiem e passem a militar no partido a partir da participação nas campanhas, a visão explicitamente instrumental e utilitarista, predominante entre nós, permite que outros partidos de esquerda atraiam mais jovens para suas fileiras de forma orgânica. Como parte desta opção, temos as campanhas de filiação baseadas em uma concepção de partido de massas eleitoral – e não militante – tendo a juventude como um de seus principais focos. Em suma, a estratégia de priorização da institucionalidade em detrimento da mobilização social interferiu também na capacidade de se relacionar politicamente com a juventude.

O pouco do que o PT já formulou sobre juventude foi nos anos 90. Mesmo esse acúmulo precisa ser revisado, complementado, aprofundado e, obviamente, aplicado em políticas organizativas concretas. Essa carência de formulação deixou a juventude partidária vulnerável e frágil, resumindo-se à intervenção estudantil e mesmo assim, muito aquém do que poderia ser. A participação de jovens petistas de forma organizada em outros movimentos sociais é mais recente, sendo necessário registrar, inclusive, que se configura como uma atuação militante de petistas e não necessariamente da Juventude do PT.

Somado a isso, o PT optou por organizar sua juventude apenas como mais um setorial do partido. Esta estrutura burocratizada, institucionalizada e internalizada no partido, impede a existência de maior mobilidade e capacidade de diálogo com os jovens brasileiros e com os movimentos juvenis. Isto tem condicionado a juventude a formular programas de governo voltados a este segmento, ou contribuir com campanhas que não conseguem alcançar a visibilidade e a mobilização necessárias para intervir concretamente na realidade.

Os próprios jovens petistas não conseguiram incidir sobre a visão de juventude hegemônica no PT.

Estes elementos (estratégia, concepção de partido, visão da juventude, carência de formulação e fragilidade na organização) fizeram a juventude do PT agravar seu rebaixamento político ao longo da história. Seus dirigentes ficaram cada vez mais atrelados à lógica institucional, sua militância mais dependente destes organismos e ambos mais distantes dos movimentos juvenis.

Isto veio a mudar somente com o trabalho do Coletivo Nacional de Juventude para a aprovação da resolução sobre juventude no III Congresso. Este passo foi fundamental para transformar a relação até então existente no PT com sua juventude e precisa ser aproveitada.

O momento atual é de reflexão sobre o passado para a construção de novas formas de agir e se organizar, lembrando sempre que a finalidade política define a estrutura.

Investir maciçamente na juventude, além de ter enorme impacto político e social, possui também um significado organizativo: trata-se de combater o envelhecimento partidário e garantir a renovação de gerações, essencial para a sobrevivência do PT e de seu projeto político.

O 3º Congresso do PT convocou o 1º Congresso da Juventude Petista, que acontecerá em maio de 2008. Trata-se, entre outras questões, de iniciar o debate acerca de como organizar a influência petista na juventude. Questão para a qual devemos buscar ensinamentos em nossa história e na experiência de outros países, onde é comum a existência de juventudes partidárias de massa, com direção própria em todos os níveis, abrigando filiados e simpatizantes não filiados ao Partido.

As experiências com as quais mais nos identificamos são aquelas que colocam os jovens como sujeitos políticos e que possuem capacidade de intervenção na sociedade. Essa visão vai contra aquelas organizações que vêem os jovens como tarefeiros ou simplesmente inexperientes para assumirem papel de direção ou de decisão. Acreditamos que a juventude tem capacidade de intervenção e é um dos sujeitos políticos do partido. Ela existe enquanto categoria social com demandas e formas de se organizar que não necessariamente são as mesmas dos adultos, o que não a torna menos importante ou menos eficaz na luta política. Muitas vezes as formas de organizações juvenis foram reprimidas por adultos que apontavam imaturidade ou desvios na juventude. Essa visão ainda é forte na sociedade e em nosso partido: sem dúvida, precisaremos enfrentá-la no dia a dia de nossa nova organização.

Para criarmos um novo modelo de organização de juventude para o PT precisamos superar um problema anterior: a visão do PT sobre a ju-

ventude. Devemos abraçar a visão do jovem como agente político. No PT e na sociedade precisamos superar a concepção naturalizada de juventude como um setor imaturo, inexperiente e que, portanto, precisa ser preparado para o depois (afinal, para agora não tem jeito) e ter o acompanhamento (intervenção) dos “experientes”.

Se o PT não compreender as relações de poder e hierarquia às quais a juventude está submetida teremos sérios problemas: vamos nos impor um limite político-organizativo e ferir nossa prática libertária e emancipatória histórica de superação da opressão entre seres humanos.

Alguns sindicatos, partidos e movimentos reproduzem os métodos e processos de organização e inserção dos jovens no cenário de decisão e protagonismo político das demais instituições, como a igreja, as empresas, a família, o Estado.

Nestes espaços, a lógica da socialização do jovem é avançar de uma condição anterior de maior subordinação para outra hierarquicamente superior e dotada de mais autonomia e poder. Somente sob esta nova condição o indivíduo seria capaz de tomar decisões importantes, sendo inserido em um espaço que antes era impedido de estar.

E para demonstrar que está apto a assumir a nova condição é exigido ao jovem que abandone seu comportamento, práticas e aspirações, as características que antes o estereotipavam e supostamente lhe conferiam a condição juvenil.

Organizações políticas que utilizam este viés de participação juvenil cometem três equívocos que o PT deve evitar. O primeiro é corroborar com a idéia de que indivíduos jovens só podem participar de espaços hierárquicos de maior poder a partir do momento que renunciam ao que supostamente os mantém em sua condição juvenil, ou seja, seu comportamento. O segundo erro, decorrente do primeiro, é afirmar indiretamente, que a socialização do jovem para a superação de condição subordinada só é possível se realizada individualmente, o que significa afirmar que coletivamente a juventude está irremediavelmente fadada a permanecer em situação inferior de hierarquia. Por fim, o terceiro e mais grave erro é a organização política assumir para si as relações de poder e hierarquia vigentes na sociedade capitalista, burguesa, patriarcal, machista, hetero-normativa e eurocêntrica ao invés de criar formas próprias de socialização e relação política.

O acúmulo histórico que a juventude do PT tem desde a fundação do Partido, demonstrado pelas resoluções dos encontros e congressos e a própria tese da juventude ao II Congresso do PT, apontam nitidamente a visão do jovem como sujeito político que deve ser dotado de autonomia.



A convocação deste I Congresso da JPT tem um significado importantíssimo e deve ser compreendido por todo o partido: trata-se de finalizar um capítulo da história do PT no que se refere à juventude e iniciar um novo ciclo. Esta foi a motivação da SNJPT ao apresentar uma resolução no III Congresso do PT, aprovada por consenso no Coletivo Nacional.

Teremos como pauta (1) “O Brasil que queremos para a juventude” e (2) “JPT: concepção e funcionamento”. A elaboração de um programa petista para a juventude norteará com maior precisão tanto a atuação de mandatos petistas na implementação de políticas públicas de juventude quanto os movimentos juvenis, que devem ter uma pauta mais ampla, estratégica e voltada para conquistas mais profundas. O novo modelo organizativo poderá representar o início da inserção do PT nos diversos movimentos juvenis e ao mesmo tempo consolidar o amplo apoio de simpatizantes que temos neste setor da sociedade.

O I Congresso da Juventude do PT deve ser um grande evento político cultural, que vá além do modelo de debate político tradicional. Deve ter as várias expressões da juventude e ao mesmo tempo ser um espaço de formação política de nossa militância. Isto deve ocorrer em todas as etapas e não só na nacional.

No que diz respeito ao novo modelo de organização este congresso deve iniciar uma transição entre o atual modelo de setorial e um braço partidário de massas nos movimentos juvenis. Não conseguiremos superar, da noite para o dia, 28 anos de uma organização juvenil precária e nem elaborar uma proposta de programa completo para a juventude brasileira. É uma transição que só reunirá condições para ser completada na medida em que toda base partidária discutir este tema. No entanto, devemos evitar precipitações, cientes de que este será um processo de médio e longo prazo, devendo passar por mais de um congresso da juventude petista.

Mas os primeiros passos devem ser dados neste congresso. São eles: (1) aprovar as diretrizes da concepção e da estrutura organizativa da JPT; (2) acumular na discussão do programa para juventude brasileira e desencadear um processo de diálogo deste programa com toda sociedade e (3) eleger a nova direção transitória que terá como tarefa consolidar o modelo aprovado por este congresso, organizar a JPT nas eleições de 2008 e continuar a formulação de um programa petista para juventude brasileira.

Por fim, precisamos trabalhar para que esta direção de transição realize um novo congresso em 2009, para adequarmos o calendário con-

gressual aos anos não eleitorais e consolidar a nova organização com a aprovação de um estatuto próprio da JPT reconhecido pelo conjunto do PT a partir das resoluções do I Congresso.

### ***O Brasil e as Mulheres***

Em 2002, chegamos à Presidência da República, herdamos um país no qual o modelo neoliberal piorou a situação social, aumentou o desemprego, ampliou a dependência externa e aumentou exponencialmente a concentração de renda e da riqueza.

Passados cinco anos, o balanço do governo Lula tem muitos aspectos positivos, se considerarmos os avanços econômicos, que tiveram grande incidência no campo social. Esse avanço tem origem na opção feita pelo governo federal ao impor uma nova agenda que privilegia o desenvolvimento, a recuperação do papel do Estado, que expressa um novo ciclo de rompimento com a herança neoliberal de desmonte do Estado.

O segundo mandato de Lula exhibe avanços, como a sucessiva queda de juros e o aumento do salário mínimo, porém, existem ainda fortes elementos de continuidade com aspectos negativos do primeiro mandato que atinge diretamente as mulheres, como a ineficácia no processo de democratização da comunicação, da reforma agrária e política, bem como a falta da participação na formulação das políticas públicas gerais de governo, dando como exemplo o PAC.

Em março último, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentou um quadro sobre a situação brasileira, tendo como base o relatório anual sobre a situação da população mundial, abordando questões relativas a desenvolvimento, população e pobreza. Neste relatório, a desigualdade entre os sexos é um dos temas, onde também está apontada a necessidade de superação.

Segundo o relatório da ONU, o número de mulheres que vivem na pobreza é superior ao de homens e a disparidade entre os gêneros aumentou na última década. As relações de poder, a saúde e a distribuição do tempo podem ser muito mais importantes para se medir o bem-estar entre homens e mulheres que o rendimento. As mulheres trabalham durante mais horas do que os homens e pelo menos metade de seu tempo é gasto em atividades não remuneradas.

No caso brasileiro, há ainda um outro fator de desigualdade: o racial. Quando se analisam os dados da população que vive com até meio salário mínimo de rendimento familiar per *capita*, levando-se em consideração a

cor, observa-se que apenas 34,8% se declararam brancas, enquanto 77,1% se declararam de cor negra ou parda. No outro extremo, das pessoas em famílias com rendimento superior a dois salários mínimos, a sub-representação é relativa às pessoas negras e pardas.

Quando se analisa os dados referentes às famílias pobres brasileiras, onde as mulheres são responsáveis (com até meio salário mínimo per capita), pela cor, observa-se que 64% são famílias com mulheres de referência da cor parda ou negra. Em contrapartida, nas famílias com rendimento acima de dois salários mínimos per capita, as famílias de mulheres pretas e pardas estão sub-representadas, com 22,1%.

Segundo os dados do PNAD – IBGE, entre 1992 e 2006, a participação das famílias chefiadas por mulheres no total de famílias nas áreas metropolitanas do Brasil aumentou de 19% para 32%. Mas o extraordinário é o aumento das famílias chefiadas por mulheres entre as famílias de indigentes nas áreas metropolitanas: de 22% em 1992 para 42% em 2006.

A proporção de famílias chefiadas por mulheres entre as famílias indigentes é hoje 10% mais alta do que a parcela de famílias chefiadas por mulheres no total da população. Esse fato leva, inevitavelmente, à conclusão de que as mulheres estão super-representadas entre os pobres. Ainda mais grave é que o aumento da indigência feminina ocorreu quando a pobreza se encontrava em declínio, graças à combinação de maior crescimento com políticas distributivas.

Um aumento no número de famílias chefiadas por mulheres não implica necessariamente aumento da pobreza. Mas, entre famílias pobres, a mulher sozinha enfrenta maior dificuldade de acesso ao trabalho e ao crédito e ainda mais discriminação. No Brasil, onde as mulheres chefes de famílias indigentes nas áreas urbanas estão super-representadas, pode-se falar de feminização da pobreza.

Para mudar este quadro de desigualdade é necessário que haja por parte do Estado uma ação concreta através de políticas sociais que possam incidir nesta realidade na qual as mulheres continuam sendo uma “não questão”.

A Fundação Perseu Abramo, em 2001, realizou importante pesquisa sobre a situação da mulher na sociedade brasileira. Um dos dados que chamara atenção é que dois milhões de casos de violência são registrados anualmente contra a mulher. Ao nosso ver estes números de casos de violência não diminuíram, e mesmo diante do problema, o principal programa do governo federal de proteção às mulheres “combate à violência contra as mulheres”, somente executou 59% do total da verba autorizada

no orçamento da união. Já os “Serviços especializados no atendimento a mulher em situação de violência” executou apenas 52% da verba global prevista em orçamento destinada, por exemplo, aos centros de referência de atendimento à mulher, casas abrigos e defensorias públicas. Outros programas relacionados às mulheres executaram 77% da verba autorizada no orçamento federal.

A autonomia pessoal e econômica das mulheres, um dos eixos do Programa de Governo de Lula – 2003/2006 e 2007/2010, também está longe de demonstrar uma mudança significativa.

O salário pago a mulheres continua menor do que recebe os homens, mesmo quando há igualdade de escolaridade, conforme constatou o relatório do IBGE. Na média salarial, uma mulher recebe 71,3% do rendimento do homem trabalhador. Já as mulheres com curso superior recebem 60% do que é pago aos diplomados. Nas seis capitais brasileiras pesquisadas, verificou-se que para cada grupo de 1 milhão de mulheres desempregadas, cerca de 779 mil homens estavam na mesma situação.

O programa federal de “igualdade de gênero nas relações de trabalho” que prevê ações de incentivo à autonomia econômica e pessoal das mulheres, gastou apenas 23% dos recursos que dispunha, representando o montante de R\$ 2,7 milhões.

Para que sejam superadas as condições reais de subjugação e pobreza da vida das mulheres é necessário um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de alterar o padrão/modelo de desenvolvimento vigente há décadas no país (orientado ao lucro, externamente dependente, pró-monopolista e latifundiário, antidemocrático), construindo no seu lugar um novo padrão de desenvolvimento, em que o crescimento econômico se articule com democracia, superação da dependência e da desigualdade.

### ***Um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, um novo lugar para as mulheres***

Se nosso objetivo é superar o neoliberalismo, mas sem voltar aos limites do modelo de desenvolvimento anterior, teremos então que enfrentar vários desafios.

O primeiro deles é lutar pela democratização profunda de nossa sociedade. O sistema político existente no Brasil, bem como na maioria dos países do Continente, segue produzindo enormes distorções, suscetível a todo tipo de manipulação por parte da burguesia e dos partidos/ideologia conservadores. Um destaque é a sub-representação das mulheres nas

diferentes esferas políticas. Os meios de comunicação, que geralmente estão em mãos de monopólios privados, interferem de maneira descarada em prejuízo da democracia, inclusive reforçando o papel social de subordinação da mulher.

O segundo desafio é ampliar o alcance e a qualidade das políticas públicas e sociais, inclusive criando novos direitos sociais. Antes da onda neoliberal, no Brasil e na maior parte do continente, a cobertura do Estado em áreas como saúde e educação já era bastante reduzida. O neoliberalismo piorou ainda mais a situação, fazendo com que vários destes serviços fossem acessíveis apenas através do mercado. As mulheres foram e continuam sendo as principais vítimas da redução do Estado. Agora estamos diante do desafio de garantir, além do direito pleno à saúde, educação e alimentação, previdência social, outros direitos básicos, como o acesso à eletricidade, telecomunicações, saneamento básico, habitação, transporte público, acesso à cultura e ao lazer como direitos universais.

No caso específico das atuais políticas para mulheres implementadas pelo governo federal é necessário transformá-las em políticas de Estado – o que requer um órgão permanente na estrutura de governo, apoiado num arcabouço jurídico e de legislação para que essa ação não sofra descontinuidade.

Nosso terceiro desafio consiste na realização de reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossas sociedades. São essenciais: a reforma urbana, a reforma agrária, a consolidação do SUS e do SUAS, a democratização da comunicação social, a reforma política, a reforma do sistema financeiro, a reforma tributária e do Estado, todas vinculadas ao propósito de criar espaços públicos estratégicos não-mercantis, conforme as resoluções aprovadas no III Congresso do Partido dos Trabalhadores. Entre as reformas, uma merece destaque: a política.

Ao pautarmos a reforma política é necessário debatermos a participação da mulher nos espaços de poder e sua conseqüente sub-representação. Como provamos ao longo desses anos que a igualdade buscada através de uma fórmula artificial na tentativa de romper com uma desigualdade camuflada, sem uma ação consciente daquelas e daqueles que querem construir uma nova cultura, não seria possível nem virá de maneira espontânea.

O quarto desafio é a criação de um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de trabalho, redistribuição de renda e riqueza. Um modelo de desenvolvimento alternativo deve ter como objetivo acabar com as variadas formas de discriminação as-

sociadas ao capitalismo e ao neoliberalismo, como é o caso do preconceito étnico/racial, do sexismo e da heteronormatividade. O enfrentamento do machismo, do racismo e da homofobia fazem parte da construção de um novo modelo de desenvolvimento. Não é possível avançar na emancipação da mulher sem enfrentarmos o capital e o patriarcado.

É preciso pautar mais fortemente, na sociedade brasileira, o debate sobre o papel da mulher, suas obrigações, a naturalização das diferenças hoje existentes, a menor inserção da mulher no espaço público, as diferenças de salário, a educação e violência sexista, a livre orientação sexual e a necessidade de políticas públicas que promovam a autonomia pessoal e econômica das mulheres.

Outro elemento a ser considerado, enquanto a sociedade não é capaz de superar a atual divisão social de papéis, é a responsabilidade do trabalho doméstico como uma tarefa feminina. Portanto, o reconhecimento deste trabalho, altamente social e não pago pela sociedade, é necessário à aprovação e regulamentação da aposentadoria para as donas-de-casa como um dos elementos de reparação.

O quinto desafio é o de combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental. Lembrando que cada um dos países latino-americanos e caribenhos possui histórias particulares e correlações de força específicas, às quais correspondem estratégias e programas também diferenciados.

Um sexto desafio é enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação. É preciso incorporar a dimensão universal dos direitos humanos, com políticas afirmativas e com a promoção de políticas públicas que afirmem valores democráticos, o respeito à diversidade e o combate contra as discriminações e exclusões.

### ***As mulheres no atual modo de produção***

As mulheres são diretamente responsáveis pela reprodução da força de trabalho em dois níveis: biologicamente e no cotidiano. Daí a necessidade de controle sobre a sua sexualidade, sua função de procriação e a manutenção no trabalho doméstico. Assim, tais tarefas, de sustentação cotidiana dos indivíduos, ou melhor, o trabalho doméstico tornou-se uma obrigação da mulher desresponsabilizando o Estado, os patrões e a burguesia de criar as condições para que esse trabalho totalmente social seja desenvolvido fora da esfera da casa.

Dessa forma a sociedade se desobriga da educação das crianças, do cuidado com as pessoas idosas, doentes e com deficiência, da alimentação, das necessidades cotidianas, como lavar e passar roupa, transporte, entre outras. Ao mesmo tempo, a subordinação sexual das mulheres faz também com que se impeça que elas tenham o direito de definir os caminhos de sua própria vida, e, portanto, decidir se querem ter filhos.

Assim, através da dominação sexual, mantendo as mulheres desvalorizadas enquanto sexo se justifica uma subordinação que se manifesta em todos os setores da sociedade, na utilização da violência sexual, no controle sobre sua função reprodutiva, na posição secundária no mercado de trabalho, na exigência de uma super disciplina no trabalho, na reprodução no seio da própria classe trabalhadora desses valores que aumentam as condições de exploração.

Ao se manter a maioria das mulheres isoladas em casa, sem participação social e política, essa subordinação da mulher contida na estrutura familiar cumpre papel fundamental na reprodução da ideologia que justifica a desigualdade, a exploração e a opressão em todos os campos na sociedade.

Do ponto de vista ideológico, a família patriarcal, que reproduz os valores da burguesia é o principal mecanismo para manutenção da opressão das mulheres, que se traduz na divisão do trabalho, na divisão entre o mundo público e privado, na existência de uma dupla moral baseada na hipocrisia e na mercantilização das relações pessoais; o cultivo da violência e do poder masculino, o machismo, sobre as mulheres; a manutenção das ideologias religiosas conservadoras.

A supremacia masculina e o capitalismo definem-se com as principais relações que determinam a opressão das mulheres. O capitalismo assimilou a opressão das mulheres como um de seus pilares de dominação. Além das relações de classe presentes em nossa sociedade, outros sistemas de opressão são determinantes na vida das pessoas, na construção dos valores, na organização de relações sociais e pessoais.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções *sociais*. Homens e mulheres formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho sustenta as relações de domínio e subor-

dinação que envolve homens e mulheres, e também determina os papéis sociais que constroem valores e comportamentos expressos em formas de dominação e discriminação específica, tanto na vida pública como na vida privada. A luta das mulheres contra este tipo de relação de poder específica faz parte de nossa luta pela construção de uma sociedade socialista.

Além das relações de classe e de gênero não podemos deixar de abordar as relações de raça, etnia e orientação sexual, também fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

A subordinação e opressão das mulheres na sociedade capitalista são fundamentais, pois dessa forma se diminui os custos com a reprodução da força de trabalho, rebaixam os salários do conjunto da classe trabalhadora. Essa situação propicia a naturalização dos privilégios de um sexo sobre o outro – valores burgueses e patriarcais – e, principalmente, divide e aliena a classe trabalhadora, criando maiores dificuldades para o desenvolvimento de uma consciência capaz de libertar a classe de sua opressão.

A divisão sexual do trabalho no capitalismo, embora favoreça a burguesia enquanto classe, favorece também aos homens enquanto indivíduos. Além disso, a violência masculina na família e nas relações pessoais, no movimento operário, dentro dos partidos e organizações políticas da classe trabalhadora e as prepotências masculinas são problemas com que as mulheres têm de se defrontar cotidianamente, não apenas por parte da burguesia e dos patrões, mas no seu convívio com os homens da classe trabalhadora.

### ***O Socialismo petista e as mulheres***

A luta pela libertação das mulheres é um componente fundamental da luta para construção de uma nova sociedade: o socialismo.

O III Congresso Nacional do PT reafirmou o caráter socialista do partido, reconhecendo a centralidade das contradições de gênero, de raça e de classe no processo de dominação capitalista e a manifestação dessas contradições no interior da classe trabalhadora, um passo fundamental para construirmos a identidade política das mulheres, de negros e negras e de trabalhadores e trabalhadoras na luta pelo socialismo.

A reafirmação da perspectiva socialista recoloca, necessariamente, na pauta do partido a retomada da formulação da correlação intrínseca entre feminismo e socialismo; a afirmação da democracia como elemento fundamental da política, a superação do machismo, do racismo, da homofobia/lesbofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requerem comprometimento e apoio efetivo do PT.



A perspectiva de um feminismo socialista não dissocia a luta pela superação da opressão sexual da necessidade de profundas mudanças sociais e da ruptura com as brutais desigualdades de classe e étnico-raciais. Por esta razão, consideramos indispensável que o partido identifique-se, de forma efetiva, com a subversão dos padrões, dinâmicas e valores que se fundam na hierarquia opressora das relações entre mulheres e homens que permeiam a sociedade e mantêm a lógica de opressão, envolvendo toda a população nos dois pólos desta contradição.

Defendemos o socialismo, como alternativa tanto aos grandes problemas da humanidade, quanto aos grandes dilemas do Brasil. Uma alternativa para o conjunto da classe trabalhadora, mas também como um modo de produção capaz de incidir nas desigualdades e designar um novo papel da mulher na nova sociedade, pois num mundo organizado pela busca do lucro e dominado por meia dúzia de nações e algumas centenas de empresas, é imprescindível reafirmar a necessidade da socialização do poder político e da propriedade dos grandes meios de produção para homens e mulheres.

### ***As mulheres e o socialismo: desafios que se apresentam***

É necessário compatibilizarmos os interesses do socialismo e do feminismo, para tanto é necessário concebermos o marxismo como ciência viva.

O marxismo reconhece a contradição entre o capital e o trabalho, mas para que o socialismo incorpore a luta pela libertação das mulheres é necessário que se associem as demais contradições presentes na sociedade capitalista: de gênero, etnia, nacionalidades e orientação sexual.

A associação do marxismo ao feminismo é fundamental, inclusive para o reconhecimento do patriarcado como um sistema de dominação masculina que faz se sentir nas relações de poder. Esse elemento é fundamental para que a teoria marxista seja incorporada pela luta das mulheres. O liberalismo/capitalismo já demonstrou que é incapaz de realizar essa tarefa.

Uma análise crítica é necessária, pois é verdade que as experiências socialistas que tiveram lugar no século XX foram incapazes de alterar a hierarquia de gênero, apesar de terem consignado direitos às mulheres muito avançados para época, como: aborto legal, direito ao divórcio, proteção à maternidade e supressão do poder marital.

Assim, podemos afirmar que a dominação da mulher favoreceu ao capitalismo e também às experiências socialistas, pois os homens da classe trabalhadora também desfrutaram/a da subordinação das mulheres na sociedade, o que dá aos homens poder e privilégios em relação às mulheres.

O principal elemento dessa afirmação foram as contradições presentes na Revolução Russa, pois apesar de ter concedido direitos às mulheres, na década de 30, verificaram-se mudanças que restringiram os direitos da mulher – o aborto foi abolido, o direito ao divórcio foi restringido, e as disposições legislativas orientavam-se pelo fortalecimento da família, apesar das mulheres estarem inseridas na produção.

Essa mudança se materializou em privilégios e interesses pessoais que se chocaram com o interesse de classe dos trabalhadores, não podemos menosprezar o peso material desses privilégios e a sua incorporação na consciência dos homens e, portanto, a dificuldade de se romper efetivamente com eles.

O peso e a importância desses mecanismos, a contradição entre os interesses de classe trabalhadora e os privilégios que os homens, em relação ao gênero, mantém devido à opressão das mulheres são tão grandes, que a subordinação e opressão das mulheres se mantém nas sociedades onde a classe trabalhadora tomou o poder.

O feminismo, ao lutar contra o sistema social baseado na injustiça, na exploração e na opressão, aponta nesta luta o papel central da luta contra a opressão das mulheres. Reivindica os direitos e responsabilidades de cada mulher sobre si mesma: sua força de trabalho, sua capacidade de procriar e sua sexualidade, articulando o pessoal e o público, o individual e o coletivo, a transformação pessoal e a construção de um movimento de mulheres massivo que organize a força das mulheres em luta.

### ***O PT e a luta das mulheres***

A luta contra a discriminação das mulheres na sociedade é parte constitutiva do programa, manifesto e resoluções do Partido dos Trabalhadores.

As Secretarias de Mulheres do PT, nos seus diferentes níveis, têm cumprindo um papel importante na organização e fortalecimento do movimento de mulheres, construindo e solidificando bandeiras como a autonomia das mulheres sob o seu corpo, a socialização do trabalho doméstico, salário igual para trabalho igual e construindo e elaborando políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero.

Outras bandeiras que marcaram a organização das mulheres no partido foram: a luta por creche, a luta pela saúde integral da mulher, o direito à livre orientação sexual e à diversidade sexual, a luta por igualdade salarial, a luta pelo direito da mulher escolher quantos e quando ter filhos, a luta pela autonomia de seu corpo, pela defesa da legalização do aborto e

melhoria das condições de saúde, pela constituição de instrumentos de gestão para a implementação de políticas públicas para as mulheres, pelo direito civil e previdenciário dentre outros.

Neste sentido o programa do PT enfrenta o desafio de, a partir de uma perspectiva socialista, incorporar as questões feministas, da juventude, geracional, raciais e étnicas, de livre orientação sexual, do meio ambiente, indígenas, dentre outras.

A organização das mulheres no interior do Partido dos Trabalhadores acumulou importantes conquistas dentro e fora do partido. Internamente ao PT, a principal discussão, a partir de 1987, foi o debate e aprovação da política de ação afirmativa. Ele incidiu na organização das mulheres no interior do partido, na discussão sobre o poder, e na consequente instituição das cotas obrigatórias de, pelo menos, 30% de mulheres na direção partidária.

Estas iniciativas inspiraram, além da CUT - Central Única dos Trabalhadores, diversos partidos de esquerda e, por fim, a legislação eleitoral (ao instituir a obrigatoriedade de mulheres nas chapas proporcionais).

Neste momento, está colocado às direções partidárias o necessário resgate deste ambicioso debate que pautou a sociedade brasileira na década de 90. Agora é chegado o momento do balanço acerca do cumprimento, implementação e aprimoramento do conjunto das políticas de ação afirmativa.

Entretanto, o rebaixamento político, ideológico, programático e organizativo do PT, com a opção da política de centro-esquerda, que originou as crises vividas nos anos de 2005 e 2006, influenciou o conjunto do partido. O seu impacto na política e ação da secretaria de mulheres foi tão nocivo, que, em muitos casos, inviabilizou um maior avanço na luta das mulheres e, em especial, comprometeu a construção de uma visão feminista e socialista no interior do PT.

Essa concepção se expressou também nas políticas de alianças eleitorais e na construção de acordos de sustentação de governos com partidos conservadores, os quais foram negociados, muitas vezes, princípios fundamentais do PT. Sendo visível, em especial, nas campanhas eleitorais nas quais a abordagem do tema sobre o papel das mulheres na sociedade, seus direitos e a luta pelo fim da desigualdade se tornaram periféricos e distorcidos. Assim o debate sobre o aborto e a livre orientação sexual – bandeiras histórias das mulheres petistas – foram retirados da pauta política.

A falta de orientação partidária, associada à onda conservadora que se abateu sob o PT, introduziu elementos na cultura partidária contrá-

rios à nossa construção histórica, como o culto à figura da primeira-dama, a redução do debate da criação, implantação e ampliação das políticas públicas para mulheres.

No plano legislativo, iniciativas parlamentares também foram na contramão, como a Frente Parlamentar em Defesa da Vida – articulada e composta por diversos deputados do PT, além do projeto da Bolsa-Estupro, que prevê ajuda financeira às mulheres vítimas de estupro. Ambas numa clara oposição aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, rompendo inclusive com a natureza laica de nosso partido.

O PT em seu III Congresso (2007) reiterou seu compromisso com a luta feminista e das mulheres ao aprovar, após uma dura batalha, a descriminalização do aborto, com garantia de atendimento público humanizado e legal às mulheres, se somando ao movimento que empurra o Brasil a dar um importante passo rumo à construção da igualdade entre homens e mulheres, mas temos que continuar avançando e fazer com que o PT intervenha e puna os deputados que ferem essa resolução.

Defendemos um Estado laico, a auto-determinação pessoal e econômica das mulheres, o fim da violência sexista, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e o combate a todas as formas de discriminação. O partido tem que ir para as ruas levantando a bandeira do feminismo na sociedade.

### ***As políticas públicas para mulheres:***

#### ***O PT uma nova concepção***

As mulheres do PT, na década de 80, elaboraram uma proposta de políticas públicas para serem implementadas pelo poder executivo em todos os níveis, partindo do pressuposto que a pseudo-imparcialidade do Estado favorece aqueles que estão em vantagem.

A proposta consistia em criar, no âmbito governamental, órgãos específicos para elaborar, formular, articular e executar políticas para mulheres, com dotação orçamentária e interface com as demais secretarias/políticas/ programas de governo.

O objetivo dessa proposta era o de colocar o poder de Estado, nos seus diferentes âmbitos – municipal, estadual e federal – a serviço da eliminação das desigualdades entre homens e mulheres. Seja na família, no trabalho, na escola, no lazer ou na cultura. Isso se daria através de políticas públicas concretas. Tal concepção se contrapôs aos Conselhos da Condi-

ção Feminina, que expôs seus limites, por possuir caráter consultivo e não ter autonomia na ação frente ao conjunto do governo.

A experiência em curso mais exitosa é a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/PR), criada em 2003 no governo federal. Ao longo de cinco anos foram realizadas duas conferências nacionais, elaborados dois planos nacionais de políticas para mulheres e conquistamos a existência da Lei Maria da Penha. Apesar disto, o modesto orçamento da SPM/PR, com menos de 1% do orçamento da Presidência da República, torna impossível propor políticas que incidam na vida real das mulheres, na mudança de cultura de nosso país.

Lamentavelmente, esta experiência em curso não tem sido implementada em municípios e Estados dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores e, em alguns estados e municípios, foram substituídos por núcleos temáticos de governo, perdendo o caráter de eixo estruturante que a política pública para mulheres deve ter nas políticas e ações de governo.

Existe um limite claro na ação puramente institucional, como também naquela pautada na defesa exclusiva dos marcos legais e tratados internacionais, convenções nacionais e outras iniciativas que tomaram impulso na década de 90, com o avanço do neoliberalismo. Conhecemos a importância desses mecanismos, mas nada substitui a luta das mulheres pela igualdade de direitos.

### ***O PT e o movimento de mulheres***

Na história brasileira, as militantes feministas petistas tiveram uma valiosa contribuição na construção do movimento de mulheres, com papel decisivo em sua ampliação e enraizamento nos movimentos sociais e na construção de uma referência socialista para um campo importante desse movimento. Um forte setor do movimento de mulheres, em sua base social mais ampla, identificou-se com o Partido dos Trabalhadores e depositou nele parte de suas esperanças de alterar a profunda desigualdade entre mulheres e homens em nossa sociedade.

Atualmente existem importantes movimentos que têm articulado a luta pela libertação da mulher e buscado incidir na pauta política. Nós, mulheres petistas, estamos inseridas em alguns deles como: o Setorial de Mulheres da CMP (Central de Movimentos Populares), a Marcha Mundial das Mulheres, o MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), MMU (Movimento das Mulheres Urbanas),

SMT CUT (Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT) e a UBM (União Brasileira de Mulheres).

A existência desses movimentos está diretamente ligada ao centro de suas reivindicações, que combinavam uma pauta específica com a luta geral, ou seja, o setorial de Mulheres da CMP organizava as mulheres ao mesmo tempo em que reivindicava do Estado o atendimento de suas exigências – água, luz, moradia, saúde, alimentação, dentre outras demandas da vida urbana.

A Marcha Mundial das Mulheres vem organizando as mulheres contra a pobreza e a violência sexista, relacionando a luta anticapitalista à luta contra o patriarcado.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, nos últimos anos, tem lutado pela reforma agrária e pelas reivindicações específicas das trabalhadoras rurais e conquistou benefícios como a aposentadoria, direito à licença maternidade e direito ao título da terra, que até então as mulheres trabalhadoras rurais e camponesas não possuíam. Um destaque a luta das mulheres da Via Campesina que têm organizado a luta contra o latifúndio e ao mesmo tempo reivindicam seus direitos enquanto mulheres. Neste ano, 2008, as bravas companheiras gaúchas promoveram ocupações, foram duramente reprimidas e militantes foram presas.

Neste aspecto é fundamental reconhecer e incorporar as diferenças, re-elaborar novos conceitos sobre autonomia, relação com o estado, a institucionalização do movimento e refletir sobre as novas formas de poder que se instalam no interior dos movimentos sociais e de como nós mulheres petistas contribuiremos nesta discussão.

### ***Organização e tarefas das mulheres petistas***

É necessário retomar a plataforma feminista no PT. Neste processo é necessário fazer o balanço das últimas gestões da Secretaria Nacional de Mulheres do PT. A principal marca deste longo período foi a interdição do debate do feminismo no PT, destruindo o trabalho coletivo que até então existia e, principalmente, secundarizando o papel que esta instância sempre teve nos embates nacionais, articulando ao longo da história importantes conquistas para as mulheres petistas.

Lamentavelmente o resultado desta política consciente resultou no esvaziamento do papel da secretaria nacional no conjunto da vida partidária, abriu mão da visão de um feminismo socialista e não enfrentou o retrocesso no movimento de mulheres e no interior do partido. Foi den-

tro dessa dinâmica que vimos aumentar as práticas machistas dentro do partido e a permanente desqualificação das militantes mulheres.

Felizmente esta forma de condução que se cristalizou na Secretaria Nacional não se reproduziu em diversos Estados, onde permanece a preocupação por construir uma ação unificada das mulheres do PT.

O balanço da atual direção da Secretaria Nacional pode ser marcado por vários retrocessos: uma desqualificação das cotas, levando com que nas instâncias partidárias, freqüentemente, se veja a presença das mulheres como figurativa; um afastamento das mulheres na vida partidária; uma diminuição da importância e do papel da política feminista na vida partidária; um rebaixamento programático que aceita a desqualificação das mulheres e não questiona os papéis tradicionais, a despeito da presença massiva das mulheres no partido e nos movimentos sociais.

É fundamental, para resgatar o protagonismo das mulheres do PT, que a Secretaria Nacional de Mulheres: recupere um processo democrático de funcionamento; que busque enfrentar os desafios colocados para uma prática feminista dentro do partido; que supere as fortes ambigüidades que levam a uma postergação permanente das bandeiras prioritárias das mulheres; e que contribua efetivamente para fortalecer as mulheres como sujeito coletivo. Sem esta atuação coletiva é cada vez mais difícil enfrentar uma luta que por si só encontra dificuldades no partido: garantir na sua atuação e no seu programa uma coerência com as bandeiras do feminismo.

Nossa plataforma feminista tem que ser capaz de atuar a partir de uma análise real da situação das mulheres brasileiras e fazer a defesa contundente de uma perspectiva feminista e socialista, da igualdade étnico-racial e da livre orientação sexual e que, portanto, construa uma visão crítica aos retrocessos, ocorridos a partir do neoliberalismo e articule da luta por mudanças na vida das mulheres com a luta anticapitalista.

Uma plataforma que: valorize a intervenção no movimento de mulheres e invista na retomada das mobilizações e da ação coletiva; que lute por políticas sociais universais, rompendo com o atual paradigma de políticas focais nas políticas públicas, sem que isso signifique abandonar a ação direta sobre desigualdades entre mulheres e homens; que organize o combate ao machismo dentro do partido e busque construir novos valores e novas práticas, o que só será possível com o reforço da auto-organização das mulheres dentro do partido e com a nossa contribuição para a construção de um vigoroso e massivo movimento de mulheres; que fortaleça a participação das mulheres nas direções e invista na política de cotas – como um mecanismo provisório de estímulo à superação da desi-

gualdade - buscando dar condições às mulheres de fazer o enfrentamento político na disputa por espaço de poder, concretizando a perspectiva de sermos sujeitos históricos de nossas bandeiras.

A vitória no III Congresso Nacional do PT, na votação onde foi vencedora a posição da “descriminalização do aborto, com garantia de seu atendimento pelo SUS”, foi uma vitória daquelas companheiras que ousaram mais uma vez em colocar o debate dos direitos da mulher em pauta.

Essa plataforma feminista tem que dialogar com a dinâmica e reivindicação específica das mulheres urbanas, rurais, jovens, negras, lésbicas, enfim, tem que ser capaz de expressar a luta e toda sua diversidade.

As Secretarias de Mulheres do PT – nacional, estaduais e municipais - têm condições de apresentar neste próximo período, em especial, na elaboração do Programa de Governo para as disputas municipais, contribuições efetivas para ampliarmos os direitos e as políticas para as mulheres.

Ressaltamos a importância da organização partidária, que sofreu um profundo retrocesso nos últimos anos. É necessário o aprofundamento da democracia interna que respeite a diversidade, reafirme e faça cumprir as resoluções políticas votadas em encontros e congressos que representam o acúmulo da luta das mulheres. Um partido que invista nas secretarias como instrumentos de formulação política e de relação permanente com os movimentos sociais, que tenha nos setoriais o espaço de interlocução e diálogo para a implementação de políticas nos governos municipais, estaduais e nacional.

A resposta para estes desafios é organizar nossa ação em diferentes frentes.

#### **Na organização partidária:**

- a) Fortalecer a atuação das Secretarias de Mulheres em todos os níveis;
- b) Fortalecer os coletivos das Secretarias de Mulheres do PT existentes;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das cotas, sempre considerada como uma participação mínima, em todas as instâncias partidárias;
- d) Estimular, dar estrutura e investimento financeiro à presença das mulheres na disputa dos espaços de poder e de decisão;
- e) Incluir no estatuto do partido a cota mínima de mulheres também na composição das delegações;
- f) Fortalecer e assegurar as reuniões, assim como construir um sistema de formação permanente das mulheres e do coletivo de mulheres, com participação e responsabilidades coletivas/ conjuntas;
- g) Realizar a formação política e feminista das filiadas;



- h) Atuar, junto à secretaria de formação política, para que em todos os cursos de formação a perspectiva feminista e a construção da igualdade de gênero, raça e etnia estejam contempladas, construindo e realizando também formação específica nestas áreas;
- i) Construir e fortalecer em todos os diretórios municipais a Secretaria de Mulheres, a fim de enraizar a organização e o debate das mulheres;
- j) Atentar para que o calendário feminista e suas principais datas de mobilização sejam incorporados no calendário partidário, assegurando assim toda a estrutura necessária para estes momentos;
- k) Atuar de forma conjunta com as secretarias da juventude, combate ao racismo e com o setorial GLBTT, em especial com as lésbicas, para que possamos ampliar o debate e fortalecer o acúmulo das políticas públicas já construídas;
- l) Retomar a política de comunicação, de forma permanente e contínua, para que possamos dialogar com todas as mulheres filiadas ao partido;
- m) Retomar a luta em defesa da legalização do aborto e pela autonomia das mulheres, bem como re-valorizar as cotas como parte da política de ações afirmativas;
- n) Assegurar em todos os encontros/reuniões a creche, para que homens e mulheres possam realizar sua militância em iguais condições de participar dos debates políticos e do partido;
- o) Criar mecanismos de controle das finanças do partido, contribuindo assim para uma maior e melhor distribuição e uso dos recursos partidários, estimulando a contribuição militante e o resgate do compromisso de cada filiado e filiada.

#### **Junto aos Movimentos Sociais:**

- a) Priorizar o fortalecimento, organização e a articulação da MMM – Marcha Mundial das Mulheres – e demais movimentos de mulheres que representem as principais lutas e bandeiras do movimento feminista nacional e internacional, enquanto Coletivo Feminista Dorcelina Folador.
- b) Estabelecer diálogo permanente com os movimentos sociais onde as mulheres estão presentes e organizadas, debatendo e construindo propostas de políticas públicas que melhorem a vida das mulheres, levando em consideração a saúde das trabalhadoras;
- c) Participar e fortalecer os movimentos sociais e contribuir para a formação feminista destes movimentos;

- d) Incentivar a formação de coletivos de mulheres nos movimentos sociais mistos e estimular a formação de grupos de mulheres;
- e) Estabelecer prioridade de ação junto aos movimentos sociais que mais representam as lutas das mulheres para seu fortalecimento e mobilização, organizando um calendário de lutas conjunto.
- f) Constituir e participar de fóruns que exijam a implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, dando ênfase à Lei Maria da Penha.

#### **Junto aos espaços institucionais:**

- a) Assegurar relação e diálogo permanente com as bancadas de parlamentares para discutir propostas e projetos com a perspectiva feminista, como também evitar a apresentação de projetos cujo conteúdo se contraponha às bandeiras históricas das mulheres do PT;
- b) Assegurar a implementação e o fortalecimento dos organismos executivos municipais e estaduais de políticas para a igualdade de gênero/políticas para as mulheres, principalmente nos governos petistas, garantindo o avanço, em nossas administrações, das políticas públicas para as mulheres;
- c) Lutar pela continuidade e/ou implementação de organismos executivos municipais e estaduais de políticas para a igualdade de gênero/políticas para as mulheres, também em governos que não sejam nossos, como forma de manter as mulheres organizadas e em luta;
- d) Estabelecer, de forma permanente, diálogo e debates, com troca de experiências e de formação, com as companheiras que estão à frente dos espaços institucionais de políticas públicas para mulheres;
- e) Estabelecer comunicação e debate com as/os prefeitas/os do PT, fazendo a discussão do modelo de gestão e da implementação das secretarias da mulher em seus municípios;
- f) Elaborar materiais informativos e de formação dos principais temas e debates feministas para que nossas companheiras gestoras nas suas cidades possam também realizar o debate;
- g) Criar uma formação política permanente com as gestoras petistas;
- h) Realizar campanhas de fortalecimento e estímulo para as mulheres concorrerem aos cargos públicos e aos espaços de decisão partidária, inclusive com destinação de fundo partidário proporcional;
- i) Realizar materiais que contribuam para a atuação das/os parlamentares e das/os prefeitas/os, como instrumento para o avanço das políticas públicas para as mulheres.

## CAPÍTULO 6

### Conjuntura

Para discutirmos a tática do Partido, devemos compreender que há dois períodos conjunturais a considerar. O primeiro tempo se estende de agora até as eleições municipais de 2008. O segundo tempo se estende até as eleições quase gerais de 2010.

O resultado do primeiro tempo incidirá no segundo tempo. Tanto um quanto outro serão influenciados por duas variáveis internacionais:

a) a crise internacional, que depende muito da situação política-econômica dos EUA, aí incluída as eleições presidenciais que vão ocorrer em 2008.

b) a evolução da situação político-econômica da América Latina, em particular da região Sul.

Entretanto, a principal variável da conjuntura brasileira é o comportamento das forças políticas e sociais diretamente atuantes em nosso país, por exemplo a ação do governo Lula; a tática das oposições; o comportamento dos movimentos sociais; o comportamento do Partido dos Trabalhadores; o comportamento dos partidos integrantes da chamada “coalizão de governo”.

#### *A situação internacional*

A situação internacional vem acumulando fatores de tensão há muitos anos. A crise do mercado hipotecário, a crise de importantes instituições financeiras, a elevação do preço das commodities e a crise alimentar agravaram a situação e, vistas em conjunto, tornaram-se os vetores dominantes na situação internacional.

Esta crise econômica tem seu epicentro nos Estados Unidos (mercado hipotecário, créditos podres do sistema financeiro, déficits econômicos do país, custos da guerra do Iraque). Para conter a crise, o Federal Reserve, o Banco Central Europeu e os Bancos Centrais diversos países injetaram 300 bilhões de dólares. Fala-se de perdas de 1 trilhão de dólares.

A crise possui causas conjunturais (destaca-se a conduta do FED e as políticas pró-capital financeiro dos governos Bush e Clinton), mas há duas causas estruturais que devem ser destacadas:

a) as políticas neoliberais, introduzidas com o objetivo de superar a crise vivida pelo capitalismo nos anos 1970, tiveram um efeito contra-

ditório: por um lado, ampliaram a acumulação do capita e multiplicaram a massa de recursos financeiros circulando no mundo; por outro lado e por isso mesmo, estabeleceram as bases para uma crise ainda mais profunda, que parece estar em curso hoje;

b) os esforços que os Estados Unidos faz, lançando mão da enorme força que possui (especialmente militar) para tentar evitar ou pelo menos retardar o declínio de sua hegemonia, acabam confirmando e dando caráter traumático à tendência ao declínio da hegemonia estado-unidense.

Como decorrência da crise e de suas causas, há uma reação defensiva da parte da maioria dos países, sinalizando para um retorno a práticas protecionistas cada vez mais explícitas, ao mesmo tempo que se aprofunda a luta pelo controle de mercados, matérias-primas, alimentos, água e fontes de energia.

Esta é a causa da nova “corrida armamentista” e dos conflitos militares, em locais como: Iraque e Afeganistão, o estreito de Taiwan, o escudo antimísseis e as reações da Rússia, as pressões sobre o Irã, as relações entre Coreia do Sul e Coreia do Norte, a invasão do espaço territorial equatorial por tropas colombianas. Para não falar de Kosovo, da Palestina, da Colômbia, da tentativa separatista na Bolívia e da situação no continente africano.

Esta situação internacional obrigará países como Brasil a depender cada vez menos das exportações e a investir cada vez mais na ampliação do seu mercado interno de massas, de sua segurança alimentar e energética, bem como na integração regional.

As eleições norte-americanas, no final de 2008, definirão com qual política os Estados Unidos atuarão neste período histórico. A experiência tem demonstrado que o caráter progressista ou conservador que uma candidatura presidencial possa ter, nos marcos dos EUA, geralmente não se traduz na política externa deste mesmo governo. Qualquer que seja o vencedor das eleições nos EUA, terá que lidar com o declínio da hegemonia estado-unidense. E será pressionado a utilizar os métodos tradicionais da política externa dos EUA. M’cain e Hilary já deixaram claro que estão dispostos a novas guerras. Embora com outra retórica, a política internacional de Barak Obama se movimenta nos marcos tradicionais da política externa dos EUA.

No início da atual crise internacional, os condutores da política econômica do governo brasileiro se dividiram: alguns buscaram minimizar

os efeitos da crise e comemorar as melhores condições do Brasil para enfrentá-la; outros alertaram para os riscos de contaminação e para as virtudes de uma política monetária conservadora, em nome da qual se deveria até mesmo aumentar a taxa SELIC. O que, como acabou ocorrendo, permite a quem perde dinheiro no exterior, compensar seus prejuízos aqui no Brasil. Neste sentido, o fato do Brasil ser considerado como “país mais seguro para investimentos” não deve ser motivo de júbilo.

A crise internacional é séria, terá impactos graves e exige uma imediata correção de rumo, via redução na taxa de juros, controle de entrada e saída de capitais, taxação dos capitais especulativos, ampliação do investimento público e fortalecimento da economia nacional.

Devemos aproveitar a crise internacional para, como em outros momentos da nossa história, implementar um ciclo de crescimento, desta vez apoiado num processo de integração continental.

Desde 1998, vem crescendo a presença de partidos progressistas e também de esquerda nos governos da região. Isto fortaleceu uma correlação de forças mais favorável àqueles que lutam pela integração continental, soberania nacional, democracia política e igualdade social.

As classes dominantes de cada país, associadas ao imperialismo norteamericano, operam no sentido de deter e reverter este “giro à esquerda”. Trabalham para desestabilizar, inclusive através do golpismo e do separatismo, os governos Evo, Chavez e Rafael Correa. Apóiam os partidos conservadores e demonizam a esquerda, tendo sucesso às vezes (como no México e Peru), mas sendo derrotados noutros casos (como na recente eleição paraguaia). E estimulam a continuidade do conflito militar na Colômbia, com o evidente propósito de manter bases militares dos EUA na América do Sul.

Há importantes conflitos de estratégia, de tática e também programáticos entre os governos, partidos e movimentos sociais empenhados neste “giro à esquerda”. Devemos operar para que estas diferenças não sejam utilizados, pelo imperialismo ou pelas classes dominantes locais, para abrir cunhas na aliança entre os governos progressistas e de esquerda.

Neste sentido, valorizamos instituições de integração como a Unasur e o Mercosul; defendemos a consolidação e ampliação da Telesur e do Banco del Sur; apoiamos a criação do Conselho de Defesa da América do Sul; estimulamos a participação do PT no Parlasur. No terreno da cooperação entre partidos e movimentos, destacamos a importância do Foro de São Paulo e a próxima edição do Fórum Social Mundial, de 27 de janeiro a 2 de fevereiro de 2009, em Belém do Pará.

O PT deve prestar forte solidariedade a todos os processos de luta e mudança na América Latina, com destaque – na atual conjuntura - para os que são alvo principal dos ataques do imperialismo. É o caso, por exemplo, de Cuba, da Bolívia e da Venezuela. No primeiro caso, trata-se principalmente de apoiar a manutenção das conquistas políticas e sociais da revolução de 1959. Nos outros dois casos, trata-se principalmente de apoiar as medidas de defesa da soberania nacional, popular, alimentar e energética. O PT deve apoiar, também, os partidos de esquerda que estão disputando eleições em toda a América Latina, a começar pela Frente Farabundo Martí, que pode eleger o presidente de El Salvador nas eleições marcadas para 2009.

### *A ação da oposição*

No início de 2007, a maior parte da oposição conservadora optou por tentar, mesmo derrotada nas eleições, impor a sua pauta ao governo. Fez isso através de uma persistente operação de desgaste contra o governo e o PT, além da propaganda permanente das idéias e políticas neoliberais.

Desde 2007, o crescimento tornou-se a palavra de ordem dominante da agenda nacional. Assim, a questão é: qual crescimento? Em benefício de quem?

Sem reconhecer que suas políticas e reformas quase haviam quebrado o país, e o levado perto do desastre, a oposição conservadora defende que um crescimento “sustentado” só será obtido com a continuidade daquelas mesmas reformas.

Durante todo o ano de 2007, concentraram suas críticas no tamanho do Estado, no aumento dos gastos públicos e no peso da carga tributária. Sem as reformas que propunham, incluindo a privatização das estatais restantes, o fim da educação pública, a flexibilização trabalhista, a autonomia das agências reguladoras e a extinção do “generoso” sistema previdenciário, consideravam que seria impossível ao Estado estimular a poupança interna, atrair investimentos externos, destravar o país e realizar o crescimento.

Desse modo, embora falando em crescimento, pressionavam o governo Lula a seguir uma agenda que retomava a desestruturação do país, iniciada por Collor e aprofundada por FHC.

Mas o Brasil voltou a crescer, sem as reformas neoliberais. Isto gerou, em setores importantes do governo e da esquerda, um comportamento ufanista, temerário e ingênuo. Ufanista, porque as taxas de crescimento

são ainda baixas, perante o possível e o necessário. Temerário, porque a crise internacional e a ação do BC podem reverter facilmente este crescimento. Ingênuo, porque esquece que o Brasil experimentou ciclos de crescimento conservador, ou seja, concentrador de renda. E, na ausência de reformas estruturais, a ampliação do emprego, da renda e do consumo, experimentadas pelas camadas populares, não mudarão a face profunda do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo.

Neste sentido, a “utopia” do país de classe média, apontada tanto pela revista *Veja*, quanto em discursos de Lula e textos de Mangabeira Unger, merece crítica detida.

Fiel à estratégia moderada, supostamente confirmada pelos indicadores econômicos e sociais, bem como pela popularidade do presidente; e também usando como argumentos a correlação desfavorável no Senado, pouco consistente na Câmara, bem como a ausência de um forte movimento social, o governo Lula vem implementando uma política econômica marcada por fortes concessões às forças econômicas e políticas dominantes, evitando prejudicar os interesses das corporações empresariais e os detentores dos títulos da dívida pública.

As concessões feitas pelo governo não alteraram a posição do grande empresariado e de seus representantes políticos, que seguem numa intensa campanha de desgaste contra o PT e contra o governo. A derrota da CPMF é uma amostra disto.

### ***A ação do governo Lula***

A crise de 2005 e a eleição presidencial de 2006, especialmente a polarização do segundo turno, ajudaram a criar a expectativa de que o segundo mandato de Lula seria mais avançado do que o primeiro mandato. Esperava-se a adoção de um novo tipo de “governabilidade”, menos dependente da maioria congressual; esperava-se, também, a adoção de uma política desenvolvimentista, que poderia assumir um viés democrático-popular.

A ação do governo durante o ano de 2007 emitiu sinais contraditórios, mas no geral decepcionou os que esperavam um “cavalo de pau no transatlântico”. O segundo mandato de Lula exhibe avanços, mas também elementos de continuidade em relação ao primeiro mandato.

Vários acontecimentos podem ser utilizados como símbolo dos limites do primeiro ano do segundo mandato de Lula: a condução do PAC, a derrota da CPMF, a greve de fome contra a transposição do São Francisco, a derrota da reforma política.

O PAC é um símbolo da “opção desenvolvimentista” do segundo mandato. Cabe, portanto, fazer um balanço detalhado do Plano, começando pelo desenho geral, passando pela execução orçamentária e incluindo a dimensão política.

A concepção do PAC é pró-intervenção do Estado na economia, favorável à redução acentuada da taxa de juros e liberta da obsessão pelo ajuste fiscal. Neste sentido, o Plano é um progresso frente à lógica imperante no governo durante a “era Palocci”. Basta comparar o PAC e a Reforma da Previdência, iniciativas que marcam o início do primeiro e do segundo mandato, respectivamente.

O PAC, no seu desenho geral, representa uma estratégia importante de reestruturação da infra-estrutura nacional, que cria melhores condições de expansão do nosso parque produtivo e introduz, depois de décadas, investimentos na área habitacional e no saneamento básico em meio aos bolsões de miséria dos grandes centros urbanos.

Mas avaliar positivamente o sentido geral do PAC não implica ter ilusões: trata-se de “injeção de recursos públicos” na veia de uma economia capitalista monopolista, o que significa que estes recursos beneficiarão grandes empresas, assim como noutros ciclos e mini-ciclos desenvolvimentistas no Brasil. Vide, neste sentido, os investimentos em infra-estrutura para geração de energia, que estão sendo bancados pela Petrobrás, BNDES e empresas do setor elétrico, envolvendo ainda as chamadas “parcerias público-privadas”, como no caso do leilão das hidroelétricas do Rio Madeira.

Da mesma forma, a não articulação dos investimentos com políticas de reforma agrária e urbana, e a ausência de instrumentos de gestão e controle social, pode fazer com que os mesmos tornem-se mais um dos vetores do fortalecimento tanto do poder político, econômico e social do latifúndio e do “agronegócio”, notadamente nas áreas afetadas por grandes investimentos em infra-estrutura (estradas, ferrovias, hidrovias etc.), quanto do padrão de crescimento desordenado, segregador e excludente de nossas cidades, notadamente nas regiões que tem passado por acelerado crescimento urbano.

Avaliar positivamente o PAC também não implica em concordância com todas e cada uma de suas medidas integrantes, nem deixar de apontar suas “lacunas” ou inconsistências: temas como o endividamento dos estados, o tamanho do superávit primário, a natureza e a extensão das concessões feitas ao capital privado, a política salarial do funcionalismo público.



À medida que o Plano foi sendo implementado, ficaram claros cinco grandes gargalos:

A dificuldade na execução orçamentária, ligada ao fato de que décadas de prioridade ao corte de gastos e paralisia operacional corroeram a eficácia do setor público para investir. É necessário que o Estado retome para si as atividades de gerenciamento, aprovação, fiscalização e acompanhamento da aplicação de recursos públicos, diretamente através dos respectivos órgãos concedentes, Ministérios e Secretarias. Compete ao Estado a constituição de corpos técnicos necessários ao desempenho dessas tarefas, inclusive na perspectiva de suporte aos inúmeros municípios que não possuem quadros necessários e suficientes para o desempenho de suas contrapartidas.

A resistência de setores do governo ligados à era Palocci. As decisões do Banco Central e iniciativas como a mal-posta defesa da regulamentação da greve do funcionalismo público mostraram, desde o início, como persistem núcleos conservadores no governo, que consideram como o nó górdio dos problemas brasileiros: a reforma trabalhista e a reforma da previdência;

A maneira tecnocrática como o PAC vem sendo impulsionado pelo governo, sua não articulação com reformas de caráter estrutural e a ausência de mecanismos de gestão e de controle social sobre os investimentos. A esse respeito, vale registrar que recentemente a Central Única dos Trabalhadores divulgou nota em que aponta o que entende como deficiências graves no PAC: a ausência de contrapartidas sociais que garantam que os projetos vão gerar empregos de qualidade e a falta de diálogo com as entidades sindicais de trabalhadores na definição e acompanhamento dos empreendimentos;

O impacto das mudanças no cenário internacional, que terão efeito sobre a economia brasileira e sobre o PAC.

A “financeirização” de grande parte das atividades, programas e projetos. Tornou-se regra que bancos extrapolem suas funções, fiscalizando e aprovando projetos e até orientando a implementação de políticas públicas e sociais. Trata-se de uma distorção de funções que colabora para esvaziar as funções do Estado e reforçar a “financeirização” das diversas esferas das atividades públicas. Assim, projetos públicos e ações governamentais, PAC entre eles, ficam sujeitos a lógicas cujos objetivos não são diretamente o atendimento das demandas populares e cumprimento dos programas governamentais, posto que constrangidas pelos imperativos de rentabilidade e outros inerentes à natureza dos bancos.

Um exemplo concreto dos problemas apontados se dá no âmbito dos investimentos em habitação. Ainda que o PAC esteja investindo recursos significativos nesta área, inclusive para habitação de interesse social (na ordem de algumas vezes os recursos disponíveis e aplicados anteriormente ao PAC), a composição dos investimentos previstos ainda guarda grande descompasso com o perfil da demanda e com as prioridades da política habitacional, destinando-se na sua maioria não às camadas de mais baixa renda – onde se concentra o déficit habitacional brasileiro – mas sim à produção pelo mercado imobiliário.

A gestão e o controle social desses recursos não estão existindo: a maior parte dos investimentos em habitação para os próximos quatro anos já foram definidos sem passar pelo Conselho Nacional das Cidades e pelos Conselhos Gestores dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de Habitação de Interesse Social e sem estabelecer mecanismos de consulta à sociedade. Além disto, não estão previstos instrumentos que vinculem os investimentos à aplicação, por Estados e Municípios, tanto de instrumentos de combate à especulação imobiliária, previstos no Estatuto das Cidades, quanto de instrumentos de controle e gestão social do espaço urbano.

Por tudo isto, nos posicionamos claramente em sintonia com a luta dos movimentos de moradia e Reforma Urbana em nosso país, articulada no Fórum Nacional de Reforma Urbana, em defesa da plena gestão e controle social dos recursos do PAC em habitação, e pela sua articulação com as políticas e medidas que visam implantar uma verdadeira Reforma Urbana em nosso país.

### ***Investimento público e CPMF***

Argumentando que houve ampliação da arrecadação nos últimos anos, a oposição e aliados do governo no Senado derrubaram a CPMF. A CPMF representou em 2007 cerca de R\$ 39 bilhões do total de arrecadação das receitas federais. Destes recursos, em 2008 a CPMF representaria R\$ 18 bilhões e 627 milhões (88,6%) da receita do Ministério da Saúde e R\$ 8 bilhões e 300 milhões (98,7%) das receitas do Ministério do Desenvolvimento Social.

O governo compensou a perda de R\$ 40 bilhões com ajustes orçamentários, quando deveria ter desencadeado uma forte campanha política pela reforma tributária e reduzido o superávit primário.

Embora haja artifícios contábeis nos cortes realizados, especialmente porque houve acréscimo na arrecadação, o importante é perceber que o

governo não se dispõe a impor perdas, ao menos na dimensão necessária, ao setor financeiro.

A rejeição da CPMF mostra a força da oposição no Senado. Mostra, também, os limites da “coalizão” que apóia o governo, nominalmente majoritária no Senado, mas incapaz de manifestar esta maioria num momento decisivo para o governo. Mostra, ainda, mais uma vez, os limites da política de “centro esquerda” e da “governabilidade institucional”.

Setores importantes de nosso governo, de nossa bancada e de nosso partido acreditaram, mais uma vez, nas possibilidades de “diálogo responsável” com a oposição. Em nome disso, abrimos mão da mobilização social, da pressão sobre o Senado, da denúncia radical contra os senadores que defendem sonegadores e prejudicam os usuários dos serviços públicos.

A rejeição da CPMF mostra, ainda, como nosso Partido está tomado por uma lógica parlamentarista, flácida, que se anula e não se pronuncia nem mobiliza em momentos decisivos. O PED 2007 poderia ter servido para esta mobilização, mas isto não ocorreu, nem em favor da CPMF, nem em favor da convocação de uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política.

A derrota da reforma política, a derrota da CPMF e o episódio Dom Cappio mostram que é um erro depositar a popularidade do governo nos indicadores econômicos.

A situação econômica internacional inspira cuidados, a situação política interna não é tranqüila e, principalmente, a economia por si só não ganha eleições (até porque o quadro econômico de médio prazo não é alvissareiro). Ademais, sabemos a força que o governo exibe numa situação de normalidade, mas não se deve acreditar que esta força seja a mesma num momento de conflito mais agudo.

Uma boa situação econômica e social cria o ambiente, mas é a luta política que dá significado para os fatos. A derrota da CPMF, deste ponto de vista, é um “case” exemplar.

Não foi apenas uma vitória parlamentar, de uma maioria eventual da oposição. Foi, isto sim, produto de uma tática construída publicamente pelos setores mais duros da oposição, que conseguiram estabelecer uma sintonia fina entre sua bancada parlamentar no Senado, setores médios da sociedade sempre suscetíveis a um discurso contra impostos, o grande capital defensor da tese de que o investimento privado é mais produtivo do que o investimento público, tudo isto amplificado e orientado pelos principais meios de comunicação.

Esta tática chegou ao primor de preservar os principais candidatos da oposição às eleições presidenciais de 2010. Serviu para testar o discurso oposicionista contra nós, discurso segundo o qual seríamos um governo que “cobra muitos impostos e que gasta muito e mal”. E, para culminar, permitiu ressuscitar o fantasma do palocismo, não apenas recolocando o ex-ministro da Fazenda no circuito, mas também dando força para a tese do “corte de gastos”.

Logo após a derrota da CPMF, a tática da oposição foi reforçada pela atitude do próprio governo, que após ameaçar com o caos se a CPMF fosse rejeitada, passou a afirmar sua total tranqüilidade, como se nada houvesse passado com a derrota. Ademais, preocupou-se em tranqüilizar o mercado, reafirmando a “responsabilidade fiscal” (ou seja, o pagamento da dívida interna).

Os que consideram a derrota da CPMF um “tiro no pé” para a oposição (votar pela redução de recursos para as áreas sociais às vésperas das eleições 2008) estão equivocados se levarmos em conta que enquanto o discurso da direita tem ganhado mais capilaridade na sociedade e permanecerá na ofensiva por um bom tempo, as posições do governo se firmaram na defensiva, não tem disputado hegemonia na sociedade, se restringiu ao âmbito parlamentar, e se encerram (se conformam) com a derrota. A crítica aos impostos tem muito apelo popular, enquanto a defesa da CPMF esbarra numa contradição evidente: nosso governo mantém um superávit primário enorme, em favor do capital financeiro. Essa mistura resulta em uma situação confortável para a oposição, e não um suposto “tiro no pé”. Adotar esta tese é fechar os olhos e ficar tranqüilo em um momento que de tranqüilo não tem nada.

Erram aqueles que consideram que a direita não tem discurso e não tem projeto. Tem ambos e a movimentação de Aécio Neves e José Serra, tendo em vista 2010, são expressão disto. Os que se satisfazem com os índices de popularidade de Lula não percebem que estão comemorando a vitória na batalha passada, que não garante a vitória na batalha futura.

A Comissão Executiva Nacional do PT, reunida no dia 19/12/2007, “denunciou a atitude da oposição, que ao votar contra a CPMF, beneficiou os sonegadores e prejudicou a imensa maioria do povo brasileiro, em particular aqueles que são usuários do Sistema Único de Saúde. O Brasil precisa de mais investimentos públicos, de mais recursos para a área social”.

O PT também repudiou “o noticiário distorcido de parte dos meios de comunicação, que tenta impor ao governo a agenda derrotada nas eleições de 2006. Cortar investimentos públicos, reduzir os recursos sociais,

interromper a recomposição do quadro e dos salários do funcionalismo, foi a política adotada nos oito anos de governo do PSDB-PFL (DEM)”.

A direção partidária defendeu uma política que combine crescimento econômico com ampliação dos investimentos públicos e sociais, gerando redução da inflação e do superávit primário, crescimento na geração de empregos, crescimento da economia com redução de desigualdade. E falou claramente que cabe ao governo Lula “compensar o fim da CPMF, com medidas coerentes com esta política geral de ampliação dos investimentos com redução da desigualdade”.

Ou seja: o PT tem lado na disjuntiva “cortar nos investimentos sociais ou reduzir o superávit primário”.

Também correta foi a atitude da CUT, cuja executiva nacional aprovou uma nota lamentando que “uma votação de tal importância tenha sido decidida por uma questão regimental do Congresso, onde apenas 34 senadores impuseram sua posição contrária à de 45 senadores e 333 deputados federais que votaram favoráveis a prorrogação da CPMF. Cabe reiterar que a CUT não aceita o debate isolado da CPMF, como querem nos impingir os representantes dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira, como o DEM (Ex-PFL), o PSDB, a FIESP e setores da mídia. Não vamos cair na armadilha de aceitar a privatização dos recursos públicos, a redução do tamanho do Estado e dos programas sociais, ameaçados agora em parte pelo fim daquela contribuição.

A vitória da oposição, na questão da CPMF, poderia ter sido evitada se o governo e o PT tivessem adotado uma tática mais dura, de mobilização e denúncia. No lugar disto, foi dada prioridade ao diálogo com a oposição, ao mesmo tempo em que o principal partido da base do governo permaneceu paralisado, atitude agravada pela realização, no mesmo período, da eleição das novas direções partidárias.

Para viabilizar estas prioridades, será necessária uma grande sintonia entre os partidos de esquerda, os movimentos sociais e os setores da base aliada realmente comprometidos com o programa de governo que foi vitorioso em 2006.

É fundamental, neste sentido, que o PT realize uma rodada de discussões com as direções do PCdoB, do PSB, do PDT; com as direções dos principais movimentos sociais do país, inclusive com a nova central impulsionada pelo PCdoB; além do diálogo com outros setores realmente comprometidos com o programa vitorioso em 2006.

Este diálogo deve ser acompanhado da mobilização em favor de algumas propostas, entre as quais citamos a redução da jornada sem redução

de salários, verbas definidas para financiar o SUS, constituinte exclusiva para a reforma política.

Cabe lembrar que o grande Capital que adere ao discurso “desenvolvimentista” segue fazendo pressão pelo mesmo que exigia antes, só que em nome do equilíbrio das contas públicas: reduzir a participação dos trabalhadores no conjunto da riqueza nacional.

Por isso, para que o PAC e o conjunto das ações do governo possam de fato ajudar no crescimento com distribuição de renda e riqueza, é preciso que as classes trabalhadoras se coloquem em movimento, na luta direta por seus interesses. Por exemplo, lutando para melhorar as condições salariais e de trabalho dos novos empregos gerados no último período.

Assim, não basta reconhecer que “caminhamos melhor no rumo do crescimento da produção e do emprego em 2007, agora que metas de Produto Interno Bruto (PIB) são perseguidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento, enquanto que no primeiro governo Lula somente havia a meta de estabilização monetária do Banco Central (meta de inflação)”.

É preciso reconhecer, também, que “o emprego formal vem crescendo fortemente desde 2001, com taxas de incremento substancialmente mais altas que as do PIB. Há um processo de formalização da força de trabalho (que já dura sete anos), em geral de baixos salários e precárias condições de trabalho (até 3 salários mínimos), que este ano incrementará mais de 2 milhões de novos segurados ao INSS”. É preciso reconhecer, também, que o PAC “não contempla metas de emprego, seja formal, seja informal”.

É provável que, em 2008, o “crescimento econômico continuado sustentará este movimento, como o fez em 2007 (o PIB deverá crescer a 5% ao ano e o emprego formal a taxa ligeiramente superior)”. Mas é preciso enfrentar “as condições de trabalho dos novos segurados, que ao que tudo indica padecem de processos de superexploração, medidas pelas condições de morbidade que se observam nas perícias do INSS”.

A CUT e a Força Sindical estão colocando como uma das atividades prioritárias para 2008 um abaixo-assinado reivindicando a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas sem redução dos salários.

Quanto ao financiamento da Saúde, o PT deve apoiar a definição de recursos definidos, definitivos e suficientes para a Saúde. As contribuições sociais previstas no Art. 195 da CF são destinados ao financiamento da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), onerando trabalhadores (empregados ou autônomos), empregadores, sobre produção e trabalho: folha de pagamento, faturamento e lucro das empresas. Ainda que o arrecadador seja o empregador, todas as contribuições sempre

oneram o consumidor de bens e serviços, que as pagam embutidas nos preços finais.

A EC 20 vinculou as fontes dos incisos I, a e II, do art. 195, para pagamento de benefícios previdenciários, restando para a saúde e assistência social apenas as fontes I, b e c e III (faturamento, lucro líquido e concurso de prognóstico). Estes recursos são comprovadamente insuficientes para a reestruturação da saúde, de acordo com todas as entidades de defesa do SUS.

Defendemos que o Governo Federal garanta ao Ministério da Saúde o mínimo de 10% da Receita Corrente Bruta ou um percentual crescente do orçamento da Seguridade Social até atingir os 30% previstos na CF de 1988.

Defendemos excluir da incidência da DRU (de uso livre pelo governo) as fontes da Seguridade Social, o que vem ferindo a lógica das contribuições sociais criadas com a finalidade precípua do social.

Defendemos redefinir a participação da Saúde, Previdência e Assistência Social nas atuais e futuras receitas da Seguridade Social ou suas expansões.

Defendemos recriar a Contribuição Social sobre a Movimentação Financeira no elenco do Art. 195 da CF com características específicas que a diferenciariam da CPMF vigente até 2007. As características diferenciais e agregadoras de valores são: caráter definitivo (como as outras contribuições sociais da CF); total vinculação à saúde; desoneração total da DRU; alíquotas menores que as de 2007.

Faz-se necessária a criação de contribuição social que onere “todos” já que saúde é para “todos”; que seja equitativa em seu caráter progressivo, onerando mais quem mais tem ou consome mais. A Contribuição sobre a Movimentação Financeira mostrou-se eficaz em atender a estes pressupostos, somando-se a facilidade arrecadatória, baixo ônus individual e seu efeito coibidor da sonegação fiscal.

### ***A polêmica transposição***

Enquanto a direita vencia a votação no Senado, alguns movimentos sociais combativos, setores progressistas da igreja católica e da intelectualidade enfrentavam o governo na questão da transposição do São Francisco.

O episódio da greve de fome de Dom Cappio mostra que nosso governo, no mesmo momento em que é derrotado pela direita, consegue resistir a quem se opõe a ele pela esquerda. O episódio precisa ser analisado com cuidado, pois ele resume parte das contradições da esquerda brasileira e do governo Lula.

O tema da transposição do São Francisco é polêmico por natureza. Nesta polêmica, somos partidários de quatro teses: a) a transposição supõe a revitalização; b) as cisternas constituem uma solução mais barata e rápida para solucionar os problemas de abastecimento de água para fins humanos; c) dependendo da gestão política e da solução técnica, a transposição pode servir quase que exclusivamente aos interesses do agronegócio; d) os problemas do nordeste exigem reforma agrária, acesso à água, políticas públicas e desenvolvimento.

Até 2002, o PT e o próprio Lula desconfiavam da transposição. A mudança de posição posterior não foi produto de um debate partidário; aliás, o Partido enquanto tal não tem posição a respeito do projeto do governo.

O fato de Ciro Gomes e agora Geddel Viana serem os principais protagonistas da posição do governo só amplia as desconfianças dos setores populares, democráticos e de esquerda. Ademais, há componentes regionais envolvidos, que fazem os governadores do Sergipe e de Alagoas se oporem ao projeto da transposição, ao mesmo tempo em que setores populares de alguns estados o defendem.

A greve de fome de Dom Cappio também é polêmica. Não apenas do ponto de vista dos que, como ele, compartilham dogmas cristãos acerca da vida. A polêmica também envolve saber como um governo democrático deve tratar politicamente um gesto como este. E envolve ainda a avaliação que setores da esquerda não-petista fizeram da greve e seus desdobramentos.

Finalmente, é preciso avaliar a postura do governo frente ao episódio. Somos da tese que faltou sensibilidade. Não nos referimos à sensibilidade humana com o Bispo, mas sensibilidade política acerca dos efeitos políticos da atitude do Bispo. Ainda é cedo para medir as conseqüências disto, não apenas na questão da transposição, mas na relação com os movimentos sociais e setores democráticos que se opõem à transposição.

Seja como for, o PT precisa se posicionar acerca da questão, o que supõe um debate sobre o mérito e a apresentação de propostas concretas para o impasse político criado. Não se pode argumentar que a eleição de 2002 ou de 2006 deu carta-branca ao governo para fazer a transposição. Logo, uma “democracia republicana” deveria submeter o assunto ao debate no Congresso Nacional ou a um referendo popular. Salvo engano, uma proposta de consulta popular sobre a transposição não é encampada nem pelos que se opõem à transposição, nem pelo governo.

Ao terminar a greve de fome, o jornal Brasil de Fato disse que “terminou empatado em dois a dois, o segundo jogo, de um longo campeonato



que está em curso, entre o time do capital e o time do povo, na disputa pelo destino dos recursos naturais do nordeste”.

Segundo o jornal, a greve de fome de Dom Cappio era “uma batalha importantíssima, na disputa entre dois projetos de desenvolvimento para o nordeste. A greve de fome de Dom Cappio foi, sobretudo, um brado de alerta das forças populares, que no gesto do bispo, se utilizaram do exemplo pedagógico, para dizermos que éramos contra esse projeto que prioriza o hidro-negócio e os interesses do capital”.

“Está em curso nesse período de nossa história uma disputa feroz, entre dois projetos de desenvolvimento, da forma de organizar a sociedade e a produção de bens no semi-árido nordestino. De um lado o projeto do capital, que se resume em transformar a água em mercadoria e insumo fundamental para a implementação de uma agricultura monocultora, destinada a produzir frutas tropicais para exportação. Esse modelo que recebeu o apelido de agro-negócio e o hidro-negócio”.

“De outro lado, o projeto popular, que prioriza a convivência dos camponeses e do povo com o semi-árido e defende soluções locais e alternativas para captação e uso da água. E prioriza o destino da água para as necessidades humanas e da criação dos pequenos animais que fazem parte do modo de sobrevivência da região”.

“O projeto de transposição do Rio São Francisco está inserido nessa disputa. O Governo, a serviço dos interesses das empreiteiras, das empresas, agroindústrias e do agronegócio, e retribuindo o apoio eleitoral recebido da oligarquia nordestina, assumiu o compromisso de fazer a obra. Mas não mediu as conseqüências, pois com isso optou por um dos lados”.

“As igrejas, os movimentos sociais, a Via Campesina, centenas de entidades articuladas na ASA, e muitos técnicos do governo, que trabalham no Dnocs, Conab, Agência Nacional de Águas, Codevasf, Chesf, ficaram do lado do povo. Sabem que, com muito menos recursos, se poderia desenvolver projetos em cada um dos municípios e eliminar a escassez de água de beber em todos eles. Poderíamos aumentar enormemente as áreas irrigadas, mas em pequenas parcelas. Num resumo dos objetivos dos projetos de cisternas da ASA e os projetos alternativos da Agência Nacional das Águas”.

Um crítico do governo afirmou que “o gesto realizado por dom Luís desconcerta e incomoda porque expõe as contradições do governo e de muitas organizações do movimento social. É sintomático e vergonhoso, por exemplo, o fato do PT, considerado o maior partido de esquerda do país, e da maior central sindical, a CUT, não terem se pronunciado oficialmente sobre a greve de fome do bispo”.

“Os partidos de esquerda, especialmente o PT, já não têm mais o que dizer e já não conseguem mais representar os interesses dos movimentos que estiveram em suas origens. Aliás, esta é talvez a maior lição, entre tantas outras, da manifestação do bispo de Barra: a crise da representação. O PT definitivamente sequer se aproxima de uma representação dos movimentos sociais”.

O Bispo de Barra em pessoa chegou a afirmar que “quando um governo tem do seu lado, à sua mão direita, o domínio do Legislativo, e à sua mão esquerda, o domínio do Judiciário, isso coloca em xeque o Estado de Direito. Será que estamos vivendo uma ditadura?”

É evidente que o governo Lula não domina o legislativo, nem o judiciário. O que o Bispo poderia dizer é que o legislativo e o judiciário geralmente defendem os interesses do grande capital; e que o governo tem grande influência no STF.

Ao sugerir que vivemos uma “ditadura”, o Bispo se associa aos que aproveitaram o episódio para desgastar o PT e o governo Lula, sem perceber que a maioria da população brasileira não tem posição sobre o tema da transposição; e que uma tática e um discurso incorreto podem levar ao desgaste do conjunto da esquerda, em benefício da direita e do seu modelo de transposição. Não é coincidência que a CPMF tenha sido derrotada no Senado, ao mesmo tempo em que parte da esquerda estava concentrada na greve de fome do Bispo.

O nosso governo exibe altos índices de popularidade, mas não tem conseguido construir um diálogo tranquilo e constante com os setores que, ainda que o apoiem, criticam aspectos importantes de sua política.

A falta de sensibilidade que marcou a condução da transposição é apenas um exemplo da maneira despolitizada como o PAC vem sendo implementado, o que se combina com a maneira insultuosa com que alguns temas de interesse da nossa base social (direito de greve do funcionalismo, por exemplo) são tratadas por setores do governo; para não falar da continuidade e ampliação do espaço dado no governo aos setores conservadores.

Tudo isto ajuda a entender a dificuldade de mobilização, em favor do governo, da parte de importantes setores sociais. O que reforça a lógica da “governabilidade institucional”. A qual, por sua vez, não impede derrotas como a da CPMF.

No caso da transposição, faz-se necessário um debate social, técnico, político e ambiental. Deve-se afastar, de qualquer forma, a acusação se-

gundo a qual a transposição ameaça a sobrevivência do São Francisco. Isto pode ou não ser verdade, futuramente; mas o que vem destruindo o rio é o assoreamento, o desmatamento da mata ciliar, a disposição do esgotamento sanitário e lixo dos municípios ribeirinhos, os projetos de irrigação que adotam tecnologias de aspersão que desperdiçam grande quantidade de água e utilizam, de forma intensiva, agrotóxicos que acabam contaminando os lençóis freáticos que alimentam o rio, provocando contaminação e mortandade de peixes.

O problema fundamental da transposição parece ser o de “custo-benefício”, no sentido político, social e ambiental. Trata-se de um projeto caro e de execução demorada, que terá como principal beneficiário o agronegócio, que terá oferta de água para desenvolver agricultura comercial irrigada. Vale lembrar que no projeto de transposição não estão previstas ligações do “canal” com as cidades, ligações que permitiriam que a população tivesse acesso à água tratada.

Existem soluções tecnológicas mais viáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental e que são mais eficazes para o abastecimento de água para população destes estados, tais como o aproveitamento da água de chuva (através de cisternas da ASA ou da construção de açudes), aproveitamento da água dos lençóis freáticos e racionalização do uso da água nos projetos de irrigação.

Na transposição do Rio São Francisco estão em jogo distintos projetos de desenvolvimento para o semi-árido.

Por um lado há a modernização conservadora, utilizando recursos públicos para beneficiar os grandes produtores, sem preocupação com o impacto ambiental. Por outro lado, há vários projetos que expressam os interesses dos demais setores da população do semi-árido.

É um erro identificar a transposição “em si” com o projeto conservador. Combinada com a revitalização, com a reforma agrária e controle democrático da água, a transposição não é antagônica a projetos como as cisternas. Por outro lado, o projeto de transposição realmente existente, que vem sendo encaminhado pelo governo, não tem como prioridade o abastecimento humano.

A disjuntiva posta até agora é: ou o projeto do governo, tal como ele está; ou a interrupção total do projeto. Mantida esta disjuntiva, nos arriscamos a ter futuramente o seguinte desfecho: o projeto da transposição, implementado por um governo de direita, vitorioso nas eleições de 2010 diante do desgaste tanto do PT quanto dos movimentos sociais, inclusive dos que se opõem à transposição.

Por isto, defendemos construir uma alternativa, baseada na alteração do projeto, em quatro pontos: a) a revitalização; b) a ampliação da quantidade de água destinada ao consumo humano; c) a implementação dos projetos alternativos; d) a aceleração da reforma agrária na região.

Defendemos também a retomada do diálogo com os setores contrários à obra, com a possibilidade de convocação de um referendo popular.

### ***A reforma política***

O PT luta pela reforma política há muitos anos. O financiamento privado de campanhas eleitorais é considerado uma das causas estruturais da crise de 2005. Durante a campanha de 2006, o presidente Lula assumiu o compromisso com a reforma política. No início da atual legislatura do Congresso Nacional, o tema foi colocado em pauta.

Neste momento, ficou claro que há uma profunda divergência no Partido acerca do assunto. Existem os contrários ao financiamento público exclusivo, bem como quem se oponha à instituição de listas partidárias. Tais posições obtiveram o apoio de mais de 1/3 de nossa bancada de deputados federais. Dentre estes, um pequeno grupo trabalhou para sabotar a reforma política, aliando-se com a direita da Câmara dos Deputados.

No governo, prevaleceu a inação e, na reta final, a liberação dos votos da base de apoio. Na prática, tivemos de novo o ocorrido em 2003, quando, sob chantagem de parte dos aliados, o governo não apoiou a realização da reforma política.

O episódio é desastroso, seja por abrir brecha para uma reforma política conservadora (centrada no voto distrital), quanto por permitir a manutenção das atuais regras, que além de antidemocráticas, bloqueiam a expansão da presença da esquerda nos legislativos brasileiros.

Cabe ao Partido implementar a resolução do 3º Congresso, lutando por uma Constituinte exclusiva que faça a reforma política.

### ***As eleições de 2008***

No dia 5 de outubro de 2008, os eleitores brasileiros elegerão prefeitos e vereadores em 5.560 municípios. Nas cidades com mais de 200 mil eleitores, haverá segundo turno entre os dois candidatos mais votados, no dia 26 de outubro.

Em 2004, havia 119.821.569 eleitores aptos a votar em 359.326 seções eleitorais, distribuídas em 5.563 municípios; havia 68 cidades com mais

de 200 mil eleitores; oito destes municípios possuíam mais de 1 milhão de eleitores: São Paulo (7.771.503), Rio de Janeiro (4.414.090), Belo Horizonte (1.680.169), Salvador (1.585.346), Fortaleza (1.361.957), Curitiba (1.179.223), Recife (1.030.769) e Porto Alegre (1.005.998 eleitores).

Os partidos políticos têm até o dia 5 de julho para inscrever seus candidatos e registrar suas coligações. Dos 24 partidos aptos a disputar as eleições de 2008, 11 integram a base de apoio do governo Lula.

Cada um dos 27 governos estaduais é apoiado por coligações, e os mesmos partidos que estão juntos no governo federal (por exemplo, o PT e o PMDB), são inimigos num estado e aliados noutro estado.

Assim, haverá alianças de todos os tipos nas eleições municipais, sendo que as mais relevantes, que indicarão tendências e projetarão cenários futuros, são aqueles que acontecerão nas 27 capitais de estados, nas 68 cidades com mais de 200 mil eleitores e naquelas cidades que retransmitem programa eleitoral gratuito de TV, a partir de 19 de agosto.

O DN do PT deliberou que, no caso das capitais de estado, cidades com mais de 200 mil eleitores e cidades que transmitem horário eleitoral gratuito de TV, eventuais alianças com partidos que estão fora da base de apoio ao governo devem ser tratadas como exceções, que serão debatidas e deliberadas em encontro municipal, referendadas pela Executiva Estadual e obrigatoriamente aprovadas pela Comissão Executiva Nacional do PT.

Em documento aprovado no dia 24 de março, o Diretório Nacional do PT avaliou que vai disputar as eleições municipais de 2008 em uma conjuntura favorável.

Certamente, a popularidade do governo federal fará com que muitas candidaturas, inclusive aquelas lançadas pela oposição, evitem chocar frontalmente com Lula. O que significará, por outro lado, que o PT não será o único partido que estará disputando os dividendos positivos da administração federal.

Segundo o documento aprovado pelo DN, os principais objetivos do PT nas eleições 2008 são: “reeleger seus atuais prefeitos e prefeitas, ampliar o número de cidades governadas pelo partido e aumentar sua participação em governos locais administrados por legendas aliadas”. O Partido pretende, também, ampliar sua participação nos Legislativos Municipais.

O Partido considera que no “no centro dos debates estarão questões relacionadas aos problemas dos municípios”, para os quais o partido “deve se apresentar com programas e projetos municipais consistentes, embasado na percepção da realidade local”.

Ao mesmo tempo, o PT diz que não se deve “perder de vista o que realmente está em jogo nas eleições deste ano. Haverá uma disputa municipal com olhar focado no futuro. Nesse sentido, é uma disputa de caráter local, mas com projeção nas disputas futuras. O crescimento do PT nessas eleições acumula força para a disputa eleitoral de 2010”.

A política de alianças do PT em 2008 obedecerá aos seguintes critérios: 1) alianças programáticas com base nas propostas de governo democrático e popular; 2) defesa do governo Lula; 3) candidaturas com perfil democrático e princípios éticos.

Segundo seu Diretório Nacional, o PT buscará construir alianças preferenciais com PCdoB, PDT, PSB, partidos de esquerda e tradicionais aliados do PT, no sentido de conformação de um bloco de esquerda para enfrentar a direita conservadora. O PMDB, pela sua importância na coalizão do governo Lula e pela sua capilaridade, foi considerado pelo Diretório Nacional do PT como outra possibilidade de aliança, em que pese sua diversidade nos municípios. Além desses, todos os partidos da base aliada ao governo serão procurados pelo PT.

O Diretório Nacional do PT aprovou uma política de alianças que afirma estar em jogo projetos de país diferentes e antagônicos: “nosso projeto é completamente oposto ao dos tucanos (PSDB) e democratas (DEM, antes denominados PFL), que levaram o país à bancarrota econômica, privatizaram o Estado, geraram desemprego em massa e aumentaram o universo da exclusão econômica e social”.

Embora seja verdade que há dois grandes projetos e que devemos disputar as forças de centro, a tática adotada pelo PT pode terminar fortalecendo o centro e não a esquerda.

Eventuais alianças com partidos que estão fora da base de apoio ao governo Lula devem ser tratadas como exceções, sobre as quais pode caber decisão final da Direção Nacional do Partido.

“Os candidatos do PT devem aliar o discurso local às grandes questões nacionais, comparando os êxitos do governo Lula com o fracasso de tucanos e democratas (ex-PFL) – mostrando, inclusive, os avanços na repectuação federativa e municipalista, como o aumento dos repasses do FPM e os investimentos do PAC nas cidades, muitas governadas por oposicionistas, entre muitas outras ações. O governo Lula é o governo municipalista. E a nacionalização da campanha deve se dar pela defesa dos projetos de investimentos sociais e de infra-estrutura nas cidades”.

“Aliar esse discurso com as questões municipais é de fundamental importância. O PT tem uma longa tradição de governos municipais criati-

vos e voltados à melhoria de vida da população, com vários projetos de sucessos premiados internacionalmente. O modo petista de governar já se tornou uma forte marca em campanhas eleitorais. Levando em consideração cada realidade, devemos destacar as experiências exitosas nas administrações petistas apresentar programas de governo tendo como base os seguintes eixos: comunicação, participação social, cidadania cultural e controle social; desenvolvimento local sustentável; políticas sociais; gestão ética, democrática e eficiente; planejamento, território e financiamento dos municípios, e, questão de gênero, raça e orientação sexual”.

O PT considera, ainda, que a aliança com os movimentos sociais é estratégica: “o partido tem uma forte ligação com as organizações populares e deve trazê-las para a campanha, respeitando sua autonomia. As campanhas eleitoras podem e devem servir para mobilizar os movimentos sociais e valorizar o militante, oferecendo argumentos para a disputa ideológica e a defesa das propostas dos nossos candidatos”.

Na maior parte das cidades estratégicas, não haverá alianças do PT com PSDB e DEM; Uma das exceções mais importantes, até agora, é Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais.

O PT conquistou a prefeitura de Belo Horizonte em 1992, elegendo Patrus Ananias (atual ministro de Desenvolvimento Social de Lula). Perdeu as eleições de 1996 para Célio de Castro, do Partido Socialista Brasileiro, mas integrou seu governo com alguns secretários, entre os quais Luis Dulci (atual Ministro Secretário Geral do governo Lula). Em 2000, Célio de Castro se reelegeu, tendo como vice Fernando Pimentel, do PT. Pimentel foi eleito prefeito nas eleições de 2004.

Hoje, o prefeito Pimentel propõe que o PT apóie um candidato a prefeito ligado ao Partido Socialista Brasileiro. Ocorre que o nome do PSB recebe o apoio explícito de Aécio Neves, governador de Minas e um dos pré-candidatos do PSDB à presidência da República, na sucessão de Lula, em 2010.

A aliança proposta em Belo Horizonte é apresentada, pela mídia e pelos seus protagonistas, como um sinal de aproximação estratégica entre petistas e tucanos. Para grande parte do PT, esta aproximação é uma quimera, que serve apenas para fortalecer as aspirações presidenciais de Aécio Neves (neto de Tancredo Neves, último presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, em 1985, e que morreu antes de tomar posse, dando lugar a José Sarney, que governo o país até a posse de Fernando Collor).

A queda de braço em torno da política de alianças em Belo Horizonte tem um claro significado estratégico. Por isso, nos opomos a qualquer

aliança com o PSDB em BH, reafirmamos nossa posição contrária a qualquer aliança com PSDB e DEM seja qual o porte da cidade, opinamos que o PT deveria ter candidatura própria ou que a candidatura do PSB fosse efetivamente socialista, não uma infiltração de Aécio Neves.

### ***Banco Central***

Também possui significado estratégico a queda de braço entre o ministério da Fazenda e o Banco Central do governo Lula, em torno da taxa de juros, da política cambial e dos ajustes no orçamento da União.

Nesta queda de braço, a postura do MF tem sido derrotada pelo BC, que age com autonomia de fato, não hesitando nem mesmo em desatender pedidos diretos do Presidente da República.

A nossa posição é pela demissão do presidente do Banco Central e sua substituição por alguém que, pelo menos, não seja comprometido com os interesses da especulação financeira.

### ***As eleições de 2010***

Na campanha eleitoral de 2006, o Partido dos Trabalhadores fez uma firme defesa do governo Lula. A fez na condição de Partido do Presidente da República e da maioria dos ministros. A fez na condição de integrante da base de apoio do governo no Congresso Nacional. A fez na condição de defensor do projeto histórico que este governo pode ajudar a viabilizar. A fez, ainda, por considerar que, com todas as suas limitações, este governo tem realizações que podem e devem ser defendidas.

Essas realizações devem ser objeto de um balanço detalhado, no qual o Partido deverá distinguir os esforços feitos, em cada área de governo, para atingir os objetivos programáticos; as limitações postas pela herança do governo FHC e dos anteriores; os problemas criados pelas restrições orçamentárias derivadas da política econômica adotada até 2005 pelo nosso próprio governo; e as contradições relacionadas a distintas concepções de políticas públicas.

Ao defender o governo, o Partido não se confunde com ele. O Partido é, ao mesmo tempo, mais estreito e mais amplo que o governo. É mais estreito, na medida em que o governo é apoiado numa coalizão de centro-esquerda, com extensões à direita. Mas é também mais amplo, na medida em que o projeto do governo é limitado por elementos conjunturais, administrativos, legais, orçamentários — enquanto o PT é o defensor de



um projeto histórico de transformação, que não pode estar submetido às imposições momentâneas da correlação de forças.

Nesse sentido, o Partido deve resguardar a sua autonomia frente a todo e qualquer governo que ele conquista. Autonomia não é independência, pois todos sabemos que o destino do Partido está parcialmente vinculado ao destino das instituições, estatais ou não, que ele dirige. Autonomia é solidariedade, pois mesmo não se confundindo com o governo, dele o Partido faz parte. Mas é uma solidariedade ativa, de quem tem posição própria e que — sempre que necessário — virá a público externá-la, da maneira conveniente.

Esta postura autônoma é necessária inclusive diante de governos integrados apenas pelo PT. E é indispensável frente ao governo federal. Num governo de centro-esquerda, compete ao PT ser a ala esquerda, pressionando a partir de dentro e a partir de fora para que prevaleça a orientação petista. Quando não entende isto, o PT se transforma em mero porta-voz das posições do governo, perde a identidade e, com isso, perdem o governo e o Partido.

Assim como o primeiro, o segundo mandato de Lula está sendo de “coalizão”, tanto entre partidos, quanto entre setores sociais. Uma coalizão bastante complexa, inclusive porque os partidos integrantes possuem seções estaduais importantes que não apoiaram, nem no primeiro nem no segundo turno, a candidatura de Lula.

Nesta “coalizão amplo senso” realmente existente, os movimentos sociais e os partidos de esquerda, destacadamente o Partido dos Trabalhadores, vem ocupando um papel cada vez mais secundário.

Devemos trabalhar para alterar esta situação. Tanto os movimentos sociais quanto os partidos de esquerda, especialmente o PT, foram fundamentais na eleição de 2002 e na reeleição de 2006.

Devemos trabalhar para que a esquerda político-social do Brasil influencie o governo Lula, em três dimensões: a) na orientação estratégica; b) na sustentação social; c) na condução administrativa do governo.

Nossa ação tem como objetivo reduzir ao menor que for possível a influência dos partidos de centro-direita no governo. No limite, trata-se de substituir a coalizão de centro-esquerda, por uma unidade popular de esquerda.

Portanto, além de nossa disputa com a oposição, haverá também uma disputa no interior da situação, entre aqueles que pretendem manter o segundo mandato nos limites de um governo progressista e aqueles que pretendem fazer dele um governo democrático e popular.

É preciso, aliás, denunciar e derrotar a tentativa, patrocinada por setores da oposição e da mídia, de impor ao governo eleito a “pauta política” que foi derrotada nas eleições, bem como incidir na composição do governo. Cabe derrotar, também, a campanha de “despetização” do governo, quando o que é necessário na verdade é afastar de cargos de confiança do governo setores ligados ao PD (PFL) e ao PSDB.

Frente às tentativas de ganhar, no grito midiático, aquilo que não conseguiram obter nas urnas, caberá ao PT mobilizar a sociedade para implementar o projeto vencedor nas eleições. Caberá ao PT, igualmente, ajudar a levar ao governo as demandas da sociedade, para que este esteja sempre sintonizado com a vontade popular.

A disputa pela eleição do presidente da Câmara dos Deputados evidenciou as divergências existentes na coalizão que sustentou a candidatura Lula no primeiro e no segundo turnos. Estas divergências não surgiram agora. E dizem respeito, mais que ao passado e ao presente, ao futuro. Afinal, todos os integrantes da coalizão, inclusive o PT, trabalham para encabeçar a candidatura presidencial em 2010. Deste ponto de vista, a composição do ministério foi uma sinalização importante, de sentido negativo para o PT.

Hoje, como antes, se faz necessário convencer o governo e os partidos aliados, especialmente o PSB e o PCdoB, que o esgarçamento de relações e o enfraquecimento do PT terão como efeito colateral o fortalecimento da oposição e dos setores mais conservadores e fisiológicos da coalizão.

É claro que o segundo mandato de Lula não é um governo petista. De toda forma, a presença no ministério não é a única, nem necessariamente a principal plataforma de operação política do PT nos próximos anos.

Ao PT cabe, por exemplo, mobilizar a sociedade e travar o debate político-ideológico, que deve se aguçar em torno de questões como a reforma agrária e o agronegócio, a retomada da Vale do Rio Doce e a recompra das ações da Petrobrás, a redução do peso do setor financeiro e da especulação na economia nacional.

Ao PT cabe, também, mobilizar a sociedade em defesa da reforma tributária, da reforma política e da democratização dos meios de comunicação social, bandeiras que têm contra si o poderoso lobby do fisiologismo, da Globo e outros menos dotados.

Ao PT cabe, finalmente, travar a disputa para que o PAC seja de fato um instrumento de retomada do crescimento e de combate às desigualdades, sociais e regionais.

O resultado das eleições 2008 incidirá nas movimentações relativas à eleição presidencial de 2010. Trabalhamos para construir (nesta ordem) o contexto, a tática, o programa, a política de alianças e a candidatura petista capazes de vencer as eleições de 2010.

A Articulação de Esquerda não tomará posição, em 2008, sobre candidaturas, concentrando-se em ajudar o Partido a criar as melhores condições possíveis, inclusive do ponto de vista programático. Mas dará início ao diálogo com as várias pré-candidaturas.

Faremos este diálogo com base nas orientações programáticas que constam das resoluções desta X Conferência Nacional da AE e, posteriormente, daquelas que forem produzidas nos seminários programáticos e no 1º Congresso da AE.

É importante ter claro as imensas limitações com que nos deparamos: o PED mostrou o grau de despolitização do debate na base partidária, o despreparo de grande parte dos quadros dirigentes, assim como revelou nosso próprio déficit analítico.

Além das tarefas de balanço, de luta por mudanças nas regras do processo eleitoral, de realização de pesquisas sobre o comportamento do eleitorado, o PT terá que redobrar seu trabalho para construir uma candidatura presidencial vitoriosa para 2010. A inexistência de uma candidatura natural, como foi a de Lula desde 1994, imporá ao Partido um esforço extra para manter unificadas as forças “governistas”, bem como para construir um nome petista à presidência.

Por outro lado, o enfraquecimento do PT deu ao presidente Lula enorme autonomia na condução de sua própria sucessão.

Avaliar com profundidade as candidaturas potenciais de José Serra e de Aécio Neves, assim como lhes fazer uma oposição programática vigorosa, são condições exigidas para o sucesso da nossa empreitada.

Setores do PSDB acreditam que têm enormes chances de voltar à Presidência da República em 2010. Por isto mesmo, como em 2005-2006, a direita continuará adotando duas táticas frente ao PT e frente ao governo Lula.

Enquanto alguns seguirão alimentando, na justiça e nos meios de comunicação, um discurso extremamente agressivo, outros – como os pré-candidatos Aécio e Serra — buscarão manter boas relações institucionais com o governo federal.

Mas tanto Serra quanto Aécio têm interesse na continuidade dos ataques contra o PT, inclusive para impedir que nosso partido tenha uma forte candidatura presidencial para disputar a sucessão de Lula.

Neste quadro, o Partido e o segundo mandato devem adotar uma política que nos capacite a enfrentar as duas táticas adotadas pela direita, especialmente no terreno da comunicação e das relações de trabalho.

O recente envio das convenções 151 e 158 da OIT por parte do governo Lula coloca na ordem do dia duas pautas importantes para a classe trabalhadora brasileira, pois temos a oportunidade de regulamentação da proibição da dispensa imotivada e também da ratificação do direito à sindicalização do servidor público com a garantia, inclusive, da negociação coletiva. Tal posição do governo deve ser encarada como pauta principal do Partido e de todos os organismos da classe trabalhadora.

O ódio de classe e o conservadorismo político-ideológico (expresso há pouco tempo, por exemplo, no referendo sobre a comercialização das armas de fogo) continuarão presentes no próximo período. E a burguesia, mesmo diante de um governo moderado, continuará considerando os benefícios que recebe como mera obrigação, ao mesmo tempo em que ataca a esquerda como se fôssemos intrusos que ocuparam indevidamente os palácios de Brasília.

## CAPÍTULO 7

### Partido

Num documento divulgado logo após o 3º Congresso, dizíamos ter “pela frente um calendário pesado: a mobilização social, a começar com o Plebiscito da Vale; a eleição das novas direções partidárias; as eleições municipais de 2008; a eleição de uma nova direção partidária em 2009; e as eleições quase gerais de 2010. Estes e outros eventos estão encadeados e, em grande medida, determinarão o que emergirá da transição política, organizativa e geracional que o Partido dos Trabalhadores vive desde a crise de 2005. Esta transição será mais fácil, se nenhuma tendência dispuser de maioria absoluta em nenhuma instância partidária. Será mais fácil, também, se posições de esquerda mantiverem e ampliem seu espaço nas direções partidárias, nacionalmente, nos estados, municípios, zonais e setoriais. Será mais fácil, finalmente, se a presidência nacional do Partido for ocupada por alguém não vinculado ao grupo que dirigiu o PT entre 1995 e 2005”.

Apesar dos enormes esforços que fez, “Construindo um novo Brasil” obteve 43% do Diretório Nacional do Partido, não conseguindo a maioria absoluta. Mas Ricardo Berzoini foi reeleito presidente, no segundo turno. A esquerda petista conseguiu no máximo manter o espaço que tinha, havendo vários casos de redução. Vale dizer que, se estivesse unificada, a esquerda do Partido poderia ter ficado em terceiro ou até segundo lugar na disputa nacional.

Ainda é cedo para fazer um julgamento definitivo sobre o Diretório Nacional que tomará posse em janeiro de 2008 e que tipo de relação manterá com o governo, em particular com o presidente da República, cuja movimentação frente ao PED também carece de melhor análise.

Seja como for, o Partido terá pela frente algumas tarefas inescapáveis:

- a) Reaproximar o PT e os movimentos sociais;
- b) Reaproximar o PT e os partidos democrático-populares;
- c) Ampliar a influência da esquerda e colaborar para o êxito do governo Lula, bem como de nossos governos estaduais e municipais;
- d) Dirigir politicamente nossas bancadas parlamentares;
- e) Vencer as eleições municipais de 2008;
- f) Constituir a escola nacional de formação;

- g) Viabilizar o jornal do Partido;
- h) Realizar o 1º congresso da juventude petista;
- i) Eliminar a dependência que o PT tem de contribuições empresariais;
- j) Organizar o PED (processo de eleição das direções) e o Encontro Nacional marcados para 2009;
- k) Construir uma candidatura petista capaz de disputar e vencer a próxima eleição presidencial;
- l) Organizar a participação do Partido nas eleições quase gerais de 2010;
- m) Preparar o terreno para uma nova etapa na vida partidária, de 2011 em diante.

Não será fácil cumprir estas tarefas com um presidente e 43% do Diretório oriundos da “Construindo um Novo Brasil”. Mas esta foi a escolha da maioria dos filiados, escolha que se explica, em parte, pelas debilidades da oposição ao antigo “campo majoritário”, incluindo nestas debilidades os erros da esquerda petista, em parte pelas distorções verificadas no processo eleitoral. Mas se explica, no fundamental, pela conjuntura: a situação política de 2007, ao contrário de 2005, não estimulou a militância partidária a fazer um debate profundo sobre os rumos do Partido.

Por outro lado, é preciso reconhecer que setores minoritários da CNB apercebem-se da gravidade da situação. Ademais, a situação política empurra a maioria do Partido para tomar posições mais avançadas, como se está percebendo no caso da tentativa de aliança com Aécio Neves em Belo Horizonte. Mas tais atitudes positivas são marcadas por fortes contradições: no caso em tela, rejeita-se a aliança com o PSDB onde ela é mais danosa, mas não se rejeita a política de alianças que a estimulou.

A realização do PED em 2007 foi necessária, tendo em vista o esgotamento das direções eleitas em 2005. Mas demonstram-se infundadas as expectativas de que o PED 2007 redirecionaria à esquerda o Partido. Na verdade, o PED 2007 ratificou o “centro” (disperso em várias tendências, chapas e candidaturas). O mesmo pode ser dito do resultado da eleição da maioria das direções estaduais.

O PED 2007 não contribuiu para resolver a crise estratégica de fundo vivida pelo PT, que continua imerso, desde 2005, numa transição política, organizativa e geracional. Transição interna, intimamente vinculada a um contexto internacional e latino-americano também de transição.

## *Rearranjando a esquerda*

Da mesma forma como nosso primeiro mandato presidencial contribuiu para desarranjar a esquerda brasileira, a campanha do segundo turno de 2006 mostrou que há potencial e meios de “rearranjar”. Mas isso exigirá, entre outras coisas, que nosso segundo mandato corresponda à política aplicada no segundo turno daquelas eleições.

O PT conquistou, ao contrário do que muitos vaticinaram, um resultado expressivo nas eleições de 2006. Além da vitória obtida nos estados do Acre, Bahia, Pará, Piauí e Sergipe, o Partido dos Trabalhadores teve um desempenho muito forte em vários outros estados. Ademais, o PT foi o partido mais votado para a Câmara dos Deputados. De maneira geral, o PT saiu do processo eleitoral de 2006 desmoralizando todas as profecias que foram feitas acerca de seu fracasso.

Passada a eleição, os meios de comunicação lançaram-se ao “terceiro turno”, querendo a todo custo relativizar a vitória do PT e o papel do partido na eleição de Lula, pretendendo com isto reduzir ao máximo a influência e a presença petistas no segundo mandato.

O terceiro turno não é apenas uma batalha de idéias. Trata-se de impor a pauta derrotada no segundo turno. Esta batalha ocorre também dentro do governo e do Partido. A derrota da reforma política, a derrota da CPMF, a discussão sobre os cortes no orçamento, sobre a política de juros e sobre as alianças com o PSDB fazem parte deste “terceiro turno”.

Cresce para o PT, portanto, a importância de combinar o apoio e participação no governo Lula, com a manutenção da sua autonomia e capacidade de crítica em relação ao governo nos contenciosos programáticos.

Para dar conta destes desafios, além de elaborar uma estratégia adequada, o PT terá que fazer um “ajuste de contas” com concepções organizativas que cresceram entre nós no último período.

Precisamos enfrentar e superar comportamentos e concepções que se generalizaram no Partido, especialmente a partir de 1995, tais como o pragmatismo, a conciliação de classes, o “melhorismo”, a promiscuidade com setores da elite, o mandonismo e o carreirismo.

Trata-se, por outro lado, de reafirmar as melhores tradições da esquerda revolucionária, anarquista, trabalhista, cristã, socialista e comunista, tradições estas que estiveram presentes na fundação do Partido e nos grandes momentos de nossa história de quase 27 anos.

O PT possui quatro vocações fundamentais: a de ser um partido militante, a de ser um partido de massas, a de ser um partido para governar o

Brasil e a de ser um partido socialista.

Outros setores do PT, quando falam em “ajuste de contas” com o passado recente, pretendem na verdade romper com aspectos importantes de nossa tradição de esquerda.

Estes setores afirmam, por exemplo, que os erros e crimes cometidos em 2005 e 2006 teriam origem num suposto “ethos bolchevique” herdado da “velha esquerda”, que não respeitava a “institucionalidade burguesa”.

Na verdade, a institucionalidade burguesa realmente existente no Brasil é marcada pelo tráfico de influência travestido de financiamento de campanha, pelas alianças fisiológicas entre corruptos e direitistas, pelo monopólio do poder partidário por parlamentares e governantes, pela substituição da luta de idéias pelo confronto de aparatos.

A convivência do PT com estas práticas decorre, direta ou indiretamente, da chamada estratégia de centro-esquerda. Ou seja: renegar o “ethos da esquerda socialista”, transformando a “institucionalidade” em meio e fim de nossa atividade partidária, contribuiu para que parcelas cada vez mais extensas do PT fossem corrompidas pelos hábitos da política burguesa.

Embora tenha prejudicado fortemente o conjunto do Partido e afetado, em maior ou menor medida, seus diversos segmentos, o processo de corrupção político-ideológica atingiu mais fortemente aqueles setores que controlaram a maioria da direção nacional do PT de 1995 até 2005. Maioria que, ao longo destes últimos dez anos, sempre foi objeto de duras críticas de outros setores do Partido.

Para mudar este estado de coisas, precisamos travar uma batalha de longa duração, em que estará em jogo o destino do PT. Discordamos daqueles que dão, a esta batalha, o nome de “refundação”. Achamos que este termo se presta a equívocos, pois não se trata de dar ao Partido novos fundamentos, nem se trata de estabelecer outros valores, estranhos à própria história e às características sócio-políticas do PT.

A crise de 2005 abriu um período de transição na vida do Partido. Não é a primeira vez que isso acontece. Entre 1990 e 1995, também houve um período de transição semelhante, no qual o Partido não tinha uma estratégia hegemônica nem um núcleo dirigente estável.

Eleita num momento de transição, a direção escolhida no PED de 2005 era responsável por defender o PT, conduzir o processo eleitoral, estabelecer uma relação de novo tipo com o segundo mandato de Lula e organizar o III Congresso.



A direção funcionou relativamente bem, num clima distinto da direção anterior, até o momento em que as pesquisas começaram a sugerir que Lula poderia ser eleito no primeiro turno (possibilidade que nós da AE sempre indicamos como a menos provável). Deste momento em diante, algumas práticas da direção anterior voltaram a se fazer presentes, entre elas a centralização das decisões, criando o ambiente propício à ocorrência do episódio do “dossiê”.

Este episódio e os precedentes, que minaram a credibilidade do Partido em parcelas importantes de nossa base social, são a manifestação mais aparente das conseqüências nefastas de uma concepção política equivocada, que abandona objetivos estratégicos em nome de objetivos imediatos, que confunde política de alianças com promiscuidade com setores da burguesia, que encara a luta político-social como disputa de aparelhos, que confunde acúmulo de forças com acúmulo de cargos.

### ***Petismo e lulismo***

Para implementar o programa vitorioso no segundo turno das eleições de 2006, bem como para vencer as eleições de 2008 e 2010, o PT deve recompor e ampliar suas relações com os demais integrantes da esquerda partidária e social brasileira.

Durante vários anos, a esquerda brasileira organizou-se em torno do objetivo de conquistar o governo federal. Isto favorecia, direta ou indiretamente, a hegemonia petista no conjunto da esquerda brasileira.

A crise de 2005 enfraqueceu relativamente o PT. Nossa experiência de governo abriu brechas entre o petismo e o “lulismo” e ampliou as contradições com parte de nossas bases sociais. Ademais, não há uma candidatura “natural” para 2010.

Isto tudo reforçou, nos demais partidos da esquerda, o legítimo desejo de ter candidatos próprios à presidência. A isso se soma o conflito existente entre as diferentes correntes que convivem no interior da esquerda brasileira.

Entre estas correntes, temos o “possibilismo”, que reduz e submete o projeto de esquerda ao que supostamente é “possível” fazer, na atual conjuntura e nas atuais condições, através do governo. Isso ajuda a entender o apoio que alguns dão a toda e qualquer ação de governo, sem mediações, sem crítica e sem autonomia; ou atitudes extremistas como a defesa de uma aliança com o PSDB.

O possibilismo deve ser duramente combatido pela Articulação de

Esquerda. Constitui a expressão prática das correntes social-liberais e social-democratas que atuam na esquerda brasileira.

Temos também os “movimentistas”, para quem os processos eleitorais estariam “superados”, motivo pelo qual defendem uma estratégia de acúmulo de forças que subestima ou desconsidera o papel das eleições e dos governos.

Temos, ainda, o “anti-petismo”, que pode assumir diversas faces: “esquerdista”, udenista ou moderada, como acontece no caso daqueles que defendem enfraquecer o PT para assim constituir uma alternativa para a eleição de 2010. Uns e outros não percebem que o enfraquecimento do PT resultaria no fortalecimento da direita.

O esquerdismo e o movimentismo --presentes, em diferentes graus, no PSTU, no PSOL e na Consulta Popular—devem ser enfrentados política e teoricamente pela Articulação de Esquerda. Em nome de objetivos que também compartilhamos (o socialismo, a revolução, a mobilização social, o repúdio à conciliação de classe), estas correntes cometem erros estratégicos e táticos muito graves, que ao fim e ao cabo enfraquecem a construção de alternativa de esquerda no Brasil.

Outra corrente da esquerda brasileira, que se fortaleceu muito nos últimos anos, é o lulismo.

Na história do Brasil, esta não é a primeira vez que uma liderança política adquire caráter extremamente massivo. Foi este o caso do prestismo, do varguismo e do brizolismo, à esquerda. Mas foi também o caso do janismo, do ademarismo e do malufismo, à direita.

A consistência deste fenômeno, no caso de Lula, possui duas grandes explicações: a existência do PT, que sustentou politicamente suas cinco candidaturas a presidente; e as realizações e significados materiais e simbólicos do primeiro governo Lula.

Na história da esquerda brasileira, bem como na história da esquerda latino-americana, lideranças de massas como Lula sempre mantiveram uma relação contraditória com os partidos políticos. Não surpreende, pois, que haja pontos de tensão entre o “lulismo” e o “petismo”. Admitir estes pontos de tensão é necessário, seja para evitar o antagonismo entre o petismo e o “lulismo”, seja para evitar a submissão do petismo ao “lulismo”.

Milhões de brasileiros e brasileiras têm na adesão a Lula sua primeira e principal manifestação de consciência de classe. Devemos criar mecanismos que levem estas multidões a se engajar nas organizações coletivas, como os sindicatos e movimentos sociais.

Por outro lado, há milhares de militantes que colocam sua ligação com Lula acima de seu compromisso com o Partido e outras formas de organização coletiva. De maneira pedagógica e firme, devemos convencer estes militantes que um projeto coletivo não pode se organizar em torno de uma pessoa. E que o Partido é um projeto coletivo que deve ser preservado acima de tudo e de qualquer um.

É claro que o apoio popular à liderança pessoal de Lula constitui, até agora, principalmente um elemento de força para a esquerda brasileira.

O lulismo é uma construção histórica da esquerda brasileira, principalmente do petismo, que o lançou candidato em 1982, 1986, 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006; que o defendeu dos ataques da direita; e que o tornou, mais do que uma liderança, um símbolo.

Não é possível analisar, aqui, o quanto da força do lulismo advém das alianças feitas em torno de suas sucessivas candidaturas, o quanto vem do acúmulo histórico produzido pelo petismo e o quanto vem dos resultados materiais e simbólicos de cinco anos de governo federal.

Mas podemos afirmar que, para vencer as eleições presidenciais de 2002, o petismo e o conjunto da esquerda brasileira tiveram que produzir o “lulismo”.

Criatura do petismo, o lulismo manteve sempre uma autonomia relativa frente ao PT. Esta autonomia se ampliou consideravelmente a partir de janeiro de 2003, quando Lula assumiu a presidência da República. Autonomizou-se ainda mais a partir de 2005, quando o PT assumiu (justa ou injustamente) a maior cota de responsabilidades pela crise de 2005.

Para vencer as eleições presidenciais de 2006, o petismo e o conjunto da esquerda brasileira tiveram que se apoiar, novamente, no lulismo.

Para vencer em 2010, a candidatura do PT também precisará contar com o apoio de Lula. Portanto, ter Lula como candidato ou como apoiador é principalmente um trunfo para a esquerda brasileira, trunfo do qual não devemos abrir mão.

Mas, se o PT, em 2010, não dispuser de candidatos viáveis, então este trunfo ter-se-á demonstrado apenas tático, não estratégico. De trunfo, terá passado a limitador. Para que isso não aconteça, para que o lulismo seja principalmente um trunfo, é preciso que Lula e os lulistas ajudem a projetar outras lideranças presidenciais petistas.

É claro que não se trata de uma operação fácil. Embora Lula seja petista, o lulismo não é necessariamente petista, nem necessariamente de esquerda, ao menos no sentido clássico do termo.

Podemos dizer, inclusive, que há uma disputa não só pelos rumos do governo Lula, mas também uma disputa pelo “lulismo”.

Além de não ser fácil, é uma operação em certa medida contraditória. Afinal, da mesma forma que o PT deve manter sua autonomia frente ao governo Lula, deve também manter sua autonomia frente ao lulismo.

A esquerda brasileira (e o PT) não devem se tornar dependentes de um líder individual, seja quem for. Entre outros motivos porque, sem um petismo (e uma esquerda) forte e influente, o lulismo tenderá a produzir um governo aquém das possibilidades e das necessidades da época que vivemos.

Mas, dadas as circunstâncias históricas, a autonomia entre petismo e lulismo é relativa e de mão dupla. Em 2010, será a hora em que esta autonomia relativa será testada, dos dois lados.

Muito se especula sobre a força eleitoral respectiva, tanto do petismo quanto do lulismo. Acontece que para quantificar de modo preciso estas forças respectivas, seria preciso observar o PT sem Lula ou Lula sem o PT. E desde 1982 até hoje, como já dissemos, estas forças sempre estiveram juntas.

Mesmo que o lulismo fosse, eleitoralmente, mais forte que o petismo, ainda assim caberia perguntar: queremos vencer em 2010, para deslocar o governo e o país mais à esquerda?

Se a resposta for “sim”, então será preciso começar demonstrando, ao país e aos setores incrédulos da própria esquerda, que nosso projeto não depende de uma pessoa. O melhor jeito de demonstrar isto, nas eleições presidenciais de 2010, é defender um terceiro mandato. Mas não um terceiro mandato para Lula. E sim um terceiro mandato para o PT, para o campo democrático-popular, para a esquerda brasileira.

### ***O PED e a democracia partidária***

Se o PT quiser sobreviver como organização política de esquerda e militante, além de atuar decisivamente na disputa e na sustentação do segundo governo Lula, precisa fazer um severo “ajuste de contas” com as concepções políticas e com as práticas deste grupo, que teve em José Dirceu e Antonio Palocci duas de suas principais, mas não únicas expressões.

O PT é o único partido brasileiro que elege suas direções pelo voto direto de todos os filiados e filiadas. Em dezembro de 2007, 326 mil filiados escolheram quem dirigirá o PT em 2008 e 2009; ao mesmo tempo, sofríamos no Senado a derrota da CPMF.

As eleições internas (PED) de 2007, assim como as de 2005 e 2001, foram contaminadas pela desigualdade material entre as chapas e candidaturas concorrentes, filiações em massa e cotizações anti-regimentais, exercício do voto sem conhecimento prévio das teses apresentadas pelas chapas e candidaturas, abuso de poder econômico e compra de votos, “uso da máquina” e interferência de outros partidos, governos e mídia no processo eleitoral petista.

Problemas similares também contaminaram os encontros partidários. Em um aspecto, contudo, o PED consegue ser mais democrático que os encontros: na representação proporcional da vontade dos filiados. Afinal, como fica claro quando se compara as bancadas do 3º Congresso e o resultado do PED 2007, muitos filiados votam nos delegados do antigo “campo majoritário” pelo simples motivo de que, em suas cidades, não há outras chapas em que votar. Já no PED, estes filiados podem votar em diferentes chapas estaduais e nacional, mesmo que em seu município não haja ninguém vinculado a estas chapas.

Os problemas acima citados reforçam a necessidade de uma reforma política interna, que inclua medidas como:

- a) financiamento partidário exclusivo no PED e prévias;
- b) fim do segundo turno, cabendo a presidência ao encabeçador da chapa mais votada;
- c) impedir o acerto coletivo e o transporte de filiados por chapas;
- d) acabar com o “exército de filiados de reserva” (quem não comparecer ao PED, nem justificar sua ausência, deve ser automaticamente desfilado).
- e) ampliar os vínculos entre o filiado e o Partido, por exemplo, através da assinatura obrigatória da imprensa partidária.

Alterações deste tipo, somadas ao jornal e a escola de formação, ajudarão a preservar a democracia e a organicidade militante indispensáveis a um partido socialista de massas.

É importante recordar o que dissemos, em 1999, na tese que apresentamos para debate no 2º Congresso do Partido dos Trabalhadores:

*“Foi apresentada ao 2º Congresso a proposta de ‘eleição direta para direção do PT’. (...) Esta proposta é apresentada como um prolongamento da tradição democrática do PT, em suas origens; e como uma medida compatível com a modernidade, que ‘exige de nós mais um ato de rebeldia capaz de superar os limites estabelecidos no nosso modelo de organização, subverter obstáculos restritivos à*

*participação dos filiados na vida do partido e contribuir com a ampliação da representação e da legitimidade dos dirigentes do partido (...) Por trás destes argumentos, está uma concepção eleitoral de democracia. Por este critério, a participação está no 'eleger'. Por este critério, os nossos diretórios municipais (que na maioria são eleitos diretamente) deveriam ser paraísos democráticos. Ora, todos sabemos que quanto mais alto o nível deliberativo, mais difícil é controlar os eleitos. A eleição direta só vai ampliar a distância entre o filiado-eleitor e o dirigente-eleito. Um bom exemplo disso temos no atual Diretório Nacional onde, pelo simples fato de ser eleito "a parte", pelo plenário do encontro partidário, o presidente do Partido age muitas vezes como se fosse uma instância separada, com poderes diferenciados frente ao resto do DN".*

*"Em tese é verdade que a 'eleição direta não inibe o debate, não restringe o direito de tendência' etc. Mas isso introduzirá questões delicadas como: haverá financiamento de campanha, nas eleições diretas do PT? Os candidatos vão ter que citar seus financiadores? Os filiados vão ser transportados para votar e ter suas contribuições pagas por caciques políticos, como já acontece em alguns encontros do partido? Como compensar democraticamente o fato de um candidato ou chapa ter integrantes com acesso e apoio na mídia, enquanto do outro lado há militantes dedicados mas menos conhecidos? Ou o debate e os direitos serão só para os mais iguais entre todos?"*

*"O voto individual pode tornar o filiado mais interessado e o 'candidato' também mais preocupado em chegar a cada 'rincão' do país. Mas os pontos negativos da proposta de eleição direta superam, de longe, este aspecto positivo, que deveria ser resolvido com o bom funcionamento cotidiano do Partido".*

*"O risco que temos é de, com a eleição direta, a direção lembrar do filiado, do 'rincão', apenas no período das eleições internas. É sintomático que esta proposta surja do setor que acabou com os debates nos encontros municipais e criou o mecanismo da 'urna aberta'".*

*"A proposta de eleição direta manipula demagogicamente a insatisfação do Partido com o funcionamento imposto pela ala moderada. A proposta de eleição direta ELIMINA OS ENCONTROS partidários. Não haverá mais debates, convencimento, haverá confronto eleitoral de posições. A situação atual -em que grande parte dos debates é feito nas tendências, não no partido-- vai se tornar ainda pior".*

*“Em resumo: a proposta de eleições diretas agrava todos os problemas organizativos do partido, autonomiza ainda mais os dirigentes, amplia a influência do poder econômico e da mídia na vida interna, reduz o filiado a um mero eleitor, acaba com os encontros partidários, transforma as tendências e, quiçá, as direções no único espaço de debate sobre as linhas do partido. E abre espaço ainda maior para a inundação do PT por filiados sem qualquer critério”.*

O PED 2001 confirmou grande parte do que prevíamos acima. O PED 2005, por outro lado, foi um instrumento importante de mobilização em defesa do Partido e contra o “campo majoritário”. Já o PED 2007 reiterou e em alguns casos agravou os problemas vividos em 2001.

### ***Construir um partido de massas e militante***

Garantir que o PT seja um partido de massas e um partido militante exige tomar medidas que enfrentem seis problemas fundamentais:

A relação partido/povo, que vem se deformando pouco a pouco numa relação legenda/eleitorado;

A condição de um partido de massas que não construiu uma política de comunicação de massas e que, por isso, enfrenta a mediação deformada imposta pela mídia;

A consolidação e a competição entre vários núcleos autônomos de poder partidário, como por exemplo, as direções, as bancadas, os governos, os dirigentes dos grandes movimentos sociais e as tendências;

O pequeno controle coletivo da militância sobre os rumos do Partido, em particular sobre os atos das direções partidárias, governantes e parlamentares;

A utilização do Partido como “escada” para projetos de natureza pessoal ou grupal, muitas vezes apoiados em “esquemas” semiclandestinos de poder e tráfico de influência, impulsionados por pessoas com pouco ou nenhum tipo de vínculo, nem mesmo distante, com as posições do PT e/ou com movimentos sociais que deram origem ao partido;

O surgimento de relações de clientela entre parlamentares, dirigentes e setores da base do Partido.

A solução de alguns destes problemas supõe, por um lado, a realização de alterações na legislação brasileira, como a fidelidade partidária, o voto em lista e o financiamento público das campanhas eleitorais. E supõe, por outro lado, mudanças na concepção de partido ainda vigente entre nós.

Trata-se, por exemplo, de resgatar a noção de partido democrático e dirigente, em contraposição aos núcleos autônomos e paralelos de poder. Finalmente, a solução de vários dos problemas acima listados exige medidas políticas e organizativas.

Para existir um partido de massas, é preciso existir uma estrutura de quadros. Que para ser baseada na democracia interna, precisa estar fundada no controle coletivo das direções pela base. Que devem ter acesso às informações e à formação política necessárias para controlar a ação do Partido. Portanto, para que o PT seja realmente um partido democrático e militante, é preciso criar mecanismos internos de educação política, de comunicação e de controle. Entre estes mecanismos, defendemos:

- a) um sistema nacional de formação política, que abrangerá, entre outras ações de educação política massivas e capilarizadas no interior do Partido, a criação de uma Escola Nacional de Formação Política, que cumpra, em escala ampliada, um papel semelhante ao cumprido pelo Instituto Cajamar no final dos anos 1980 e início dos anos 1990;
- b) a criação de um sistema de comunicação, inclusive um jornal diário de ampla circulação. Cabe, também, uma mudança nas características da revista Teoria e Debate, para que ela possa servir efetivamente de instrumento para o debate político e cultural com a intelectualidade democrática e de esquerda. Além disso, é necessário potencializar o uso da internet e utilizar as rádios e televisões;
- c) a criação de uma corregedoria, com poderes para investigar atos de militantes petistas no exercício de suas atividades políticas e de propor, para a direção partidária, a adoção de medidas preventivas, investigativas e punitivas, assegurado o contraditório e o amplo direito de defesa. Esta corregedoria seria eleita, com orçamento e estrutura autônoma, com mandato não renovável.

### ***Formação Política***

Reproduzimos, a seguir, os principais trechos da proposta apresentada pelo coletivo da SNFP ao 3º Congresso e derrotada pela proposta apresentada pela CNB/Mensagem ao Partido.

Tendo em vista que, para aqueles que assumem como estratégica a luta pelo socialismo, são elementos centrais a disputa de idéias na sociedade e o domínio das ferramentas analíticas que nos permitam analisar a realidade para transformá-la, parece fundamental, para o projeto político do



PT, que a formação política esteja entre as tarefas centrais de todos os seus militantes. Aqui, nos referimos à dupla dimensão deste ato: a de formar-se e a de colaborar na formação coletiva.

O PT considera, pois, em sua condição de partido de esquerda e socialista, que a formação política é uma tarefa permanente, que deve dar conta dos seguintes objetivos:

- a) Preparar seus militantes para a luta política e a disputa ideológica na sociedade, possibilitando que o conhecimento teórico e histórico seja um instrumento a serviço das ações concretas cotidianas dos militantes petistas;
- b) Oferecer as condições para que o estudo da teoria política e o conhecimento da história do Partido, seus princípios e suas resoluções sejam acessíveis ao conjunto da militância, permitindo que esta participe de forma ativa e crítica da vida partidária;
- c) Contribuir para a consolidação da identidade dos petistas em torno do projeto político do Partido, bem como para a conformação de uma cultura política socialista.

A concepção e as bases de uma política de formação do Partido dos Trabalhadores, portanto, devem estar em consonância com os pressupostos fundamentais do Partido, cujo objetivo estratégico é a transformação da sociedade em direção à construção de um projeto socialista. Esta construção, sendo necessariamente coletiva, deve ser democrática em seus objetivos e métodos.

Por decorrência, a Formação Política do PT deve ser capaz de articular a análise da Teoria Política e da História, o estudo das grandes correntes clássicas do pensamento socialista, o conhecimento da história do Partido e de suas resoluções e o debate dos temas postos em relevo pela experiência prática dos trabalhadores. Isso significa pensar a formação não como um conjunto de conteúdos abstratos, mas como algo vinculado às lutas concretas, que possa ter inserção real na vida dos trabalhadores.

Além disso, a formação petista deve envolver também a dimensão cultural, em suas várias manifestações, como aspecto fundamental no desenvolvimento da consciência e da capacidade crítica de sua militância.

A formação política no PT deve incorporar ainda as temáticas referentes às questões de gênero, raciais, da diversidade sexual, da inclusão das pessoas com deficiência e ambientais, não como temática particular debatida apenas com os segmentos partidários que militam por essas causas, mas como parte integrante dos conteúdos básicos oferecidos ao conjunto da militância.

Do mesmo modo, se a partilha efetiva e solidária dos anseios, da cultura, dos projetos e das ações dos trabalhadores deve ser um elemento chave da formação política petista, esta, no entanto não pode prescindir do desenvolvimento da capacidade de reflexão e teorização, e do estabelecimento de vínculos entre os projetos setoriais, imediatos, e a contínua elaboração de um projeto estratégico.

Sendo um processo dirigido politicamente pelo Partido, a formação política petista tem necessariamente um caráter “ideológico”: ela é orientada pelas idéias que defendemos e pelo projeto estratégico que representamos na sociedade. Ao mesmo tempo, ela deve ser democrática no respeito às diferenças de opinião e de formulação no interior do Partido, bem como em sua capacidade de buscar a produção de sínteses e de uma unidade em meio à pluralidade que caracteriza a organização do PT.

A Formação Política deve também contribuir para a manutenção da vitalidade do Partido, já que, para além da transmissão de resoluções e conhecimentos adquiridos, deve provocar o questionamento e dotar nossa militância com a capacidade de formulação, levando cada militante à compreensão do modo como sua formação está intrinsecamente ligada ao processo de formação coletiva.

Por isso, a formação política não pode ser encarada como uma atividade lateral, paralela à vida partidária. Para ser eficaz, ela deve ser capaz de incidir sobre o conjunto das atividades do PT, dando um caráter pedagógico e construtivo a toda ação política e contribuindo para a superação de insuficiências e desvios que possam vir a se manifestar na estrutura e no agir do Partido.

É importante também levar em conta que grande número de companheiros e companheiras que se integraram aos quadros partidários no período mais recente da história do Partido não passou por qualquer processo formativo, devendo ser alvo de atenção especial por parte da SNFP e do PT de modo geral.

Outro setor que deverá merecer uma atenção particular na política de formação é a juventude petista. Em razão da descontinuidade por que passou a formação partidária no último período, é forçoso reconhecer que grande parte da nossa militância jovem nunca teve acesso a nenhuma atividade formativa oferecida pelo Partido. E não é possível pensarmos em um futuro para o PT se não preparamos, hoje, os quadros que deverão conduzir o Partido amanhã.

Considerando ainda que o projeto partidário tem um caráter nacional e unificado, o programa de formação do PT deve adotar igualmente uma

linha nacional e unificada, sem prejuízo de que este programa seja complementado com atividades que dêem conta da complexidade da realidade regional do país. Aliás, é importante salientar que a compreensão das particularidades regionais é fundamental para a intervenção política adequada em uma realidade complexa como a brasileira, cabendo evidentemente aos processos formativos justamente articular essas características particulares com os aspectos mais gerais e universais revelados pela teoria.

Com relação aos pressupostos metodológicos da Formação Política no PT, vale lembrar que o acúmulo produzido pelo Partido ao longo desses anos buscou construir uma síntese crítica do que se fez nessa área no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, incorporando ainda a própria experiência acumulada pelos coletivos de formação política do PT durante os anos 1990, e levando em conta a contribuição da educação popular, através da chamada metodologia dialética, sem deixar de considerar também as novas e velhas contribuições surgidas da educação formal, da educação sindical e das experiências de formação política desenvolvidas por outros setores da esquerda brasileira.

A metodologia petista experimentada até aqui, portanto, procurou preservar as principais conquistas didático-pedagógicas que os trabalhadores alcançaram no campo da formação, trabalhando com uma concepção que, de forma mais elaborada, foi apresentada no documento debatido no 1º Congresso do PT, intitulado “Construindo uma nova cultura política”.

Evidentemente, ao tentar sintetizar experiências tão diversas e por vezes contraditórias, nossa elaboração metodológica não conseguiu superar todos os problemas. Faz-se necessária, portanto, a reativação permanente do debate metodológico, que deve ser visto como parte integrante do próprio processo de formação política, e envolver os dirigentes partidários e os formadores, uma vez que as opções metodológicas devem ser feitas tendo como norte o projeto político do Partido.

Se nossa prática formativa visa estimular a análise crítica da realidade social, ela deve ser concebida, ao mesmo tempo, como atividade de formação, pesquisa e elaboração, e não como mero processo de transmissão de conhecimentos. Ela deve, pois, contribuir para qualificar o debate partidário, possibilitando inclusive que as interpretações divergentes em seu interior sejam melhor compreendidas e discutidas com a profundidade e a consistência necessárias.

Pensado, pois, como um processo capaz de incorporar o debate e as posições e opiniões diferentes existentes no Partido, a formação política do PT deverá ser o mais democrática, aberta e plural possível, sem perder

de vista, evidentemente, nossos pressupostos políticos, nosso programa partidário e nossos objetivos estratégicos, com os quais esse processo formativo deve estar plenamente articulado.

É impossível falar na formação política do PT sem fazer referência à Fundação Perseu Abramo (FPA). A FPA, tendo sido criada em 1996 pelo PT para desenvolver projetos de cunho político-cultural, é por excelência um espaço dedicado à reflexão política, aos estudos e à pesquisa e, portanto, possui um papel fundamental no desenvolvimento das atividades partidárias de formação.

Evidentemente, pelo seu caráter, a FPA possui uma abrangência de propósitos diferente daquela que constitui eminentemente a formação político-partidária, sendo um importante instrumento de estímulo e articulação dos processos de elaboração intelectual e de produção cultural do pensamento progressista, para além daquele que se organiza no interior do Partido.

Mas sem dúvida a parceria da FPA será um dos pilares para a implementação do programa de formação do PT aqui exposto, a partir do desenvolvimento de ações conjugadas e articuladas que potencializem e fortaleçam tanto a formação política do PT quanto o trabalho da própria Fundação.

Tendo em vista os fundamentos expostos acima, os parâmetros políticos gerais do trabalho de formação do PT devem ser:

1. Recuperar a importância da teoria como base para a ação política dos petistas em todos os níveis de militância;
2. Recuperar a importância da luta ideológica;
3. Recuperar a importância da formação política para um partido militante e socialista.

A formação política assim concebida, para atingir seus objetivos, deve ser uma preocupação permanente do conjunto do Partido. Deve deixar de ser apenas produto do esforço e dedicação individuais dos militantes, e passar a ser vista como uma tarefa coletiva pela qual todas as instâncias partidárias são responsáveis. Deve ser compreendida como diretriz política, e não meramente como ação “administrativa”.

Assim sendo, é fundamental que a formação seja pensada como uma política de longo prazo, continuada, com parâmetros curriculares e metodológicos estruturados e um corpo estável de monitores, que não estejam sujeitos às mudanças na direção partidária, para que este trabalho não sofra as descontinuidades e interrupções que têm marcado, em maior ou menor grau, a formação política do PT ao longo desses anos.

Para isso, precisamos de uma estrutura duradoura, que possa tratar de forma integrada a questão da formação, articulando as diversas instâncias partidárias e as várias iniciativas existentes nesta área. Trata-se, na verdade, de um patamar superior de organização da formação partidária e de uma nova cultura política de formação, capazes de elevar a capacitação de nossos quadros dirigentes, de fornecer o instrumental e o conhecimento necessário para que nossa militância atue de forma mais crítica na sociedade, nos movimentos sociais e no Partido, e ainda de permitir que o conjunto dos filiados conheça plenamente nossa história e nossas resoluções.

Isso pressupõe, fundamentalmente, três medidas centrais:

1. O funcionamento regular do Sistema Nacional de Formação Política;
2. Uma política de financiamento que garanta o funcionamento do Sistema;
3. A consolidação de uma forma superior de organização do trabalho de formação, que culmine com a criação de uma Escola Nacional de Formação do PT.

O Sistema Nacional de Formação Política é constituído pelo conjunto dos programas, entidades e instâncias envolvidas na execução das tarefas de formação. É o Sistema que dá suporte à política permanente de Formação do Partido.

As instâncias que compõem o Sistema são:

- a) Plenária Nacional de Formação (PNF): é a instância máxima de deliberação das políticas da SNFP, que devem, como de praxe, ser aprovadas pelo Diretório Nacional e pelos encontros nacionais do PT. A Plenária é composta pelo(a) Secretário(a) Nacional de Formação Política, pelos(as) secretários(as) estaduais de formação política, por representantes dos setoriais do Partido, pelos membros do Grupo de Trabalho de Formação (GTF) e pelos formadores integrados ao Sistema. A plenária deve reunir-se pelo menos uma vez por ano, para debater e aprovar os encaminhamentos do Plano Nacional de Formação. Sempre que possível, deve contar com a presença do Presidente e/ou Secretário Geral do Partido.
- b) Coletivo Nacional de Formação (CNF): é o organismo responsável pelo desdobramento, consolidação e execução do Plano Nacional de Formação. Deve ser composto pelo(a) Secretário(a) Nacional de Formação, pelos secretários estaduais de formação política, por representantes dos coletivos regionais, pelos membros do GTF e por representantes dos setoriais. O Coletivo Nacional deve reunir-se pelo menos a cada quatro meses.

c) Coletivos Regionais de Formação (CRF): são responsáveis pela execução e integração das atividades de formação em cada uma das cinco regiões – Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Devem ser compostos pelos secretários estaduais de formação e pelos formadores integrados ao Sistema naquela região, reunindo-se no mínimo a cada dois meses. Nesse sentido, o Plano Nacional de Formação deve prever a realização de atividades de formação descentralizadas nas regiões, inclusive cursos de formação de formadores.

d) Grupo de Trabalho de Formação (GTF): constitui-se na executiva do Coletivo Nacional. A ele compete planejar detalhadamente as linhas de ação propostas pela Plenária e os desdobramentos apontados pelo Coletivo. É composto pelo(a) Secretário(a) Nacional de Formação e por formadores integrados ao Sistema, devendo ser referendado pela Plenária Nacional e reunir-se com a frequência necessária para realizar as suas tarefas.

e) Secretarias Estaduais de Formação: Como parte integrante do Sistema Nacional, é condição indispensável que as secretarias estaduais sejam estruturadas, preferencialmente replicando a mesma estrutura da Secretaria Nacional. É responsabilidade das secretarias estaduais a execução do programa nacional de formação de base e a formação de quadros intermediários.

A compreensão da importância e da necessidade da formação política no Partido deve expressar-se na adoção de uma política de finanças que garanta recursos para a implementação de um programa continuado de formação, no qual a execução dos planos e propostas de trabalho aprovadas pelas instâncias partidárias não esteja sujeita às intempéries financeiras e administrativas.

A esse respeito, reafirmamos a proposta que destina 10% do orçamento partidário à Formação Política. Essa dotação orçamentária é fundamental para que o planejamento realizado e os planos de formação aprovados possam ter garantida sua implementação.

O percentual de 10% deve ser aplicado em todos os níveis (diretório nacional, diretórios estaduais, diretórios municipais e diretórios zonais). Os recursos devem ser utilizados para os programas de formação correspondentes.

Os recursos necessários à implementação da Escola Nacional de Formação não estão incluídos nestes 10%. A Escola Nacional de Formação será implementada com os recursos orçamentários da Fundação Perseu Abramo.

Para ser capaz de atingir os objetivos pretendidos, e que foram acima expostos, o PT deve consolidar uma forma superior de organização do trabalho de formação, que confira maior estabilidade e permanência ao Sistema Nacional de Formação. Em outras palavras, é preciso que caminhemos no sentido da constituição de uma Escola de Formação Política do Partido dos Trabalhadores.

Na concepção de uma Escola Nacional de Formação Política, mais importante que a estrutura física é a estrutura político-pedagógica, ou seja, a existência de um corpo estável de professores, de um núcleo curricular definido, de atividades regulares e continuadas, de uma programação permanente de formação.

O 3º Congresso do PT aprova, assim, a implantação de uma Escola Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores, entendida como parte integrante do Sistema Nacional de Formação, conforme proposta aprovada em 1990 pela Plenária Nacional e, em seguida, pelo 7º Encontro Nacional, e cujo projeto vem sendo debatido ao longo de vários anos pelas secretarias e coletivos de formação do Partido.

A Escola Nacional, portanto, deve ser implementada pelo PT no próximo período. Para isso, todas as ações propostas no Plano Nacional de Formação devem acumular nesta direção.

A Escola deverá ser plural e diversa, e possuir uma estrutura autônoma. Será dirigida por um conselho e por uma diretoria, escolhidas pelo Diretório Nacional do PT, da mesma forma como ocorre hoje com a Fundação Perseu Abramo.

A implementação da Escola pressupõe, como medida fundamental, a constituição progressiva de uma equipe profissionalizada para o trabalho de Formação Política, a ser integrada por formadores com experiência na área, e ainda a consolidação da Rede Nacional de Formadores, capacitados para ministrar os cursos básicos e intermediários de forma capilarizada nas diversas regiões do país.

Essa articulação da Rede Nacional passa tanto pela atualização do cadastro de formadores já capacitados pela SNFP e por entidades conveniadas, quanto pela realização de novos cursos de Formação de Formadores, com o objetivo de capacitar mais quadros para a área.

Além dessa rede de formadores, o trabalho na Escola deve contar ainda com a colaboração de professores e intelectuais que seja filiados ou simpatizantes do Partido. Muitas vezes, aliás, pelas características das atividades que exercem, esses profissionais tem dificuldade em engajar-se em outras atividades partidárias, mas em geral demonstram grande dis-

posição em participar das tarefas relacionadas à formação política.

Desse modo, pois, a Escola poderá cumprir também este papel: rearticular a intelectualidade petista, reaproximando esse importante setor social da vida partidária.

A grade de cursos oferecida pela Escola Nacional de Formação Política será o resultado do acúmulo produzido pela experiência histórica de formação no PT, podendo e devendo sempre ser acrescida de novas propostas, em razão de exigências da conjuntura ou de novos temas postos em debate pelas próprias transformações sociais.

Deverão fazer parte do currículo permanente da Escola Nacional programas que atendam aos seguintes níveis de formação: a) Pilotos de Formação de Base; b) Formação de Formadores; c) Formação de Quadros Intermediários; d) Formação de Quadros Dirigentes; e) Formação específica voltada à demanda dos setoriais e da ação parlamentar/governamental.

Um programa de Formação de Base deve fornecer ao conjunto do Partido e seus militantes os instrumentos básicos para a compreensão da sociedade e da proposta partidária para sua transformação. Suas linhas gerais, fundadas nos princípios partidários, devem oferecer as bases para a compreensão do projeto estratégico, do programa e do processo de construção e organização do PT.

Ainda que busque atender à diversidade e pluralidade das forças sociais que compõem o PT, este programa deve possuir um núcleo básico de conteúdo e proposta metodológica, estando aberto evidentemente às adaptações e complementos que as realidades regionais, setoriais ou conjunturais sugerirem.

Embora a execução desse programa deva ficar sob a responsabilidade das Secretarias Estaduais de Formação, caberá à Escola Nacional a aplicação de projetos-piloto das várias propostas de curso, contribuindo na definição do conteúdo básico e da metodologia, bem como na elaboração e atualização dos roteiros dos monitores e dos materiais a serem utilizados em sua aplicação.

Um programa para Quadros Intermediários deve possibilitar a continuidade da formação para aqueles que já tenham passado pelos cursos básicos, além de atender às necessidades das “lideranças intermediárias” do Partido.

Tais cursos devem, pois, combinar a discussão sobre os aspectos econômicos, políticos e ideológicos da sociedade brasileira e mundial com a capacitação específica para o exercício das diversas funções próprias de uma liderança, em nível setorial, municipal ou regional.



Um programa voltado aos Quadros Dirigentes deve levar em conta a resistência que os dirigentes nacionais do Partido possuem em aderir a um programa de formação, tendo em vista o ritmo intenso de trabalho e o ativismo impetuoso da maioria de nossos quadros, aliados a uma pseudo auto-suficiência teórica e prática – dificuldades que já tinham sido identificadas pelo Coletivo Nacional de Formação por ocasião do 1º Congresso do PT.

Trabalhando com um público heterogêneo do ponto de vista intelectual, político e profissional, e que possui diferentes disponibilidades para um trabalho formativo – basicamente, parlamentares federais e estaduais do partido, ocupantes de postos nos executivos, membros dos diretórios nacional e estaduais, assessores permanentes das instâncias nacionais do PT – o FQD deve ser capaz de oferecer permanentemente seminários, debates e publicações voltados às necessidades dos dirigentes partidários, mas também organizar programas de estudo, que podem conciliar atividades presenciais com atividades acompanhadas à distância, para aqueles dirigentes que se dispõem a investir parte de seu tempo nesse trabalho.

Para viabilizar um sistema nacional com condições reais de funcionamento, faz-se fundamental, evidentemente, preparar quadros para a realização de atividades de formação. Nesse sentido, é imprescindível instituir um processo contínuo de capacitação de formadores, dotando um corpo crescente de militantes e dirigentes de elementos para realizar um diagnóstico sobre as demandas de um plano de formação, estabelecer o planejamento e acompanhamento destes planos e realizar processos formativos nos diversos níveis em todas as regiões do país.

Estes formadores, além de assumirem a tarefa de monitoria dos cursos oferecidos, também devem ser capazes de elevar a qualidade do debate político realizado nas instâncias partidárias e de subsidiar os militantes com os instrumentos de análise da realidade que se façam necessários.

Neste sentido, os cursos de FF devem ser pensados também como processos de formação de quadros, oferecendo a capacitação necessária para a realização de análises de conjuntura e para a compreensão dos elementos que fundamentam a elaboração estratégica e a construção partidária, tudo isso articulado com a necessária bagagem didática e pedagógica que deve compor a formação de formadores.

Os cursos voltados para atender as demandas de formação específicas dos setoriais do Partido e as exigências particulares de conhecimento para o exercício de atividades institucionais nos governos e nos parlamentos devem ser sempre pensados como uma ação articulada entre a SNFP e as demais secretarias nacionais do Partido.

Uma atenção especial, nesse sentido, deve ser dada para os militantes que atuam nos diversos movimentos sociais, bem como para aqueles quadros partidários que estão iniciando sua atuação nos parlamentos, sobretudo no exercício de mandatos municipais.

No que se refere aos movimentos sociais, é importante termos em mente os laços orgânicos que muitos militantes petistas possuem com suas várias entidades, bem como o papel que o PT tem a cumprir na organização das lutas sociais.

Já no que se refere à atuação em governos e parlamentos, não podemos nos esquecer de que o PT ocupa hoje importantes espaços na institucionalidade brasileira, a começar pelo governo federal, passando pelo governo de importantes estados da federação, por centenas de prefeituras e por um número expressivo de deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores.

Assim, é importante que as atividades de formação política contribuam para qualificar nossa intervenção tanto na luta social quanto na luta institucional, colocando-as a serviço de nossos objetivos programáticos e estratégicos.

Além de oferecer estes cursos, a Escola Nacional deverá fornecer o apoio e o material necessários para que as experiências implementadas nacionalmente possam ser reproduzidas em âmbito estadual e local.

A Escola Nacional de Formação Política do PT, além de oferecer cursos regulares para o conjunto da militância partidária em seus vários níveis de conhecimento e áreas de atuação, deve ser um espaço de elaboração teórica e de discussão política.

Nesse sentido, a Escola deverá promover – em conjunto com a Fundação Perseu Abramo – seminários, colóquios e debates abordando temas e questões que, pela sua importância e atualidade, tenham incidência sobre a ação do Partido e sobre a construção de seu projeto estratégico.

Essas atividades deverão ser capazes de trazer para a vida partidária os intelectuais e quadros teóricos que queiram contribuir com o trabalho de formação e de formulação política, ampliando o horizonte e o alcance de nossas reflexões.

Desse modo, a Escola e a FPA poderão oferecer uma importante contribuição para a elaboração teórica do Partido e para a retomada de estudos mais aprofundados sobre temas centrais para a esquerda, como as características do capitalismo contemporâneo, a atualização das análises sobre a formação social brasileira e a própria teoria socialista.

Além disso, a Escola Nacional, em associação com a FPA, deve dedicar-se também à elaboração dos materiais necessários aos processos de formação, como publicações de caráter didático, recursos áudio-visuais de conteúdo formativo etc., bem como à organização e disponibilização eletrônica dos textos básicos usados nos cursos.

A idéia é que esses materiais possam ser distribuídos amplamente para os militantes da base do partido. De forma complementar aos cursos de caráter presencial – fundamentais para uma formação que não deve se limitar à simples transmissão de conhecimentos –, a Escola desenvolverá e promoverá também atividades de formação à distância, utilizando para isso os recursos tecnológicos disponíveis. Isso será importante para que o alcance dos programas de formação se amplie, e para que as experiências realizadas possam ser multiplicadas para setores mais amplos da base do partido.

### ***Salto de qualidade na comunicação do PT***

O PT tem tarefas fundamentais em relação à comunicação e deve considerar um conjunto de medidas como: a) promover uma política de comunicação progressista no governo Lula; b) fortalecer a mídia contra-hegemônica e de esquerda; c) melhorar o diálogo do PT com a sociedade; d) construir um sistema forte e democrático de comunicação partidária interna.

No primeiro caso, as ações do governo federal devem avançar na consolidação da comunicação como espaço democrático e de exercício do direito à comunicação. Para isso é preciso fortalecer a comunicação pública e comunitária e implantar mecanismos de controle pela sociedade sobre a comunicação comercial, controle inevitável uma vez que se estrutura de maneira monopolista no País.

Do ponto de vista de uma agenda concreta, isso significa: a) fazer com que a Empresa Brasil Comunicação e seus veículos tenham uma política de gestão e financiamento que garantam um caráter efetivamente público; b) mudar a postura de criminalização das rádios comunitárias, apoiando-as e democratizando o sistema de concessões para emissoras de rádio e TV, impedindo monopólio e atacando a estrutura vertical do sistema de redes existentes no país.

Estas mudanças devem estar articuladas com a introdução das novas tecnologias, de modo a colocá-las a serviço da população e não apenas em favor daqueles que querem delas se beneficiar para obtenção de lucro.

No segundo caso, para além de garantir um ambiente que promova a comunicação não-comercial, é preciso que haja experiências populares e contra-hegemônicas de mídia. Para isso, um caminho é combinar a articulação das iniciativas já existentes, que hoje estão se organizando no Fórum de Mídia Livre, com ações do poder público para apoiar este tipo de comunicação, como a democratização da destinação de verbas de verbas publicitárias.

O PT já está vinculado a muitas destas experiências, mas precisa ter uma ação direcionada para que elas atuem efetivamente enquanto rede para potencializar uma agenda de esquerda que compre as disputas da conjuntura.

Devemos apoiar efetivamente a imprensa democrática: Caros Amigos, Brasil de Fato, Carta Capital, entre outras publicações. Porém, o PT precisa sobretudo de um salto de qualidade na sua própria comunicação. Estamos frente ao enorme desafio de construir meios de comunicação massivos, capazes de informar não apenas a militância petista, mas vastos setores de nossa base social, de nossos simpatizantes e eleitores, inclusive extensas camadas da classe média que hoje, para se manterem atualizadas recorrem à imprensa burguesa ( e eventualmente à imprensa democrática e popular não partidária).

O PT possui condições materiais e políticas para criar um forte aparato de comunicação contra-hegemônica, combinando meios impressos e eletrônicos de larga circulação e audiência.

Acreditamos que para além de uma agência de notícias como vértice de um forte portal na internet, que inclusive forneça conteúdos para rádios comunitárias ou não, como foi aprovado recentemente na I Conferência de Comunicação do PT, é fundamental que o partido potencialize a revista Teoria & Debate e retome o debate sobre o investimento na criação e manutenção de um jornal diário de circulação nacional.

### ***Criar uma nova maioria***

Ao longo de sua história, o PT sempre teve no seu interior tendências as mais variadas. Algumas, vinculadas à defesa do socialismo, da revolução e da estratégia democrático-popular. Outras, defensoras de políticas que pretendem transformar o PT em um partido eleitoral, social-democrata e de centro-esquerda.

O direito de tendências é algo positivo para o PT. Mas é fundamental garantir o pleno funcionamento da vida partidária, para que a existência

de tendências seja um direito e não uma obrigação inescapável para a militância que, frente à inexistência de instâncias e desejosa de um espaço de debate político, acaba tendo como única alternativa a de se agregar a uma corrente política interna.

Além disso, é fundamental que as tendências tenham uma relação de vínculo orgânico com o partido, concebendo este como a razão maior da militância e o instrumento central de ser construído.

Rejeitamos, portanto, as práticas que estabelecem a autoconstrução das tendências como objetivo superior ao da construção do partido, que vêem este como uma “frente de tendências”. Rejeitamos com a mesma ênfase o aparelhamento do partido por uma única tendência ou por um grupo que coloque o conjunto do partido a serviço de seus interesses particulares, como uma correia de transmissão de suas políticas a partir de uma maioria absoluta, desrespeitando a nossa diversidade interna.

De 1995 até 2005, o PT foi dirigido por uma coalizão de tendências, denominada “Campo Majoritário”. Hoje, este grupo perdeu a maioria absoluta que possuía no Diretório Nacional e vive um impasse de grandes proporções.

Ocorre que a “estratégia” e o método de direção adotado pelo ex-campo majoritário, de 1995 até 2005, esgotaram-se. Este grupo, embora siga detendo maioria relativa no Diretório Nacional, não demonstrou até agora ser capaz de formular outra estratégia e adotar outro método de direção.

Em 2010, pela primeira vez desde 1989, o PT não terá Lula como seu candidato a presidente. Uma vitória em 2010 exigirá uma imensa capacidade de elaboração e construção partidária coletiva. Atravessado por grandes divergências políticas de fundo e por interesses pessoais conflitantes, o campo hoje ex-majoritário enfrenta dificuldades para se pôr de acordo sobre questões fundamentais do presente e do futuro, tanto do PT quanto do país.

A crise do campo ex-majoritário, por sua condição de maioria absoluta (ontem) e relativa (hoje) na direção nacional, torna-se uma das causas da crise vivida pelo Partido desde 2005.

Hoje, no PT, carecemos de núcleo dirigente e de estratégia hegemônica. Não haverá solução rápida e estável para os dois problemas. Como no período 1990-1995, serão necessários muitos anos e muitos debates, para construir uma linha política e um núcleo dirigente capazes de conduzir o PT pela próxima década.

Se o campo ex-majoritário não tem muito mais a oferecer ao Partido, com exceção é claro de seus problemas, também é verdade que de conjunto as tendências integrantes do “campo de esquerda” não conseguiram se constituir, entre 1995 e 2005, em uma alternativa.

Quando maioria na direção nacional, entre 1993 e 1995, a “esquerda petista” não conseguiu implementar uma estratégia alternativa. Entre 1995 e 1997, tentou disputar de maneira unificada os rumos do PT. Daí por diante, não conseguiu construir uma alternativa unificada de direção, em torno de outra estratégia. Esta debilidade ficou evidente no PED 2005, quando parcela majoritária de uma das chapas ligadas à esquerda decidiu sair do Partido.

Além dos “moderados” e da “esquerda”, o PT possui um vasto “centro” que, pelo menos até o momento, tampouco conseguiu produzir uma política alternativa de conjunto.

A debilidade programática da maioria das tendências do PT é acompanhada da transformação, de várias delas, em “grupos de pressão”.

Diante das evidentes dificuldades das tendências, alguns setores do Partido adotam um discurso contra a “burocracia” e contra as “tendências”, acalentando ao mesmo tempo a meta de constituir um novo núcleo dirigente, utilizando para isso a “força das urnas”, ou seja, transformando em propriedade privada a apoio eleitoral que ganharam na sociedade graças ao trabalho coletivo do Partido.

Não existe partido de massas que não possua uma estrutura de quadros militantes (ou uma burocracia, apesar da conotação pejorativa deste termo). E, como a experiência do movimento socialista segue demonstrando, antes termos um partido com direito de tendências, do que termos um partido supostamente monolítico, onde a direção central atua de fato como uma tendência.

Ademais, a idéia de um partido controlado por quem “tem votos”, por quem “tem mandato”, é algo extremamente tradicional e perigoso, porque confunde partido com Estado.

Quando o controle da máquina pública torna-se o critério para definir quem tem poder partidário, a luta pelos mandatos substitui a luta de idéias, o convencimento e até mesmo a organização social, pois outras formas de representação na sociedade não conseguem competir com o controle de cargos executivos e legislativos.

O controle do Estado passa, então, a ser o meio de controlar o Partido. O que significa uma confusão entre partido e Estado semelhante ao que criticamos tanto em tentativas de construir o socialismo, quanto nas experiências social-democratas.

Esta concepção de partido, tremendamente “estatista”, não será capaz de resolver nossos problemas, entre outros motivos porque já vem sendo implementada há anos, no PT e em outros partidos.

Durante os anos 1990, as direções partidárias petistas tornaram-se cada vez mais influenciadas por dirigentes que possuem mandatos eletivos. O que não impediu crises como a de 2005 e a do “dossiê”. Crises que foram protagonizadas, direta ou indiretamente, por pessoas com muitos votos.

Ademais, se esse método fosse eficiente, o PMDB, por exemplo, teria chegado à presidência da República diversas vezes, pois nele e noutros partidos tradicionais manda quem tem voto nas eleições.

### ***O PED 2007 e a “nova maioria”***

O resultado mais significativo do PED 2007 foi que o antigo “campo majoritário”, hoje denominado de “Construindo um Novo Brasil”, fracassou no seu intento de recuperar a maioria absoluta no Diretório Nacional do PT.

Isto é extremamente positivo, por dois motivos: em primeiro lugar, porque a pluralidade é uma pré-condição para o funcionamento regular e democrático da principal instância partidária; em segundo lugar, porque o antigo “campo majoritário” perdeu a capacidade de oferecer uma estratégia para o Partido e, por isto, a reconstituição de sua maioria absoluta imobilizaria o Partido.

Por outro lado, “Construindo um Novo Brasil” elegeu o presidente e/ou manteve sua maioria (relativa ou absoluta) na maioria dos diretórios estaduais. O número de estados onde outras forças (de esquerda ou de centro) têm a hegemonia e/ou elegeram o presidente é menor hoje do que em 2005.

Nos dois turnos de 2005 houve uma polarização entre a “esquerda petista” e o “campo majoritário”. Já no primeiro turno de 2007, apesar dos nossos esforços, a contraposição principal deu-se entre forças de “centro” (organizadas nas chapas encabeçadas por Berzoini, Tatto e Cardozo);

A esquerda petista poderia ter obtido um resultado melhor, tanto política quanto eleitoralmente, se pelo menos as chapas “A esperança é vermelha” e “Militância socialista” estivessem unificadas no primeiro turno. A esquerda petista poderia, inclusive, estar representada no segundo turno nacional, se a tendência “Democracia Socialista” tivesse optado por uma aliança preferencial à esquerda.

É importante dizer que esta alternativa (uma chapa que reunisse as forças que, em 2005, apoiaram as candidaturas presidenciais de Pont, Pomar e Sampaio) não foi considerada por nenhuma das tendências da esquerda petista, portanto nossa crítica contém também uma autocrítica.

A chapa “A esperança é vermelha” e a candidatura à presidência nacional de Valter Pomar obtiveram em 2007 um resultado semelhante ao de 2005. Considerando as condições em que se travou a disputa, a força política e material das demais chapas e candidaturas, a cobertura tendenciosa de grande parte da mídia, bem como as expectativas negativas que alguns setores nutriam a respeito de nossas chances, podemos nos orgulhar do resultado conquistado, uma grande votação que —em comparação com o número de deputados, senadores, governadores, ministros e lideranças públicas que apoiavam outras candidaturas— foi produto de uma linha política acertada e de uma valorosa ação militante.

Este resultado positivo é reforçado pelo desempenho que “A esperança é vermelha” e Articulação de Esquerda obtiveram em várias disputas estaduais e municipais.

Entretanto, há uma redução no número de diretórios estaduais hegemônicos pela AE. Tal derrota eleitoral e/ou política deve ser objeto de análise bastante criteriosa, pois ela indica que, do ponto de vista político e em comparação a 2005, reduzimos nossa influência no Partido.

Nosso desempenho relativamente positivo, num contexto adverso, não deve nos cegar em relação aos problemas enfrentados pelo PT, pela esquerda petista e pela própria Articulação de Esquerda. Setores importantes da esquerda petista abandonaram suas posições tradicionais e se movimentaram, neste PED, com objetivos estritamente eleitorais (2008, 2010) e/ou de preservação de espaços em diretórios e governos. Setores importantes do partido escolheram oferecer ao Partido, como máxima elaboração, opiniões absolutamente convencionais e de baixa densidade teórica sobre a “ética na política”. Paradoxalmente, muitos dos que defendiam a “refundação”, terminaram apoiando no segundo turno o candidato do antigo “campo majoritário”.

O desgaste do antigo campo majoritário e o giro à direita da Democracia Socialista (e de outros setores da esquerda petista) produziram um verdadeiro “congestionamento do centro” partidário. O que fez o discurso de algumas chapas e candidaturas presidenciais se tornarem muito parecidos, enquanto crescia a violência da disputa.

Como em 2005, em 2007 houve segundo turno para escolher o novo presidente nacional do PT. Ao contrário de 2005, quando a disputa foi entre



um candidato do antigo “campo majoritário” e um candidato da esquerda petista, desta vez a disputa se travou entre duas candidaturas de “centro”, com posições ideológicas, programáticas, estratégicas, métodos de direção e trajetórias internas ao PT que possuem muitos pontos de coincidência.

Estas semelhanças não minimizam uma diferença fundamental: uma destas candidaturas simbolizou, para o PT e para parcelas importantes de nossa base social, a hegemonia de um grupo (o antigo “campo majoritário”, atual “Construindo um Novo Brasil”) cujos métodos de direção e cuja estratégia política, qualquer que seja a avaliação que se faça sobre sua validade no passado, estão esgotados.

Setores do antigo “campo majoritário” têm consciência plena desse esgotamento, havendo inclusive os que defendem que a dissolução desta fração é um passo necessário para a abertura de uma nova fase da vida partidária. Outros setores do antigo “campo majoritário” tentaram recuperar uma posição de força, através da tentativa (agora frustrada) de reconquistar a maioria absoluta no Diretório Nacional e através da candidatura (vitoriosa) à reeleição de Berzoini.

Lutamos bravamente para que a disputa do segundo turno contra a candidatura do antigo “campo majoritário” fosse travada por uma candidatura de esquerda. Dissemos abertamente que isto garantiria um segundo turno com mais nitidez.

Aliás, a falta de nitidez foi um dos motivos para a queda na participação dos filiados, maior do que a queda verificada em 2005. Num cenário como o de 2007, de certa “normalidade”, é fácil entender por quais motivos a maioria dos filiados não optou por candidaturas dispostas a dar “cavalo de pau em transatlântico”, ao mesmo tempo em que —diante de candidaturas estrategicamente semelhantes—optou pela mais conhecida.

Havíamos alertado, também, que tanto Cardozo quanto Tatto teriam enormes dificuldades de vencer o segundo turno do PED. Como se verificou, os apoiadores de Cardozo não transferiram votos para Tatto; e, embora em menor escala, haveria dificuldades de transferência de votos dados a Tatto para Cardozo, se este estivesse no segundo turno.

Concluído o primeiro turno, a Articulação de Esquerda trabalhou para impedir que o antigo “campo majoritário” recuperasse uma posição de força. Para impedir isto, a recomendamos o voto e fizemos campanha para Jilmar Tatto ser eleito o novo presidente nacional do PT. Esta foi a posição, também, da chapa “Militância Socialista” e da tendência “Esquerda Marxista”, bem como do conjunto da chapa “A esperança é vermelha”, além de setores minoritários da “Mensagem ao Partido”.

Cabe avaliar em que medida esta resolução foi acompanhada pela militância que apoiou nossas chapas e candidaturas. Mas é certo que, com exceção de Santa Catarina, não houve nenhum caso de liderança pública vinculada a “Esperança é Vermelha” que tenha pedido voto para Ricardo Berzoini.

Nossa declaração de voto em favor de Jilmar Tatto não continha nem um pingo de ilusão ou de desconhecimento em relação às semelhanças ideológicas, políticas e de métodos organizativos entre a “Unidade na Luta” e o “PT de luta e de massas”.

Já a “Mensagem ao Partido” aprovou uma resolução onde afirma o seguinte: *“Não somos partidários simplesmente da mudança de dirigentes, pela simples mudança. Muito menos seremos partidários de substituições que aprofundem os elementos causadores de nossa crise, que ameça transformar o PT num partido eleitoral dominado pela lógica fundada em carreiras individuais. Como a candidatura de Jilmar Tatto se nos afigura como uma mudança para pior, não temos razão para apoiá-la, por seu falso apelo oposicionista. A candidatura Berzoini representa a tentativa de dar continuidade ao modelo partidário implementado pelo antigo campo majoritário, modelo esse que permitiu que se desenvolvesse um ambiente de perda de vitalidade ideológica e política e abriu espaço para alternativas, como a representada por Jilmar Tatto, que não só consideram “normal” como se, vencedoras, aprofundariam todos os aspectos negativos que vemos na prática do partido sob o comando do antigo campo majoritário. Assim sendo, embora reconhecendo que, nenhuma das alternativas presentes no 2º turno representa a mudança necessária que propugnamos para o PT, a Mensagem, com base nesta análise, convoca a militância a participar ativamente do processo de 2º turno no PED, em todos os níveis, votando de acordo com a sua consciência no que entender como melhor para o PT.”*

Coerente com este texto, a maior parte das expressões públicas da “Mensagem” abriu seu voto de segundo turno em Ricardo Berzoini. A exceção mais importante é o prefeito João Paulo (Recife), que fez campanha para Jilmar Tatto. Vale citar, também, o apoio dado a Tatto por Olívio Dutra (que assinou o primeiro manifesto da “Mensagem” e, depois, se desvinculou deste grupos).

Já a “Democracia Socialista” (DS), integrante da Mensagem ao Partido, optou pela liberação de voto, com a notável exceção da governadora Ana Júlia Carepa, que também chamou explicitamente o voto em Berzoini, que foi no segundo turno o candidato “chapa branca”.

Este é, aliás, um dos pontos que precisará ser debatido abertamente: o uso do prestígio e do poder conquistado por todo o Partido, em benefício

de alguns setores do Partido. Em alguns casos, verificou-se a inutilidade disto: o fraco resultado de Cardozo, tanto na Bahia quanto em Sergipe, contrasta com o apoio que recebeu dos respectivos governadores. Noutros casos, verifica-se o quão contraproducente pode ser esta postura: enquanto a propaganda de Berzoini exaltava o apoio de Lula e de quase todos os ministros do PT, Jilmar reuniu quase 40% dos votos tendo o apoio de apenas 2 ministros. Mas, noutros casos, estaduais e municipais, é evidente que o prestígio e o poder conquistado pelo Partido, coletivamente, mas administrado por apenas parte do PT, teve incidência no resultado.

### *A esquerda do PT depois do PED*

A declaração de voto da governadora Ana Julia Carepa em Ricardo Berzoini tem alguns antecedentes no primeiro turno. Afinal, a DS apoiou, ainda no primeiro turno, candidatos a presidência estadual lançados pelo antigo “campo majoritário”. Isto ocorreu em São Paulo e no Pará. No segundo turno, a DS apoiou candidaturas do antigo “campo majoritário” nos estados da Bahia e do Piauí. Noutros estados, como o Rio Grande do Sul, os setores vinculados a DS optaram pelo voto nulo.

Estes fatos nos obrigam a discutir em profundidade qual o curso seguido pela DS, tendência que se afigurava até agora como a maior da esquerda petista. Ao que tudo indica, a “conversão ao centro” iniciada há algum tempo por esta tendência vai assumindo formas irreversíveis. Mesmo assim, consideramos nossa obrigação dialogar com o conjunto da DS, em particular com seus setores mais críticos, na expectativa de reverter este giro ao centro, que empobrece a esquerda petista e tampouco teve êxito em constituir um centro social-democrata.

O apoio da Mensagem ao CNB não é raio em céu azul. Do ponto de vista teórico, ela começou com a interpretação da crise vivida pelo Partido em 2005, crise que segundo eles teria exposto “o quanto a experiência do PT estava a dever aos princípios de uma ética republicana no seu exercício de governar o país, conformando-se a práticas amplamente disseminadas no sistema político brasileiro tradicional”. A partir desta análise, tais setores defenderam a “incorporação radical de valores republicanos na formulação do socialismo petista”.

Esta defesa não dá conta das distinções existentes, do ponto de vista teórico e histórico, entre democracia, socialismo e liberalismo. Em nossa opinião, por trás da defesa dos “valores republicanos” existe uma leitura incorreta acerca do que foi a luta pela democracia do século XVIII em

diante; e da relação entre liberalismo e socialismo, no séculos XX e XXI. Como decorrência, são enfatizados os “valores republicanos” como algo externo aos “valores socialistas”. O movimento socialista é o principal herdeiro das grandes lutas democráticas que marcaram o século XVIII e a primeira metade do século XIX, lutas que foram travadas contra as correntes liberais. Nestas lutas, os socialistas tiveram ao seu lado correntes e forças sociais que eram anti-liberais, mas que não eram socialistas. São estas correntes e forças sociais que estão na origem do que podemos chamar de “democracia republicana”, que consiste exatamente numa tentativa de síntese entre liberalismo e socialismo. Portanto, é mais adequado dizer que devemos ressaltar os componentes democráticos e republicanos que são integrantes legítimos da tradição socialista.

A crise vivida pelo PT em 2005 não foi conseqüência de um déficit de valores republicanos, mas sim do abandono, pela maioria dirigente do partido, de uma estratégia socialista. A conseqüência prática desta política foi o abandono da construção de métodos, concepções organizativas e de financiamento calcadas a partir das melhores tradições socialistas. A adoção de métodos de financiamento de campanha típicos dos partidos tradicionais, as alianças com setores corruptos e direitistas, o monopólio do poder partidário nas mãos de parlamentares e governantes, a substituição da luta de idéias pelo confronto de aparatos, constituem um efeito colateral da chamada estratégia de centro-esquerda, adotada oficialmente pelo PT desde 1995. Ao não perceber o vínculo entre a “ética” e a “política”, os que fizeram da “ética” o centro de sua ação, terminaram reforçando a mesma política que conduziu aos problemas éticos.

No documento “A emenda saiu melhor do que o soneto”, já apontávamos que *“na votação do texto-base sobre Partido, quase todas as teses retiraram seus textos em favor do projeto de resolução intitulado “Novo rumo para o PT”. Infelizmente, a “Mensagem ao Partido” não abriu mão de seu texto, argumentando que o projeto intitulado “Novo rumo” atacava a “re-fundação”. Quando votou o texto-base sobre Partido, o plenário se dividiu em três partes, sendo proclamado vitorioso, por contraste, o projeto “Construindo um novo Brasil”. Foi solicitada a contagem de crachás, o que indicaria com segurança o resultado e também permitiria conhecer o tamanho real de cada parte, Mas a solicitação foi recusada por quatro dos seis integrantes da mesa diretora (um integrante da Mensagem e três integrantes da Construindo um Novo Brasil se opuseram a fazer nova votação). Adotada outra postura neste episódio, talvez “Construindo um Novo Brasil” tivesse*

*sofrido uma derrota no simbólico tema da concepção e construção partidária, no qual ademais propunha alterações estatutárias regressivas”.*

*Apontávamos, também, que “ao final do Congresso, como é costumeiro acontecer, teve início a costumeira batalha de versões. No caso da imprensa, uma parte simplesmente não entendeu o que aconteceu. Mesmo tendo acompanhado todo o Congresso, ao vivo e em cores, alguns meios divulgaram versões incorretas, influenciados que estavam por preconceitos. A aprovação do apoio do 3º Congresso ao Plebiscito da Vale e a resolução sobre as eleições de 2010 mostraram que foi o Congresso que decidiu os rumos do Congresso. No caso das tendências petistas, a “Mensagem ao Partido” distribuiu aos delegados, um par de horas antes do término dos trabalhos, um texto intitulado “O Congresso terminou;a luta continua!” O balanço precoce tenta capitalizar um resultado positivo que é de todo o Partido, além de disfarçar os problemas que a “Mensagem” teve no processo de Congresso. Apresentando-se como a segunda força do PT (posição que não foi possível aferir, pelos motivos já explicados), a “Mensagem” parece não ter percebido o isolamento em que se colocou. Ao contrário, diz que viu “as suas teses principais confirmadas” e anuncia sua constituição “enquanto movimento permanente dentro do PT”. Frase que foi entendida, por muitos, como anúncio indireto da dissolução da Democracia Socialista. Se isto for confirmado, será uma péssima notícia para a esquerda do Partido, que até 2005 era integrada por vários setores, entre os quais três grandes correntes nacionais: a Força Socialista/APS, que na sua maioria foi para o PSOL;a própria DS, da qual parte foi para o PSOL e parte impulsionou a “Mensagem” e a Articulação de Esquerda”.*

*Dizíamos, também, que “embora o cenário do PED 2007 seja distinto do cenário que imperou no PED 2005, há semelhanças importantes. É provável, por exemplo, que haja muitas chapas e muitas candidaturas a presidente, dificultando a formação de maiorias absolutas e levando a eleição presidencial para o segundo turno”.*

*“Espera-se que desta vez ocorra uma composição entre os apoiadores das teses “A esperança é vermelha” e “PT militante e socialista”, uma vez que em 2007 parecem estar superadas as divergências que, em 2005, impediram esta composição. No 3º Congresso, por exemplo, os delegados vinculados a estas teses votaram juntos em todas as questões”.*

*“Outra diferença em relação ao cenário de 2005 é a atitude da “Construindo um Novo Brasil”, que embora não tenha mais a desenvoltura de 2003, tampouco está na defensiva de 2005. E dispõe de recursos humanos e organizativos adequados a uma campanha tão curta”.*

*“Importante saber, por fim, como se comportarão tendências como PT de Luta e Massas, Novo Rumo e Movimento PT. Seja lançando chapa e candidatura própria, seja unificando-se, seja aliando-se com a esquerda petista, estas tendências jogarão um papel determinante no resultado final do PED, tanto nacionalmente quanto em estados estratégicos, como São Paulo”.*

*“(…) até 2 de dezembro, teremos sessenta dias de intensa disputa pela direção do partido, disputa que se dará num contexto em que a oposição endurece seus ataques contra o governo, de olho no pleito de 2008; num cenário internacional cada vez mais crispado; e num momento em que os movimentos sociais que ajudaram a eleger Lula em 2006 cobram com firmeza o atendimento de suas bandeiras históricas”.*

Como se pode ver, no balanço do 3º Congresso já apontávamos os movimentos fundamentais que ocorreram no PED. Exceto por um ponto fundamental: não esperávamos que a tese “PT Militante e Socialista” recusasse uma aliança com a chapa “A Esperança é Vermelha”. Ao contrário do que imaginávamos, a tese “PT Militante e Socialista” (junto com “Socialismo é Luta” e também com o grupo ao qual Gilney é vinculado) envolveu-se inicialmente na articulação promovida pelo Movimento PT/Novos Rumos/PT de Luta e Massas. E, posteriormente, dividiu-se entre os que queriam participar de uma chapa conosco (Brasil Socialista, Tendência Marxista) e os que queriam marchar com candidatura e chapa própria. Foi um processo bastante confuso, sobre o qual cada setor envolvido tem sua versão, mas que revela que a fragmentação existente no campo da esquerda petista gera, em igual quantidade, oportunismo, confusão e sectarismo.

Um exemplo disto foi a postura adotada, por todos os integrantes do Diretório Nacional eleitos pela Mensagem, que no momento de eleger a nova executiva nacional do Partido, votaram a favor de uma chapa apresentada, em comum acordo com a Construindo um Novo Brasil.

Concluído o processo de eleição das direções partidárias, continuaremos lutando pela implementação das prioridades defendidas por quase todas as chapas e por quase todos os candidatos à presidência nacional.

Para isto será necessária uma maior sintonia entre as tendências da esquerda petista, bem como um diálogo com todos os setores que reconhecem a necessidade de novos métodos de direção e de uma nova estratégia política, para que o Partido dos Trabalhadores esteja à altura das possibilidades abertas, no Brasil e na América Latina, para a luta contra o neoliberalismo e pelo socialismo.

Buscaremos esta sintonia e participaremos deste diálogo, buscando não incorrer nos erros cometidos por outros setores da esquerda petista, que na tentativa de construir acordos para dirigir o PT, acabaram por diluir-se em condomínios marcados pelo pragmatismo organizativo, pela falta de nitidez programática e ideológica, pelo taticismo que substitui a estratégia.

Afinal, o Partido dos Trabalhadores precisa de uma esquerda socialista forte. Prosseguiremos neste trabalho, que não se inicia, não termina, nem se organiza em torno do PED, mas sim em torno da luta de classes.

## CAPÍTULO 8

### Esquerda

As crescentes distorções organizativas, os sinais mesmo que iniciais da re-construção de um arremedo de campo majoritário (agora incluindo a DS), as dificuldades (2008) e incógnitas (2010) eleitorais, apontam para a ampliação da distância entre as políticas que defendemos e a capacidade que temos de fazer com que estas políticas se tornem majoritárias na direção do Partido.

Isto não nos leva a desistir do PT, nem a tratá-lo como legenda eleitoral. Nossa opção, pelo contrário, é insistir na disputa do PT, massificando nossa atuação e ampliando nossa organização, aumentando ainda a capacidade política, teórica e ideológica da tendência, inclusive porque escasseiam nossos aliados na esquerda.

De imediato, precisamos elaborar e implementar políticas para enfrentar cada uma das tarefas que estão postas para o conjunto do PT: a) reaproximar o PT e os movimentos sociais; b) reaproximar o PT e os partidos democrático-populares; c) ampliar a influência da esquerda e colaborar para o êxito do governo Lula, bem como de nossos governos estaduais e municipais; d) dirigir politicamente nossas bancadas parlamentares; e) vencer as eleições municipais de 2008; f) constituir a escola nacional de formação; g) viabilizar o jornal do Partido; h) realizar o 1º congresso da juventude petista; i) eliminar a dependência que o PT tem de contribuições empresariais; j) organizar o PED (processo de eleição das direções) e o Encontro Nacional marcados para 2009; k) construir uma candidatura petista capaz de disputar e vencer a próxima eleição presidencial; l) organizar a participação do Partido nas eleições quase gerais de 2010; m) preparar o terreno para uma nova etapa na vida partidária, de 2011 em diante.

Implementaremos estas tarefas, como parte da disputa que travamos pelos rumos do Partido dos Trabalhadores. Isto significa que precisamos, no curso destas tarefas, fortalecer as posições socialistas junto a base do Partido, junto aos movimentos sociais e junto ao eleitorado, bem como em dar maior organicidade à própria AE.

Há vários anos, temos dito que as posições de esquerda podem se tornar hegemônicas, no PT, se houver: a) uma mudança de orientação no grupo majoritário; b) uma cisão pela esquerda do grupo majoritário, seguido da constituição de um novo pólo majoritário de esquerda; c) um crescimento da própria esquerda.



Desde 2005, está em curso uma disputa no grupo majoritário (antigo “campo majoritário”, hoje “Construindo um novo Brasil”). Mas até o momento não se vislumbra que esta disputa possa ter como desfecho uma mudança de 180° na orientação estratégica daquele setor do PT.

Também desde 2005, tem ocorrido diversas cisões no grupo majoritário. Mas ao menos até agora estas cisões não têm cumprido, nem no conteúdo, nem na forma, o mesmo papel jogado em 1993 pelo “Manifesto Hora da Verdade”, qual seja, tornar-se um pólo em torno do qual se agrupe uma alternativa de direção para o Partido.

Por sua vez, a esquerda partidária tem perdido espaço. Desde 2005, milhares de militantes têm se afastado do Partido, poucas vezes em direção a outros projetos partidários ou movimentos sociais. Mesmo estes enfrentam impasses e contradições profundas. O PSTU não conseguiu superar a condição de grupo de vanguarda. A Consulta Popular e os setores que nela militam vivem uma crise de identidade, entre o ser movimento e o ser partido. O PSOL não conseguiu afirmar-se como alternativa eleitoral para a maior parte dos setores críticos da esquerda brasileira. O PCdoB adota uma política que tem fortes pontos de contato com a “estratégia de centro-esquerda”.

A esquerda partidária se enfraqueceu, também, porque um setor deslocou-se para posições de “centro”. Internamente ao PT, o que tem crescido é o “centro”, que embora demonstre vocação para disputar espaços, dentro e fora do Partido, não tem demonstrado capacidade de produzir uma orientação programática e estratégica para o Partido.

Este cenário, bastante desalentador, não está alheio a movimentações externas. Como vimos em 2005, tanto a oposição de direita quanto as mobilizações sociais tendem a ter efeito positivo sobre o PT, embora não necessariamente este efeito positivo seja capitalizado pela esquerda partidária. Até porque vários partidos e organizações disputam a base social da esquerda petista.

Foi neste contexto que a chapa “A esperança é vermelha” e nossa candidatura à presidência nacional obtiveram um resultado semelhante ao de 2005. Considerando as condições em que se travou a disputa, a força política e material das demais chapas e candidaturas, a cobertura tendenciosa de grande parte da mídia, bem como as expectativas negativas que alguns setores nutriam a respeito de nossas chances, podemos nos orgulhar do resultado conquistado, uma grande votação que —em comparação com o número de deputados, senadores, governadores, ministros e lideranças públicas que apoiavam outras candidaturas— foi produto de uma linha política acertada e de uma valorosa ação militante.

Este resultado positivo é reforçado pelo desempenho que “A esperança é vermelha”, em particular a Articulação de Esquerda, obteve em várias disputas estaduais e municipais. Entretanto, ocorreu uma redução expressiva no número de diretórios estaduais hegemônicos pela Articulação de Esquerda. Tal derrota eleitoral e/ou política deve ser objeto de análise bastante criteriosa.

A DNAE está mandatada a debater, aprovar e divulgar na Página Eletrônica da corrente um texto de balanço das nossas derrotas nos PED's da Bahia, Espírito Santo e Pernambuco, a partir de texto base a ser elaborado pelas respectivas direções estaduais da corrente.

São também necessários balanços que apontem nossos problemas de construção em três dos estados onde há mais filiados ao PT (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais); nossas dificuldades de implantação (em estados como Paraná, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Norte e Acre); os problemas que vivemos na Paraíba e Maranhão. Os balanços devem analisar, também, as alianças adotadas nos PEDs estaduais e municipais e sua coerência com nossa política nacional. Aqui destaca-se o episódio de Santa Catarina, que já levou ao afastamento da tendência de um grupo importante de dirigentes.

A DNAE está mandatada a debater, aprovar e divulgar na Página Eletrônica da corrente os textos de balanço político dos estados citados no parágrafo anterior, a partir de textos base elaborados pelas respectivas direções estaduais.

Incluimos, entre os pontos a analisar, as alianças feitas nacionalmente (desempenho e relações com os aliados, desdobramentos futuros), tanto no PED 2007 quanto aquelas que existiram no PED 2005 e não se repetiram agora. Devemos incluir na análise, também, nossos problemas organizativos e políticos, que ficaram evidentes durante o PED.

No caso do estado do Rio de Janeiro, a X Conferência Nacional da AE, de antemão considera que a AE-RJ deveria ter lançado candidatura própria à presidência do PT-RJ.

No caso do estado de Santa Catarina, a X Conferência Nacional da AE, a partir de pedido de revisão da sanção de expulsão da corrente dos militantes que compunham o Secretariado da AE-SC, adota a seguinte resolução:

*“Considerando:*

*a) Todas as decisões aprovadas pela 9ª Conferência Nacional da AE e pela direção nacional da AE sobre Santa Catarina, em especial a decisão de expulsão dos que fizeram campanha para Berzoini no 2º turno.*

*b) Os contatos mantidos pela articulação nacional da AE, com a direção da AE-SC, em especial a solicitação feita pela direção SC de transformar a expulsão em suspensão;*

*c) O recurso apresentado por Horst Doering, Luci Choinacki, Luis Sabanay, Paulo Lauxen, Marvan Borges e Tânia Slongo, solicitando a revisão da penalidade de expulsão;*

*A X Conferência Nacional da AE decide:*

*a) Reafirmar o sentido político das decisões adotadas pela DNAE sobre Santa Catarina;*

*b) Reformar a decisão de expulsão, convertendo-a em suspensão até a convocação ou realização do 1º Congresso da AE;*

*c) Orientar a direção nacional a acompanhar a AE-SC;*

*d) Lembrar a AE-SC que os militantes suspensos não devem participar das instâncias da tendência, sendo que as relações da tendência com eles devem se dar nos marcos da chapa que apresentamos ao PED-SC;*

*e) Autorizar a DNAE a dar por concluída a suspensão, quando da convocação do 1º Congresso da AE;*

*f) Caso a DNAE avalie que não há condições de dar por concluída a suspensão, caberá ao 1º Congresso deliberar a respeito.”*

No balanço geral podemos considerar nosso desempenho no PED 2007 como relativamente positivo, em especial se considerarmos o contexto adverso em que transcorreu a disputa. Mas esta avaliação não deve nos cegar em relação aos problemas enfrentados pelo PT, pela esquerda petista e pela própria Articulação de Esquerda.

Pelo contrário, podemos dizer que – caso não consigamos dar um salto de qualidade em nossa capacidade analítica, organizativa e política — seremos a “próxima vítima” deste processo que vem consumindo as várias correntes da chamada esquerda petista.

Por outro lado, se conseguirmos dar este salto de qualidade, podemos não apenas sobreviver, como principalmente seguir cumprindo um papel positivo no processo de transição que está em curso no PT, processo este analisado em outra passagem deste texto.

Para corresponder a nossa trajetória no Partido dos Trabalhadores, a evolução da esquerda partidária e social brasileira, ao comportamento recente das tendências da chamada esquerda petista, ao nosso desempenho no PED 2007 e as tendências da conjuntura nacional e internacional, precisamos dar um salto de qualidade em três terrenos: na capa-

cidade teórica, no enraizamento na classe trabalhadora e na capacidade organizativa.

É necessário, também, debater qual será a política de acúmulo de forças da AE, na disputa do PT, bem como qual será a nossa tática, na relação com as demais tendências.

### *Alterar os métodos de trabalho*

Se pretendemos ampliar a influência e, algum dia, retomar uma hegemonia socialista no Partido dos Trabalhadores, precisamos que a esquerda petista se fortaleça e ocupe um papel mais destacado na disputa de rumos do PT.

Desde 2005, houve uma alteração profunda na composição da esquerda petista. Um setor saiu do PT, na maioria em direção ao PSOL. Outro setor permaneceu no PT, mas realizou um “giro” ao centro, tanto nas formulações quanto nas alianças internas.

A tarefa de defender as posições históricas da esquerda petista cabe agora, no fundamental, às tendências, grupos regionais e lideranças que não mudaram de Partido, nem de lado. Dentre estas tendências, grupos e lideranças, a Articulação de Esquerda possui um papel destacado, pelo seu tamanho, pela sua trajetória, por suas posições e pela sua presença pública.

É enorme o contraste entre as tarefas da AE e nossos recursos humanos e materiais. Precisamos ampliar nossa presença nas instâncias partidárias, nos mandatos parlamentares, nos governos, no debate de idéias e nos movimentos sociais. Em 2008 e 2010, devemos lançar o máximo possível de candidaturas (proporcionais e majoritárias) vinculadas a nós. Devemos divulgar o trabalho da nossa militância e ampliar a presença de nossos quadros, em governos municipais, estaduais e federal

Devemos participar ativamente de todos os debates teóricos e políticos em curso, no Brasil e na esquerda internacional, ocupando espaço nas colunas da imprensa partidária, da imprensa democrática, da imprensa em geral, bem como nas atividades acadêmicas ou similares.

É fundamental ampliar nossa presença nos movimentos sociais em geral, particularmente nos assalariados urbanos, que constituem o principal contingente (numérica e politicamente falando) das classes trabalhadoras.

Para atingir estas metas, precisamos de um salto de qualidade em termos de organização, comunicação, finanças e métodos de trabalho. Nossa meta é chegar ao final de 2009:

- ⇒ com a direção nacional funcionando regularmente;
- ⇒ com direções estaduais constituídas nos 27 estados do país;
- ⇒ com direções municipais constituídas em todas as capitais, nas cidades com mais de 200 mil eleitores e nos pólos estratégicos de cada estado;
- ⇒ com a Escola de Quadros funcionando regularmente;
- ⇒ com o Página 13 atingindo o número de assinantes necessário para seu auto-financiamento;
- ⇒ com uma política de finanças que sustente o funcionamento regular da tendência;
- ⇒ realizando o 1º Congresso da AE;
- ⇒ organizando a participação de nossos militantes nos setoriais do PT;
- ⇒ participando no PED 2009 com candidatura da AE à presidência nacional do Partido e com candidaturas da AE à presidência no maior número possível de estados;
- ⇒ ampliando nossa presença no DN e no próximo encontro nacional do PT;
- ⇒ ampliando o número de filiados ligados a nós;
- ⇒ ampliando a presença de militantes da AE em mandatos executivos;
- ⇒ ampliando a presença de militantes da AE em mandatos legislativos;
- ⇒ ampliando a presença de militantes da AE na direção de movimentos sociais;

A direção nacional eleita na Décima Conferência realizará uma reunião de planejamento, para definir tarefas, cronograma e metas específicas. Entre elas, pagar a curto prazo as dívidas restantes do PED 2007.

A direção nacional da AE deve iniciar, desde já, a discussão sobre nossas candidaturas a deputados/as estaduais e federais. Deve iniciar, também, a discussão sobre nossa candidatura a presidência nacional do PT em 2009.

### ***Debater com a militância as resoluções da X Conferência***

Para ampliar a organicidade da tendência, difundir nossa política e colaborar na campanha eleitoral, organizaremos a partir de junho e até dezembro de 2008, plenárias em todas as capitais dos estados onde a AE está organizada, reunindo a militância da AE e simpatizantes, para apre-

sentar as resoluções da Décima Conferência e, de maneira geral, apresentar a nossa opinião sobre os temas programáticos, estratégicos, táticos e organizativos;

Devemos convidar, para estas plenárias, outros setores do PT, em particular as demais forças da esquerda petista, a começar por aquelas que estiveram conosco em 2005 e neste ano aproximaram-se da Mensagem. ]

Onde necessário, tais plenárias podem ser organizadas de maneira a reforçar a campanha das candidaturas do PT, inclusive as nossas.

Cabe às direções estaduais organizar estas plenárias. No caso dos estados que não estiveram presentes na X Conferência, a iniciativa cabe à Dnae.

### *Funcionamento da direção nacional*

Uma das maiores debilidades da Articulação de Esquerda é o funcionamento da direção nacional, que tem dificuldades para se reunir periodicamente e para funcionar como direção coletiva.

Há motivos políticos e organizativos para esta debilidade, entre as quais citamos dois: não se constituiu um núcleo político nacional e não possuímos dirigentes profissionalizados.

A construção nacional e cotidiana da tendência compete com diversas outras tarefas. Isto tem um aspecto positivo: impede um descolamento da vida da tendência, em relação à vida partidária. Mas tem um aspecto negativo: reduz as nossas chances de competir com as máquinas eleitorais e partidárias que suportam outras tendências.

Construiremos as condições para, a partir de 2009, “liberar” um ou mais dirigentes, exclusivamente para tarefas da organização nacional da tendência. Mas o fundamental é constituir um coletivo dirigente.

O tema do coletivo dirigente nacional precisa ser debatido de maneira clara, concluindo com a indicação de uma executiva nacional que cumpra esta tarefa.

### *Escola de Quadros*

A Articulação de Esquerda, no último período, vem capitulando ao ativismo e a baixa qualidade política e teórica predominante em vastos setores do PT. Precisamos com urgência elevar a cultura política e a capacidade analítica da militância de nossa tendência.

Com este objetivo, vamos constituir uma **Escola de Quadros**, que centralizará o trabalho de educação política de nossos militantes, ajudará na

formação da militância petista em geral e contribuirá com o debate teórico que está em curso na esquerda brasileira e mundial.

O termo “escola” tem, portanto, um duplo significado: o de escola de pensamento e o de instituição de formação política.

A Escola de Quadros oferecerá, ao longo de 2008 e 2009, as seguintes atividades: cursos (nacionais, estaduais e municipais) à militância petista em geral; cursos para os militantes da AE; realização de seminários e debates; prestação de serviços a entidades sindicais e populares em geral.

Todas as atividades da Escola de Formação serão autofinanciadas. Logo após a Conferência Nacional, a direção nacional detalhará estas ações.

Entre junho de 2008 e dezembro de 2009 (19 meses), a Escola de Formação realizará pelo menos as seguintes atividades:

- a) o I curso de formação de formadores, em junho de 2008;
- b) a produção de materiais didáticos;
- c) o II curso de formação de formadores, em dezembro de 2008;
- d) um curso de formação política básica para a militância da AE, em cada um dos estados onde a Articulação de Esquerda está organizada. Este curso terá o seguinte temário básico, que deve ser adaptado às condições específicas de cada curso e estado: história da luta pelo socialismo, história das lutas do povo brasileiro, história do PT, história e resoluções da AE, políticas e temas setoriais, atuação institucional;
- e) um ciclo de seminários de “balanço do governo Lula”, tendo como objetivo construir as bases programáticas da candidatura presidencial petista em 2010. Os temas de cada seminário serão, respectivamente: política econômica, políticas sociais, políticas de comunicação, políticas de Defesa, relações institucionais e reforma do Estado, políticas regionais e pacto federativo, meio-ambiente, política externa, segurança e justiça, balanço geral.
- f) um seminário nacional de balanço das experiências atuais e passadas dos governos estaduais dirigidos pelo PT. Este seminário servirá de base para realizar eventos similares, na Bahia, Piauí, Sergipe, Acre e Pará;
- g) um seminário sobre os desafios da nova geração de prefeituras petistas, a ser realizado logo após as eleições de 2008.
- h) um seminário nacional com o tema “Amazônia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional Auto-Sustentável”, a ser realizado em Belém em janeiro de 2009, às vésperas do Fórum Social Mundial

que ocorrerá naquela cidade no período de 27 de janeiro a 1 de fevereiro, com o objetivo de vincular a lua pelo socialismo aos debates sobre o meio-ambiente, as mudanças climáticas regionais e globais e ampliar a luta contra as elites econômicas e empresas multinacionais que são hoje as principais responsáveis pelo acelerado processo de desmatamento da região amazônica (extração ilegal de madeira, agro-negócio, empresas siderúrgicas).

### ***Página 13***

A AE difunde suas orientações através de vários mecanismos, entre os quais dois sob coordenação da direção nacional: o jornal *Página 13* e a página eletrônica. Ambos são publicações da Associação de Estudos *Página 13*.

Consideramos positivo que o *Página 13* exista e tenha superado a barreira das 65 edições desde o seu surgimento, em 1998, por decisão da Primeira Conferência Nacional da AE. Entretanto, consideramos que ele precisa sofrer alterações editoriais, na circulação e na política de assinaturas.

O objetivo do jornal é informar o ponto de vista da tendência para dois públicos: os militantes da AE – que devem ser estimulados a ler e debater seu conteúdo, para que o jornal sirva como instrumento de orientação política da tendência em nível nacional - e os militantes de esquerda que influenciamos politicamente, no Partido, no parlamento, nos governos e nos movimentos sociais.

O *Página 13* precisa dispor de um projeto editorial e gráfico compatível com os objetivos descritos, além de pelo menos um editor profissionalizado, uma equipe de redação voluntária, um conselho editorial político e correspondentes fixos nas diversas frentes de atuação da tendência.

A distribuição do jornal deve ser feita: a) via correio, para os assinantes; b) através da distribuição direta feita pelos dirigentes da tendência nos estados (que receberão cotas de jornais com esta finalidade).

Sobre as assinaturas:

- ⇒ as assinaturas continuarão sendo por 12 edições;
- ⇒ haverá dois tipos de assinantes: o assinante normal e o assinante que é militante da AE;
- ⇒ o preço da assinatura deverá cobrir os custos reais de edição, produção, impressão e remessa;
- ⇒ o assinante militante pagará 50% a mais do que o preço do assinante normal;



- ⇒ haverá uma conta bancária exclusiva para movimentar os recursos provenientes das assinaturas, recursos que não poderão ser misturados ao caixa geral da tendência;
- ⇒ haverá campanhas de assinaturas (com base em promoções);
- ⇒ haverá pagamento parcelado da assinatura;

O público-alvo do jornal é semelhante ao universo de nossos eleitores no PED 2007, cerca de 40 mil pessoas. Para atingir este público, a dnae estabelecerá:

- a) o número de assinantes necessário para equilibrar financeiramente o jornal;
- b) definirá cotas de assinaturas para cada estado, com base numa proporção entre o número de militantes e o número de votos no PED;

Sobre a circulação: será mantida a contratação de uma pessoa responsável por organizar a mala-direta de assinantes, o envio ao correio e todo o fluxo de trabalho decorrente.

Sobre as alterações editoriais: desde seu lançamento, até hoje, *Página 13* oscila entre dois extremos. De um lado, a tendência a ser um “boletim interno” da tendência. De outro lado, a pretensão de ser um jornal interessante para o conjunto dos militantes e simpatizantes do PT.

A Décima Conferência entende que o *Página 13*, para ser um instrumento efetivo de organização da tendência, deve ser capaz de apresentar nossas posições ao conjunto do Partido e de nossa base social. Portanto, a pauta precisa ser definida e as matérias precisam ser escritas sabendo que nosso público preferencial inclui, além dos militantes da tendência, as lideranças populares e sindicais em geral e simpatizantes. Em outras palavras, ele destina-se à vanguarda do movimento social, à militância que precisa dele como subsídio para suas decisões e ações concretas (ou para tomar posição no debate político e ideológico).

Nosso jornal pode cumprir o papel de organizador coletivo, ajudando-nos a dialogar com grupos, setores e movimentos com os quais tenhamos identidade política. E contribuindo, também, para a organicidade de nossa própria tendência.

Não temos a pretensão de ocupar o papel da imprensa diária ou semanal, embora sobre alguns temas (a vida interna do PT, por exemplo) nosso jornal possa cumprir um papel informativo superior ao da “concorrência”.

Achamos que a redação das matérias do jornal pode cumprir um papel político-pedagógico para a tendência, ajudando-nos a formular nossas posições de maneira a dialogar com um público muito mais amplo.

Por razões estritamente financeiras, o jornal continuará por enquanto mensal, embora o ideal seja a publicação de um jornal semanal, mais apropriado se efetivamente quisermos não somente noticiar e comentar os acontecimentos, mas influir neles. Eventualmente, serão publicadas edições regionais ou locais específicas, bem como encartes e cadernos especiais, dedicados a um único tema.

Até que se criem condições financeiras de auto-sustentação, o jornal funcionará com trabalho voluntário na sua edição, contando com serviços pagos a partir da diagramação. Nossa meta é atingir 5 mil assinantes até o final de 2008.

As editorias permanentes do jornal serão as seguintes: Brasil, Mundo, Estados, Movimentos sociais, Partido, Agenda, Editorial.

A direção político-administrativa do Página 13 (escolha do editor, definição da pauta) será feita pela direção nacional da tendência. Todas as instâncias da tendência devem criar o hábito de debater o conteúdo de cada edição, fazendo críticas e sugestões de pauta para as edições seguintes. O conselho editorial do Página 13 será a direção nacional da AE. Será criado um conselho de redação, com a tarefa de fazer um balanço de cada edição e propor a pauta da edição seguinte.

Além do jornal Página 13 e de eventuais boletins informativos, a Associação de Estudos Página 13 deve ser responsável pela publicação das resoluções, documentos e demais materiais para a divulgação das idéias da tendência.

### ***A Frente Institucional***

A X Conferência Nacional da AE resolve que a “Frente Institucional”, sob a coordenação de dirigente responsável no Secretariado da DNAE, irá produzir um diagnóstico nacional sobre a nossa presença e atuação nos espaços institucionais existentes nas três esferas dos poderes executivo e legislativo, além de identificar nossas candidaturas às chapas proporcionais e majoritárias para as eleições de 2008.

A X Conferência Nacional da AE resolve que será realizado um Seminário Nacional da Frente Institucional em novembro de 2008, com data e pauta a serem definidas pela Executiva Nacional da AE. Este seminário será precedido por plenárias estaduais a serem organizadas pelas respectivas DEAE's, realizadas durante o mês de outubro de 2008.

### ***Organização das Mulheres da AE***

A X Conferência Nacional ratifica as resoluções da II Conferência Nacional de Mulheres da AE, a saber:

- a) Consolidar o Coletivo Nacional Feminista Dorcelina Folador das Mulheres da Articulação de Esquerda e propor novas frentes onde existem mulheres da AE ainda não organizadas;
- b) Construir Coordenações Estaduais de mulheres da AE;
- c) Editar a resolução da II Conferência de Mulheres da AE;
- d) Organizar um seminário de formação feminista para o primeiro semestre de 2009;
- e) Pautar as nossas ações dentro do setorial de mulheres do PT a partir destas frentes: reforma política, regulamentação da aposentadoria das donas de casa, descriminalização do aborto, redução da jornada de trabalho e a construção de programas para as candidaturas do PT.

### ***A página eletrônica***

A página eletrônica da Articulação de Esquerda ([www.pagina13.com.br](http://www.pagina13.com.br)) deverá funcionar como um meio de divulgação das informações públicas de interesse da tendência.

Um dos objetivos da página eletrônica é produzir e oferecer, aos meios de comunicação, artigos opinativos e informativos de dirigentes da tendência. Neste sentido, a página eletrônica também será uma modesta agência de notícias e funcionará como uma espécie de assessoria de comunicação coletiva da tendência.

A nova direção nacional designará um responsável pelo site da Articulação de Esquerda na internet, cujo endereço é [www.pagina13.com.br](http://www.pagina13.com.br)

Os objetivos do site são:

- a) divulgação das posições oficiais da tendência emanadas de suas instâncias e coletivos constituídos;
- b) colaborar com a organização da tendência através da publicidade de agenda de eventos da tendência, do partido e dos movimentos;
- c) publicar artigos de opinião, preferencialmente de dirigentes partidários, sociais, parlamentares e executivos ligados a tendência;
- d) divulgar dos nossos governos e mandatos e de outros cujas ações dialoguem com as nossas teses;
- e) divulgar noticiário político (artigos nossos, de nossa responsabilidade, ou publicados por decisão nossa);

- f) biblioteca digital;
- g) edições antigas do Página 13;
- h) resoluções da AE;
- i) galeria de fotos;
- j) teoria e história (artigos sobre temas de fundo);
- k) quem é quem (nominata e fotos dos membros da dnae, coordenações setoriais, parlamentares, governantes, dirigentes de movimentos etc.);
- l) links com páginas de interesse.

O conselho editorial da Página eletrônica é, assim como o do jornal, a direção nacional da AE.

O site deve ser atualizado semanalmente.

### ***Listas da AE nacional***

Compete à Direção Nacional da tendência criar e gerenciar as listas de debates na internet.

Da LISTA DNAE devem fazer parte os membros da direção nacional.

Da LISTA NACIONAL podem fazer parte todos os militantes da AE que desejem fazê-lo, desde que estejam em dia com suas obrigações.

Devem ainda ser criadas LISTAS DE TRABALHO, voltadas para circular informações restritas aos membros de uma determinada instância ou setorial da tendência.

As direções estaduais devem adotar procedimento similar nos estados.

A nova direção nacional designará um responsável por gerenciar a lista nacional da AE. A lista não terá moderação, mas militantes que participam da lista podem poderão ser suspensos ou submetidos à moderação prévia, por decisão da executiva nacional da tendência, sempre que desrespeitem a lista de procedimentos que será divulgada pela dnae.

### ***Finanças***

As necessidades financeiras da tendência são de três tipos:

- a) pagamento de dívidas relativas ao PED 2007;
- b) reuniões da direção e da executiva nacional;
- c) reuniões do secretariado nacional;
- d) reuniões das coordenações nacionais setoriais;

- e) viagens da direção aos estados;
- f) publicação do Página 13;
- g) pagamento do provedor na internet;
- h) publicação das resoluções da tendência;
- i) funcionamento da Escola Nacional de Formação;
- j) apoio para atividades e verba de contingência;
- k) fundo para o Encontro 2009 e para o PED 2009.

A X Conferência Nacional da AE aprova um orçamento para o funcionamento da tendência em 2007-2009, apontando as despesas previstas e a fonte das receitas.

O pagamento das dívidas relativas ao PED 2007, a constituição de um Fundo 2009 e a verba de contingência serão viabilizados através de campanha especial de finanças junto a militantes com salários maiores.

O Página 13 e a Escola Nacional serão autofinanciados.

O financiamento das reuniões da direção, da executiva, do secretariado, das coordenações e as viagens da direção aos estados será feito através das contribuições mensais dos estados (25% de sua arrecadação mensal total).

A Dnae aprovará, em sua primeira reunião após a X Conferência, uma tabela de contribuições mensais dos estados, baseada no seguinte critério: receitas mensais necessárias por mês dividida proporcionalmente ao número de votos obtidos no PED pela chapa estadual e nacional somadas.

Para ter direito a voto nos processos nacionais de Conferência da AE, o militante terá que estar com sua assinatura do Página 13. Para poder eleger delegados às conferências nacionais, as direções estaduais tem que estar em dia com suas contribuições.

As direções estaduais têm autonomia para definir quanto vão cobrar das direções municipais e também para estabelecer contribuições individuais. Contudo, para efeito de eleição de delegados no processo de conferência nacional, as políticas estaduais e municipais de finanças não tem efeito suspensivo.

A Dnae está autorizada a dar início a uma campanha emergencial, para pagar as dívidas do PED 2007.

### ***Cadastro dos militantes da AE***

Será constituído um cadastro nacional dos militantes da AE, reunindo todos os militantes que participaram das conferências de base em 2008 e

atualizado de maneira permanente, com base na lista de assinantes ativos do jornal “Página 13”. Este cadastro será divulgado trimestralmente e estará sempre disponível para consulta das direções.

Os integrantes deste cadastro terão direito a votar e ser votados nas atividades da tendência, desde que estejam em dia com suas contribuições financeiras.

Também será divulgado, periodicamente, o cadastro geral dos assinantes do jornal “Página 13”.

### ***Encontro e PED 2009***

A Articulação de Esquerda disputará o Encontro Nacional e o PED 2009, em todos os níveis, como fizemos em 2001, 2005 e 2007.

Nossa preparação envolve medidas organizativas internas a AE, proposta de mudanças nas regras partidárias e o debate político que nos capacite a apresentar, ao conjunto do Partido, uma política capaz de vencer as eleições 2010 e, principalmente, capaz de fazer um governo qualitativamente superior a partir de janeiro de 2011. Neste sentido, buscaremos dialogar com todos os setores do Partido, inclusive com os pré-candidatos à presidência, para conhecer suas posições sobre programa e sobre política de alianças.

Desencadearemos uma campanha pela mudança nas regras do PED, para eliminar os métodos típicos de “República Velha” atualmente vigentes. Filiaremos nossa base social ao Partido. E definiremos, se possível ainda este ano, quem serão os nossos nomes para o PED 2009.

### ***1º Congresso da Articulação de Esquerda***

Fica convocado, para maio de 2009, o 1º Congresso da Articulação de Esquerda. A direção nacional fica mandatada a alterar esta data, se o calendário do Partido assim o exigir.

### ***Regimento interno da Articulação de Esquerda***

A Articulação de Esquerda (AE) é uma tendência do Partido dos Trabalhadores. Nossas posições estão nas resoluções das conferências e seminários nacionais que realizamos desde 1993. Do ponto de vista estratégico, existimos para defender o socialismo, a revolução, a estratégia democrático-popular e o caráter de classe do PT. Do ponto de vista tático, lutamos para que o segundo mandato de Lula seja o ponto de partida de

um novo período na história brasileira.

A Articulação de Esquerda é constituída por militantes do PT que participam da formulação da política da tendência, acatam as decisões das instâncias da tendência e contribuem financeiramente com a tendência. O militante petista que quiser ingressar na AE deve formalizar esta intenção junto a uma instância de direção da tendência. Cabe à instância aprovar ou não, em reunião convocada para este fim, o ingresso de cada militante. A decisão da instância deve ser comunicada a toda a tendência, cabendo recurso da decisão às instâncias superiores.

A Articulação de Esquerda estimula seus integrantes a estudar os fundamentos ideológicos e teóricos do petismo, do socialismo e do marxismo. Entretanto, não somos e não pretendemos ser uma tendência composta por afinidade doutrinária. Somos e queremos continuar sendo uma tendência composta por afinidade política, ou seja, por militantes que concordam com as resoluções políticas aprovadas por nossas conferências, mesmo que não obrigatoriamente concordem com as premissas teóricas e ideológicas que fundamentam tais resoluções.

A Articulação de Esquerda busca ter, na sua composição, uma maioria de militantes vinculados à produção, evitando que predominem aqueles que estão profissionalizados na atividade política. Não nos move nenhum tipo de preconceito contra os profissionalizados, nem tampouco nenhuma concepção “obreirista”. Mas consideramos que a composição social influencia os rumos de uma corrente política. Devemos, pois, evitar a burocratização auto-centrada, bem como o descolamento esquerdista. É importante, com o mesmo propósito, estimular a juventude da tendência a completar sua formação e iniciar uma vida profissional.

A Articulação de Esquerda orienta todos os seus militantes a terem vida orgânica, no Partido e nos movimentos sociais.

A Articulação de Esquerda tendência possui os seguintes níveis de decisão e de direção: Congresso, Conferência, Direção, Executiva, Coordenação Setorial, Comissão de Ética. Esta estrutura organizativa deverá ser adotada pelas direções estaduais e municipais, sem prejuízo de eventuais adaptações, que devem, no entanto ser comunicadas à Direção Nacional da AE.

Os Congressos da AE ocorrem no máximo de quatro em quatro anos, para debater temas programáticos e estratégicos, além de eleger a direção da tendência. As Conferências da AE ocorrem anualmente, para debater temas táticos e organizativos, além de eleger a direção da tendência. As conferências setoriais são convocadas quando necessário, para debater as políticas setoriais da AE e para eleger as coordenações setoriais.

Os Congressos são convocados pela direção nacional ou por 1/3 das direções estaduais. As Conferências podem ser convocadas pelas direções nacionais e estaduais, cada qual no seu nível de abrangência. As conferências setoriais podem ser convocadas pelas coordenações setoriais, quando autorizado pela direção.

O Congresso é composto por delegados eleitos nos congressos estaduais. Os congressos estaduais são compostos por delegados eleitos nos congressos de base (que podem ser municipais ou regionais). Os congressos municipais ou regionais reúnem todos os militantes da tendência que atuam no respectivo território. O mesmo vale para a Conferência. No caso das conferências setoriais, cabe à direção respectiva definir os critérios de delegação.

Os congressos e conferências da AE são abertas a todas as tendências do PT, sem prejuízo de momentos reservados apenas à tendência.

São convidados natos para os Congressos e Conferências da AE: integrantes da direção nacional da AE; integrantes da AE que fazem parte do Diretório Nacional do PT, das direções nacionais da UNE, da CMP, do MST e da CUT; pelos militantes da AE que são parlamentares federais e estaduais, prefeitos e vice-prefeitos, presidentes estaduais do partido; pelo menos 1 representante de estado onde não tenha ocorrido conferência ou congresso estadual preparatório.

A Direção Nacional da AE tem as seguintes atribuições:

- a) dirigir nossa atuação (no Partido, movimentos sociais, parlamentos, governos, eleições), a luz das orientações aprovadas no Congresso/conferências da AE;
- b) eleger a Executiva Nacional.

A Executiva Nacional, eleita pela Direção Nacional, tem as seguintes atribuições: organizar a tendência, editar o Página 13 e manter a página eletrônica, dirigir a Escola Nacional de Formação, manter em dia as finanças da tendência, coordenar nossa frente de massas e institucional.

Os recursos financeiros da tendência são provenientes das seguintes fontes: a) contribuição individual dos militantes; b) um percentual da arrecadação das direções estaduais da AE; c) venda de materiais; d) campanhas especiais de finanças.

A contribuição individual obrigatória dos militantes da tendência para a AE nacional será feita através da aquisição de 1 (uma) assinatura militante anual do jornal Página 13. Os militantes desempregados ou sem fonte de renda podem solicitar a colaboração das instâncias da tendência para adquirir sua assinatura do Página 13.



Só terá direito a votar e ser votado nos Congressos e Conferências nacionais da AE o militante que esteja com sua assinatura do Página 13 em dia. O cumprimento das políticas estaduais, municipais e setoriais de finanças será condição para votar e ser votado nos processos exclusivamente estaduais e setoriais, bem como na composição das respectivas direções;

As seções setoriais, estaduais e municipais da AE têm autonomia para estabelecer sua política de finanças, observando a progressividade, a cobrança de valores diferenciados para quem ocupa cargos eletivos ou de confiança e a necessidade de criar uma cultura permanente de contribuição financeira militante. Para tanto, é fundamental que as respectivas direções indiquem, dentre seus integrantes, um responsável pelas finanças.

A direção nacional receberá 25% (vinte e cinco por cento) do valor arrecadado mensalmente pelos estados.

#### A Comissão de Ética

Compete ao Congresso e as Conferências (municipais, estaduais e nacional) eleger uma Comissão de Ética, com a atribuição de receber reclamações e denúncias, investigar acusações e propor medidas relativas aos casos de infração à ética dos militantes da AE.

A Comissão de Ética será composta por três militantes, eleitos pelo voto secreto dos delegados presentes na respectiva conferência. As direções da tendência, em todos os níveis, só apreciarão casos de infração à ética com base em parecer prévio das respectivas comissões de ética.

***Espírito Santo, maio de 2008***

## ANEXOS

### *Carta dos ex-membros do Secretariado da AE-SC à DNAE*

À  
DIREÇÃO NACIONAL  
DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Companheiros e Companheiras,

Demonstrando a vontade de manter-se orgânico na militância da Articulação de Esquerda, recorreremos à Direção Nacional, objetivando rever a decisão que nos excluiu da tendência;

Reconhecemos que a decisão tomada no segundo turno do PED 2007 transgrediu a política e o método da tendência, não permitindo de forma ampliada o debate e, também de uma tática articulada sobre esse processo, expondo à contradição a nossa política interna.

As razões da nossa decisão, exposta em manifestação do Secretariado Estadual não consistiram em construir justificativas, mas sim em expor a “posição conjuntural e tática” tomada, face os limites da disputa interna estadual.

Igualmente, desejamos reconstruir uma relação de confiança com Direção Nacional da AE.

Nesse sentido, e com base na última decisão da DNAE, que sinalizou com a possibilidade deste recurso, pedimos a revisão da penalidade de expulsão a nós impetrada.

Sem mais para o momento, aguardamos deferimento.

Florianópolis, 30 de abril de 2008.

Assinam:

HORST DOERING  
LUCI TEREZINHA CHOINACKI  
LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY  
PAULO FLAVIO LAUXEN  
MORVAN BORGES  
TANIA SLOGO

## ***II) Moção de apoio à greve dos trabalhadores da educação de Sergipe:***

A X Conferência Nacional da Articulação de Esquerda fez o debate e resolveu se pronunciar sobre o momento político de manifestações dos trabalhadores sergipanos, em especial sobre o impasse entre governo estadual e trabalhadores na educação pública.

Defendemos que o Governo Marcelo Déda atenda as reivindicações dos trabalhadores (inclusive os compromissos já assumidos com a categoria) e inicie definitivamente a substituição do projeto conservador e de seus executores na SEED pela verdadeira “Mudança”.

Compreendemos que o Governo Marcelo Deda é fruto de uma “coalizão” entre forças e partidos políticos bastante diferentes e até mesmo com posições divergentes na história e na atual luta política. E por isso, um dos aspectos desta “coalizão” vitoriosa em 2006 é a colisão entre as forças que a compõem.

O PT e os trabalhadores sergipanos e suas principais organizações sindicais e populares – mantidas sua autonomia--, compuseram essa coalizão e pressionam por mudanças.

É no setor da Educação que o governo estadual do PT/SE apresenta seus aspectos mais contraditórios: possui desde militantes de esquerda comprometidos com a luta pela qualidade e ampliação da escola pública, até quadros publicamente reconhecidos como “verdinhos”, ou seja, pessoas alinhadas aos partidos de direita, em destaque o DEM, e ao projeto autoritário e conservador de educação vindos de governos anteriores do PSDB e DEM.

Nesta disputa concreta temos lado: o dos trabalhadores e trabalhadoras na educação pública estadual e de seu sindicato – o SINTESE.

O que defende a Articulação de Esquerda?

Disputar os rumos da educação pública. E para isso o Sindicato deve garantir e reforçar sua autonomia e combatividade como vem mostrando em suas assembleias e atos públicos. E isso só depende dos próprios trabalhadores. Mas, essa medida – que por si só já é uma vitória--, não garante o sucesso em batalhas maiores.

É preciso que cada vez mais os trabalhadores em geral e os educadores em especial avancem em luta para a construção de uma consciência de classe capaz de compreender a importância da organização partidária, para também disputar o Governo (de “coalizão”) e o PT (partido nucleador desta coalizão) para posições socialistas. Se os trabalhadores sergipanos não avançarem coletivamente na construção desta consciência de classe mais abrangente, a esquerda socialista terá profundas dificuldades

para continuar avançando e se colocar como alternativa de poder e governo, impedindo o retorno da direita.

Os trabalhadores em manifestações e greves estão em legítima defesa. Mas, devem compreender que “ruim com este governo, pior sem ele”. Um governo progressista (mesmo que de coalizão com partidos de centro e até de direita), que aplica políticas conservadoras na educação e no trato com o movimento sindical, não pode ser confundido com um governo de direita, como foram os governos da dupla DEM-PSDB – liderados por João Alves e Albano Franco.

Concluimos deixando clara nossa posição: trabalharemos ao lado e a serviço dos trabalhadores em mobilização e em greve e dos seus sindicatos para solucionar esses impasses. Refletindo junto ao Governo Marcelo Deda e a toda sociedade que a causa do impasse na educação é a insistência por parte do atual secretário de Educação na manutenção do projeto conservador derrotado nas eleições passadas, e que os impasses nas negociações com os servidores é consequência da dita “coalizão” com forças do atraso.

Todo apoio a luta dos trabalhadores: educadores e demais servidores públicos de Sergipe.

**X Conferência Nacional da AE, maio de 2008**